

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES**

PRISCILA BUEKER SARMENTO

**DUAS DÉCADAS DE RESISTÊNCIA:
O JORNALISMO AUTOENUNCIADO INDEPENDENTE DO DIGITAL
SÉCULO DIÁRIO CONTRA SILENCIAMENTOS NO ESPÍRITO
SANTO**

**VITÓRIA
2020**

PRISCILA BUEKER SARMENTO

**DUAS DÉCADAS DE RESISTÊNCIA: O JORNALISMO
AUTOENUNCIADO INDEPENDENTE DO DIGITAL SÉCULO DIÁRIO
CONTRA SILENCIAMENTOS NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, do Centro de Artes, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Territorialidades na área de concentração Ciências Sociais Aplicadas. Linha de Pesquisa: Comunicação e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Victor Israel Gentilli

VITÓRIA
2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S246d Sarmento, Priscila Bueker, 1984-
Duas décadas de resistência : o jornalismo autoenunciado
independente do Século Diário contra silenciamentos no
Espírito Santo / Priscila Bueker Sarmento. - 2020.
271 f. : il.

Orientador: Victor Israel Gentili.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Comunicação de Massa (censura). 2. Jornalismo - Espírito
Santo (Estado). 3. Jornalismo independente. 4. Jornalismo
regional. 5. Jornalismo-Resistência. 6. Século Diário. I.
Gentili, Victor Israel. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77

PRISCILA BUEKER SARMENTO

**“DUAS DÉCADAS DE RESISTÊNCIA: O JORNALISMO AUTOENUNCIADO
INDEPENDENTE DO DIGITAL SÉCULO DIÁRIO CONTRA
SILENCIAMENTOS NO ESPÍRITO SANTO”**

Dissertação apresentada por Priscila Bueker Sarmento ao
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e
Territorialidades, linha Comunicação e Poder, do Centro
de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo.

Vitória, 29 de outubro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

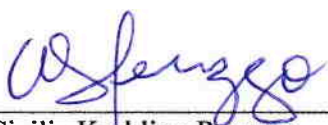
Prof. Dr. Victor Gentili

Orientador

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^ª. Dr^ª. Ruth Reis

Universidade Federal do Espírito Santo



Prof^ª. Dr^ª. Cicilia Krohling Peruzzo

Universidade Estadual do Rio de Janeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RUTH DE CASSIA DOS REIS - SIAPE 297883
Departamento de Comunicação Social - DCS/CAR
Em 16/11/2020 às 15:28

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/94325?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
VICTOR ISRAEL GENTILLI - SIAPE 295573
Departamento de Comunicação Social - DCS/CAR
Em 16/11/2020 às 15:31

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/94331?tipoArquivo=O>

***In memoriam de Elvis Bueker Sarmiento, irmão de
carne e alma, cuja partida em janeiro de 2017
deixou enorme saudade.***

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Deus Criador por ser socorro bem presente na hora da angústia e pelo amor incondicional a todos nós, uma única humanidade. Graças ao Altíssimo por sua misericórdia, pelas bençãos imerecidas e por nos reerguer o brilho dos olhos em meio às adversidades da vida.

À minha família, pais e irmãos, pelo apoio e suporte necessário, pela formação do meu caráter e pelo afeto, especialmente nos últimos cinco anos, período intenso de dores, perdas e reavaliações que vão, com certeza, sedimentar a construção de um novo amanhã.

Ao Jornal Século Diário, na figura dos seus jornalistas entrevistados, pela prestatividade e gentileza em nos conceder valiosas informações, possibilitando a realização deste trabalho de pesquisa.

Aos meus anteriormente colegas, agora amigos, especialmente, aqueles conquistados nesta caminhada do percurso no mestrado, meu muito obrigada! Pela força, pelas palavras fraternas de encorajamento e conforto, pela solicitude conosco nos momentos difíceis. Que a caminhada de vocês seja reciprocamente recheada de luz e realizações.

À UFES, na figura do Programa de Comunicação e Territorialidades, por possibilitar com esta dissertação o necessário início do estudo reflexivo sobre o jornalismo dito independente no Espírito Santo, dantes apagado no próprio circuito acadêmico.

À banca: ao nosso orientador, o Sr. Prof. Victor Gentili (UFES) pela paciência e por viabilizar a apresentação desta dissertação. A Sra. Profa. Ruth Reis (Ufes) por compartilhar em suas aulas valiosos conhecimentos em Jornalismo. Ao Sr. Prof. Dennis de Oliveira, da ECA-USP, por iluminar indicando caminhos para o desenvolvimento desta pesquisa ainda na qualificação.

Meus sinceros agradecimentos à Sra. Profa. Cicilia Maria Krohling Peruzzo, por aceitar nosso convite nesta reta final, e por ser uma das primeiras autoras lidas por nós ainda na graduação. De lá para cá, para nós fica cada vez mais claro que não há emancipação de fato longe da comunicação alternativa e dos anseios do povo. Que continue vivaz em nossa consciência a luta por transpor barreiras que separam a universidade das comunidades. Como mestres, no papel de educadores críticos e humanistas, sejamos a contracorrente, derrubando muros de indiferença para edificar pontes de esperança e diálogo.

Esta dissertação é dedicada à memória de Elvis Bueker Sarmento, irmão caçula, cuja partida em janeiro de 2017 deixou enorme saudade. Da presença do seu nascimento, guardo a doce lembrança dos sorrisos e de sua leve passagem guardo a maior aprendizagem prática: jamais se alcança a plenitude da paz sem a capacidade do perdão. Minha gratidão à vida por possibilitar crescer espiritualmente na presença de um ser humano nobre cujo coração simples, alegre, lutador, cheio de sonhos, sobretudo elevado, ensinou-nos muito.

Não há como falar em esperança se os braços se cruzam e passivamente se espera. Na verdade, quem espera na pura espera vive um tempo de espera vã. A espera só tem sentido quando cheios de esperança, lutamos para concretizar o futuro anunciado, que vai nascendo na denúncia militante.

Paulo Freire (1921-1997), *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplares Revista Sécuro (circulação mar.2000-jul.2002)	48
Figura 2 - Informe Publicitário Poder Executivo Estadual em SÉCULO	53
Figura 3 -Anúncio de A Gazeta na Revista Sécuro.....	55
Figura 4 - Chamada Escândalo Marval para o site	57
Figura 5 - Chamada site Sécuro Diário na Revista Sécuro	58
Figura 6 - Parte da <i>Home Page</i> Sécuro Diário- Edição 03/01/2008	63
Figura 7 - Jornalista Rogério Medeiros autografa livro doado ao Programa Imagens do Povo.....	75
Figura 8 - Exposição “Rogério Medeiros, o fotógrafo” em A Gazeta.....	76
Figura 9 - Ticumbi quilombola.....	77
Figura 10 –“Santinho” Chapa Rogério Medeiros, Senador (ES), 1982.....	104
Figura 11 - Parte de Expediente Site Sécuro Diário.....	127
Figura 12 - <i>Google Adsense (Ads by Google) Palmolive Naturals</i>	130
Figura 13 - <i>Google Adsense (Ads by Google) Blue Parks Empreendimentos</i> (negócios imobiliários).....	130
Figura 14 - <i>Google Adsense (Ads by Google) Mini amplificador de som: aparelho auditivo</i>	131
Figura 15 - <i>Google Adsense (Ads by Google) Sabonete Protex</i>	131
Figura 16 - Editoria Direitos Sécuro Diário (1º página), consulta em 01/08/2020.....	139
Figura 17 - Destaques Editoria Meio Ambiente Sécuro Diário, 01/08/2020.	154
Figura 18 - Editoria Agronegócio A Gazeta - Edição 01/08/2020	159
Figura 19 - Reportagem “Nenhum poço a mais” Sécuro Diário (1).....	164
Figura 20 - Reportagem “Nenhum poço a mais” Sécuro Diário (2).....	168
Figura 21 - Reportagem “Nenhum poço a mais” Sécuro Diário (3).....	171
Figura 22 - Reportagem “Nenhum poço a mais” Sécuro Diário (4).....	175

Figura 23 - Guardiões da Natureza 2019 - Rogério Medeiros e Vitor Taveira	180
Figura 24 - Mônica da Silva de Jesus (comun. quilombola Degredo, Linhares).....	186
Figura 25 -Dona Darília (Regência, Linhares, Norte do ES)	186
Figura 26 - Legenda: petróleo_regencia_placa_servidao_leonardo_sa	187
Figura 27 - Série “Nenhum poço a Mais” site FASE.....	192
Figura 28 - Matéria Século Diário “Fantasmas das masmorras” (30/05/2014).....	198
Figura 29 - Coluna Elio Gaspari (masmorras).....	199

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tendências gerais dos modelos econômicos em ação na produção cultural e informacional.....	64
Quadro 2 - Tipologias de instância de ação da censura, bens protegidos e objetivos	90

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI- Associação Brasileira de Imprensa
ALCAR - homenagem ao historiador pernambucano Alfredo de Carvalho
ALES - Assembleia Legislativa do Espírito Santo
ANCLA - Agências de notícias clandestina, Argentina
ANJ - Associação Nacional dos Jornais
ANP - Agência Nacional do Petróleo
BPES - Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo
CAPES - Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDH-ES - Conselho Estadual dos Direitos Humanos, Espírito Santo
CESAN - Companhia Espírito Santense de Saneamento
CNFCP - Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CNV- Comissão Nacional da Verdade
CPAC - Comunicação Popular, alternativa e comunitária
CPCT - Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho
CST - Companhia Siderúrgica de Tubarão, atual Arcelor Mittal
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DETRAN - Departamento de Transito do Espírito Santo
EPCC - Economia política da Comunicação e Cultura
FASE - Federação de órgãos para assistência social e educacional
FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas
FINDES - Federação das Indústrias do Espírito Santo
FHC - Fernando Henrique Cardoso
GGN - Grupo Gente Nova (jornal)
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICIRA - Instituto de Capacitación y Investigación de la Reforma Agraria
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial
Intercom RBCC- Revista Brasileira de Ciências da Comunicação
JB - Jornal do Brasil
JP - Jornal Pessoal

LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis, queer (não binário), intersexo, assexuais, pansexuais

LTDA (Ltda) - Sociedade Limitada

MDB - Partido movimento democrático brasileiro

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento Sem-Terra

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MPES - Ministério Público do Estado do Espírito Santo

MPF - Ministério Público Federal

OAB-ES - Ordem dos Advogados do Brasil, seção ES

ONGs - Organizações não governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PROMAF - Projeto de Modernização da Administração Fazendária do Espírito Santo

PC do B- Partido Comunista do Brasil

PDS - Partido Democrático Social

PFL - Partido da Frente Liberal, atual Democratas (Dem)

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSL -Partido Social Liberal

PF - Polícia Federal

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PV - Partido Verde

RSF - Repórter Sem Fronteiras

SAPJA - sites aparentemente jornalísticos com potencial para alternativos

SECOM - Secretaria de Comunicação da Presidência da República

SEFAZ-ES - Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo

SECULT - Secretaria da Cultura do Estado do Espírito Santo

TICS- Tecnologias da Informação e Comunicação

TJES - Tribunal de Justiça do Espírito Santo

ULEPICC - Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura

UFBA - Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Com redação instalada em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, com pautas jornalísticas e concorrência estritamente regionais, ou seja, com marcada vinculação territorial físico-geográfica, mas com circulação, consumo e recirculação no território simbólico da comunicação da sociedade em rede, o jornal digital capixaba Século Diário autointitulado “independente com foco na visão interpretativa dos fatos” é tema deste estudo. Inicialmente, a partir da discussão epistemológica sobre as vertentes do alternativo/ popular/ independente, este trabalho objetiva, sob o olhar crítico-dialético, fornecer pistas sobre o lugar de construção de sentido que, neste primeiro trabalho científico rompendo com a cultura do silêncio na academia, é verificado por breve análise dos aspectos estruturais em conjunto com a produção noticiosa do jornal dando o tom da “independência” ao Século Diário no cenário de disputas sociodiscursivo regional. Fundado em março de 2000, originado da descontinuada Revista SÉCULO, veículo impresso com características predominantes de mídia tradicional, ambos, Revista Século e Século Diário, foram idealizados pelo primeiro fotojornalista do ES, Rogério Medeiros, cuja atuação com visão progressista em diferentes espaços de intervenção política, tais como na fundação do Sindjornalistas-ES, do PT-ES e como mentor da Lei Rubem Braga de incentivo à cultura em Vitória, confunde-se com a própria identidade do independente Século Diário. As pautas sobre Meio Ambiente (editoria analisada), “carro-chefe” de ambos veículos que simboliza a luta pelo respeito à vida e a mãe-terra, convergem na trajetória do próprio fundador junto aos movimentos sociais populares. Editorialmente, como alternativa ao silenciamento do jornalismo declaratório da mídia dominante tradicional regional, Século Diário se apresenta como jornalismo crítico interpretativo, humanista, que visibiliza e problematiza a realidade das margens calcado em bandeiras de lutas numa representação positiva quanto às minorias étnicas e povos tradicionais, recontando a História a partir da narrativa do lado dos vencidos e/ou esquecidos, conforme traça o frankfurtiano Walter Benjamin, e na defesa dos Direitos Humanos. Símbolo de resistência, Século Diário sobrevive no enfrentamento à *violência jurídica* pela quantidade de processos judiciais, tentativas de silenciamento (censura) por parte do aparato do Estado contra o jornal digital, que, desembocando na *violência financeira* (asfixia com fuga de anunciantes), inevitavelmente afetou sua sustentabilidade e resultou na saída do “núcleo duro” da redação em 2017 e em mudanças no modelo do negócio jornalístico.

Palavras-chave: Censura. Jornalismo Independente. Rogério Medeiros. Século Diário. Silenciamento.

ABSTRACT

With a newsroom installed in Vitória, capital of the State of Espírito Santo, with strictly regional journalistic agendas and regional competition, that is, with a marked physical-geographical territorial link, but with circulation, consumption and recirculation in the symbolic territory of the network society's communication, the digital newspaper *Século Diário* from Espírito Santo self-titled “independent with a focus on the interpretative view of facts” is the theme of this study. Initially, from the epistemological discussion about the alternative / popular / independent aspects, this work aims, under the critical-dialectical view, to provide clues about the place of meaning construction that, in this first scientific work breaking with the culture of silence in the academy, it is verified by a brief analysis of the structural aspects together with the news production of the newspaper giving the tone of “independence” to the *Daily Century* newspaper in the scene of regional socio-discursive disputes. Founded in March 2000, originated from the discontinued *SÉCULO* magazine, a printed vehicle with predominant characteristics of traditional media, both *Revista Século* and *Século Diário*, were idealized by the first photojournalist from ES, Rogério Medeiros, whose performance with a progressive vision in different intervention spaces politics, such as the founding of *Sindijornalistas-ES*, *PT-ES* and as a mentor of the Rubem Braga Law to encourage culture in Vitória, is confused with the own identity of the independent *Século Diário*. The agendas on the Environment (analyzed editorially), the “flagship” of both vehicles that symbolize the struggle for respect for life and mother-earth, converge in the trajectory of the founder himself with popular social movements. Editorially, as an alternative to the silencing of declaratory journalism by the mainstream traditional regional media, *Século Diário* presents itself as interpretive, humanistic critical journalism, which enables and problematizes the reality of the margins based on banners to fight in a positive representation of ethnic minorities and traditional peoples, retelling history from the narrative on the side of the overcome and/or forgotten, as outlined by the frankfurtian Walter Benjamin, and in the defense of human rights. Symbol of resistance, *Daily Century* survives in the confrontation of legal violence due to the number of lawsuits, attempts to silence (censorship) by the State apparatus against the digital newspaper, which, ending in financial violence (asphyxiation with escape of advertisers), inevitably affected sustainability and resulted in the departure of the “hard core” of the newsroom in 2017 and changes in the journalistic business model.

Keywords: Censorship. Independent Journalism. Rogério Medeiros. *Século Diário* (*Daily Century*). Silencing.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
2 O INÍCIO DO PERCURSO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU REVISÃO DE LITERATURA.....	26
2.1 A IMPRENSA DA AMÉRICA LATINA BURGUESA X AMÉRICA LATINA POPULAR.....	27
2.1.1 A imprensa Alternativa histórica: contra a repressão pós-golpe militar.....	30
2.1.2 Discussão sobre conceito: o “alternativo” no Jornalismo do Brasil Democrático.....	33
2.1.3 Características: de recusa ao projeto hegemônico, de representação das minorias a radicalizador da democracia	37
2.2 JORNALISMO DO SÉCULO XXI: A CRISE QUE INTERFERE NAS ROTINAS E NO TRABALHO DO JORNALISTA.....	39
2.3 DESVENDANDO CAMINHOS PARA A PESQUISA DE UM JORNAL INDEPENDENTE.....	43
3 A TRANSIÇÃO SOCIOPOLÍTICA: DO JORNALISMO DE REVISTA PARA O JORNALISMO NA INTERNET.....	45
3.1 A REVISTA SÉCULO: O ESPÍRITO SANTO EM REVISTA.....	47
3.1.1 Editorial: posição a favor dos povos originários e contra os agentes exploratórios do capital estrangeiro.....	47
3.1.2 Editorial: Apresentando a história dos “capixabas de sucesso”.....	51
3.2 SUSTENTABILIDADE: A PUBLICIDADE VINDOS DOS CRITICADOS POLUIDORAS MINERADORAS E ESTADO.....	52
3.3 A GAZETA: O ANÚNCIO DO PRINCIPAL CONGLOMERADO DO ESTADO EM SÉCULO.....	54
4 O SÉCULO XXI: A DESCONTINUIDADE DA REVISTA SÉCULO E O INÍCIO DE SéculoDiário.com.....	56
4.1 CONHECENDO O SITE DE NOTÍCIAS SÉCULO DIÁRIO.....	61
4.1.1 A lógica do Jornalismo Online X Jornalismo de Revista.....	65
4.2 O INTELLECTUAL ORGÂNICO E ROGÉRIO MEDEIROS.....	71
4.2.1 Primeiro fotojornalista do ES: premiado pela diversidade cultural e defesa ambiental.....	73
4.3 AS MANIFESTAÇÕES DO SILÊNCIO: AS FORMAS DE SILENCIAR.....	79
4.3.1 Silêncio e a questão ideológica.....	82

4.3.2 Silêncio arraigado desde o Brasil Colônia.....	85
4.3.3 O efeito silenciador do discurso no século XXI.....	88
4.4 ROGÉRIO MEDEIROS E A RESISTÊNCIA NA LITERATURA CONTRA A DITADURA MILITAR.....	92
4.4.1 Memórias de uma Guerra Suja: a ruptura contra o silêncio da opressão.....	92
4.4.2 Fundador do Sindijornalistas-ES: a luta pela classe jornalística capixaba.....	100
4.4.3 Fundador do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo.....	102
4.5 JORNAL “A CARA DO DONO”: O CONTRAPODER POLÍTICO DE SÉCULO DIÁRIO.....	105
4.5.1 “Um Novo Espírito Santo”: onde a corrupção veste toga.....	107
4.6 A CENSURA POLÍTICO-JUDICIAL CONTRA SÉCULO DIÁRIO: AS TENTATIVAS DE SILENCIAMENTO PELO JUDICIÁRIO.....	111
4.6.1 Entidades internacionais denunciam censura contra Século Diário.....	113
4.6.2 A ANJ se cala diante da censura praticada contra Século Diário.....	116
5 O AGIR TELEOLOGIZADO: O OPERÁRIO DA NOTÍCIA INDEPENDENTE E AS CRISES DO JORNALISMO/ CAPITALISMO.....	118
5.1.1 A crise que desencadeou a saída do ‘núcleo duro’ da redação em 2017.....	121
5.1.2 A remanescente Manaíra Medeiros: o perfil e a visão da gatekeeper do Século Diário.....	123
5.2 ASPECTOS DE MUDANÇAS ESTRUTURAIS PÓS-CRISE 2017.....	126
5.2.1 A sobrevivência do jornal online Século Diário: via publicidade institucional proibido anúncios de poluidoras e via Google.....	129
5.2.2 Métricas do jornal independente Século Diário: pela mídia técnica.....	132
6 ESCREVER É TOMAR PARTIDO: POSTURA EDITORIAL DE MILITÂNCIA E ATIVISMO.....	135
6.1 A LUTA PELA TERRA, A REFORMA AGRÁRIA CLÁSSICA E AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO.....	143
6.1.1 O Neoliberalismo e o fortalecimento do agronegócio X Luta agroecológica pela Reforma Agrária Popular.....	145
6.1.2 A colonização do solo Espírito Santense: o discurso etnocentrista e o extermínio do nativo.....	147
6.2 A EDITORIA DE MEIO AMBIENTE: EXCLUSIVIDADE DO REGIONAL SÉCULO DIÁRIO.....	151

6.2.1 A visibilidade do Século Diário contra o silenciamento da mídia dominante regional.....	158
6.2.2 Representação: o estudo sobre o Meio Ambiente no Jornalismo independente.....	160
6.2.3 Nem um poço a mais: a luta contra a indústria petroleira no ES.....	163
6.2.4 Resultados e discussões: o jornalismo investigativo e interpretativo.....	181
6.2.4.1 Fontes: contra o jornalismo declaratório a favor da interpretação dos fatos.....	183
6.2.4.2 Fotografias: retrato da sensibilidade humana das fontes testemunhais.....	185
6.2.4.3 Abordagem: problematização das margens contra a indústria petroleira.....	188
6.2.4.4. Chamadas: a reprodução da fala das mulheres indígenas e quilombolas.....	190
6.3 O BANCO DE DADOS: A MIGRAÇÃO DO CONTEUDO JORNALISTICO E A PERDA DE DADOS.....	191
6.3.1 As ‘Masmorras’ na Gestão Paulo Hartung: a cobertura crítica do Século Diário chega à ONU.....	196
7 DISCUTINDO O CONCEITO: O INDEPENDENTE DO SÉCULO DIÁRIO.....	202
7.1 O INDEPENDENTE DENTRO DA TEORIA DO JORNALISMO ALTERNATIVO.....	202
7.2 O INDEPENDENTE AUTOLEGITIMADO NO LUGAR DE FALA DO TRABALHADOR JORNALISTA.....	205
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS.....	214
APÊNDICES-ENTREVISTAS.....	228
ANEXOS.....	250

1 INTRODUÇÃO

Partindo de nossa afinidade e identificação com o conteúdo de outros jornalismo (s) contemporâneos que não o hegemônico, dominante ou tradicional, iniciamos nosso percurso de pesquisa no mestrado em 2018 e que acaba por resultar nesta dissertação a respeito do Jornalismo autointitulado como independente do jornal digital capixaba Século Diário (www.seculodiario.com.br), pensando sobre o seu lugar como veículo emissor, já que, conforme afirma Marcos Aurélio Saquet (2015, p.78) “território, assim, também é entendido como espaço de organização, luta e resistência política e cultural[...]” no embate sociodiscursivo jornalístico regional no estado do Espírito Santo. Partimos da premissa autodeclarativa em seu expediente da postura editorial independente face à mídia hegemônica com foco na interpretação dos fatos.

No capitalismo globalizado, como fragmento do “Príncipe eletrônico”, conforme denomina Otávio Ianni (1999), simbolizado pela mídia submersa na ubiquidade e instantaneidade das tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas em rede, sob aspectos da territorialidade quando configuram relações de poder, o atento olhar empírico inicial já permitia traçá-lo de maneira diferenciada em contraponto à mídia tradicional capixaba. Suas pautas, em geral, são predominantemente regionais (conteúdo de representação popular), exercendo um tipo de jornalismo cujo território informacional, conforme define André Lemos (2015, p.15), “que não é o ciberespaço, mas o espaço movente, híbrido, formado pela relação entre espaço eletrônico e espaço físico” em *Mídia Locativa e Territórios informacionais*, e que por meio das tecnologias digitais conseguem criar pontos de resistência numa perspectiva que se põe como contrapoder aos discursos hegemônicos.

Como conquista civilizatória, por um lado o ofício de coletar, investigar, analisar informações e produzir profissionalmente os fatos (TRAQUINA, 2005) surge na esteira do desenvolvimento das cidades capitalistas, travestindo-se com uma aparente aspiração democrata que se põe em contraponto quando os valores do jornalismo tradicional passam a ser calcados numa matriz técnica de pensamento positivista, de linearidade do pensamento, numa visão funcionalista de mundo que não considera as contradições sistêmicas que constituem o espaço público. Julgam-se imparciais e não escutam o outro lado; julgam-se neutros, mas têm um lado; julgam-se objetivos, ancorando-se na técnica “pré-moldada” da pirâmide invertida e do lide, contudo, tentando ocultar subjetividades no trabalho intelectual do operário - jornalista no processo

produtivo da notícia.

Dentro de um espaço de poder e representatividade de diferentes instituições, socialmente reconhecido e institucionalizado (HABERMAS, 2003), a democracia na qual se assentou as raízes do jornalismo tradicional sedimenta-se na esfera pública da burguesia, classe historicamente dona dos meios de produção de um sistema calcado no lucro e na superexploração do sangue e do suor da mão-de-obra proletária. Na lógica capitalista da notícia como mercadoria, no modo econômico-industrial, os códigos da tribo jornalística tendem a representar, mesmo que de forma inconsciente, coisificada, acrítica (reificada), pelo seu trabalhador, a ideologia de quem pertence e sustenta financeiramente os grandes jornais. E não só na “ordem” dos regimes dito democratas burgueses, mas também nos regimes autoritários.

Na primeira metade do século XX, numa crítica à imprensa burguesa dentro do Estado totalitário do fascismo, o filósofo marxista Antonio Gramsci “critica o alinhamento ideológico de grandes jornais ao poder, bem como as fórmulas verticalizadas de controle de noticiário e da opinião” (MORAES, 2010, p. 63) da imprensa italiana de sua época. A teoria da hegemonia analisa o lugar dos meios de comunicação pela perspectiva daqueles que distribuem os conteúdos, ou seja, os privilegiados, sendo a parte mais dinâmica da superestrutura ideológica. Gramsci considera a sociedade política e a sociedade civil como as duas esferas de embate pela hegemonia no interior das superestruturas. Na primeira encontram-se “mecanismos pelos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e violência sob controle dos grupos burocráticos unidos as forças armadas e policiais e a aplicação das leis” (GRUPPI, 1978, p. 57), enquanto na segunda encontram-se as instituições, responsáveis por propagar suas concepções de mundo, como os próprios meios de comunicação, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos etc.

Em contraponto ao jornalismo tradicional e sua visão linear e representação de mundo única, burguesa, Gramsci acreditava em outra forma de jornalismo aguerrido, como naquele que ascenderia o proletariado. Na contemporaneidade, jornais como o digital independente *Século Diário* surgem como instrumento combativo para mediar e representar em seu noticiário os excluídos pela mídia dita dominante. Atuam como instrumento crítico ao *status quo* resultante do modelo de capitalismo dependente imposto ao dito mundo subdesenvolvido no qual se constituíram as estruturas de dominação no Brasil, segundo Jessé Souza (2017), legitimadas no discurso do racismo culturalista e numa violência simbólica, de pseudosuperioridade elitista,

impregnado na luta de classes do cotidiano cujas instituições na contemporaneidade encontram-se corroídas pelo aparato neoliberal capitalista da dimensão que vai do político (escolas, igrejas, partidos, governo, campo de antagonismos e disputas sociais) para a política (campo empírico da experiência).

Entretanto, com redação (aparato físico) sediada em Vitória-ES, quanto ao fato de pertencer a um espaço físico e de localização de sua estrutura, encontramos o digital *Século Diário* em torno do território geográfico que, numa perspectiva materialista- econômica, leva em conta o fator locacional e de sua base de “força produtiva” (HAESBAERT, 2006) em função da disponibilidade e garantia de recursos. Desta forma, percebendo o digital *Século Diário* com especificidades estruturais capitalistas semelhantes de atividade jornalística comercial, mesmo de pequeno porte, em comparação as grandes empresas tradicionais de comunicação, partindo do contexto sociopolítico e econômico onde se configura o jornal, a pergunta-chave que simboliza nosso problema permeando toda a pesquisa: Como se configura o “independente” do jornalismo do *Século Diário*?

Nesta operação epistemológica de reflexão sobre o objeto científico, a proposta metodológica desta pesquisa se dá por meio de reflexão histórico-dialética cuja problemática da pesquisa, segundo Maria Immacolata Vassalo de Lopes (2001), “[...] permite submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade relacionados pelos sistemas das questões teóricas e práticas, que lhes são apresentados” (Lopes, 2001, p.122), e por entrevista num resgate oral dos jornalistas atuando como testemunhas da história, aqui entendida como processo e construção aberta. Um instrumento útil de coleta de dados daquilo que ainda não está documentado, tratando-se do primeiro trabalho científico sobre *Século Diário*, porém, levando em consideração os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais que permitem contextualizar a produção simbólica jornalística dita independente. E a partir daí, com o levantamento exploratório de experiências similares como ponto de partida, debruçamos a compreender o enquadramento jornalístico do *Século Diário* em conjunto com a verificação do sistema produtivo noticioso em suas engrenagens estruturais, utilizando abordagens contemporâneas do mundo do trabalho do jornalismo.

No percurso lançamos mão de autores críticos como Jesús Martín Barbero e Stuart Hall, Sylvia Morethzohn, Adelmo Genro Filho etc. Entretanto, devemos ao alemão *outsider* da Escola de Frankfurt, Walter Benjamin, o aporte teórico que permeia, em nossa concepção, tanto o estudo

científico como o jornalismo dito crítico. Contra a história linear, o historicismo, e a noção de “progresso” como discurso dos vencedores que inclusive calcou o nascimento do jornalismo tradicional dominante, para Benjamin (1985), passado, presente e futuro se condensam agora. Ser jornalista é ser historiador de seu tempo, arrancando do fluxo temporal o momento revolucionário, a origem disruptiva, que pode ferir o fatalismo do sistema capitalista previamente dado. Decerto, contra o cientificismo e o determinismo tecnológico, é nesta concepção que pensamos encaixar o digital independente Século Diário no uso diferenciado que Walter Benjamin pensa no ato de desenvolver a História, em que todos os momentos são “originais”, como se houvesse passado, presente e futuro em uma mesma mônada e todos contidos nos atos da história, propiciando uma nova perspectiva que possibilita a esperança da mudança sócio-histórica a partir de suas ressignificações como faz o digital independente Século Diário, e seus jornalistas, à medida que constroem na esfera pública e midiática uma nova narrativa, do lado dos vencidos e esquecidos.

Quando nos debruçamos inicialmente na pesquisa exploratória, percebemos que verificando reflexivamente a taxonomia das experiências de jornalismo no Brasil, seja alternativo, independente, ou de resistência, diante do problema principal surgiram questões subjacentes: Afinal, o digital Século Diário é alternativo? O que o caracterizaria em um sistema democrático e não oficialmente autoritário como “alternativo”? Como se dá essa “orientação editorial independente”? Ter orientação editorial independente significa ser um Jornal Alternativo? Ou o Século Diário seria apenas algo próximo a mais uma empresa do ramo, porém, praticante do jornalismo crítico de função social em detrimento das que não o fazem?

Um dos motivos iniciais desta pesquisa foi o ineditismo científico do nosso objeto, cujo lapso temporal da falta de estudos permeava quase duas décadas (2000- 2018), com trocas de governos estaduais, manobras de asfixia financeira contra o Século Diário (tentativas de censura político-judicial), ameaças e perseguição contra seus jornalistas, principalmente o fundador Rogério Medeiros, que tem trajetória militante junto aos movimentos sociais e defesa dos direitos e modos de vida das minorias étnicas. Na construção do entendimento sobre o digital independente Século Diário, percebemos neste momento da pesquisa que nosso trabalho tratava-se, sobretudo, de silenciamentos. No decorrer do tempo histórico, as próprias temporalidades, para Saquet (2015, p.110), “significam ritmos mais lentos, desigualdades econômicas, diferentes objetivações cotidianas e, ao mesmo tempo, [...] leituras que fazemos dos ritmos da natureza e da sociedade”, e, nesse sentido, a dissertação vem preencher lacuna

espácio- temporal sobre o conhecimento desse tipo de jornalismo. Trata-se de um dever com o resgate da memória histórica da comunicação jornalística capixaba, que não somente a reiterada crítica, por vezes “estéril”, à mídia dominante. Significa um olhar atento para a mídia dita independente no âmbito regional, em contraponto ao até então deserto de notícia que se encontrava em nosso território esse tipo de jornalismo profissional. Uma (falseada) “inexistência” pela simples falta de estudo e registro.

Esta dissertação se justifica também como forma de romper a cultura do silêncio (FREIRE, 1982), dando visibilidade ao nosso objeto e à luta de seus protagonistas, pelo despertar do fomento ao pensamento crítico em relação ao digital Século Diário, não só na academia, mas em conjunto com a práxis como retorno à sociedade, no ímpeto de sanar a lacuna na construção de uma memória e identidade regionais, posto que a trajetória, tanto do seu fundador Rogério Medeiros como a dos veículos de jornalismo por ele fundados, confundem-se com fatos da própria história do Espírito Santo.

Devido a sua importância para este trabalho de pesquisa, nos pusemos a conversar com o jornalista Rogério Medeiros, de 83 anos, no início do segundo semestre de 2019. Na ocasião, em um primeiro contato fomos surpreendidos pelo seu afastamento das atividades do jornal naquela semana devido a uma delicada cirurgia na cabeça. Posteriormente, em 2020, junta-se o período de reclusão para repouso e recuperação da cirurgia com a pandemia do coronavírus (COVID-19) e a necessidade do isolamento social principalmente para grupos de risco de contágio. Conseguimos conversar com sua filha, diretora de redação do jornal.

Dessa forma, organizamos nossa dissertação com intuito de relatar as minúcias deste percurso. O primeiro capítulo trata da Revisão Bibliográfica ou Revisão de Literatura sobre os termos que circundam o jornalismo não-dominante dividido em tópicos. No segundo capítulo, apresentaremos breve análise preponderantemente descritiva da Revista Século, veículo que antecedeu o digital independente Século Diário. Analisaremos sua sustentabilidade, seu posicionamento editorial como mídia segmentada mais próxima à tradicional, tendo como base teórica, aqui em específico, a Economia Política da Comunicação e Cultura (EPCC). O terceiro capítulo é marcado pela investigação da transição da Revista Século para o digital Século Diário, dois veículos com diferentes propostas editoriais e criados em contextos sociopolíticos distintos, apesar da convergência em relação às pautas sobre Meio Ambiente, “carro-chefe” que simboliza a luta pelo respeito à vida, aos povos originários e à natureza constante da trajetória

do fotojornalista Rogério Medeiros, que também é descrita mas refletida de forma crítica num resgate exploratório e bibliográfico. Adicionalmente, apresentamos as manifestações e formas de silenciar, como a censura judicial enfrentada continuamente pelo digital Século Diário. No quarto capítulo, é relatada de forma breve a crise como consequência das asfixias jurídica e financeira que atingiram estruturalmente o jornal independente Século Diário. Entrevistamos Manaíra Medeiros, também editora e diretora de redação, remanescente do grupo de jornalistas que saiu do jornal, em 2017. Analisamos seu perfil, as dificuldades de manter a sustentabilidade do negócio jornalístico e seu apontamento de alternativa para sobrevivência do jornal dito independente. Após rápida descrição do aspecto estrutural do jornal, daremos sequência à tentativa de entendimento do termo “independente” discutindo, no sexto capítulo, a postura editorial do Século Diário, no recorte da editoria de Meio Ambiente, uma das exclusivas do jornal digital capixaba. Abordaremos a questão tendo em vista um resgate histórico, e também numa comparação com o silenciamento imposto pela mídia dominante, ao contrário da abordagem interpretativa do Século Diário que marca posição a favor da agroecologia, dos povos originários e das classes subalternas no estado do Espírito Santo. Também é descrita a instabilidade do banco de dados do jornal, constante das dificuldades estruturais enfrentadas pelo jornalismo de pequena escala e de resistência, a exemplo do realizado pelo Século Diário. Por último, no sétimo capítulo, num retorno aos questionamentos que nortearam a busca em torno do objetivo inicial deste trabalho de pesquisa, discutimos diante do todo pesquisado o conceito de “independência” do Século Diário, dentro da teoria do jornalismo alternativo e legitimado pela fala do trabalhador jornalista.

Como primeiro trabalho, crítico e ao mesmo tempo remetendo a pontos da história do jornal Século Diário e de seus jornalistas, nossa dissertação não é linear, portanto, numa dinâmica reflexiva sobre o objeto, o leitor pode encontrar esclarecimentos durante todo o percurso até a finalização da leitura. Sugerimos atenção às notas teóricas e explicativas sobre o desenvolvimento do trabalho que se encontram em rodapé. Esclarecemos quanto à nomenclatura técnica: o jornal inicialmente se autorreferencia como *eletrônico*, mas aqui também utilizamos o *digital* em contraponto ao analógico, tendo em vista que o Século Diário se localiza no ambiente *online*. Passemos então a jogar luz sobre pontos iniciais deste caminho de pesquisa que percorremos sobre o jornalismo dito independente do Século Diário. Nosso desejo é que o leitor saiba ler os implícitos deste trabalho de pesquisa. Enquanto que, outros pontos ficarão em suspensão para que próximos pesquisadores imbuídos, como nós, do interesse e da curiosidade na pesquisa sobre jornalismo dito independente possam tecer maiores

aprofundamentos.

2 O INÍCIO DO PERCURSO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Stumpf (2009, p.52), “a revisão de literatura é uma atividade contínua e constante em todo o trabalho acadêmico e de pesquisa, iniciando com a formulação do problema e/ou objetivos do estudo e indo até a análise de resultados”, ou seja, fazendo parte de todo o percurso na problematização e reflexão das etapas da pesquisa. No nosso caso, esse processo de coleta iniciou-se efetivamente no segundo semestre de 2018, por meio de breve levantamento exploratório qualitativo de artigos científicos já publicados, entre 2009 e o final de 2018, em revistas científicas de “Comunicação e Informação” (Qualis Capes A1 a B2), preferencialmente, e anais de Congressos da área, além de teses e dissertações disponíveis no Banco de Dados da CAPES e nos repositórios institucionais das universidades.

Para Diehl e Tatim (2004, p. 97), “a revisão deve-se limitar às contribuições mais importantes diretamente ligadas ao assunto, com a menção ao nome de todos os autores no texto ou em notas, e, obrigatoriamente, nas referências bibliográficas”. Segundo os autores, é por meio da revisão de literatura que há possibilidade do exame e escolhas das correntes teóricas a serem utilizadas na metodologia de pesquisa. Aqui, as palavras-chave de busca foram: Contra-hegemonia; Crise do Jornalismo; Jornalismo Alternativo; Rotinas produtivas; Trabalho do Jornalista - em que todas estivessem linkadas umas com as outras dentro do nosso tema.

Ao iniciarmos a busca exploratória, nosso objetivo foi verificar e sistematizar a apresentação do tema contra-hegemonia no jornalismo, buscando compreender as especificidades desse Jornalismo como alternativa aos meios de comunicação dominantes ou tradicionais e, por nosso contexto sócio-histórico e político, acabamos por desembocar no recorte da América Latina. Afinal, qual Jornalismo é praticado pelo capixaba Século Diário? Como descobri-lo? Esse estudo exploratório foi fundamental para delimitarmos as ações de pesquisa e para refletirmos tal problemática dentro do nosso objeto, o jornal eletrônico Século Diário, num constante diálogo entre teoria e prática.

2.1 A IMPRENSA DA AMÉRICA LATINA BURGUESA X AMÉRICA LATINA POPULAR

As ações de contra-hegemonia¹ são, para o filósofo italiano Antonio Gramsci, na ótica de MORAES (2010, p. 73), “instrumentos para criar uma nova forma ético- política’, cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista”. A imprensa das classes subalternas e a indústria jornalística estariam, *a priori*, em lados opostos na luta hegemônica.

Do jornalismo que desafiou o autoritarismo militar da América Latina Burguesa, entre 1960 e 1970, ao jornalismo contemporâneo de recusa ao projeto hegemônico de resquíio neocolonialista, o conteúdo (pautas) contestatório é ponto convergente da imprensa da América Latina Popular. Porém, o termo “alternativo” continua em aberto, sem consenso definitivo na academia, assim como o jornalismo independente se coloca muitas vezes como alternativo e todos esses são analisados como contra-hegemônicos.

Necessária para compreender minimamente as motivações que nos levam a analisar a estrutura administrativa financeira, juntamente com a produção noticiosa do *Século Diário*, ambos permeados pelo resgate histórico, é a apresentação do tema contra-hegemonia no jornalismo - “lugar de conflito” como afirma Bucci (2000, p.11) – que se faz por meio do resgate na íntegra do levantamento exploratório (*Estado da Arte*) de artigos científicos já publicados, entre 2009 e 2018, em revistas científicas de “Comunicação e Informação” (Qualis Capes) e anais de Congressos da área, além de teses e dissertações disponíveis no Banco de Dados da CAPES e nos repositórios institucionais das universidades em conjunto com uma reflexão crítica de teor bibliográfico que permeia desde o alternativo histórico (imprensa alternativa) à indefinição do alternativo na contemporaneidade. Como consequência do processo sócio-histórico de colonização e neocolonização na América Latina, dois modos antagônicos do ‘fazer notícia’ na

¹ Em Comunicação, autores como Dênis de Moraes e Eduardo Granja Coutinho utilizam o termo contra-hegemonia. Embora muitas vezes remetido à formulação do conceito de contra-hegemonia, não há registro do termo na obra de Antonio Gramsci, que fala apenas em conquista da hegemonia na Teoria do Estado Ampliado, num embate entre sociedade política e sociedade civil. O termo contra-hegemonia só emergiu pelos intelectuais que seguiram a base gramsciana de pensamento. Gramsci pressupõe hegemonia como conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classe sobre as outras. Naquele momento, a disputa se dava entre a classe operária e o Estado totalitário italiano. Para Gramsci, os “aparelhos privados de hegemonia” não estariam só ao alcance do Estado. A classe proletária, com o engajamento prático que se constitui numa mudança não só da estrutura, mas do seu modo de pensar e de sua consciência, conseguiria ascender ao poder por meio de uma política transformadora (LIGUORI, PASQUALE, 2017).

contemporaneidade configuraram-se nesta região sulista do globo, na cidade latino-americana, historicamente renegada ao projeto exploratório do ‘homem branco’ europeu. Em “A imprensa alternativa como resistência à indústria jornalística resultante do processo de neocolonização” (2010), publicado na revista colombiana *Punto Cero* (SciELO), o professor brasileiro, Alexandre Barbosa, difere a chamada “América Latina Burguesa” (ou a nação burguesa) da “América Latina popular” (ou a nação popular), dois tipos de América, e seus veículos de comunicação orgânicos.

Se, no passado colonial, no auge entre os séculos XV e XVI, o discurso de poder da classe “superior” dominante era justificado pela exploração de mão-obra escrava dos ditos “inferiores” nos países latinos e pelo modelo econômico primário-exportador de exploração, é na Modernidade (final do século XIX e começo do século XX), com o Imperialismo, que essa estrutura geradora de desigualdades sociais, econômicas, políticas, raciais e culturais se consolida sob a justificativa da produtividade, do mito do progresso e da missão civilizatória sobre as classes oprimidas. Como consequência, em termos de conteúdo, para Barbosa (2010) “presente apenas na imprensa alternativa, proletária, a América Latina Popular [periferia] é condenada a sua solidão não só pela imprensa, mas por todo o aparato forjado pela América Latina Oficial.”

Para Barbosa (2010) a América Latina Popular é representada pelos seus veículos orgânicos como: Agência Carta Maior, Aditai, Revista Fórum, América Libre, ALAI, Voz Rebelde, Caros Amigos, Brasil de Fato, Red Por Ti América, Jornal Sem Terra, Revista Sem Terra, Vozes da Terra, entre outros. Nas páginas da imprensa das classes subalternas, que também pode ser chamada imprensa proletária ou alternativa, está registrada a história das lutas populares, das greves operárias, das revoluções no campo, das guerrilhas e dos movimentos sociais e da cultura popular do continente latino americano (BARBOSA, 2010).

Representando uma forma de resistência e construção contra-hegemônica à chamada indústria jornalística tradicional, “no caso brasileiro, mídias como Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Veja, Isto É, Época, Jovem Pan, Bandeirantes, Rede Globo, TV Record e UOL” (BARBOSA, 2010), a imprensa alternativa na América Latina desenvolveu-se para responder às demandas políticas proletária, camponesa, indígena, negra, mestiça etc. A dissertação de Barbosa (2005), apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), trata justamente da intersecção entre o ambiente

sócio-histórico e o ambiente jornalístico na América Latina, cujo entroncamento monta o cenário de solidão, também fruto do nosso olhar viciado, “americanizado”, desafiando-nos a pensar o jornalismo com metodologias próprias tanto no mercado de trabalho como na pesquisa e no ensino. Características sócio-históricas que justificam a escolha do recorte desta pesquisa no território da América Latina, especialmente no Brasil, para que possamos situar o território do Espírito Santo onde encontra-se a base material do Século Diário.

Em entrevista à Fernandes (2013), que traça um panorama de experiências da mídia contra-hegemônica alternativa no Brasil e no restante da América Latina pelo viés da historicidade, abordando sua trajetória dentro dos objetivos e contextos políticos e sociais, em seus vários formatos e processos produtivos, dos períodos em que floresceram, especialmente nas ditaduras militares, o professor Dennis de Oliveira, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) conceitua: “a comunicação alternativa na América Latina é uma atitude, uma ação política, que está muito mais ligada a uma radicalização da democracia do que necessariamente a um projeto socialista, embora possa ter isso em seu bojo”, ou seja, por vezes diferente do projeto socialista de Antonio Gramsci de superação do sistema, mas com uma agenda distinta à da pauta única dos grandes meios de comunicação comerciais (FERNANDES, 2013).

O fortalecimento das esquerdas (contra o regime militar) e das experiências alternativas como formas de resistência à opressão, advindos com a Revolução Cubana (1959), ocorreu em projetos de jornais ligados a partidos políticos, por exemplo, no Uruguai. Enquanto que, na Argentina, foi criada a Agência de Notícias Clandestina (conhecida como ANCLA) por antigos jornalistas e militantes do periódico Notícias, que circulou antes do golpe militar de 1976 (FERNANDES, 2013). A ANCLA, segundo Fernandes (2013), era responsável por plantar informações de denúncias de crimes contra os Direitos Humanos cometidos pelos militares na imprensa local e internacional. No Brasil, Fernandes (2013) destaca Caros Amigos, Revista Fórum, Brasil de Fato, além do Centro de Mídia Independente da Agência Carta Maior, estes dois últimos oriundos de articulação do 1º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em janeiro de 2001. A Agência Adital, inclusive, surgiu para divulgar notícias da América Latina e Caribe, mas a partir de três entidades italianas que apresentaram o projeto ao religioso dominicano, militante dos direitos humanos e escritor Frei Betto (FERNANDES, 2013).

Por último, também com o recorte da comunicação não comercial no Brasil e na América Latina entre a década de 1970 e o final do século XX, Santos e Aguiar (2017) problematizam os termos em torno do “alternativo” a partir do resgate das ideias que fundamentaram tais iniciativas, observando que também as teorias da comunicação passaram ao longo dessas práticas com uma literatura predominantemente endógena. Jogando luz sobre o debate acerca do Pensamento Latino-Americano de Comunicação na academia, e buscando uma comunicação e cultura autônomas no âmbito latino, Santos e Aguiar (2017) ressaltam a criação da *Escuela Crítica Latinoamericana de Comunicación*, que tem em seu bojo pensadores como o boliviano Luís Ramiro Beltrán e o paraguaio Juan Bordenave, o chileno Fernando Reyes Matta, o educador argentino Mário Kaplún, o sociólogo peruano Rafael Roncagliolo. Influenciados pelo próprio Gramsci, Michel Foucault, Noam Chomsky, Theodor Adorno, Stuart Hall e pelo brasileiro Paulo Freire, todos os autores latinos tiveram papel importante na elaboração do Relatório MacBride, síntese da Nova Ordem da Informação e da Comunicação (Nomic), discutida entre 1972 e 1986, projeto de caráter internacional que reorganizaria os fluxos globais de informação entre países ricos e subdesenvolvidos por meio de ações governamentais e por ações de entidades privadas com fins públicos com origem na sociedade civil.

A partir dessa reflexão de conceitos e teorias sobre esse tipo de comunicação alternativa, o artigo de Santos e Aguiar (2017), publicado nos anais da ALCAR, traz questionamentos sobre alguns temas ainda pouco explorados como as formas de sobrevivência/ financiamento das experiências alternativas, particularmente aquelas que se pretendem como mídia alternativa ou independente de caráter jornalístico, como no caso do nosso objeto. “O desprezo pelas formas de financiamento pode ser um dos fatores que explicam a pouca literatura sobre a sustentabilidade financeira da imprensa/ comunicação/ mídia alternativa” (SANTOS; AGUIAR, 2017, p.12). Para os autores, poucos foram os teóricos que trataram desse tema, pois quem teorizava sobre a comunicação alternativa na América Latina, inclusive no Brasil, eram os próprios produtores e ativistas.

2.1.1 A imprensa Alternativa histórica: contra a repressão pós-golpe militar

Segundo Bernardo Kucinski (1998), no Brasil, a expressão “imprensa alternativa”- tradução literal do inglês “*alternative press*” usado para designar a arte e cultura nos Estados Unidos e

Inglaterra- foi usada pela primeira vez por Alberto Dines em 1976, em sua coluna semanal de crítica à cobertura da mídia “Jornal dos jornais”, na Folha de São Paulo. No caso, Dines fazia referência à imprensa brasileira, até então chamada de “imprensa nanica”, “marginal”, dentre outras alcunhas, surgida em contrapartida à forte censura e repressão à liberdade imposta no Período da ditadura, pós Golpe militar (1964 a 1985), que teve no decreto Ato Institucional nº5 seu apogeu autoritário, em 1968, no Governo Costa e Silva.

Kucinski (1991), em *Jornalistas e Revolucionários*, remonta ao surgimento de uma numerosa imprensa alternativa, com mais de 150 periódicos, ao interesse das esquerdas em transformar as instituições. No caso dos alternativos, foram também responsáveis pela crítica na observância aos Direitos Humanos e ao modelo econômico do milagre brasileiro no período (KUCINSKI, 1991). Havia semanários sob o signo da resistência político-cultural como “O Pasquim”, fundado por Tarso de Castro, e “Opinião” e “Movimento”, que contaram com Raimundo Pereira, ambos jornalistas experientes, exemplos de protagonismo que distinguiam-se “[...] pela sua disposição contestatória, pela sua intransigência intelectual e, em certa medida moral, pela afinidade com os motivos ideológicos que moviam os ativistas políticos” (KUCINSKI, 1991, p. 5), forjando uma cultura de contra-informação.

De acordo com a professora da Universidad Autónoma de México, Regina Aida Crespo (2018), após passar por jornais alternativos como O Pasquim, o jornalista Marcos Faerman fundou a revista *Versus*, editada em São Paulo entre 1975 a 1979 e publicada em 34 edições, partindo de um projeto baseado na opção pela cultura como forma de ação e na adoção da América Latina como eixo temático. Em *Versus*, com uma linha editorial diferenciada, eram publicados autores latino-americanos, além da análise de temas políticos relevantes para a região e discussão de sua produção artística e cultural, sem contar o próprio envio de repórteres para acompanhar o que acontecia nos países vizinhos.

O estudo de Crespo (2018), publicado na Revista Matrizes, avalia a trajetória de *Versus* desde a concepção cultural inovadora (23 edições), quando tinha a “política como metáfora” (Kucinski, 1991) até a paulatina instrumentação política pela organização trotskista Convergência Socialista (11 edições), saindo da “metáfora” para a doutrinação e transformando-se, de certa forma, em jornal de partido (Kucinski, 1991). O periódico contou como inspiração o semanário uruguaio *Marcha*, fundado em 1939, por Carlos Quijano, além da revista argentina *Crisis* (1973-1976). Para Crespo (2018), a atuação do *Versus* na composição

das identidades latino-americanas e numa dinâmica de solidariedade continental foi importante na luta contra as ditaduras instauradas na América Latina da década de 1970, ao recuperar a história da colonização, da opressão e do despojo do continente.

Outro periódico dito alternativo, *O Sol*, fundado pelo poeta, escritor e jornalista, Reynaldo Jardim, e que circulou no Rio de Janeiro entre setembro de 1967 e janeiro de 1968, utilizou peculiaridades do jornalismo literário, segundo Brito e Buzalaf (2015), mais precisamente da corrente do *New Journalism*, iniciada nos Estados Unidos, para resistir ao jornalismo produzido pela grande imprensa. Os jornalistas se inspiravam nesses romancistas que aderiram a recursos da literatura como subjetividade, imersão na realidade, descrição, humanização “[...] na medida em que renunciavam à objetividade, à neutralidade, à pirâmide invertida e ao lead, considerados na época fruto do capitalismo” (BRITO; BUZALAF, 2015, p.1).

O estudo (BRITO; BUZALAF, 2015) propõe uma reflexão acerca do processo de produção textual de *Sol*, sobre essa forma de resistência pelo texto e pela técnica. Com matérias sobre saúde, educação, cultura, o periódico viria como encarte do Jornal dos Sports, cujo diretor ajudou na viabilidade de *O Sol*, considerado um jornal-escola, de espírito pedagógico-educacional (BRITO; BUZALAF, 2015), pelo qual passaram profissionais como Ana Arruda Calado (primeira mulher a chefiar redação de um jornal no Brasil), Carlos Heitor Cony, Otto Maria Carpeaux, Martha Alencar, Tetê Moraes, Ziraldo, Henfil, Zuenir Ventura, Chico Buarque, Ruy Castro, dentre outros (BRITO, BUZALAF, 2015). Vale acrescentar que, no Brasil, já havia, segundo Lima (2008, apud BRITO; BUZALAF, 2015), a revista *Realidade*, fundada em 1966 e sucesso pelas reportagens sociais, e o *Jornal da Tarde* - idealizado por Mino Carta, hoje fundador de ‘Carta Capital’- como exemplos de produções jornalísticas influenciadas pela *New Journalism*.

Já o estudo de Silva (2016), acerca do Jornal *Varadouro – Jornal das Selvas* como imprensa alternativa, traça apontamentos sobre o periódico - que circulou em Rio Branco, capital do Acre, de 1977 a 1981- produzido numa estrutura com corpo técnico e administrativo formado por editor, redatores, fotógrafo, diretor responsável e diretor financeiro. Como o material para produção do jornal era externo e, por vezes, faltava disponibilidade de gráfica para publicá-lo, o *Varadouro* poderia sofrer atrasos na sua periodicidade (SILVA, 2016).

Segundo Silva (2016), enquanto fonte para a produção historiográfica regional, numa análise

das 24 edições do *Jornal das Selvas*, foram observados: a linha editorial (defendia publicação do *Varadouro* de 15 em 15 dias), o lugar social (combate aos efeitos negativos da nova orientação migratória para a região acriana que era apresentada como solução para a reforma agrária brasileira), as principais temáticas abordadas (sobre floresta, meio ambiente, questão fundiária, mulheres, indígenas) e seus financiadores (as edições iniciais do *Jornal das Selvas* foram custeadas pela Igreja Católica) e o público-alvo (seringueiros, os ribeirinhos, posseiros, indígenas, todos aqueles trabalhadores sem oportunidade e sem perspectiva de melhores condições de vida). O jornal, segundo Silva (2016), pertencia à empresa chamada Macauã LTDA.

Por último, Gloria e Strelow (2017) traçam o panorama das pesquisas desenvolvidas a respeito do *Coojournal*, distribuído entre 1976 e 1983, em todo Brasil, já no final do período militar e produzido por uma cooperativa de jornalistas (a primeira do país) no Rio Grande do Sul, na luta pela redemocratização. Dentre 14 trabalhos identificados pelos autores, o de Mansan (2008, apud GLORIA; STRELOW, 2017), publicado nos anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, em 2008, trata inclusive da possibilidade desse tipo de imprensa contra-hegemônica trazer alguma superação positiva do sistema do capital ao tentar entender qual a função ideológica cumprida pelo *Coojournal*.

“Em sua concepção, o periódico [o *Coojournal*] não constitui um exemplo típico de imprensa alternativa, segundo a conceituação de Aquino, mas um caso híbrido entre imprensa alternativa e imprensa convencional” (GLORIA; STRELOW, 2017, p. 12). Corroborando a ideia, Kucinski (1991) ressalta: “*Coojournal*, ao contrário da maioria dos jornais alternativos, era convencional do ponto de vista mercadológico, operando com anúncios, e tendo na receita publicitária parte decisiva de sua cobertura de custos” (Kucinski, 1991, p. 221), fazendo menção à estrutura capitalista que permeava o sistema de produção da notícia no *Coojournal*. Os estudos de Bandeira, Pelegrini, Dornellas (2017), Silva (2016) e Gloria e Strelow (2017) foram apresentados ao GT História da Mídia Alternativa da ALCAR.

2.1.2 Discussão sobre conceito: o “alternativo” no Jornalismo do Brasil Democrático

Criado em 1987 pelo jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, o *Jornal Pessoal* se constitui exceção por ser o mais longo da história do jornalismo alternativo brasileiro. O estudo de Seixas e Castro (2014) sobre o embate discursivo entre os jornais paraenses *O Liberal* e o

Diário do Pará, ditos hegemônicos, também inclui o *Jornal Pessoal* como importante forma de resistência. Conhecido como JP, de circulação quinzenal, o periódico possuía 16 páginas e tiragem inicial de doze mil exemplares. Lucio Flavio Pinto é, de acordo com Veloso (2010, apud SEIXAS; CASTRO, 2014), um dos maiores especialistas brasileiros em questões amazônicas.

O JP é feito por seu editor de forma solitária e tem como *slogan* ser uma “Agenda Amazônica”. Nesse sentido, prioriza pautas voltadas para a política regional, economia e meio ambiente – com ênfase no impacto dos grandes projetos desenvolvidos na Amazônia por empresas privadas e estatais –, narcotráfico, mídia, escândalos financeiros e problemas urbanos. A ausência de anúncios publicitários é uma das singularidades do periódico, que se mantém apenas com a venda em banca, sem serviço de assinatura. O exemplar custa R\$ 5,00. Tais características o colocam em uma posição contra-hegemônica na imprensa paraense, o que já gerou um resultado pesado de exatos 33 processos judiciais contra seu editor (SEIXAS; CASTRO, 2014, p.104).

A “agenda amazônica” de Lúcio Flávio Pinto no *Jornal Pessoal* foi uma consequência da formação do patronato da mídia naquela região, conforme explica Veloso (2008), em tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em estudo que investiga as razões da existência e longevidade do *Jornal*, que deixou de circular impresso em dezembro de 2018, finalizando um ciclo de 31 anos de existência.

Com um aviso no *blog* que mantém por conta própria, Lúcio Flávio Pinto expõe os motivos da exaustão do JP. Dentre esses, a falta de viabilidade comercial por se recusar a aceitar publicidade, justamente a opção que, para o seu criador, garantiu sua plena independência e autonomia. “Atualmente, o jornal já não se paga. Sem capital, não tem como cobrir o prejuízo” (PINTO, 2018). A incerteza do apoio voluntário, a dificuldade de manter o padrão do JP após a criação do *blog*, além do alegado desgaste físico e emocional provocado pela pressão em cuidar sozinho da edição, impressão, expedição e distribuição, deixariam Lúcio Flávio Pinto impossibilitado de continuar o JP, algo que Veloso (2008) deixa claro ao dedicar um capítulo para aquele que, segundo ela, “trata-se de um intelectual ‘público’, no sentido aplicado por Jacoby ao termo, e certamente ‘tradicional’, no conceito gramsciano” (VELOSO, 2008, p. 220).

Ainda na época do lançamento do JP, o Brasil passava por um lento processo de abertura política, que culminou com a promulgação da Constituição da República, em 1988. Após a abertura democrática (1989) que desmontou o aparato de censura ideológica dos militares

oficialmente, o termo “alternativo” assume nova roupagem tornando-se motivo de discussão acadêmica. Numa cartografia dos usos conceituais do “alternativo” (PACHI, SOUZA, MOLIANI, 2016) diferenciam imprensa e/ou jornalismo alternativo (sendo considerados pelos autores sinônimos) de comunicação alternativa, a partir das linhas teóricas abordadas na produção acadêmica brasileira recente. Nesse mapeamento entre artigos e teses e dissertações no banco da CAPES, os autores perceberam que “a comunicação alternativa em geral é tratada como campo que não inclui necessariamente o jornalismo alternativo” (PACHI, SOUZA; MOLIANI, 2016, p.13), sendo objetos com dinâmicas distintas.

Quanto aos objetivos do Jornalismo alternativo na contemporaneidade, segundo constatado por Pachí, Souza e Moliani (2016), refere-se à continuidade do que foi o alternativo “histórico” em oposição ao regime militar de 1964. Porém, dentro de uma outra ambiência, a digital. O ponto de partida de análise teórica da imprensa alternativa seria a resistência política e a abordagem de temas, seja no que se refere aos posicionamentos assumidos ou na sua inclusão, pois não encontram espaço na mídia tradicional. Enquanto os estudos de comunicação alternativa estão relacionados à exclusão social, preocupados com o processo comunicacional que integra o trabalho dos grupos e comunidades em defesa de seus interesses (PACHI; SOUZA; MOLIANI, 2016).

A partir do mapeamento de 102 pesquisas (87 dissertações e 15 teses, de 1972 a 2012) realizado por Otre (2015), desenvolvidas nos Programas de Pós- Graduação em Comunicação *stricto sensu* no Brasil, apesar da congruência de objetivos a favor das classes subalternas, a autora também aponta diferenciação conceitual dentro da subárea chamada da comunicação popular, alternativa e comunitária (CPAC). Mais voltada ao que diz respeito à comunicação no contexto dos movimentos populares, Otre (2015) define “jornalismo popular alternativo” como menos amplo que a comunicação popular e alternativa, porém, “nas mesmas bases [...] no que diz respeito a temas, participação, postura ante os grandes meios” (OTRE, 2015, p.16). Entretanto, devido ao fato de a distribuição ir além do local, as tiragens do “alternativo” costumam ser maiores quando comparadas às experiências de comunicação popular e comunitária. Em seus mapeamentos, tanto Moliani et al. (2016) quanto Otre (2015) apontam a professora Cicília Krohling Peruzzo como uma das principais referências na subárea da CPAC.

Peruzzo (2009) sustenta que, a partir da manifestação da comunicação alternativa no contexto militar no Brasil na transição para as diferentes práticas comunicacionais ditas contra-

hegemônicas, o termo “alternativo” não possui significado único. O “alternativo”, para Peruzzo (2009), pode tanto se referir a jornais e outros canais comunicativos independentes — orgânicos ou não a movimentos sociais — como a publicações alternativas elaboradas por segmentos da pequena burguesia, passando pela comunicação popular e comunitária e chegando àquela produzida por segmentos sindicais.

Contudo, para a autora, a denominada “imprensa alternativa” — termo usado por Peruzzo (2009) para referir-se àquela contra o regime militar apenas — desaparece, mas sua dinâmica contestatória é recriada no jornalismo alternativo, do início do século XXI, que assume novas feições possibilitadas pelos recursos das novas tecnologias da informação e comunicação (PERUZZO, 2009). “Reedita formas de expressão impressas e audiovisuais, cria novos canais e, ao mesmo tempo, se recria por meio de novos formatos digitais que o avanço tecnológico favorece” (PERUZZO, 2009, p. 137).

Em um estudo de caso sobre a Agência Pública (agência de reportagem e jornalismo investigativo independente e sem fins lucrativos, criada por mulheres em 2011, e sediada em São Paulo), por exemplo, através de análise de conteúdo por meio da verificação do modo de sustentação, tipo de fontes, quantidade consultada e a temática das publicações, Becker e Carvalho (2016) chegaram à conclusão de que a Agência Pública desempenha Jornalismo Alternativo. No recorte entre 13 de junho de 2016 a 13 de julho de 2016, isto é, um mês, os autores puderam verificar que o veículo traz à tona temáticas invisibilizadas pela mídia convencional em suas reportagens aprofundadas, além de ser alternativo aos procedimentos e formatos convencionais do jornalismo e aos grandes meios de comunicação (BECKER; CARVALHO, 2016).

Antes, considerando a internet como plataforma de difusão e por meio de análise dos elementos na construção de duas reportagens da Agência Pública, Carvalho (2014) já havia verificado que, apesar de seu modo diferenciado de sustentabilidade (recebe recursos de fundações e por meio de financiamento coletivo), os textos jornalísticos da Pública “apresentam um grau de aprofundamento significativo, trazem fontes não oficiais, apresentam uma narrativa interpretativa e, por isto, podem ser entendidas como grandes reportagens” (CARVALHO, 2014, p. 140).

2.1.3 Características: de recusa ao projeto hegemônico, de representação das minorias a radicalizador da democracia

Para qualificar o alternativo, alguns trabalhos partem da visão crítica sobre o outro tipo, o dominante. Para Possebon (2011, p. 2) “novos modelos de geração e expansão de saberes, estabelecendo meios de comunicação, aqui nomeados de alternativos, para criticar o discurso apresentado pela grande mídia e propor outras discussões” nascem do desejo de se contrapor ao sistema de controvérsias da grande mídia, que diz defender a democracia, mas que negligencia pautas dos movimentos sociais. A autora considera a comunicação alternativa como instrumento emancipatório, e o jornalismo como enriquecedor da esfera pública e como contraponto àquele mantenedor do pensamento hegemônico (POSSEBON, 2011).

Já a legitimidade do modelo de negócio adotado pela grande mídia é questionada por Silva (2016) a partir da teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu, entendendo o fenômeno como consequência do processo de perda de autonomia do campo jornalístico em favor de restrições econômicas. Porém, nesse trabalho, a autora deixa claro considerar como jornalismo alternativo as experiências que se autodenominam alternativas à mídia convencional e que se constituem sem fins lucrativos, como, por exemplo, Jornalistas Livres e Agência Pública. O estudo foi apresentado à ALCAR, em 2016.

Características como data de criação e perenidade, formas de financiamento, plataformas de hospedagem e posicionamento político-ideológico foram cruciais para Carvalho e Bona (2017) na busca do próprio conceito teórico de Jornalismo Alternativo no ambiente digital. Por meio de um mapeamento exploratório, realizado entre 2015 e 2017 em 71 sites (aparentemente jornalísticos de abrangência nacional com potencial para alternativos, denominados pelos autores de SAPJA), Carvalho e Bona (2017) constataram que, dos 65 ativos, apenas 24 apresentavam posição política de esquerda (progressistas), com fins não lucrativos e não vinculados a algum grupo empresarial, particularidades que dariam o tom de “alternativo” para os autores. Dentre eles, Agência Pública, Diário do Centro do Mundo, Jornalistas Livres, Brasil de Fato, Repórter Brasil, Mídia Ninja, Carta Maior, Nexo, Terra Sem Males, Revista Berro e Rede Brasil Atual etc. (CARVALHO; BONA, 2017).

Na nova imprensa alternativa do século XXI, para Santos (2013, p.95) “os alternativos são comprometidos com valores de dimensão humana e de cidadania em detrimento do aspecto

financeiro ou capitalista. São engajados socialmente e criticam a desigualdade social”. Já Guimarães (2017) acredita que as práticas de contra- hegemonia, alternativas advindas com a crítica dos meios de comunicação de massa, precisam ultrapassar a denúncia que reduz os problemas a um simples processo de manipulação e ir além da proposta de produzir contrainformação e abrir espaço para a pluralidade de vozes.

É nesse emaranhado de condições objetivas e subjetivas que parece residir a diferença que aqui tentamos insinuar entre as iniciativas meramente ‘alternativas’ e uma prática efetivamente contra-hegemônica — que, coerente com nossa perspectiva materialista, não está pré-moldada e só se constrói (e se conforma) no movimento da própria realidade e da organização social. Mas isso também impõe que se tracem caminhos (teóricos e táticos) para distinguirmos — nas práticas e nas instituições, no discurso e na organicidade — os projetos e iniciativas que se arvoram na disputa de hegemonia daqueles que, por princípio, se encerram nos limites críticos da imprensa pequeno-burguesa, que apesar de ‘alternativa’ ao discurso único produzido pelos grandes meios massivos, e a despeito do importante trabalho de contrainformação que promove, está presa no seu próprio horizonte de classe (GUIMARÃES, 2017, p.15)

Da mesma forma, o professor Dennis de Oliveira (2009) aborda o “esvaziamento” das categorias valorativas da esfera econômica da mídia hegemônica para valer-se de uma práxis jornalística alternativa, aquela no âmbito crítico da esfera pública, apontando as suas insuficiências e discutindo em perspectiva a sua transformação, segundo Oliveira (2009), numa dimensão próxima ao que Zigmunt Bauman chama de utopia iconoclasta. Em outras palavras, significa recusar o consenso (um dissenso radical) e o projeto político ideológico único, hegemônico, ou, como afirma Santos, “[...] ela ultrapassa os limites de uma ação meramente comunicativa para ser instrumento de um projeto sociopolítico de transformação” (SANTOS, 2013, p. 93).

Por último, outro estudo de Oliveira (2011), publicado na *Revista Signo e Pensamiento da Universidade Javariana* (Colômbia) (SciELO), aponta: por meio da legitimação de agendas e fontes e, por consequência, da ampliação das vozes na agenda pública, há um potencial para radicalizar a democracia através do Jornalismo Alternativo. Classificando as fontes, por exemplo, em oficiais (ligadas à esfera política), intelectuais (pesquisadores e pensadores), lideranças de movimentos sociais e cidadãos comuns, percebeu-se, entre janeiro e junho de 2009, nos periódicos brasileiros Caros Amigos, Brasil de Fato, Le Monde Diplomatique e Revista Fórum, no geral, maior presença da fala dos intelectuais e de representantes de movimentos sociais e populares.

2.2 JORNALISMO DO SÉCULO XXI: A CRISE QUE INTERFERE NAS ROTINAS E NO TRABALHO DO JORNALISTA

Uma crise forjada nos valores estruturantes da matriz de sustentação jornalística como a objetividade, isenção e imparcialidade, ancorados no discurso da modernidade do tempo linear sob o ponto de vista teleológico da história. Vendo o Jornalismo como campo de conflitos culturais, Manna, Jacome e Ferreira (2017), por meio de discursos autorreferentes da chamada “mídia de referência” (O Globo e Folha de São Paulo) e do jornalismo de contraposição alternativo (Mídia Ninja e Jornalistas Livres), problematizam por meio de um exercício historicizante a ideia dessa “crise” diagnosticada por vários autores e agentes midiáticos contemporâneos.

Esse sistema de crenças, característica da retórica hegemônica do jornalismo no Brasil, encontra-se legitimado sob a matriz cultural do –ismo, como ambíguo lugar de disputas pela hegemonia. Tensionando a matriz hegemônica, a mídia alternativa oferece um novo lugar nesta recontextualização de autonomia institucional de discurso, relacionado a práticas culturais e políticas a eles associadas, também próximos a grupos políticos de esquerda, além de novas formas de funcionamento (*crowdfunding*) que tentam superar a crise, que também é econômica (MANNA, JACOME, FERREIRA, 2017).

Utilizando como referência para reflexão um alemão (Nietzsche e sua multiplicidade de perspectivas em *A genealogia da moral*), um estadunidense (Douglas Kellner e a noção de multiperspectividade de *A cultura da mídia*) e um brasileiro (Norval Baitello Junior, professor da PUC-SP e sua metáfora das janelas em *O pensamento sentado*) Carraro (2017) utiliza múltiplas abordagens para sintetizar a crise do jornalismo e o discurso sobre a crise. No artigo apresentado à Intercom, dialogando com pontos-chave como a pesquisa empírica e novas perspectivas de observação sobre o perfil do jornalista, trazendo inclusive a noção segundo a qual o “tradicional *gatekeeper* passa a ser entendido por muitos como *gatewatcher* no mundo on-line” (CARRARO, 2017, p. 10) e as transformações especialmente do jornalismo *online* contra-hegemônico na América Latina, a autora considera o uso da metáfora da janela ou da multiperspectivação, com diferentes olhares, uma tentativa de superar a simplificação da abordagem de compreensão única.

Sob o questionamento “o Jornalismo vai acabar?” também na esteira da crise em termos de

ruptura e continuidade, questões relativas a mercado de trabalho, diploma, novas tecnologias no jornalismo brasileiro (e suas várias crises) são discutidas por Lopes (2011) levando em consideração que o processo de construção da identidade do profissional jornalista passa por conflitos e transformações. Para a autora, é preciso pensar sobre as instabilidades do jornalismo pela perspectiva do indivíduo jornalista, ou seja, levando em consideração a dimensão profissional como uma das variáveis para se entender a atividade jornalística. Enquanto Cassol (2010), em dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos, cujo título é *Brasil de Fato: a imprensa popular alternativa em tempos de crise*, relaciona os tempos de crise em três: o das esquerdas, a financeira e a do Jornalismo para interpretar o Brasil de Fato, sua personalidade, seu funcionamento, suas notícias e potencialidades.

Pensando sobre o “chão de fábrica” da notícia numa contribuição da economia política para a práxis jornalística (BRAGA; AGUIAR; BERGAMASCHI, 2017) apresentam, no cenário de introdução das tecnologias da comunicação, três pontos para discussão: a) o debate sobre a regulamentação da formação e exercício do Jornalismo; b) o contexto das relações laborais no mercado de trabalho jornalístico; c) a crise da narrativa e do papel social do/a jornalista, considerando aspectos culturais, econômicos, políticos e tecnológicos. Para os autores, as incertezas da regulamentação da atividade jornalística, o contexto flutuante, a precarização das relações laborais no mercado de trabalho e a crise da narrativa e do papel social dos jornalistas evidenciam um campo de disputas com amplas possibilidades em aberto, inclusive para o jornalismo dito alternativo ou independente (BRAGA; AGUIAR; BERGAMASCHI, 2017).

Buscando delinear eixos de análise para pesquisa futura (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011) procuram traçar mudanças estruturais no jornalismo, as quais incluem novas formas de produção da notícia, processos de convergência digital e a crise da empresa jornalística enquanto modelo de negócio, ou seja, para os autores, “Crise de valores, crise de identidade, crise financeira” (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011, p. 40). Já Souza (2017), partindo da crise, mas dos suportes tradicionais do jornalismo, especialmente o papel, mostra como alguns veículos que migraram e outros desenvolvidos já na *web* encontram ou não recursos necessários. O autor cita o *paywall*, *crowdfunding*, doações, assinaturas e diversos tipos de publicidade, dentre outras chamadas por Souza (2017) de alternativas, incluídas no “novo modelo de negócio” no espaço da internet. Com base em 11 grupos de jornalistas que se autodeclaram como independentes e disseminam suas produções em plataformas digitais (mapa do jornalismo independente da Agência Pública), Patrício e Batista (2017) refletem sobre identidade e independência desses

grupos a partir das transformações do próprio jornalismo. Para os autores, é importante perceber “[...] a compreensão dessas iniciativas da própria noção de independência, vinculada a seus projetos. Perceber que elementos dão conta dessa independência e são justificáveis pelo discurso dos coletivos (PATRÍCIO; BATISTA, 2017, p. 12).

A partir das rotinas produtivas na chamada mídia alternativa digital, numa observação empírica em experiências como Agência Pública e Mídia Ninja (AGNEZ; PIRES; PIMENTEL, 2016) organizam três perspectivas pelas quais caracterizam-se o termo “alternativo”: as temáticas abordadas preocupadas com questões sociais e direitos humanos, alternativa ao modelo de negócios, e experimentação de novos formatos. A primeira fase desenvolveu-se por meio da análise de conteúdo da experiência do Projeto Truco no Congresso (de *fact checking*), desenvolvido pela Agência Pública em parceria com o Congresso em Foco, sendo organizada em quatro categorias: pauta e enquadramento; fontes; estrutura de texto; e imagens. Já na segunda fase, por meio do método entrevista em profundidade adotada com os fundadores, os autores puderam conhecer como são as rotinas de pauta, o perfil e formação desses jornalistas, as características, o objetivo e o tipo de financiamento dos projetos (modelos de negócio adotados), além da visão dos proprietários sobre a imprensa tradicional (AGNEZ; PIRES; PIMENTEL, 2016).

Com uma abordagem respaldada na teoria do *newsmaking*, especialmente no *gatekeeping*, (MORAES JUNIOR, 2017) investiga o espaço do interesse público nas atuais rotinas de produção jornalística brasileira, dirigindo seu olhar, especialmente, para a relação de jornalistas (*gatekeepers*) e público na construção da pauta e da notícia de interesse público. Por meio de entrevistas com jornalistas da imprensa tradicional e pela análise de conteúdo, Moraes Junior (2017) ressalta que, apesar das novas lógicas de trabalho nesse novo ambiente digital contemporâneo, em constante mutação na notícia e com disponibilidade de recursos tecnológicos, o interesse público continua subutilizado. O autor também verificou que a construção da notícia continua verticalizada e centralizada na dimensão tradicional da produção. Apesar dos leitores (internautas) participarem mais do processo, não conseguiram interferir no *modus operandi* tradicional, “a logística de seleção da notícia – como angulação da matéria, fontes a serem ouvidas e critérios de noticiabilidade – permanece muito nas mãos da empresa, de seus princípios editoriais e dos seus profissionais [*Gates*]” (MORAES JUNIOR, 2017, p. 209). No que diz respeito a rotinas produtivas, crise e modelos de negócio no jornalismo, os pesquisadores do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT),

vinculados à Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade São Paulo, preferem tratar mais especificamente de trabalho do jornalista e arranjos produtivos da mídia alternativa. Para compreender as mutações do mundo do trabalho do jornalista, Souza (2017) parte da produção noticiosa, cartografando suas contradições como as dimensões singulares, particulares e universais que interagem na moldura objetiva da crise que afeta o campo. Para o autor, o jornalismo tem se tornado uma prática fragmentada e instável, sendo que o empreendedorismo neoliberal afeta tanto a subjetividade do repórter e de seus projetos profissionais quanto o papel da informação jornalística na sociabilidade hegemônica contemporânea.

Já Grohmann (2013) busca compreender como o trabalho dos jornais pode ser entendido à luz da lógica dos conglomerados midiáticos a partir do imperativo da flexibilidade e do jornalista multiplataforma, onde a flexibilização e a precarização das relações de trabalho devem ser entendidas não como situações individuais, mas como estruturantes das condições de trabalho atualmente. “As mudanças nas esferas tecnológicas, nas rotinas produtivas e nas relações de trabalho criaram novas práticas e conformaram novos perfis para os profissionais de comunicação” (GROHMANN, 2013, p. 102). Esse seria o perfil do jornalista da mídia alternativa, conforme dispõem Fígaro e Nonato (2017): jovens, mulheres, multiplataformas, com vínculos precários de trabalho, baixos salários e sem condições editoriais de realizarem jornalismo independente. Para as autoras, a tecnologia digital, móvel e conectada em rede, ao mesmo tempo que intensifica o trabalho e a exploração do jornalista devido às formas como têm sido apropriada pela lógica do capital, provoca mudanças ao abrir possibilidades para o trabalho jornalístico em “novos arranjos econômicos” alternativos aos conglomerados de mídia.

A pesquisa *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*, conduzida pelo CPCT, iniciou-se em 2016 e demonstra que o mundo do trabalho do jornalista mudou na forma de dispor as rotinas produtivas, na forma de organização da empresa jornalística e na forma do resultado produzido. Tal levantamento fornece informações a respeito das formas de sustentação, atividades complementares, fontes de financiamento, *status* jurídico e vínculos com os movimentos sociais, por exemplo (FÍGARO; PACHI FILHO; NONATO, 2018). Já a tese de Nonato (2015) apresenta o estudo sobre a busca de novos arranjos econômicos para o trabalho jornalístico por jornalistas, blogueiros e migrantes da comunicação desejosos por maior autonomia, independência, liberdade de expressão e realização profissional em um cenário de

transformações tecnológicas na esfera produtiva do mundo do trabalho contemporâneo.

Ainda sobre como os “arranjos alternativos às corporações de mídia” nomeiam suas atividades de trabalho e manifestam *ethos* em seus textos de apresentação, Roxo, Grohmann e Marques (2017), considerando um conjunto de iniciativas em São Paulo, procuram identificar os diferentes lugares de enunciação, bem como as disputas de sentido engendradas nesses espaços. O trabalho define critérios operacionais para visualizar a presença/ausência de marcas enunciativas de identificação (com o jornalismo) e de diferenciação (em relação ao sentido de jornalismo enunciado pelos sujeitos) a partir da construção de duas categorias de análise classificadas como “marcadores de práxis jornalísticas”, como a gramática de pertencimento da notícia e da reportagem, e “qualificadores de jornalismo”, como o tipo e a vinculação a um território e público específicos (ROXO; GROHMANN; MARQUES, 2017).

2.3 DESVENDANDO CAMINHOS PARA A PESQUISA DE UM JORNAL INDEPENDENTE

A partir do levantamento qualitativo, constata-se que a definição do “ser alternativo” no jornalismo hodierno vem imbuída de reflexões a partir de várias características denotadoras de resistência apresentadas, seja na produção de sua notícia, seja no texto, seja nas formas de sustentação econômica (de empresa capitalista ao coletivo independente, dos regionais aos de alcance nacional) ou nas similitudes que existem em suas histórias construídas em sua grande parte por jornalistas ativistas e/ou com grande experiência, gabaritados etc.

Dos modos de financiamento ao quadro profissional (de jornalistas remunerados ou não), da longevidade (ou não) do jornal, chegando às temáticas, agendas, fontes e técnicas do conteúdo jornalístico. As classificações de “alternativo” não são puristas, mas continuam “em aberto” até pelas novas experiências que surgem em consequência da hibridez em todas essas características, dependendo também dos autores de referência apresentados. Contudo, independentemente dos parâmetros de análise, percebemos que as temáticas (pautas) contestatórias questionadoras do *status quo*, abordadas como notícia, são um ponto de militância convergente entre praticamente todos os jornais aqui elencados. Tanto a “imprensa alternativa” brasileira do passado, em contraponto a um regime autoritário, quanto o “jornalismo alternativo” do tempo presente, em confronto diário com os donos do poder na luta

contra suas omissões, distorções e desigualdades sistêmicas – ambos, por meio do seu conteúdo (e não exatamente por suas engrenagens estruturais ou só por elas, ou só pelo conteúdo e vice-versa), parecem apropriar-se da perspectiva até então não vislumbrada pela narrativa dominante em busca de um possível caminho de mudança sócio-histórica.

Partimos desse resgate exploratório sobre outras experiências alternativas para entender o sentido do “alternativo”, considerando nosso primeiro olhar para o objeto, empírico e teórico, do Século Diário. Percebemos que, para compreender o “independente” (um termo de estudo até então pouco explorado até na pesquisa científica acadêmica) do Século Diário deveríamos, nos próximos passos da pesquisa, atentar nosso olhar holístico tanto para a estrutura administrativa-econômico-financeira quanto para o processo de produção e feitura da notícia do Jornal Século Diário. Já que, ao que tudo indica, seria a análise das características das duas abordagens (estrutural e produtiva noticiosa, conjuntamente) que nos permitiria, talvez, chegar a uma aproximação ou mesmo ao tom exato da conceituação.

Saímos com nossas primeiras impressões ao pesquisar sobre o jornal *online*. No meio do caminho, descobrimos surpresos uma Revista, a Século, com uma riqueza conteudística sobre a cultura popular², o meio ambiente e os povos originários, e a própria história do Espírito Santo. Entre o jornal online e a Revista Século há o jornalista, Rogério Medeiros, diretor de ambas as publicações, sem dúvida um dos jornalistas mais experientes da cena capixaba. É esse percurso que, agora, contaremos desvendando criticamente as nuances que permearam a construção do conjunto de características próprias e intrínsecas do autodenominado independente Século Diário.

² Comunicação e cultura são termos indissociáveis para entender as estruturas sociais e as relações humanas em determinado período da História. Quando o professor e escritor galês, Raymond Williams, define cultura ainda na década de 1970, o termo aparece com sentidos distintos em relação ao surgimento da civilização moderna. Se antes, a cultura remetia a cultivos da agricultura da Idade Média, no século XVIII, o desenvolvimento em sociedade permite associar cultura a um sentido metafísico, de criatividade, ligado ao íntimo das artes e ao senso estético. Mais tarde, culturas (no plural) dariam sentido à variabilidade de modos de vida no seio social (WILLIAMS, 1969). No século XX, a Escola crítica de Frankfurt questiona a razão de ser da “cultura” como algo que não é novo, mas padronizado e forjado como indústria da mesmice e como negócio lucrativo (mercadoria), influenciando diretamente na comunicação de massa. A partir da perspectiva de classe residiria a diferenciação da cultura popular (das classes subalternas, ou com o sentido de “cultura feita pelo povo para si próprio” como afirma Williams, em *Palavras-Chave*, da “alta” cultura burguesa (autodistinta), porém, mediados por tais meios na contemporaneidade (WILLIAMS, 2007, p. 319).

3 A TRANSIÇÃO SOCIOPOLÍTICA: DO JORNALISMO DE REVISTA PARA O JORNALISMO NA INTERNET

É fato que, do papel para as malhas digitais da informática, a revolução tecnológica das últimas décadas do século XX, chamada de Idade Mídia por Rubim (2000, apud SANTAELLA, 2003), de rede de mídias específicas usadas por conglomerados de comunicação, afetou diretamente o campo comunicacional, no qual se enquadra o Jornalismo. Genro Filho (2012) já contrasta o jornalismo como forma de conhecimento cristalizado na singularidade dos fatos, mas que nasceu como necessidade acompanhada da base material da indústria capitalista e que, percebemos, pôde aproveitar-se cumulativamente das características de todas essas formações em seu *modus operandi* como ofício e técnica de construção da notícia, principalmente quando massifica-se com o surgimento do *penny press*³, até chegar ao mundo da *world wide web*, constituinte do pós-moderno.

A pós-modernidade seria, na visão de Jameson (1985) o conceito de periodização relacionado não só ao cultural, mas a um novo tipo de ordem social e vida econômica, a sociedade pós-industrial. Entretanto, não é “deslocado”, “fragmentado” ou “datado” na construção do tempo histórico, ou compreendido como simples oposição à modernidade (ao contrário do que muitos insistem em ver, não é o fim da história). Deve, para o autor, ser compreendida em sua heterogeneidade e de forma híbrida, correlacionado com o passado que o gerou, possibilitando a criticidade do sujeito histórico contemporâneo e criando resistência e alternativas às “amarras” do sistema produtivo capitalista na sociedade de consumo (JAMESON, 1985). Antes, interessante refletir que Mignolo (2017) já atenta que a própria modernidade veio com a colonização do tempo e do espaço, para o autor, os dois pilares de poder da civilização ocidental que acabam por refletir nas temporalidades que envolvem a produção noticiosa.

Ao se considerar o próprio Jornalismo atingido diretamente em sua essência de trabalho por tais mudanças tecnológicas do mundo pós-globalização, devemos pensá-lo como técnica de informação hegemônica, já que, como expõe Milton Santos (2001), até as não hegemônicas atualmente são hegemônicas. Na convergência dos momentos e na busca pelo lucro, o geógrafo expõe a falácia de que a informação globalizada seja generalizada, uma vez que há

³ Jornal em suporte papel, com custo reduzido a seis centavos, surgido na segunda metade do século XIX, com a Escola do Novo Jornalismo que leva em conta não só a função mediadora da imprensa, mas dentro de seus aspectos mercadológicos (TRAQUINA, 2005).

intermédio das empresas de comunicação que tendem a tratar o ato de informar, que seria, *a priori*, educativo, numa perspectiva mecanicista e econômica. Contudo, à parte dessa apropriação tirana e reducionista, concentremo-nos na defesa de outro uso, como sugere Santos (2001), na qual se pode incluir o Jornalismo, numa esperança emancipadora de apropriação popular dessas técnicas.

Em analogia ao que explica Rogers (2016), na diferença do que é digital e digitalizado, compreende-se que a atividade jornalística clássica não nasceu no *locus* da internet e sim “migrou” para o suporte, com todas as suas especificidades, desde a concepção do texto até a parte gráfica, por exemplo, que ali puderam ser concebidas e adaptadas. É o que Santaella (2003) também enfatiza ao afirmar que o surgimento de dispositivos tecnológicos e máquinas como o computador na chamada Revolução digital, desde meados dos anos 1990, possibilitou essa transitoriedade não-linear dos processos comunicativos, sempre permeada pelas relações humanas e sociais, ou seja, como experiência midiaticizada da vida cotidiana.

No Brasil, a partir dos anos 1990- intensificando-se no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), pertencente ao PSDB e de mandato exercido entre 1995 e 2003- a nova configuração do capitalismo globalizado se concretiza por meio da linguagem do neoliberalismo, naturalmente totalitária para a psicanalista Nora Merlin (2019), pois, atendendo aos interesses de potências imperialistas como os Estados Unidos (EUA), esvazia-se o Estado, limitando o seu papel e privilegiando ao livre mercado, com desregulamentações, desnacionalizando a economia com privatizações desenfreadas e venda de nossas empresas estratégicas de desenvolvimento nacional, transferindo-as ao capital estrangeiro que se presta ao controle predatório de nossas riquezas naturais. O geógrafo Milton Santos (2001), ao analisar criticamente a globalização, conclui que o neoliberalismo seria a própria política da técnica e não do republicanismo, do domínio de poucos, o que significaria a própria morte da Política, num sistema de exclusão, pois essa “agora é feita no mercado” (SANTOS, 2001, p. 67) e não para o bem-estar de todos. Seja a cibernética, a informática, a eletrônica, ou a sua própria unicidade, a técnica pela técnica como instrumento hegemônico tende a acelerar o tempo histórico, afetando a reflexão e a memória coletiva.

Dentro dessa conjuntura sociopolítica e econômica do capitalismo globalizado neoliberal no Brasil, em nível do estado do Espírito Santo (região sudeste), encontramos a extinta Revista Século, que, mais tarde, resultaria no jornal *eletrônico* Século Diário.

3.1 A REVISTA SÉCULO: O ESPÍRITO SANTO EM REVISTA

Sob a alcunha de *O Espírito Santo em Revista* e com periodicidade mensal, a Revista Século (impressa) circulou de março de 2000 a julho de 2002, quando foi descontinuada para, em termos editoriais (ou pelo menos em parte), dar lugar somente ao jornal online Século Diário. Em edição especial nº25 (março de 2002) pelos três anos de circulação, a Revista Século faz uma retrospectiva sobre os princípios que nortearam sua criação, enfatizando o resgate da “velha e boa reportagem”, cujo engajamento “se dá pelo compromisso com seus leitores e anunciantes de ser a voz sofisticada e culta do Espírito Santo, mas também uma voz forte e combativa”, nos dizeres da publicação.

Apesar da flexibilidade do decorrer das edições de repórteres e colaboradores, faziam parte da equipe fixa administrativa os jornalistas Rogério Medeiros (Diretor de Redação) e Stenka do Amaral Calado (Editor). Em sua equipe de consultores fixos, a respeito de História escrevia Renato José Costa Pacheco (1924-2004), atuante no magistério, na literatura (tanto poesia como prosa), na pesquisa folclórica e sociológica e na magistratura (juiz de Direito); sobre Direito colaborava Vinicius Bittencourt (1922, 2007) “um dos mais renomados advogados do Espírito Santo. Ele atuou em casos como o de Araceli, Esquadrão da Morte, Caso Gabriela e no processo de José Rainha, dentre outros” (OAB, ES, 2013), autor das obras *O Criminalista - Romance da Advocacia* e dos *Crimes Perfeitos* e *Falando Francamente*. Sobre *Meio Ambiente*, colaborava o jornalista e escritor, Fernando Gabeira, fundador do Partido Verde (PV), surgido em 1980, baseado nas causas ambientalistas.

3.1.1 Editorial: posição a favor dos povos originários e contra os agentes exploratórios do capital estrangeiro

Conforme expõe a própria Revista Século (*figura 1*), na contramão dos jornais diários, além do seu noticiário pasteurizado, o espírito crítico investigativo marca o questionamento sobre os estragos à qualidade de vida do capixaba pela política predatória de desenvolvimento intensificado pelos grandes projetos encabeçado pela chegada de multinacionais no estado como Companhia Siderúrgica de Tubarão- CST, Aracruz Celulose e Samarco. A publicação enfatiza que grandes levas de migrantes foram atraídas pela oferta temporária de empregos, porém, a conclusão das obras trouxe consigo o desemprego, o inchaço nas periferias e, como marcas da insensatez, nessa busca pelo “progresso”, os altos índices de violência.

Acompanhando o crescimento desordenado nas cidades e a prostituição, o tráfico de drogas trouxe os esquadrões de extermínio e o crime organizado, expostos de forma detalhada, dissecada e multifacetada pela publicação.

Destacamos as reportagens “Grandes projetos, enormes estragos” (1ª edição, março de 2000) onde o repórter José Maria Batista argumenta os privilégios que a Aracruz, a Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale) e a CST recebiam do Governo do estado que financiou sua estrutura, ou seja, o modelo da empresa privada sustentada à custa do dinheiro público. Uma das consequências seria a poluição por resíduos industriais, acabando, por exemplo, com a população marinha do estuário do Rio Piraquê-Açu e desvio do Rio Riacho, os quais desembocam no município de Aracruz (litoral norte do Espírito Santo) e que fornecem água a sua indústria.

Figura 1- Exemplares Revista Século (circulação mar.2000-jul.2002)



Fonte: BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO (BPES)

Ainda na edição inaugurativa da publicação, sobre a economia capixaba, a reportagem de Geraldo Hasse a espelha como paradoxo da globalização, justamente pelo contraste da prosperidade das grandes companhias exploradoras da privilegiada localização geográfica do Espírito Santo, enquanto o estado não teria recursos para gerir a máquina pública, dar segurança

à população ou cuidar do meio ambiente, “encarado como terra de ninguém por ricos e pobres”, nas palavras do repórter, ou seja, inúmeras facetas que tornam difícil de defini-la e acabam por imputar crise de identidade ao capixaba.

A extração predatória do mármore e granito na região de Barra de São Francisco, na época da reportagem de Marilza Bigio e Rossini Amaral, na edição de nov.2000, sob o título *Feridas abertas na paisagem*, responsável por cerca de 70% de todo o granito produzido no Norte do ES, expõe a dicotomia do setor: empresários estrangeiros que não pagam impostos, nem encargos sociais, mas degradam o meio ambiente minimizando custos e maximizando lucros ao custo de malefícios à flora e à fauna com a devastação das matas, dos mananciais das regiões de exploração com sufocamento de córregos e nascentes e com as manchas de óleo diesel nas encostas e açudes e por meio da exploração de mão-de-obra barata.

A Revista Século registra a chegada das plataformas de petróleo e gás a alguns quilômetros do mar territorial do município de Anchieta, no litoral sul do Espírito Santo, em reportagem de Rossini Amaral e Fernanda Couzemenco, contrapondo a preocupação dos moradores do município acerca de uma drástica transformação em seu cotidiano, pois o contexto religioso e cultural da bucólica cidade que desenvolveu naturalmente um senso de preservação ambiental é antagônico à grandiosidade das atividades de petróleo/ gás, à falta de planejamento urbano, de lei de uso e ocupação do solo e definição de reservas, à tomada das praias de Meaípe e Enseada e à questão imobiliária que desordenaria o crescimento, inflacionando os imóveis. Traçando uma previsão dos impactos ambientais, o temor era que a atividade petrolífera causasse alterações na cadeia alimentar da flora e fauna marítimas, como na vida das tartarugas no balneário da Praia de Guanabara. Em Regência, no litoral norte do estado, apesar das expectativas de multinacionais e da brasileira Petrobrás, a reportagem de Fernanda Couzemenco questiona os impactos sobre a atividade pesqueira na região devido aos licenciamentos ambientais que não costumam considerar com devido zelo as consequências da exploração de petróleo e gás sobre a pesca.

Em 29 edições⁴, a Revista Século traça não só uma crítica à degradação humana e ambiental que o espírito globalizante do “progresso” trouxe historicamente ao Espírito Santo, mas se pôs

⁴ O conteúdo aqui descrito consiste de linguagem crítica da própria Revista Século, e não da interpretação de nós, pesquisadores. Exemplo de reportagens citadas encontram-se em anexo a esta dissertação.

do outro lado, trazendo personagens e narrativas na defesa da qualidade de vida do capixaba e a preservação do meio ambiente (*Corredores ecológicos: replantando a vida*, SÉCULO, 2000) e a atenção à dinâmica da cultura (*A nobreza que vem do barro*, SÉCULO, 2000; Espírito Santo, Ano 2000; *Explode a criatividade de um povo: sensibilidade a flor da pele*, SÉCULO, 2000; *Impossível esquecer Nice: Museu de Artes Plásticas do Espírito Santo monta megaexposição em homenagem a pintora primitivista capixaba*, 2000), do folclore e das artes capixabas, tais como o congo (*O Congo invade a praia da classe média*; SÉCULO, 2002), o ticumbi, a folia e a devoção a São Benedito e o zen-budismo (*A mata atlântica de cada um e de todos nós. Hoje: Sebastião Salgado e o Instituto Terra, o lado humanista da preservação ambiental; Ontem: Mosteiro Zen Budista Morro da Vargem: trabalho apaixonado faz reviver a mata*, Século, 2001), sedimentados como prioridades do projeto editorial do periódico.

Já a seção *Mídia na Mira*, consistia num esforço de observação crítica à imprensa local e nacional, assinada pela jornalista Silvia Chiabai, autora de *Escritos Críticos*, coletânea de textos sobre comportamento e mídia. Em uma de suas análises, afirma que “subdimensionar o MST tem sido prática dos jornais mais direitistas”⁵, ao criticar o jornal *A Tribuna* por silenciar sobre o julgamento do líder do MST, José Rainha Junior. A seção não trata apenas de notas, mas de críticas aprofundadas de temas, como o grau de objetividade na imprensa na cobertura de eventos esportivos e o apagamento de assuntos sobre a política da América Latina na mídia tradicional.

De autoria do jornalista e fundador, Rogério Medeiros, e publicadas no primeiro ano da Revista Século, 2000, destacamos as reportagens: *Tupiniquins: invasores nunca mais*, em que o repórter reconta a chegada dos portugueses em terras capixabas, mas visto pelo olhar crítico dos habitantes nativos, por meio do relato de um cacique e duas de suas irmãs educadoras indígenas sobre o preconceito, extermínio e toda a violência sofrida por seu povo, o mais resistente à invasão portuguesa. Enquanto na reportagem *Tatantim-Rua Retée: a esquecida indígena do*

⁵ Historicamente, desde a publicação de *O Estafeta*, primeiro jornal capixaba a ser publicado na capital Vitória, em 1840, passando pelo *Correio da Vitória*, publicado em 1849, ambos para divulgação de atos oficiais como sessões legislativas e notícias relacionadas à Corte Portuguesa (REIS, 2003), pouco relacionados aos assuntos regionais de interesse da população, até os dias atuais, os ditos “principais” jornais, ou o jornalismo de referência, cujos elementos-chave são as mediações simbólica e social e a dimensão empresarial (ZAMIN, 2014), caracterizam-se pelos estreitos vínculos políticos e de classe, além dos econômicos no Espírito Santo (REIS, 2003). Vale lembrar que, até o século XIX, de acordo com Martinuzzo (2008), a imprensa não tinha se desenvolvido em solo capixaba, sendo que houve um atraso em relação à sua instalação devido à forma de colonização que serviu durante três séculos de “barreira verde” no litoral aos exploradores em direção ao ouro da região de Minas Gerais (BITTENCOURT, 1998).

século, na virada do século (edição de 2001), Rogério Medeiros busca resgatar a história de uma das mais importantes mulheres indígenas do século passado, uma figura heroica de resistência que figura na memória guarani e cuja passagem pela terra foi ignorada pela civilização de brancos.

3.1.2 Editorial: Apresentando a história dos “capixabas de sucesso”

Da mesma forma que encontramos o texto refinado e a sensibilidade em reportagens que buscam a história de vida e resistência dos indígenas e populações afetadas pela expansão industrial no Espírito Santo, por exemplo, a Revista *Século* também reserva a seção Capixabas de Sucesso “para mostrar o quanto nos orgulhamos dos feitos de todos nós”. Como exemplos, a Revista cita o Grupo Buaiz e Águia Branca.

Com um viés da importância econômica para a história contemporânea do Espírito Santo, a reportagem sob o título *Grupo Buaiz: a cara do Espírito Santo*, disposta na edição nº3, de maio de 2000, relata o desenvolvimento dos empreendimentos da família Buaiz, da chegada do patriarca Alexandre Buaiz ao Espírito Santo, passando o controle de suas empresas para o filho Américo Buaiz, que, em 1956, inaugura o Moinho Buaiz, autorizada pelo Presidente do país, Getúlio Vargas. A reportagem acentua como coragem, pioneirismo e determinação a fundação da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) por Américo Buaiz, eleito seu primeiro presidente e iniciando o processo de industrialização do Espírito Santo, nos anos 1970 e 1980. Enfatizando o “herdeiro de um império” destaca Américo Buaiz Filho, encerrando a reportagem com a atuação do grupo também nas áreas imobiliária e comunicacional:

O grupo Buaiz engloba atualmente 12 empresas, distribuídas em três setores distintos. A Buaiz Shopping Centers, com a Nova Cidade Shopping Centers e Shopping Vitória; Nova Park Administração de Estacionamentos e Nova Cidade Empreendimentos Imobiliários. A Buaiz Alimentos, responsável pelo Moinho de Trigo Vitória, Moinho de Trigo Três Rios, Café Número Um e Cafeteria Número Um e Buaiz Comunicações, que administra a TV Vitória (Rede Record), Vitória Vídeo Produções Comerciais e Documentários, Rádio Vitória AM, Rádio Transamérica FM e Rádio Shopping FM (REVISTA SÉCULO, 2000, Ed. 3, p.30-32).

Relatada pela reportagem da revista *Século* como uma das empresas mais bem sucedidas no Espírito Santo por sua estrutura operacional e administrativa, a direção do Grupo Águia Branca, que passa de “geração em geração”, é destacada pela publicação pelo fato de a “tradição da empresa ser um negócio de família”, segundo *Século* (Ed. 04. jun.2000), desde a chegada do

agricultor italiano Domenico Chieppe, passando ao controle de seus filhos, como Carlos Chieppe, que, em 1936, inicia seus trabalhos de tropeiro no norte do Espírito Santo marcando o início do transporte rodoviário no estado. No início de 2000, de acordo com Século, o grupo Águia Branca atuava em alguns países da América Latina, operando 84 linhas interestaduais e 281 intermunicipais e 60 municipais. Em 2020, de acordo com informações do próprio site da empresa, o Grupo possui faturamento superior a R\$5 bilhões por ano, se autointitulando como um dos maiores conglomerados empresariais atuante nos serviços de transporte aéreo e rodoviário de passageiros, logística e comércio de veículos no país. Fazem parte do Grupo Águia Branca as empresas Autoport, Kurumá, Land Vitória, Osaka, Savana, Viação Águia Branca, Vitória Diesel, Vitória Motors Jeep, Vitória Motors Mercedes-Benz, VIX Logística, com gestão das empresas realizada por meio de Divisões, as quais atuam de forma especializada, conforme as características de cada segmento.

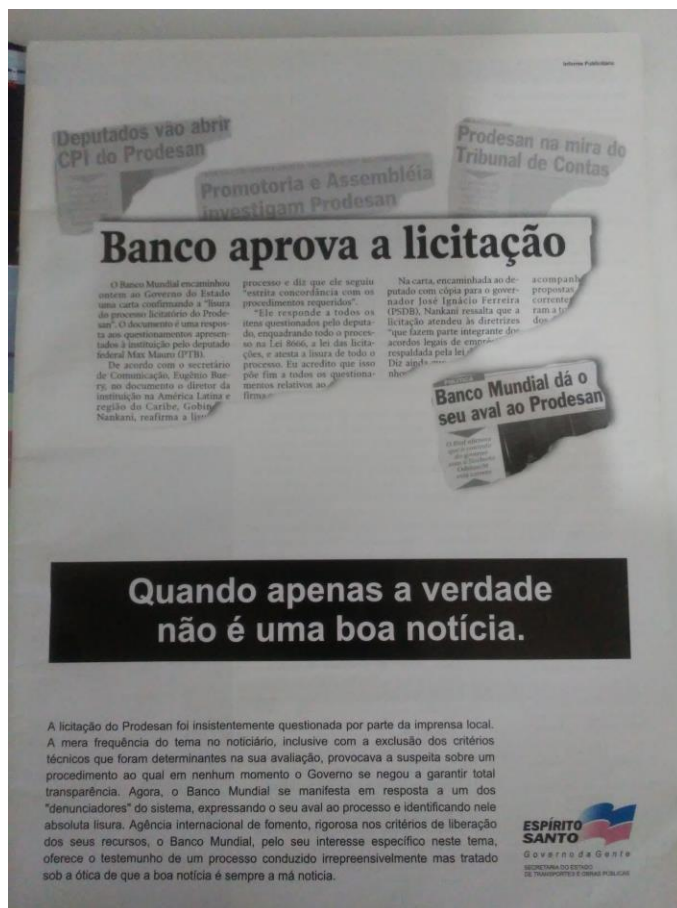
3.2 SUSTENTABILIDADE: A PUBLICIDADE VINDA DOS CRITICADOS POLUIDORAS, MINERADORAS E ESTADO

Visualmente sofisticada, colorida, impressa em papel couché, com conteúdo disposto em cerca de 50 páginas, a revista deixa claro no seu expediente que “SÉCULO responde pelo que publica” sendo distribuída em bancas de jornais e comercializada pelo valor de R\$5,00 nas duas primeiras edições, março e abril de 2000, respectivamente. Na edição nº3 (ano 2000, em aviso no final do editorial da página 5) devido a novo planejamento de gastos e despesas na área industrial, a Século passa a custar R\$3,50 para o leitor de bancas, 30% inferior ao valor inicial. Neste momento, a expectativa do periódico seria reduzir mais o valor para futuros assinantes em projeto desejado de vendas de assinaturas a preços promocionais.

Com sobrevivência financeira calcada em publicidade, a Século reunia anunciantes como o próprio Governo do estado, por meio do Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), da Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) e do Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), assim como o Departamento Estadual de Trânsito do ES (DETRAN) e de suas secretarias, por exemplo, como um projeto de incentivo às incubadoras empresariais da Superintendência de Polarização industrial (SUPPIN). Entre janeiro de 1999 e dezembro de 2002, a chefia do Executivo Estadual é exercida pelo ex-governador José Ignácio Ferreira, do PSDB.

Na edição nº14, de abril de 2001, o Governo Estadual, por exemplo, anuncia na pós-capa (segunda folha), em forma de informe publicitário, na Revista SÉCULO. Bueno (2007) expõe que o publieditorial (ou informe publicitário), apesar de se constituir em mensagem publicitária paga, tem por objetivo integrar-se ao veículo de prestígio, esteticamente remetendo ao conteúdo jornalístico. O informe publicitário do Governo do estado (*figura 2*) expunha questionamento sobre a abordagem da imprensa local a respeito de possíveis irregularidades na licitação da Prodesan - Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do estado do Espírito Santo, no governo de José Ignácio.

Figura 2 - Informe Publicitário Poder Executivo Estadual em SÉCULO



Fonte: Revista Sécuro (Edição abril, 2001)

De acordo com Marília Scalzo (2003) há de existir explanada uma diferença entre o informe publicitário e o conteúdo jornalístico em uma revista:

Se não houver clara distinção entre editorial e publicidade ambos perdem credibilidade. [...] Tais normas [da *American Society of Magazine Publishers*] deixam claro que uma página de publicidade deve ter a diagramação bem diferente de uma página de editorial; que a assinatura do anunciante deve ser explícita e facilmente identificada pelo leitor [...] nenhuma publicidade pode aparecer na capa da revista;

que o anúncio não deve ficar perto de matérias que se relacionem ao produto anunciado [...] vale ainda lembrar que a integridade editorial não sobrevive à veiculação de anúncios que desrespeitem a sensibilidade e a inteligência ou tentem enganar a boa fé do leitor. Quando um anúncio faz com que o leitor reaja espantado e pergunte “o que isto está fazendo na minha revista?”, é porque um dos dois – o anúncio ou o leitor – está no lugar errado (geralmente é o anúncio) (SCALZO, 2003, p. 85).

Assim como o Poder Executivo Estadual, o Poder Legislativo também anuncia na Revista Século por meio da Assembleia Legislativa do estado, estampada em várias edições na contracapa da Revista. A Assembléia Legislativa foi chefiada pelo ex-deputado José Carlos Gratz⁶, eleito Presidente da ALES entre 1997 e 2003, na época eleito pelo PFL, partido dissidente do período da Ditadura Militar que, em 2007, origina o Democratas (DEM).

Na mesma linha, a divulgação do Prêmio *O Equilibrista 2001*, intitulado no anúncio como o troféu mais importante do empresariado capixaba, figurou na Edição nº21 da revista Século, em novembro de 2001, elegendo o Presidente da CST como vencedor do prêmio, tendo como patrocinadores Banestes, Bandes, Megaport, Chronus, Banco do Brasil, *PriceWatersHouseCoopers*, Machado Advogado Associados com realização do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças. Na edição nº14, abril de 2001, a própria CST anuncia na Revista Século, como maior produtora mundial de placas de aço naquele momento. Já a Samarco, mineradora, enfatiza os prêmios pelos programas e ações da empresa como também o Projeto Tamar (de preservação e pesquisa sobre o ambiente das tartarugas marinhas no litoral), em anúncio patrocinado pela Petrobrás- ambas publicidades expostas na edição nº23, publicada em janeiro de 2002.

3.3 A GAZETA: O ANÚNCIO DO PRINCIPAL CONGLOMERADO DO ESTADO EM SÉCULO

Na edição nº 09, de novembro de 2000, há um anúncio do jornal *A Gazeta* na Revista Século. O anúncio expunha os motivos para ler o impresso diário que, no início da década de 2000, afirmava não cuidar de outros negócios, senão comunicação (*figura 3*). Segundo Martinuzzo

⁶ Segundo o G1 ES, em 2019 o Tribunal de Justiça do Espírito Santo manda cumprir decisão da primeira instância, ordenando a prisão do ex-presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) José Carlos Gratz no chamado esquema das associações que teria desviado R\$ 26,7 milhões da ALES, funcionando entre 1998 e 2002, durante o período em que o ex-deputado presidiu o Legislativo. Segundo o G1, o esquema teria consistido na simulação de pagamentos a entidades diversas, como federações, associações de moradores, até mesmo prefeituras e igrejas. Segundo a reportagem, os cheques iam para as mãos de pessoas totalmente alheias a essas entidades, sendo objetos de lavagem de dinheiro (G1, 2019).

(2005), em obra patrocinada pelo Governo do estado na época chefiada pelo Governador Paulo Hartung, “os jornais diários de maior representatividade socioeconômica, cultural e política no Espírito Santo são *A Gazeta*, *A Tribuna* e *Notícia Agora* [NA!]”, reiterado por Brittes (2010) que cita *A Gazeta* (jornal impresso), que, em 2008, inaugura a redação multimídia integrada (incluindo o *Portal Gazeta Online*) e *A Tribuna* [ambos nasceram no período entre guerras], esse segundo já citado anteriormente como objeto de crítica da coluna *Mídia na Mira* da Revista *Século* como um dos jornais contemporâneos do estado.



Figura 3 - Anúncio de A Gazeta na Revista *Século*

Fonte: Revista *Século* (Edição Nov. 2000)

Autointitulando-se o maior grupo de comunicação capixaba, a família Lindenberg é detentora, além dos jornais impressos, de um portal de notícias e outro de anúncios, oito rádios, uma empresa de soluções digitais, a *Ative*, e mais quatro emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo, com dois portais de notícias locais (*G1 Espírito Santo* e o *Globo Esporte Espírito Santo*, também afiliados à Rede Globo). Herdeiro do conglomerado que é a Rede Gazeta de Comunicação, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho é diretor de todo o conglomerado da Rede Gazeta, afiliada à Rede Globo, cujo padrão de concentração de propriedade (horizontal, vertical, cruzada, em cruz) reflete seu monopólio como “agente de legitimação” da construção

hegemônica (LIMA, 2004).

Em 2019, *NA!*, voltado às classes mais populares, deixa de circular em 02 de agosto. Já *A Gazeta*, fundada em 1928 (ano que precedeu o *crack* da Bolsa de Nova York) como jornal de anúncios imobiliários, deixa de circular em 29 de setembro de 2019, restando apenas o jornal semanal impresso que circula aos sábados. Sob o estigma da modernização tecnológica, o projeto chamado TDigital transferiu quase a totalidade do conteúdo impresso para o digital, extinguindo ambos os jornais em sua versão impressa diária à custa de demissão em massa de funcionários, seja da área administrativa ou da área-fim, nas redações jornalísticas.⁷

4 O SÉCULO XXI: A DESCONTINUIDADE DA REVISTA SÉCULO E O INÍCIO DE SéculoDiário.com

Não há publicidade do Poder Executivo do Governo Estadual registrada na Revista Século em sua última edição (nº29) de julho de 2002. Apenas anúncio duplo da Câmara Municipal de Vitória na pós-capa e do Projeto Tamar, patrocinado pela Petrobrás, na penúltima capa. Já no espírito de convergência de mídias que se deparavam as empresas de comunicação com o *boom* da digitalização dos processos jornalísticos no começo do século XXI, conforme cita Santaella (2003), na contracapa da última edição há uma chamada (*figura 4*), direcionada ao leitor, convidando-o a visitar o site www.seculodiario.com para se informar sobre o Escândalo Marval no município de Vila Velha, caso investigado pelo Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) sobre irregularidades no contrato firmado, em 2001⁸, entre a empresa Marval e a Prefeitura do município- situado na região metropolitana de Vitória- para manutenção da frota de máquinas, caminhões, equipamentos. Tais irregularidades, objeto das investigações, incluem desvio de dinheiro público de quase R\$7 milhões num esquema de burla de editais de licitações e ações fraudulentas, tais como não prestação do serviço (G1 ES, 2012).

⁷ Texto nosso para o Observatório da Imprensa, publicado em ago.2019 intitulado “Demissão em massa, fechamento do parque gráfico: a extinção dos diários A Gazeta e Notícia Agora no Espírito Santo”. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/crise-na-imprensa/demissao-em-massa- fechamento-do-parque-grafico-a-extincao-dos-diarios-a-gazeta-e-noticia-agora-no-espirito-santo/>. Acesso em 20. set. 2020.

⁸ Filho do ex-governador Max Freitas Mauro, entre 2001 e 2004, a Prefeitura de Vila Velha foi presidida pelo Prefeito Max Filho do PTB. Cumprindo mandato 2016-2020, naquela ocasião venceu eleitoralmente o então Prefeito do município, Jorge Anders, do PSDB.

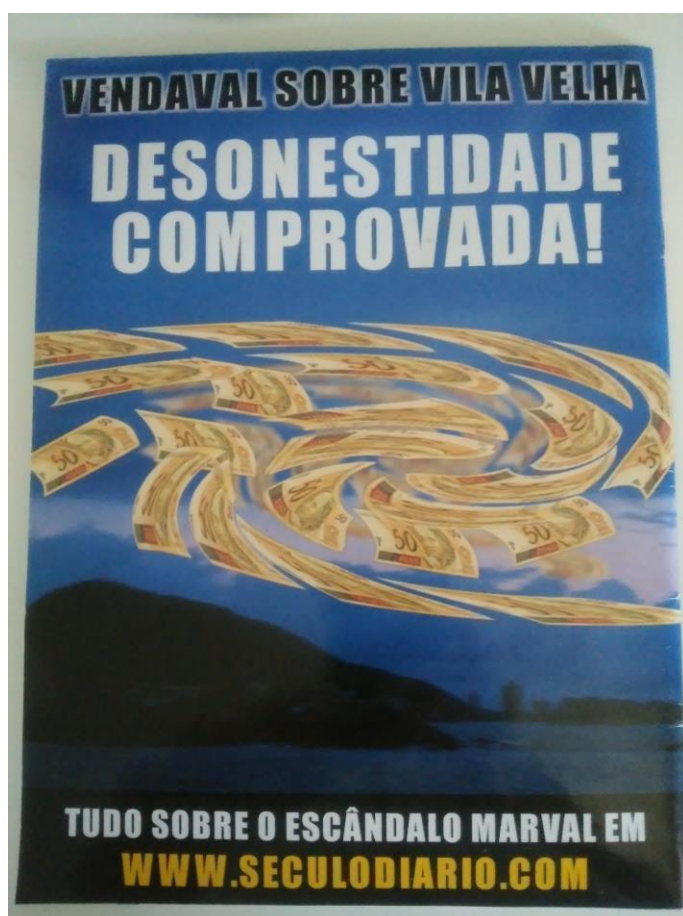


Figura 4 - Chamada Escândalo Marval para o site
Fonte: Revista Século (Ed.29, jul.2002)

Sem cair na armadilha do determinismo tecnológico tão criticado por Benjamin (1985), que cegamente tende a focar-se nas benesses da dimensão técnica das novas mídias, criações humanas do poder dominante, logo, instrumentos de poder, não é possível enxergar o surgimento do site Século Diário desprovido das relações sociais internas que circundaram a fase de transição do jornalismo de revista para o *webjornalismo*. Assim, é possível refletir se há uma diferença, à parte dos aspectos técnicos visíveis, da abordagem desses dois veículos pertencentes até então se ao mesmo negócio jornalístico. Enquanto a revista traria “O Espírito Santo em Revista”, inicialmente o anúncio desse site (novo) se apresenta com a seguinte abordagem (*figura 5*) em suas próprias editoriais: “Meio ambiente - a verdade; política - os bastidores; Arte e cultura - as melhores dicas; Economia - o Estado e o cidadão; E mais: o brilho dos colunistas” (Ed. n°9, nov.2000; Ed. n°10, jan. 2001).



Figura 5 - Chamada site Século Diário na Revista SÉCULO
Fonte: Revista Século (Ed. nº9, Nov.2000)

Em entrevista à Gilberto Medeiros (2015)⁹ a repórter Renata Oliveira, que entrou exclusivamente nessa transição da revista Século para o jornal *online*, salienta que, de início, “o Século Diário era um subproduto da revista Século, criado mais para divulgar a revista do que para ser um veículo independente”. O jornal acabou ganhando maior proporção que a revista. Por outro lado, para a repórter, a revista Século tratava-se de um veículo caro e dispendioso com alto custo industrial, na dinâmica que Dines (2009) anuncia como consequência da crise do setor impresso (cíclico, pois em 1970 também houve outra crise, devido à escassez do petróleo) que, em 1999, com a desvalorização da moeda do real no governo neoliberal de FHC, acaba por atingir os negócios jornalísticos com aumentos de custos com produtos importados como o próprio papel.

⁹Autor da obra *Últimas notícias: histórias do webjornalismo no século 20*, em que relata brevemente a entrada da imprensa contemporânea capixaba no mundo digital, a partir da sua própria vivência. Começa a produzir jornalismo para a internet em 1998, a convite de Nenna B, que à época editava a *revysta.com*, que logo depois mudaria para o site *CapixabaOn*. Passou pelo Século Diário, já jornal *web*, pelas editorias de cultura, economia, política e reportagens especiais. Apesar de possuir mesmo sobrenome do diretor proprietário, Rogério Medeiros, não são parentes.

A opção pelo site também parte de um atrito entre o diretor Rogério Medeiros com o artista plástico capixaba, Nenna B, no extinto site *CapixabaON*, no qual trabalhavam juntos na época, em parceria. Dentro do *CapixabaON*, constava o *Século Diário*, nesse período de transição. Com o atrito, houve uma tentativa de suprimir o *Século Diário*, incorporando ao portal principal o *CapixabaON*, ocasionando a perda do próprio nome do *Século*, por exemplo, descaracterizando-o como veículo jornalístico. A partir dessa cisão, o *Século Diário* como jornal digital, tomando uma proporção maior que a revista *Século* e em tempos de “novidade” de internet, decide por caminhar sozinho.

O artista plástico, Atílio Gomes Ferreira, conhecido como Nenna, nasceu em 02 de agosto de 1961, na cidade de Vitória, no Espírito Santo. Foi estudante do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, no final da década de 1960, com ideias focadas nas práticas de produção através de múltiplas linguagens da arte contemporânea (desenho, pintura, música, múltiplas instalações) consideradas ousadas para a própria instituição na época. Em 1970 realiza seu primeiro trabalho com a intervenção urbana *O Estilingue*, em época sob égide de rigorosa vigilância da ditadura militar implantada em 1964. Conviveu com o artista brasileiro Hélio Oiticica e com o ambiente de contracultura (de questionamento de práticas da cultura dominante) em Nova York, em 1973, tendo contato com a tecnologia de vídeo. É autor da obra *Vereda Tropicália* (1985) e de várias mostras e exposições nacionais e internacionais. Suas obras, publicações, vídeos, áudios e bibliografia completa podem ser encontrados em: <http://www.nenna.com/biografia/index.html> . Foi longo seu trajeto até chegar à parceria com Rogério Medeiros, no portal *CapixabaOn*, no início dos anos 2000, de cuja cisão sairia o ainda seminal *Século Diário*.

A partir dessa nova configuração, o diretor Stenka do Amaral Calado (já falecido)¹⁰ em entrevista para Gilberto Medeiros (2015), salienta que o *Século Diário* representaria “o primeiro jornal capixaba produzido exclusivamente para a internet, sem transposição de conteúdo de outros tipos de mídias” (MEDEIROS, 2015, p.131), já que o *portal Tribuna Online* (criado em

¹⁰ Por ocasião do falecimento de Stenka, o Observatório da Imprensa (2012) enfatiza a sua trajetória na imprensa nacional: acumulou por 50 anos de carreira no jornalismo, com passagens pelo jornal do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Imprensa Popular, O Globo, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, Correio da Manhã, Correio Brasiliense, Rádio e TV Tupi. E, no Espírito Santo, atuou no Jornal A Tribuna, na década de 1980. Foi editor da Revista *Século* e diretor- fundador do site *Século Diário*, juntamente com Rogério Medeiros, e com entrada posterior de José Maria Batista.

1995, um dos primeiros do país) era uma versão transpositiva do impresso de *A Tribuna* e *Gazeta Online* (criado em 1996, na concorrência com *A Tribuna*) também se transfigurava em versão transpositiva do impresso *A Gazeta*, enquanto o *Século Diário* representava o desdobramento da junção da redação de uma revista mensal (*Século*) com o portal cultural *CapixabaOn*.

A esperança da virada para o século XXI ajudou a dar o tom à identidade como lugar visto a partir da circulação de sentidos (GROHMANN, 2016) do novo site jornalístico *Século Diário*, até mesmo em sua própria nomenclatura. Inclusive, de acordo com Manaíra Medeiros (2019)¹¹, a proposta editorial iniciada na Revista *Século* de se manter uma trincheira de luta no território capixaba permanece no *locus digital*, agora dentro de uma nova temporalidade de produção da notícia:

O projeto/sonho do meu pai, Rogério Medeiros, de escrever somente sobre o Espírito Santo, conseguiu ser executado em 2000, na mudança do século, portanto o nome Revista *Século*, que reunia reportagens especiais sobre bandeiras que se perpetuaram no jornal online, como o *Meio Ambiente*. O custo, porém, era muito alto. Foi quando ele e o Stenka do Amaral Calado, na época também o Nena B, resolveram optar pela internet, mesmo naquela época sendo um universo ainda completamente desconhecido. O projeto começou como www.capixabaon.com.br. Mas depois resolveram separar, e então Rogério e Stenka criaram o *Século Diário*, nome inspirado na Revista, porém com edições diárias e online (MEDEIROS, 2019).

Como veículo espacial, cujas mensagens resistem ao tempo e podem ser revistos quando quiser (DINES, 2009), os exemplares da Revista *Século* encontram-se disponíveis como *acervo* de consulta pública na Biblioteca pública do estado do Espírito Santo (BPES), situada em Vitória-ES. No entanto, a descontinuidade do periódico também revela que a sobrevivência do jornalismo impresso passa pelas agruras do mercado intercambiante neoliberal, onde entra em conflito pela autossobrevivência a partir da dicotomia da função social de produzir notícia com responsabilidade, em contraposição à própria lógica do mercado capitalista, suas transformações produtivas e suas crises cíclicas econômicas. Por outro lado, até meados da segunda metade de 1990 havia uma exclusividade de seleção e publicação noticiosa pela mídia impressa, inclusive o prestígio da mídia dita segmentada como a de revista. A inevitabilidade de adaptação à tecnologia da internet, e a dificuldade estrutural em manter-se viva com a mesma

¹¹ Entrevista concedida em setembro de 2019 via *email*, após conversas iniciais. Manaíra Medeiros é filha do diretor-fundador da Revista *Século* e do digital *Século Diário*, Rogério Medeiros. No capítulo 5 desta dissertação é traçado brevemente o seu perfil como trabalhadora jornalista, editora e também diretora de redação do jornal digital independente *Século Diário*.

qualidade editorial, com periodicidade bem definida e com variedade de temas e com uma estética própria que agrega valor ao veículo documental durável, colecionável, sinestésico- mas sem recursos financeiros, mesmo em escala regional- contribuíram para a descontinuação, ou melhor, para o fim do ciclo de produção, distribuição e circulação da Revista Século, pois antecede o site jornalístico com o mesmo teor crítico (pelo menos em parte) em seu conteúdo.

4.1 CONHECENDO O SITE DE NOTÍCIAS SÉCULO DIÁRIO

Quanto à passagem do jornalismo de revista para a ambiência digital do jornalismo *online*, nos pusemos a analisar as informações estruturais dispostas no site de notícias Século Diário. Em 2018¹² o Século Diário, conforme constava no seu expediente (<http://seculodiario.com.br/expediente>), além do Diretor Responsável já citado, contava com uma diretora administrativa e financeira. Na redação, contava com três repórteres e uma diretora de redação/repórter, além de seis colunistas (um dos quais o diretor responsável) que tratavam de sindicatos, meio ambiente, ambiente e economia, comunicação e mídia, filosofia e literatura. Na Fotografia, havia o suporte de uma agência e dois fotógrafos e, na programação web, o representante de uma empresa de desenvolvimento de sistemas.

Como instrumento de interação com o leitor, em contato (<http://seculodiario.com.br/contato>) havia a localização da empresa, o telefone fixo e celular disponível no serviço de mensagens instantâneas do *whatsapp*, um espaço para envio de mensagem direto do internauta para o site jornalístico, além da localização da empresa no *Google maps*. Logo no topo da *home page* também se encontravam *links* para o jornal nas redes sociais do *twitter* e *facebook*. Também em contato o jornal se define: “Orientação editorial independente e foco na interpretação dos fatos: Século Diário é leitura obrigatória para quem quer “desvendar” os segredos do Espírito Santo” (SÉCULO DIÁRIO, 2017), postura editorial que sacramenta a função social do Século Diário durante sua trajetória até a contemporaneidade. Apresentava-se publicamente na aba “contato” com razão social, nome empresarial juridicamente registrado, de SDC Serviços de

¹²Essas primeiras considerações de pesquisa estão reunidas no nosso artigo “O Jornalismo Popular Alternativo do Século Diário: contra-hegemonia na imprensa capixaba online”, apresentado ao XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste - INTERCOM, 2018. E posteriormente aceito e publicado na Revista Alterjor v. 19, n. 1, p. 237-250, 7 jan. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/150054/150013> Acesso em 20.set.2020.

Comunicação Ltda ME (microempresa)¹³.

Na edição de 03 de janeiro de 2018, o Jornal Século Diário (ver *figura 06*) distribui seus assuntos em 7 abas (editorias): *Home* (assuntos principais); Política, Justiça, Meio Ambiente, Cidades, Cultura e Mais+ (mais acessadas). Do lado das editorias, havia ferramenta de busca do *Google* dentro do próprio site de notícias. A disposição gráfica do Século Diário era em 3 colunas. Os artigos de opinião (5, contando com o editorial+ artigo de socioeconômicas) juntamente com os blogs (3) são dispostos na última coluna à esquerda. Nessa, encontram-se os dois espaços para publicidade (um vazio) e outro de um restaurante de alimentação natural da região. Sobre direitos de reprodução, no final da página, há, à esquerda, “© 2014 *copyright* Século Diário. *All rights reserved*”. Enquanto, à direita, a logomarca da empresa desenvolvedora visual na época (*Designed by 7 sistemas*).

Aqui já percebíamos, quanto ao site jornalístico Século Diário, que seu aprofundamento via conteúdo se daria não somente pelas características da ambiência *online*, mas explicitamente na escolha da orientação editorial da publicação “interpretativa” dos fatos que, neste caso, também se aproveita dos recursos de hipertextualidade (navegação por *hyperlinks*, palavras-chave etc.) e na interatividade em tempo real com o seu leitor, via redes sociais e espaços da própria *home page*, recursos que acabam por criar vínculo e sensação de pertencimento simbólico através da comunicação bidirecional, nos fluxos informativos em rede. Significa que, por meio da riqueza da narrativa digital dita “independente”, o site jornalístico Século Diário se põe como alternativa ao jornalismo tradicional, verticalizado. Afinal, no caso desse tipo de jornalismo combativo, a internet emerge como arena de disputas que não abriga apenas o reforço das diversas formas de opressão, à manutenção e conservação do estado das coisas, mas propicia também seu combate e questionamento, conforme explica Alexandre Haubrich (2017) em *Mídias alternativas: a palavra da rebeldia*. Desse modo, a tecnologia seria a favor das demandas das classes subalternas ali representadas.

¹³ Regulada pelo Código Civil nos artigos 1052 a 1087, a sociedade limitada (LTDA) é aquela formada por dois ou mais sócios, podendo ser pessoa natural ou jurídica, com capital social dividido em quotas, registrada em um contrato social na Junta Comercial do Estado onde estiver localizada a sede da empresa. Cada sócio tem participação determinada de acordo com sua contribuição nas cotas do capital. A responsabilidade patrimonial entre os sócios é solidária, ou seja, todos são responsáveis pelo capital social e pela responsabilização financeira da empresa. Quanto à Microempresa (ME), de acordo com a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, refere-se ao faturamento total de uma ME, de até R\$360 mil por ano, ou seja, uma média de R\$30 mil por mês para que a empresa seja enquadrada como ME.

Figura 6 – Parte da homepage Sécuro Diário Edição 03/01/2018.

SECUODIARIO.COM - Ning: X

seculodiario.com.br

SÉCULO DIÁRIO
WhatsApp
(27) 9 9962 9550
CONTATO EXPEDIENTE

Sécuro Diário
ninguém é indiferente ao fato

HOME POLÍTICA JUSTIÇA MEIO AMBIENTE CIDADES CULTURA MAIS+

Google Pesquisa personalizada

VILA VELHA
Mortes em Utin do Himaba disparam após terceirização da unidade
Denúncia do Sindaúde-ES aponta que óbitos de bebês prematuros saltaram de dois para seis depois que a OS IGM assumiu a gestão do Hospital Estadual Infantil e Maternidade

Sedu fechou 2017 sem aplicar recursos do PNAE na agricultura familiar
Legislação federal determina que estados e municípios contratem dessas famílias, no mínimo, 30% do total anual destinado à compra de alimentos para a merenda escolar

Prefeitura de Vitória anuncia mais uma interdição na Leitão da Silva
A interdição de uma faixa e do canteiro central da rua desembargador Ferreira Coelho, na Praia do Suã, começou nesta quarta-feira e vai até o dia 20 de janeiro

SOCIOECONÔMICAS
Sai, não sai
Caso o DEM permaneça no arco de aliança de Hartung na disputa deste ano, para onde vai - se é que vai - o casal Theodorico Ferraço e Norma Ayub?

Trabalhadores em educação do Brasil repudiam militarização de escola em Montanha
A experiência anunciada pela prefeita Iracy Baltar "já se mostrou desastrosa em outros municípios do país", afirma a CNTE

Engenheira civil assume comando do Crea no Estado
Acompanhada de um oficial de Justiça e portando mandado de segurança, Lúcia Vilarinho realizou reuniões nesta terça-feira e anunciou auditoria

CULTURA
Festa de Reis Magos marca programação cultural na Serra
Atividades do Ciclo Folclórico Religioso seguem até o próximo sábado, com cortada do mastro, Falias de Reis, missas e shows musicais

Hartung abre o controle de gastos para secretários e diretores de órgãos públicos
Depois do anúncio de R\$ 1 bilhão em investimento, governador assina decreto que flexibiliza o custeio, o que vai permitir acelerar obras em ano eleitoral

Em 'blitz', vereador vê Parque Moscoso entregue às traças
As precárias condições físicas e de higiene foram observadas pelo vereador de Vitória, Roberto Martins. O local reflete a situação da maioria dos 13 parques de Vitória

ÔNIBUS
GVBUS e Setpes apelam: 'Não há justificativa para a manutenção da greve'
A greve dos motoristas e cobradores da Grande Vitória começou no dia 26 de dezembro. Foi instaurado dissídio coletivo, que será julgado no dia dez próximo

Festival de Blues & Rock de Vila Velha
Evento começa na quinta-feira e apresentará shows do Quintal Selvagem, Like A Boss e Sunrise Blues Band

Editorial
Volta aos trilhos
O Crea-ES precisa superar a crise pós-eleitoral que o acomete, para cumprir com eficiência seu papel

Piero Ruschi
Não se pode confiar no INMA
A estratégia de contar a história do Museu Mello Leitão omitindo fatos relacionados com a perseguição à obra de Augusto Ruschi abunda o website do Instituto

JR Mignone
Ser maçom
Atuação numa maçonaria deve ser feita por homens perseverantes, isentos de ideias pré-concebidas e impulsionados por um firme propósito

Roberto Junquillo
No mato, sem cachorro!
Pelo ritmo da caminhada, fica cada vez mais complicado o sonho dourado de Casagrande retomar o assento no Palácio Anchieta

BLOGS
Flânerie
Manuela Neves
Quem me ensinou a nadar

Mensagem na Garrafa
Wanda Sily
Entre Tonga e Samoa

Gustavo Bastos

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO



Sindipúblicos

Um ano de muita luta para os trabalhadores no Estado

Auxílio-alimentação; reajuste salarial; extinção do lema; Polícia Militar; Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência. Sindipúblicos destaca as principais vitórias e derrotas em 2017

Verba liberada para o Estado entrou no pacote de Temer que busca apoios no Congresso

Após declarações polêmicas do ministro-chefe da Secretaria de Governo, ministério das Cidades anunciou R\$ 951 milhões em contratos - R\$ 63 milhões da Cesan

Posse dos novos diretores de escolas de Vila Velha será nesta quarta-feira

Gestores de 97 unidades municipais foram escolhidos por eleições diretas realizadas em dezembro último, retomando processo democrático interrompido há oito anos



Afroameíndios

A contribuição das mulheres na construção de uma civilização pós-petroleira

Editais da Fase apoia projetos de mulheres que moram em comunidades impactadas pela indústria do petróleo e questionam a dependência do petróleo e propõem soluções

Professores do Estado terão piso de R\$ 1.534 por jornada semanal de 25 horas

O Estado tem aproximadamente 16 mil professores na rede estadual, mas o governo não vem cumprindo o Plano de Carreira



Leonardo Sá / Por8

Mantidos preços dos pedágios da Terceira Ponte e Rodovia do Sol até final de 2018

A Agência de Regulação dos Serviços Públicos considerou estudo tarifário e a não realização pela concessionária de obras de conservação

© 2014 Copyright Sécúlo Diário. All Rights reserved.

Designed by 7Sistemas

Fonte: Edição de 03/01/2018. Disponível em:
<<https://seculodiario.com.br/public/jornal>>.

Na edição de 03/01/2018, por exemplo, nas duas colunas centrais, das 27 chamadas de matérias com assuntos estritamente regionais (interior do Espírito Santo e região metropolitana), há destaque para 6 *links* de cultura na *homepage* do jornal. No geral, dentre as pautas destacadas nas editorias de saúde, educação, cidades, justiça, política, meio ambiente, a maioria dá visibilidade pública ao deveres do Estado, seja em âmbito municipal ou estadual. Por exemplo, a falta de cumprimento pela Secretaria Estadual de Educação (Sedu) do pagamento do piso dos professores e a denúncia do Sindicato da Saúde (Sindsaúde) do aumento de mortes em Unidade de Tratamento Intensivo no município de Vila Velha, graças à terceirização da unidade. Destaque para a matéria mais lida do Sécúlo Diário, em 2017, sobre a denúncia quanto ao Governador do estado no Supremo Tribunal Federal por negação do reajuste anual aos servidores públicos.

4.1.1 A lógica do Jornalismo Online X Jornalismo de Revista

Sem cair na armadilha tecnocêntrica que romantiza a internet como um território neutro e “livre”, longe das amarras do capital, pois lugar de disputa sociodiscursiva, não é possível negar que as Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC) impulsionaram o movimento da globalização e, por consequência, fluxos informacionais que agora são dispostos em escala mundial e integrados em cadeias, sejam elas produtivas ou simbólicas¹⁴. Tanto os grandes conglomerados de comunicação quanto a mídia hegemônica, com seu poderio econômico-financeiro como o controle econômico e político das redes sociais digitais, pertencem, *a priori*, à classe dominante.

Na obra *O Concreto e o Virtual: mídia, cultura e tecnologia*, Dênis de Moraes é enfático: “a era da hipervelocidade reconfigura irreversivelmente os campos da comunicação e cultura” (2001, p. 67). E, por consequência, o modo de dispor e consumir informação. O sociólogo Manuel Castells (2016) expunha o conceito de sociedade em rede, a qual seria uma estrutura social construída em torno das TIC’s, dentro do formato da “nova economia”, defendida por ele como Capitalismo Informacional. Apesar de já percebermos ali o Século Diário (*online*) como negócio jornalístico de pequena escala, é imerso nesse território digital (indivisível entre o real e o virtual), dentro do circuito do capital, que o veículo traça suas estratégias de luta como jornalismo dito independente. Para Dênis de Moraes (2001, p. 72), “a Web inverte a lei das mídias convencionais: o valor de uso é obtido na relevância de cada ligação, e não pelo consumo de denominadores comuns, indispensáveis à coesão da audiência de massa.” Enquanto o professor e escritor francês Bernard Miège (2007) afirma que “[...] com a internet,

¹⁴ Por volta da década de 1960, com a internacionalização e integração mundial advindos com o processo inicial da globalização capitalista e do Imperialismo dos Estados Unidos sobre os países ditos subdesenvolvidos, Armand e Michelle Mattelart explicam que a Economia Política da Comunicação e Cultura (EPCC) como campo de estudo começa a desenvolver-se. E o que, antes, era considerado uma “visão demasiado genérica da comunicação” (Mattelart, 1999, p. 113), da perspectiva frankfurtiana, passa a ser sistematizada em uma nova ordem mundial, onde a sociedade é global, porém, os mercados são locais. A Economia Política da Comunicação foca tanto a cultura como a comunicação numa abordagem socioeconômica quase *simbiótica*. Conforme o professor e escritor francês, Bernard Miège (2007) expõe, não se trata apenas de um único sistema, mas de múltiplas indústrias culturais e midiáticas (ICM’s). A unidade informação-comunicação é atingida diretamente pelas decisões de cunho político-econômico, agora em âmbito interligado e internacionalizado - processo que vai da criação, passa pela produção e chega até a distribuição em todas essas indústrias, com fusões, incorporações (conglomerados) e no qual, inclusive, o jornalismo está integrado.

a formação de novas mídias está <engajada> (2007)”, ideia compartilhada também por César Bolaño, Pesquisador da Universidade Federal de Sergipe (UFSE) e Presidente de *la Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura* (ULEPICC) no Brasil:

O que determina as formas específicas em que essa concorrência generalizada se dá não é a convergência tecnológica em abstrato, mas o surgimento de padrões de produção específicos para a Internet nas áreas de música, vídeo, serviços *online*, etc., inclusive o jornalismo. Este último, entendido como produto transversal, adequado ao rádio, à imprensa, à TV ou à Internet, assumindo, em cada caso, feições particulares que, não obstante, não mudam a sua definição geral, tem sido analisado pelos chamados “estudos de jornalismo”, os quais evidenciam o surgimento de padrões de produção específicos, como no caso do jornalismo online, que só poderão ser completamente decifrados se compreendermos a sua economia e a sua economia política (BOLAÑO, 2009, p. 42).

A possibilidade do acesso gratuito e o custo de funcionamento das mídias audiovisuais, segundo Bernard Miège (2007), permitem aos pesquisadores criarem a distinção entre os chamados “*modelo editorial*” (funcionando para a literatura, a indústria fonográfica e o cinema) e o “*modelo de flot*” (voltado para o rádio e a comunicação de massa, a exemplo da revista). Souza (2006) cita o próprio Miège et al. (1986)¹⁵, que elaboraram um quadro (*Quadro 1*) para condensar as tendências gerais dos modelos econômicos na produção cultural e informacional, chamados há décadas pelos franceses de “lógicas sociais” (BOLAÑO, 2009, p. 72). Dentre os critérios de diferenciação dos modelos, estão as características gerais (público, consumo, tipo de mídia e fidelização da audiência), o fluxo da cadeia econômica, as funções centrais e ofícios conceituais na cadeia produtiva, além das características do mercado, e os recursos provenientes das vendas e receitas.

¹⁵Considerada uma região de formação híbrida/mestiça culturalmente, com influências nativas e estrangeiras, a abordagem latino-americana da EPCC, representada principalmente pelo pensamento de César Bolaño, procurou preservar o legado crítico (MARQUES-DE-MELO, 2009). O autor considera a EPCC latino-americana com bases em raízes fincadas na teoria da dependência, adotando o ponto de vista microeconômico, apoiando-se nas estruturas de mercado, colocando a publicidade como responsável pela união entre capitalismo e empresas de mídia (BRITTOS, apud MARQUES-DE-MELO, 2009). Junto à Teoria da dependência, Rebouças (2005) cita ainda a teologia da libertação como opostas à teoria do desenvolvimento e a teoria da participação popular, gerada nos anos 1960, além da pedagogia do oprimido, de Paulo Freire, como formas regionais do olhar popular para a EPCC. Advindo de uma revista já extinta e apenas com um jornal *online* no ar, como jornal *online* independente de pequena escala, identificamos, nesse sentido, que o Século Diário apresenta lógica oposta à dos conglomerados. Porém, usamos a EPCC aqui em diálogo crítico, guardadas as devidas proporções, num comparativo entre revista e *site* em alguns pontos nessa transição.

Quadro 1: Tendências gerais dos modelos econômicos em ação na produção cultural e informacional (continua).

	Editorial (livro, disco, vídeo e cinema)	Onda (rádio e televisão)	Imprensa (jornal e revista)	Jornalismo Online
Características gerais	Conjunto de mercadorias pontuais feitos de obras pontuais. Compra de fruição (artística, de distração) ou de distinção marcando a pertinência cultural a um grupo.	Onda contínua de encontros cotidianos e de fidelização da audiência. Escuta doméstica e familiar, gestão de tempo livre. Grande variedade de consumo num público de massa.	Série de mercadorias, compras regulares e excepcionais (atualidade quente). Consumo individual ligado a uma pertinência social, territorial, cultural ou política (espaço público).	Multimídia. Público homogêneo. Mídia segmentada. Variedade de consumo. Convergência tecnológica. Contexto de mídias interativas.
Função Central	EDITOR: escolha das obras, escolha das equipes de concepção e de realização; organização da sua produção e reprodução.	PROGRAMADOR: definição da grade de programas e organização do preenchimento das seguintes funções: produção interna, produção externa e compras.	REDATOR-CHEFE: escolha dos assuntos; organização da cobertura de atualidade; escolha da paginação; responsabilidade do conteúdo.	EDITOR: realiza as mesmas tarefas do redator: criar pautas, escrever e editar matérias. A única diferença é que ele vai coordenar a equipe.

Quadro 1: Tendências gerais dos modelos econômicos em ação na produção cultural e informacional (continuação).

	Editorial (livro, disco, vídeo e cinema)	Onda (rádio e televisão)	Imprensa (jornal e revista)	Jornalismo Online
Cadeia Econômica	A produção é feita aos saltos, frequentemente por pequenas sociedades sem capital fixo. As equipes são reduzidas e mudam a cada nova produção. Os empregos são intermitentes. Os responsáveis pela concepção são remunerados pelo sistema de direito de autor e de reprodução. A infraestrutura (estúdios, laboratórios, prensagem, impressão) é comum. O financiamento das produções importantes é	Necessidade de uma organização quase industrial para alimentar a onda. Importância das séries sob a forma: a) produção integrada (direto, atualidades, séries de documentos, jogos, variedades). Nesse caso os postos de trabalho são regulares, transversais, geridos por um plano e complementados por trabalhadores intermitentes e os materiais e infraestruturas são frequentemente propriedades das estações. b) uma produção externa subcontratada para as series mais custosas cuja organização está a meio caminho entre o modelo de onda e editorial.	Importância dos responsáveis pela concepção para cobrir a atualidade regularmente. Custos de produção pouco elevados, mas custos de concepção, de reprodução e de difusão importantes. Salariato generalizado, complementado por algumas remunerações por tarefa. Filiações a agências de notícias. Distribuição por rede física organizada coletivamente. Vendas por arrecadações frequentemente não especializados.	Custos de produção e difusão de notícias reduzidos. Produção integrada com outras mídias, com aproveitamento da infraestrutura já montada. Produção em tempo real. Distribuição em rede. Postos de trabalho irregulares. Técnicas de produção e apresentação não estabilizadas. Crescente concentração das indústrias.

Quadro 1: Tendências gerais dos modelos econômicos em ação na produção cultural e informacional (continuação).

	Editorial (livro, disco, vídeo e cinema)	Onda (rádio e televisão)	Imprensa (jornal e revista)	Jornalismo <i>Online</i>
Cadeia Econômica	frequentemente complexo (pré-venda, participação, coprodução). Distribuição custosa por redes de lojas especializadas. Influência frequentemente utilizada. Influência frequentemente importante da distribuição sobre a produção.	c) compras de direito de redifusão em bloco sobre catálogo ou troca permanente entre televisões. Apelo às equipes permanentes de realizadores-responsáveis pela concepção. O salariedade é a regra, mas é completado às vezes pelo sistema de direitos de autor e reprodução. Os gastos de difusão são relativamente reduzidos e sua organização econômica escapa largamente às indústrias de programas.		

Quadro 1: Tendências gerais dos modelos econômicos em ação na produção cultural e informacional (continuação).

	Editorial (livro, disco, vídeo e cinema)	Onda (rádio e televisão)	Imprensa (jornal e revista)	Jornalismo <i>Online</i>
Ofícios Conceituais	Atores, compositores, realizadores, artistas, intérpretes. Técnicos especializados. Caixa de desemprego oficial para os ofícios do espetáculo. Trabalho por intermitência muito fragmentado (viveiros e pequenas sociedades).	Autores, jornalistas, animadores, artistas intérpretes, realizadores e técnicos especializados. Trabalho concentrado (produção interna e externa) e semiconcentrado.	Jornalistas e técnicos especializados. Trabalho por redes superspostas (internas, correspondentes, agências etc.)	Jornalistas e <i>webdesigners</i> (profissionais especializados em técnicas de design gráfico e de editoração de <i>sites</i> e páginas para a <i>web</i>).
Vendas/ Receitas	Venda direta produto por produto. Receitas proporcionais à receita alcançada. O sistema proporcional remonta ao conjunto da cadeia econômica.	Receita indireta (parafiscalidade, publicidade), global. Importância do conhecimento da audiência. A parafiscalidade e a publicidade são geridas por organismos exteriores, claramente separados da produção.	Receitas semidiretas: venda a varejo e por assinatura e publicidade.	Receitas indiretas através da venda de publicidade. Altos investimentos em novas tecnologias, com retorno na melhor das hipóteses a longo prazo.

Quadro 1: Tendências gerais dos modelos econômicos em ação na produção cultural e informacional (conclusão).

	Editorial (livro, disco, vídeo e cinema)	Onda (rádio e televisão)	Imprensa (jornal e revista)	Jornalismo <i>Online</i>
Características dos mercados	Mercado de massa segmentado. Compra de um suporte individualizado que incorpora o trabalho artístico ou de um direito de entrada. Dialética do “tubo e do catálogo” compensando o caráter muito aleatório do sucesso comercial.	Mercado de massa indiferenciado e indireto. Atenção a um aparelho (rádio e televisão). Fluxo de obsolescência instantânea. Necessidade de fidelização e de otimização da audiência. Importância da grade de programa.	Mercado de massa segmentado. Leitura de um suporte individualizado. Fidelização. Dependência da atualidade.	Mercado de massa segmentado. Interatividade. Dificuldades na fidelização. Dependência da atualidade. Tendência a desregulamentação do sistema. Fusões e sinergias.

Fonte: SOUZA (2006).

A lógica do Jornalismo *online* é acrescentada por Danielle Azevedo Souza em *A internet como suporte jornalístico em Aracaju: Adaptação dos jornais impressos à nova realidade tecnológica e econômica da mídia* (2006), pois, para a autora, “a presença da internet como meio de informação promove uma nova aproximação, desta vez entre imprensa e onda, constituindo-se um novo paradigma” (SOUZA, 2006, p. 9). Se o modelo informacional da imprensa online, conforme especificado pela autora, visa a uma audiência segmentada, enquanto na de onda (rádio e televisão) o consumo é variado e em ondas contínuas e cotidianas para fidelizar a audiência, na imprensa (revista e jornal) o consumo é individual, ligado a uma atualidade, o que faz as compras serem regulares, mas não rotineiras.

Comparado ao jornalismo impresso, como da Revista *Século*, pode-se dizer que, enquanto os custos de produção e difusão de conteúdo via internet são reduzidos devido ao suporte, pois não há gastos com uso de papel nem distribuição física, a oferta de conteúdo jornalístico na rede não traz rentabilidade significativa, conforme veremos adiante no Capítulo 5, no caso do jornal digital *Século Diário*. Para Souza (2006) “quem ganha dinheiro com a internet são os provedores de acesso e as empresas de telecomunicações. Os portais-provedores que mantêm uma equipe de jornalistas para disponibilizar notícias aos seus clientes têm por objetivo manter a audiência.” Lembrando que as vendas e receitas no modelo *online* provêm indiretamente da venda de publicidade e com retorno incerto em longo prazo:

No entanto, os anunciantes ainda possuem certo receio em propagar seus produtos na internet, o que distancia a mídia *on-line* de alcançar seus objetivos de competitividade com o meio tradicional. A fidelização da audiência, importante ferramenta utilizada tanto pelo rádio e TV quanto pelos setores da imprensa, torna-se difícil no conteúdo *on-line*. No caso da televisão, o espectador assiste a uma grade de programas pré-definida pela emissora. Mas na internet, os usuários não são obrigados a seguir uma determinada programação, acessam os conteúdos de acordo com os seus interesses individuais e quase nunca se detêm a ficar em um único *site* (SOUZA, 2006).

Segundo Bolaño (2009), a digitalização representa, *a priori*, um novo paradigma técnico reestruturando a economia política da comunicação e cultura, uma vez que desestabiliza mercados que já estão consolidados, contesta posições hegemônicas, promovendo, não necessariamente, uma democratização dos meios- em cuja esfera de embate encontram-se jornais de pequena escala dito independentes como o *Século Diário*-, em contraponto à maior concentração multimídia dos grandes conglomerados de mídia. Para Souza (2006), a rede não é só uma das possibilidades de convergência midiática que reconstrói os paradigmas da

comunicação, mas também de função ideológica. Assim como Souza (2006), o modelo de imprensa online, para Bolaño, “trata-se, como se pode deduzir, de uma “lógica social” híbrida [...]” (2009, p. 74), de aproximação entre imprensa e onda. Embora haja diferença no modelo econômico entre revista e jornalismo na internet, a editora do Século Diário Manaíra Medeiros ressalta as diferenças e semelhanças editoriais entre ambos:

A Revista Século reunia reportagens feitas *in loco*, fruto de dias de trabalho, com muitas entrevistas e produção fotográfica. Era um material muito elaborado e rico. A forma como o meio ambiente era abordado é a mesma no sentido das bandeiras e visão crítica, mas o formato é diferente. A internet exige textos mais curtos e dinâmicos, embora não seja totalmente descartado matérias mais longas, com alguns artifícios de quebra de texto (blocos e intertítulos, por exemplo) para tornar a leitura mais fácil. Inicialmente, o jornal online manteve uma edição de final de semana mais próxima do formato revista, mantendo essas reportagens mais elaboradas. Também haviam “Selos” com conteúdos mais buscados do jornal, entre eles algumas reportagens emblemáticas da revista. Com o tempo, porém, o *layout* foi acompanhando a evolução da internet e precisou se tornar mais dinâmico. A editoria de Meio Ambiente sempre existiu, sempre foi carro-chefe do jornal (MEDEIROS, 2019).

Nesse ponto, já conseguimos identificar que a Revista Século, apesar de também não ser proveniente de fusões ou incorporações midiáticas (nesse sentido, guardando semelhança com empresas de pequena escala e suas dificuldades estruturais) se aproxima em vários quesitos com o modelo de *flot* de vendas/ receitas semidiretas por varejo e por assinatura e publicidade tanto governamental como de grandes multinacionais, as quais a própria crítica em suas reportagens, principalmente àquelas em relação à defesa do meio ambiente. Apesar de pertencer a um mercado de massa dito segmentado como veículo, é direcionada em termos de conteúdo para um público geral (capixaba) cujo consumo individual, pelo menos no que parece no desejo da publicação, guardaria mais ligação com a pertinência territorial que social ou cultural (revista “para todos”, como ela se autodenomina) defendendo a neutralidade como técnica da notícia.

Nesse sentido, em comparação com as experiências expostas no Capítulo 2 - *Estado da Arte* como contra-hegemônicas, a Revista Século se aproxima mais da indústria hegemônica jornalística tradicional. Enquanto o Século Diário (site), que se autoenuncia jornalismo independente dentro do modelo de jornalismo *online*, detém características estruturais de empresa jornalística como a Revista Século (status jurídico, apelo à publicidade, mesmo que em pequena escala, relações de trabalho e hierarquia, utilização de recursos que denotam convergência tecnológica e mídia interativa como o *whatsapp*), porém, nesse momento da pesquisa, já podíamos perceber que, em comparação com a Revista Século, o jornal online Século Diário se sustenta com publicidade diferenciada, com uma missão editorial

publicamente delimitada e conservando pautas predominantemente locais, de apelo às demandas dos trabalhadores, sindicatos, movimentos sociais e de fiscalização do poder público estatal.

O acompanhamento crítico na luta pelo meio ambiente já se mostrava aqui ponto de convergência entre a postura editorial da Revista Século e o jornal *online* Século Diário, dois veículos de pequena escala, entretanto, com dificuldades estruturais, numa relação que já nos parecia diferenciada entre o setor comercial e o editorial de ambas as publicações. Também em comum membros da revista que, após sua descontinuação, continuaram a trabalhar no jornal *online* independente, como o próprio diretor-proprietário que também é jornalista.

Passamos agora aos passos de descoberta de pontos da trajetória do diretor e fundador da revista Século, e posteriormente do *site*, o jornalista Rogério Medeiros.

4.2 O INTELLECTUAL ORGÂNICO E ROGÉRIO MEDEIROS

Em um rápido contato conosco, o jornalista- fundador da revista Século e também do digital Século Diário, Rogério Medeiros, foi enfático ao dizer que “a revista era outra coisa” possivelmente numa consideração dos fatores políticos e socioeconômicos e culturais que circundam os campos externo/ interno e externo/ externo (CHARAUDEAU, 2006) que influenciaram os cerca de três anos de produção jornalística da revista Século, e não só a postura editorial que também visibilizava pautas a favor das demandas dos povos excluídos e oprimidos pelo processo civilizatório no Espírito Santo, não só contando suas histórias, mas também desnudando o poder do capital que tenta destruir suas formas de vida.

Sem desejar pessoalizar o jornalismo, a partir de uma leitura aguçada da revista Século, percebemos a importância de refletir a produção jornalística por meio do olhar crítico do seu idealizador, Rogério Medeiros, uma vez que se encontra muito mais próximo em termos de essência do jornalismo militante que das aparências e obrigações da chefia burocrática e suas regras rígidas e inflexíveis que impossibilitam o trabalho subalterno. As próprias bandeiras defendidas pela revista Século, principalmente a luta pelo meio ambiente que Boaventura de Sousa Santos (2013) já ressaltava necessárias por meio de um exame crítico da democracia em relação à inclusão de grupos minoritários, à tensão entre o direito ao desenvolvimento e os direitos ambientais, em especial o direito à saúde, consolidar-se-ão no jornal digital Século

Diário, que privilegia em seu conteúdo pautas de visibilidade as demandas dos trabalhadores e sindicatos e ligadas à luta de minorias étnicas, tais como quilombolas e indígenas, confundindo-se com o caminho percorrido pelo jornalista, Rogério Medeiros.

Em sua trajetória, visualizamos Rogério Medeiros a partir de um jornalismo sensibilizado como aquele que o professor, Marques de Melo (1985) diz “transpor o umbral da factualidade jornalística, apreendendo a essência dos processos sociais para trabalhá-los analiticamente, dimensioná-los criticamente” (2009, p. 38) referindo-se à obra, para ele, de natureza científico-jornalística *O papel do jornal e a profissão de jornalista*, de Alberto Dines (2009), que transpassou o tempo das mudanças tecnológicas com relevância para as reflexões contemporâneas sobre as questões da área do trabalho jornalístico. Para o próprio Dines (2009), quanto mais próxima a direção¹⁶ de um jornal estiver do cotidiano da redação jornalística- como os anos de trabalho do diretor Rogério Medeiros no Século Diário não se restringindo a simples “empresário”- mais terá criatividade e atitude otimista ao lidar com adversidades da tônica do negócio.

Se considerarmos o jornalismo, segundo Genro Filho (2012), como trabalho intelectual de intervenção teleológica (orientado), ao jornalista independente cabe o papel de intelectual orgânico quando atua como porta-voz protagonista representante das classes subalternas (inclusive a sua), também ao mediar a informação, interferindo e podendo promover mudanças sociais (MONTEIRO; ALMEIDA JUNIOR, 2018). Dentre os intelectuais de esquerda que atuaram como jornalistas e ativistas, Moraes (2016) cita o próprio Antonio Gramsci que reprova o trabalhador que lê regularmente e ajuda manter jornais burgueses em textos publicados no *L'Ordine Nuovo e L'Unita (1920)*- ambos vinculados ao Partido Comunista Italiano (PCI)- e que procurava “combinar jornalismo, a militância e as reflexões sobre o alcance social e os sentidos políticos da produção jornalística” (MORAES, 2016, p. 31).

Gramsci (1982) distingue, na Itália do início do século XX, dois tipos de figuras da **intelligentsia**: de um lado, o intelectual tradicional ligado às classes dominantes, legitimador

¹⁶ Dines, em *O papel do jornal e a profissão de jornalista* (2009), ressalta a diferença entre um jornalista em função gerencial ou executiva (mais criativo) e um gerente não jornalista (fatalista, conformado). Tanto na revista Século como no jornal digital Século Diário não encontramos a função hierárquica de “gerência” que pudesse remeter a uma administração de execução essencialmente burocrática. Portanto, argumentativamente, nos remetemos aqui às funções diretivas.

do sistema capitalista reificado; de outro, o intelectual orgânico, autônomo e ligado à causa e “verdade” do proletariado, numa perspectiva que se pretenda disruptiva e, por consequência, emancipatória. Nessa concepção, refletindo-se nas contradições da contemporaneidade, contra o pensamento único e a fim de problematizar esclarecendo o cotidiano, desnudando-o em suas contradições, o jornalista dito independente se destaca pelo seu papel de responsabilidade com consciência de sua função social crítica (GENRO FILHO, 2012) na esperança de alguma transformação da realidade para a práxis formadora de sujeitos históricos.

Para Fígaro (2014), é importante compreender experiências alternativas fora da matriz hegemônica de produção informativa/pensamento por meio da figura do seu jornalista. Pois, se transformações do sistema estrutural do capital põem em cheque a credibilidade dos grandes conglomerados tradicionais de comunicação, há outro jornalismo voltado a um discurso que se pretende democrático “por mais cidadania, por mais direitos, por mais consciência, por mais capacidade de intervenção” (HAUBRICH, 2017, p.68) tendo em vista a transformação social.

De origem burguesa, como os originariamente pertencentes à casta de intelectuais (nascido na Praia do Canto, atualmente bairro nobre da capital Vitória, na época Praia Comprida), e filho de um desbravador da indústria madeireira das terras capixabas, o jornalista Rogério Medeiros opta pela luta democrática em prol de uma sociedade humanista, seja no fotojornalismo em que milita, registra e defende em várias esferas de representação política cotidiana, como na literatura, sem esquecer também de sua colaboração na imprensa alternativa, no partido político ligado à causa dos trabalhadores e para a profissionalização da atividade nos órgãos representativos da classe jornalística. Veremos a seguir.

4.2.1 Primeiro fotojornalista do ES: premiado pela diversidade cultural e defesa ambiental

Segundo Geraldo Hasse (2010), para o *Observatório da Imprensa*, “veterano repórter de jornal e fotógrafo especialista em fotos preto & branco que começou a trabalhar no início dos anos 1950 como auxiliar de campo do famoso botânico Augusto Ruschi (1915-1986)”, capixaba e com extenso currículo no jornalismo brasileiro, Rogério Medeiros passou por veículos como O Estado de São Paulo, pelo Jornal da Gazeta (editor-chefe) além de ser correspondente no Espírito Santo para o Jornal do Brasil (JB), por 24 anos (MILENA, Portal GGN, O jornal de todos os Brasis, 2017). No entanto, sua carreira iniciou-se em *A Tribuna* em 1963, como

fotógrafo, tendo sido o primeiro repórter fotográfico do Espírito Santo (MEDEIROS, 1998).

De suas “reportagens de repercussão internacional, como a do câncer ecológico, resultaram livros de inegável valor histórico” (PROMAF-ES, 1998) como *Espírito Santo, maldição ecológica* (1983) em que Rogério Medeiros critica o quadro de destruição ecológica advindo do modelo de modernização imposto pelo Estado Brasileiro aliado à frente civilizatória da expansão capitalista internacional na década de 1980. Nessa obra são denunciados o plantio de eucaliptos, que já intensificava a degradação do solo e desertificação do Espírito Santo, e a atuação de madeireiras no exagerado desmatamento que causou o câncer ecológico nos pomeranos, o glaucoma nos negros do município de Conceição da Barra e a fuga dos índios em busca da “Terra sem Males”.

Edilson Martins, jornalista especializado na Amazônia, enfatiza que o livro [Maldição Ecológica] de Rogério Medeiros, “[...] um jornalista competente, teimoso e carregado de esperança, em que pese todo esse quadro, tem um valor profético. Ou pelo menos deveria ter. Se no Brasil tivéssemos a grandeza da memória” (MARTINS, 1983). Nesse retrospecto, ainda na vice-prefeitura de Vitória, quando Rogério Medeiros enfrentou a Cia. Vale do Rio Doce, segundo Hasse (2010), por desdenhar da punição, a empresa dita poluidora foi interditada por dias pelo governador Max Mauro (1991-1994), uma vitória do ambientalismo capixaba. Contudo, depois de duas décadas o céu de Vitória continua exalando pó preto e prejudicando a saúde respiratória da população.

Ainda como escritor-intelectual pela difusão do multiculturalismo capixaba como lugar de criação cultural, significação social e produção dos sentidos (HALL, 2016), importante para a representação das minorias étnicas e suas formas de vida e sobrevivência, Rogério Medeiros escreve *Tradições populares do Espírito Santo* (fotos com texto de Hermógenes Lima Fonseca, Vitória, 1991); *Ruschi, o agitador ecológico* (Rio de Janeiro: Record, 1995), além de *Espírito Santo, encontro das raças* (Vitória, 1997), sobre diversidade da identidade no Espírito Santo, o que o jornalista conhecido como “Velho Cacique” (HASSE, 2010) denomina “caldeirão étnico”, a partir de um olhar apurado e convicto da riqueza sociocultural do estado.

Temperada por uma sagacidade política fora do comum, a militância ecológica de Rogério Medeiros é fruto de variadas experiências pessoais. Criado entre Vitória e Conceição da Barra, ele viu a rápida e brutal devastação do norte do Espírito Santo entre o pós-II Guerra e os Anos JK. ‘De Linhares a São Mateus, a gente viajava na sombra da floresta’, disse ele, certa vez, ao recordar a densidade da mata atlântica nos

quase 200 quilômetros da BR-101, entre os rios Doce e Cricaré. Ao lado de Cyro Medeiros, o pai madeireiro, ele presenciou incontáveis derrubadas. Em companhia do folclorista Hermógenes Fonseca, o Harmojo (1908-1996), abraçou as demandas dos quilombolas. Junto com o temperamental Ruschi, concluiu que era preciso denunciar os riscos da destruição da mata atlântica. Como repórter do *JB*, conheceu os índios guaranis recém-chegados do Sul em busca da Terra Prometida no final dos anos 1960. Coitados, eles perderam o rumo – mas não a identidade – ao descobrir que aquelas terras esquecidas à beira de um rio em Aracruz estavam sendo legalizadas em nome da Aracruz Florestal. Já era veterano quando conheceu o madeireiro Rainor Greco (1926- 2001), de quem se tornaria amigo depois de apresentá-lo ao mundo como “o assassino de 60 milhões de árvores” (HASSE, 2010).

Apesar de oriundo da burguesia, com o pai Cyro Medeiros como um dos principais desbravadores no processo de colonização no norte do Espírito Santo, responsável por abrir a primeira estrada no norte do Rio Doce, na região de Nova Venécia e Colatina, por volta de 1930, à custa de mortes de operários, do impaludismo (malária) e a contragosto dos índios botocudos nativos, Rogério Medeiros por um outro caminho também resgata a difícil adaptação e a história pomeranas no ES por meio de 160 fotografias retratadas em 204 páginas (*figura 7*) numa rica narrativa visual da crônica da vida familiar, cultural, social e econômica junto à vasta documentação realizada nas comunidades rurais desses imigrantes na obra *Pommerland - A saga pomerana no Espírito Santo* (Agência Porã, Vitória), publicada em 2012, junto com os fotógrafos Ervin Kerckhoff, Emilio Schultz e Apoena Medeiros (seu filho, também fotojornalista e sócio fundador da Agência Porã).

Figura 7 - Jornalista Rogério Medeiros autografa livro doado ao Programa Imagens do Povo.



Disponível em: <http://www.imagensdopovo.org.br/destaques/ratao-no-espírito-santo/>

Fonte: Gustavo Louzada/ Agência Porã

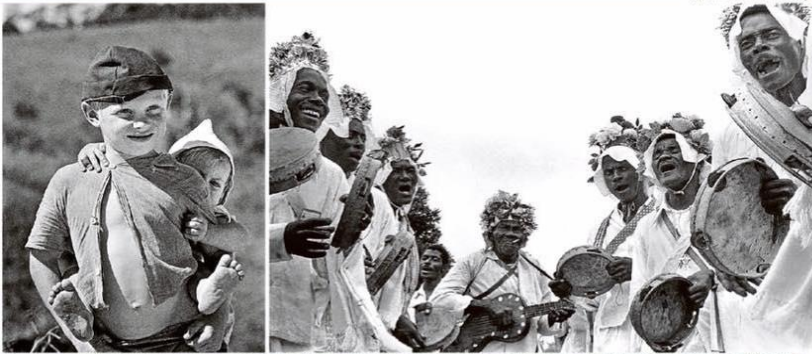
Segundo Benahia Figueiredo (2019), em matéria para o Jornal *A Gazeta* (figura 8), por seu comprometimento com a realidade documentada, Rogério, na época com 83 anos, é considerado ícone da fotografia capixaba. Em 2019, o olhar humanista e latino de Rogério Medeiros sobre as etnias e povos originários do Espírito Santo, indígenas, remanescentes quilombolas e camponeses, é compilado em 20 imagens históricas P/B na exposição *Rogério Medeiros, fotógrafo*, sendo nove cópias analógicas do acervo pessoal do fotojornalista. Ainda por ocasião do lançamento da obra *Pommerland - A saga pomerana no Espírito Santo*, na Biblioteca Pública Estadual, em Vitória, a Secretaria Estadual de Cultura (SECULT-ES) também ressalta a atuação de Rogério Medeiros como roteirista e documentarista da cultura capixaba:

Também fundou e dirigiu a Agência Vix, uma das primeiras agências de fotografia do país. [...] Jornalista premiado, participou de roteiros e direção de oito documentários, além das exposições *O Espírito Santo em Preto e Branco* (Centro Cultural da Justiça Eleitoral - RJ/2009, e Galeria Francisco Schwartz - ES/2008); *Folclore quilombola* (Porto de São Mateus - ES/2007); *Os Sobreviventes das Areias* (Centro Cultural da Justiça Federal - RJ/2007, e Parque Estadual de Itaúnas/2006); *Um Olhar sobre o Estado* (Galeria Santa Luzia, Vitória) e *Naturalista: homenagem a Augusto Ruschi* (Museu Melo Leitão/1990 e 2003) (SECULT-ES, 2012).

Figura 8 - Exposição Rogério Medeiros, o fotógrafo em *A Gazeta*

AGAZETA
QUINTA, 27 DE ABRIL DE 2019

C2 3



O fotógrafo capixaba eternizou as etnias e populações tradicionais do Estado como pomeranos e moradores da antiga Vila de Itaúnas através de suas lentes

| EXPOSIÇÃO |

O olhar de Rogério Medeiros sobre os povos do Espírito Santo

"Rogério Medeiros, Fotógrafo" entra em cartaz com 20 imagens do fotojornalista

de BENAHIA FIGUEIREDO

Em seus mais de 50 anos de profissão, o fotojornalista capixaba Rogério Medeiros eternizou através de suas lentes as lutas de comunidades afastadas dos grandes centros no Espírito Santo. Parte desse vasto acervo produzido ao longo de sua carreira com indígenas, remanescentes quilombolas e camponeses está reunido na exposição "Rogério Medeiros, Fotógrafo", que entra em cartaz hoje na Mosaico Fotogaleria, em Vitória.

São 20 imagens históricas, em preto e branco, sendo nove cópias analógicas originais do acervo do fotógrafo. Esses importantes registros estão agora à disposição dos capixabas com a curadoria do também fotógrafo, artista e pesquisador Bruno Zorzal.

"Esta exposição é resultado de muitos anos de conversa com Apoenia Medeiros (filho de Rogério), que também está envolvido na mostra. 'Todo o acervo está guardado em um lugar físico, só de fotos impressas são mais de 300. Foi ao mesmo tempo uma tarefa prazerosa e dolorida, porque foi difícil fazer essa curadoria, são muitas fotos. Mas o objetivo foi elaborar um fio condutor e construir essa ideia de mostrar quem é o fotógrafo Rogério Medeiros", explica Bruno Zorzal.

O comprometimento com o trabalho e com a realidade documentada fez de Rogério, hoje com 83 anos, um ícone da fotografia capixaba. Suas imagens são envolventes não só pela estética própria, mas também pela dimensão humana, por ter o ser humano no centro de tudo. É a beleza da resistência e conquista.

"Ele se dedica não só à fotografia, mas às pessoas fotografadas. As imagens acabam não sendo o mais importante, e sim as relações construídas a partir delas", diz o curador.

A exposição em Vitória chama atenção para importância da vida e obra do fotógrafo. "Acho que o legado principal é o olhar do Rogério pertinho da gente. Ter isso disponível como fonte de consulta é maravilhoso. Rogério expõe a cultura latina, os guaranis, os imigrantes que vieram pra cá. Podemos compará-lo um pouco com outros fotógrafos da América Latina que começaram a se dedicar a fotografar a própria realidade, os locais em que moravam. Rogério traz essa luz tropical. Ele é latino, é capixaba", finaliza Bruno.

ROGÉRIO MEDEIROS, FOTÓGRAFO
Abertura hoje, às 19h.
Visitação de hoje até dia 9 de agosto, de segunda a sexta-feira, das 10 às 18h. Aos sábados com agendamento.
Endereço: Mosaico Fotogaleria, Rua Aristóbulo Barbosa Leão, 500, loja 18, Shopping Victoria Mall, Mata da Praia, Vitória.
Informações: (71) 3024 0107.

Registro da última família a deixar a Vila de Itaúnas

Fonte: FIGUEIREDO (2019).

Dados de pesquisa do PROMAF (1998) classificam Rogério Medeiros- além de membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, de cujo Centro da Memória era curador- como jornalista especializado em crônica política e em grandes reportagens fotográficas e também folclorista dedicado ao estudo do Ticumbi (*figura 9*), de acordo com Schiffler e Nascimento (2012), dança típica étnica e ritualística pertencente ao Congo como parte da resistência (narrativas orais ligados ao folclore) das comunidades quilombolas, encontrada mais precisamente no município de Conceição da Barra (Sapê do Norte), norte do Espírito Santo. Os festejos em homenagem a São Benedito remontam ao guerreiro Benedito Meia-Légua, que, vinculando a fé a São Benedito à revolução, a partir de 1820 inicia uma luta pela libertação dos escravos na região que perdurou por quase 60 anos.

O Projeto de Modernização e Administração Fazendária (PROMAF), da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ-ES), apresenta e toma como base um pouco da produção intelectual do jornalista Rogério Medeiros. O projeto de pesquisa e elaboração de um sistema multimídia foi desenvolvido no período de agosto a dezembro/1998, apesar do material ainda estar disponível online (<http://www.sefaz.es.gov.br/painel/jornal10.htm>). Na ocasião, uma ilha de informática foi montada no Edifício Aureliano Hoffman, no centro de Vitória, para servir de referência sobre informações da história e cultura do Espírito Santo ao servidor do estado, estudantes e ao restante da população.

Figura 9 - Ticumbi quilombola



Autor: Rogério Medeiros. Disponível em: <http://portalacapoeira.blogspot.com/2011/01/ticumbi-cultura-secular-no-norte-do.html>. Acesso em: 22 nov. 2020.

No acervo digitalizado (hemeroteca) do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), há no total 21 ocorrências do nome do jornalista Rogério Medeiros, relacionadas não só às temáticas do Ticumbi, mas a cinema, folclore, história do folclore, jogos/ capoeira, folguedos, memória da instituição, poesia/ cantoria, festas religiosas e literatura de cordel (CNFCP, 2018), com caráter político de defesa do patrimônio cultural e fomento às expressões e saberes e fazeres do povo brasileiro, em especial a valorização e difusão da identidade capixaba, numa aproximação que faz do jornalista Rogério Medeiros um intelectual ligado ao importante “senso comum” (lugar intermediário entre o folclore propriamente dito e a filosofia, as ciências e a economia dos cientistas) e a cultura das camadas populares (GRAMSCI, 1982).

Filmado, fotografado e pesquisado pelo jornalista Rogério Medeiros junto com Hermógenes Lima Fonseca, o Ticumbi, em específico, transforma-se no curta- metragem “*Canto para a liberdade – A Festa do Ticumbi*”, que retrata os intérpretes da dança e a relação com a realidade, o misticismo, a fantasia, a herança cultural e ancestralidade negras, produzido em 1978, e exibido na Mostra Paralela do 12º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro (1979), sendo recentemente restaurado e digitalizado. A matéria do Século Diário, da repórter Fernanda Couzemenco (2017), que mostra o contramestre do Ticumbi, Berto Florentino, como guardião da coragem e do amor que sustentam a resistência dos quilombolas em seu território, além de protetor da nascente do Córrego São Domingos, único a sobreviver ao deserto verde da Aracruz Celulose, revela, por exemplo, o compromisso de Rogério Medeiros com o jornalismo que privilegia a representação raça/etnia para um caminho mais positivo em contraponto a “imagens negativas” ou estereotipadas dos quilombolas na mídia dominante regional (HALL, 2016).

Sobre a arte de Rogério Medeiros, complementa Figueiredo (2019) em *A Gazeta*: “suas imagens são envolventes não só pela estética própria, mas também pela dimensão humana, por ter o ser humano no centro de tudo. É a beleza da resistência e conquista” (Figueiredo, 2019, p. 3). Nesse percurso, na direção de uma democracia que não seja só política, mas humana, cultural e social, que, diante da diversidade alinha-se a leituras da realidade encarregadas das identidades e diferenças (MARTÍN-BARBERO, 2004), encontra-se o jornalismo ativista de Rogério Medeiros, pois, como democrata por definição, na observância dos Direitos Humanos, para Bucci (2000, p. 49), “na defesa destes temas, é bom frisar, o jornalista nunca é isento, neutro e equânime, mas é sempre um militante”, numa perspectiva que se pretenda cidadã.

Nesse momento, ao irmos ao encontro da trajetória do jornalista Rogério Medeiros percebemos

que, permeando as características do nosso objeto e de seus protagonistas, nosso trabalho de pesquisa estava muito menos ligado às características da aparência, mas entre a essência de dar voz e ser calado, entre a postura humanista e a postura reacionária. Entendemos que, a partir daqui, seria necessário falar sobre silenciamento que acaba por permear todo o caminho de entendimento sobre nosso objeto.

4.3 AS MANIFESTAÇÕES DO SILÊNCIO: AS FORMAS DE SILENCIAR

O silêncio, ao contrário do vácuo do senso comum que tende a vê-lo representado pela aparente ausência, seja da fala (som, linguagem oral) ou dos signos (linguagem escrita) ou das demais manifestações sensoriais, ele significa. Também podemos falar e ainda assim nossas palavras podem estar repletas de silêncio, nossos gestos emudecidos, nossos pensamentos cerceados, nossa escrita oprimida por deliberações externas alheias à manifestação da nossa vontade. Há produção de sentido no silêncio. E o próprio silenciamento, conforme expõe Orlandi (2007) já se manifesta como “pôr em silêncio”, ou seja, ato que provém da capacidade relacional que acaba por permitir a influência entre os sujeitos.

Há um processo de apreensão do silêncio. À parte dos “implícitos”, no ato dialógico entre o dizer que remete ao não-dizer reciprocamente, há uma materialidade simbólica que não deve ser ignorada. Pelos modos de existir do silêncio seja na linguagem, quando privamos daquilo que é mais importante dizer, quando indicamos que o sentido pode ser sempre outro, dentre outras ‘fraturas’ nas palavras, é que Orlandi (2007) o classifica como *fundante*, ou seja, o silêncio não significa sempre ausência, mas significação, fundação. Já que o universo em que o silêncio está inserido é o mesmo da palavra dita.

Segundo a autora, em uma conjuntura social e historicamente determinada, as formações discursivas, como conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, mesmas “regras de formação”, definem “o que pode e deve ser dito”. De fato, se temos o discurso como efeito de sentido construído no processo de interlocução, precisamos enxergar além daquilo que não está sendo dito na enunciação, que omite ou interrompe o sentido, como ao refletir criticamente “por trás” do título de uma matéria jornalística. Para Orlandi, a partir desta imposição há um outro discurso que deliberadamente é obstado.

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou

não permitir que se digam coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio (s) (ORLANDI, 2007, p. 102).

Nesse caso, Orlandi trata da política de silêncio, ao qual nos remetemos ao silenciamento, onde o recorte e os procedimentos de expor dizeres e esconder outros dizeres passa a ter conotação política. Se visualizarmos a censura, a autora pensa não como um fato cuja consciência do indivíduo tem com mero sentido de proibição, mas como fato de produção histórica, ou seja, podemos dizer que é problematizada a partir de determinado contexto sociopolítico e econômico de cada época. “Pensada através da noção de silêncio, a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 13). Censura-se, então, sentidos “indesejados” por determinado sujeito de uma formação discursiva no nível individual ou coletivo (grupos, comunidades, classes) em um território historicamente determinado.

A priori, os códigos deontológicos, como o próprio Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ), estabelecem o direito à informação precisa e correta acima de quaisquer segundos interesses, sendo considerada uma obrigação social tanto pelas organizações públicas como pelas organizações privadas. De fato, se o jornalismo atua como mediador na construção objetiva de uma realidade social, as empresas jornalísticas devem prezar pela qualidade em sua atividade, já que o processo de construção de sentido da notícia, quando admite silêncios, omissões, falseamento ou qualquer ausência que prejudique a qualidade da informação, que, chegando ao receptor, seja ele leitor, telespectador, ouvinte ou internauta, acaba por influenciar (de forma viciada ou deturpada) na formação da opinião pública. Proprietários, diretores, editores, repórteres, diagramadores, fotógrafos, toda a cadeia produtiva do fazer jornalístico, quando priva o receptor da notícia de elementos dificultando o seu entendimento e a problematização cotidiana, acabam por cercear o próprio direito do cidadão que deveria ser, antes de tudo, um dever ético e ontológico do jornalista.

V- a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante (FENAJ, 2007).

No Estado Democrático de Direito, quando referirmos à qualidade da informação jornalística, há de se levar em consideração os direitos de liberdade de expressão e liberdade de informação, aos quais ela deve estar intrinsecamente vinculada. Como direito fundamental de 1º geração,

direitos individuais de caráter negativo que exigem diretamente abstenção do Estado, o qual é seu principal destinatário, a liberdade de expressão está fundamentada no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, dos deveres e garantias individuais (constituem cláusula pétrea, dispositivo constitucional imutável) que especifica sobre os direitos e deveres individuais e coletivos: *IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato* como também *“IX – É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*. Tal direito também encontra respaldo na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (Artigo XIX) que garante ao indivíduo o poder de ter e emitir opiniões e expressar-se, de emitir juízos de valor e suas próprias ideias sem qualquer impedimento ou censura.

Consonante à liberdade de expressão, caminha sua extensão, a liberdade de informação, com caráter transindividual e bidirecional, pois se concretiza no direito de informar, aquele relacionado ao direito de imprensa, sacramentado no artigo 220 do Capítulo 5º da Carta Magna brasileira, em que garante a manifestação do pensamento, criação, expressão, a liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, como no direito de ser informado, ou seja, um direito social à informação, e aqui não só dos órgãos de comunicação como os jornalísticos e assessorias privadas, mas como o acesso à informação de seu interesse particular por órgãos públicos. Tendo em vista a interdição não declarada dos grupos dominantes da mídia nas questões envolvidas entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa (empresa), Venício Lima (2015) trata dessa diferenciação centrada no cidadão e não pela lógica mercadológica das empresas. Para o autor, as duas noções de liberdade são intrínsecas à modernidade e já estão fincadas historicamente no pensamento ocidental.

A primeira noção de liberdade é da tradição liberal, baseada no liberalismo inglês do século XVII, passando pela reação conservadora à Revolução Francesa e se consolidando no século XIX, em complemento à liberdade privada de produção capitalista. É desvinculada da política e vinculada ao mercado. O direito seria formado exclusivamente na esfera privada (da liberdade negativa, sem interferência externa à ação do indivíduo). Em outras palavras, na tradição liberal, protege-se o indivíduo do Estado, entendendo sua atuação como cerceamento da liberdade individual, ato de censura. Já a segunda perspectiva de liberdade é republicana. Nela prevalece a ideia de liberdade associada à participação na vida pública, ao autogoverno, associada a *pólis* (cidade, civil, público) da democracia clássica grega e da república romana, chegando ao humanismo cívico do início da Idade Moderna. Na tradição republicana, o direito à liberdade

significa liberdade de deliberar em nome dos cidadãos, estando diretamente relacionado ao interesse público.

É nesse parâmetro legal entre o dever ético com função social que atenda ao interesse público-mesmo em uma legislação previamente fincada nas liberdades individuais da democracia burguesa [portanto, com o conflito entre os dois tipos de liberdades supracitados], mas vinculada à responsabilidade social com direitos e deveres e sob os olhos do Direito- que encontramos o papel dos *mass media*, que seja os meios de rádio, TV, impresso, e principalmente na lógica da internet, com seu uso massificado a partir da segunda metade da década de 1990, e seus sites noticiosos.

4.3.1 Silêncio e a questão *ideológica*

O silenciamento pode configurar-se na sutileza da censura, impedindo a livre manifestação e circulação de ideias e opiniões, consistindo em tentativa de apagamento do outro lado da história que não a dominante, utilizando-se de mecanismos interferentes internos e externos à produção jornalística. No processo de interlocução, se substituirmos os “sujeitos” da formação discursiva por “atores”, sejam eles indivíduos, coletivos, instituições, organizações, redes, acabamos por perceber que o silenciamento pode advir tanto pelo poder (relacional) quanto pela capacidade estrutural de dominação do Estado (institucional). Porém, silêncios também constroem lugares de resistência.

Sobre a capacidade de resistência dos atores, para Castells (2016), quando quem está no poder utiliza o mecanismo de “cancelar” o ator resistente não se trata mais de relação social, e sim de uma relação de violência. Justamente violência e discurso são os dois mecanismos principais da formação de poder nas teorias sobre poder (seja foucaultiana, weberiana ou habermasiana). A partir do conceito de esfera pública (em crise), em Habermas, Castells (2016) salienta um Estado que estabilizaria o exercício de dominação por meio da democracia institucional que lhe garante legitimidade, pois há uma crença compartilhada (um consentimento) nesse Estado dito ‘democrático’. Portanto, a intervenção do Estado na esfera pública em nome do interesse dos cidadãos provocaria crise de legitimidade, porque ele na verdade é dominação, e não representação. E, antes de termos um Estado legitimado e institucionalizado, ou do jornalismo como produto da modernidade fincado no positivismo, a censura já fazia, desde os primórdios

da civilização, parte intrínseca do seio social por caracterizar-se na reação do indivíduo ao “diverso”, “diferente”, ao pensamento e ponto de vista que não o seu próprio. Em outras palavras, tratando-se de um dispositivo de controle acionado na(s) e pela (s) intolerância(s).

Na Antiga Grécia, a censura advém de uma justificativa ética de modelar o caráter dos cidadãos, reprimindo qualquer forma de contestação; na Roma Antiga a censura alcançou o estatuto de cargo ou função de censor, com a elaboração do Álbum Senatorial, a orientação da construção pública e a fiscalização da conduta moral dos cidadãos. Enquanto na Idade Média, para preservar a moral religiosa, a Igreja Católica levou muitas “bruxas” que questionavam seus dogmas à fogueira da Inquisição. Da Renascença da Idade Moderna, com a expansão das cidades capitalistas, a partir da invenção da imprensa (máquina) do alemão Johannes Guttenberg, temos o nascimento do jornalismo (e sua base técnica positivista de modo de produção calcado na *objetividade, na imparcialidade, na neutralidade*), contribuindo para a expansão do capitalismo mercantilista. Chegando ao século XX, marcado pelo crescimento e queda dos regimes autoritários, a exemplo do governo franquista na Espanha, nazista na Alemanha, fascista na Itália e salazarista em Portugal, de supressão da liberdade de expressão e pensamento, e tendo o uso da imprensa de base industrial como arma de propaganda política.

Partindo do centro explorador para as ditas zonas periféricas exploradas pelo sistema capitalista colonizador, na América Latina fomos impostos à colonialidade do poder, que também é simbolizada em discursos intolerantes com as diferenças, fomentados como controle simbólico advindo historicamente da matriz hegemônica eurocêntrica de pensamento, que, totalizante em sua missão civilizatória, desde o princípio desconsidera a diversidade da identidade híbrido-mestiça multifacetada dos povos colonizados latino-americanos, como o brasileiro, conforme expõe o semiólogo argentino, Walter Mignolo (2017). Trata-se de estratégia colonialista de dominação não só do território, mas dos corpos e das mentes dos povos latinos, subjugando, inclusive, suas subjetividades e forjando uma sociedade brasileira a partir da invisibilização dos sujeitos subalternos pela violência físico-simbólica, começando no estupro das indígenas pelo homem branco europeu, passando pela objetificação do sujeito na escravidão até o genocídio da juventude negra na contemporaneidade.

Para não ficarmos reféns da história construída pelos dominantes, necessário compreender que há estruturas de significação que envolvem o silenciamento nas representações no discurso jornalístico. Na concepção marxiana sobre o conceito de ideologia, por estar centrada no

desnudamento dos modos de exploração da classe burguesa proprietária dos meios de produção, seria um mero instrumento de dominação da classe dominante com suas ideias sendo as ideias de todos. Inclusive, da classe trabalhadora que vende sua força de trabalho quando de forma mecânica e acrítica, o que acaba por coisificar e falsear a realidade social, colaborando para a criação da *falsa consciência*. Com essa manobra, que camufla as contradições sociais, o discurso dominante acaba sendo marcado por “lacunas” e “brancos” para preservação e coerência do próprio sistema do capital autogerado.

Quanto ao próprio jornalismo, enxergando-o como conjunto de práticas simbólicas que nos permite tomar posição perante os conflitos sociais, crendo na utopia da mediação na construção de uma outra realidade social não-opressora, Felipe Simões atualiza a noção de ideologia em Genro Filho (2012), que, para Pontes (2016), aproxima-se da mesma noção do filósofo húngaro György Lukács (2013), ao expor o fato social na mesma estrutura conflitiva que o engendra.

Por outro, especifica o jornalismo, pois, entendendo-o não apenas como uma modalidade de ideologia, mas enquanto forma de conhecimento que pode ser usada ideologicamente, o autor lança para o terreno epistemológico desafios que incorrem na necessidade de conceitos e teorias que o explique. O jornalismo, através da produção de notícias, guarda o potencial de ressignificar os fatos sociais e de apresentar a complexidade das mediações envolvidas em cada um deles. Essa posição ética e de precisão aponta para a evidência do trabalho jornalístico arraigado às disputas sociais. O reconhecimento das disputas ideológicas permite a avaliação das consequências do trabalho jornalístico e a produção de conhecimento vinculado a uma postura de classe. Esse jornalismo, diferente do tradicional, permanece necessário e atual, ainda mais em contextos de crise (PONTES, 2016, p.162).

Na sociedade capitalista globalizada, o poder hegemônico utiliza as forças dos aparatos de repressão e instrumentos de controle (sociedade política) ao tentar legitimar-se como discurso único plasmando a consciência coletiva, e usando, conforme afirma Dênis de Moraes (2010, p. 63), “grandes jornais com suas fórmulas verticalizadas de controle de noticiário e opinião”, pertencentes à esfera da sociedade civil para imprimir às massas sua ideologia dominante, mascarando uma máquina de contradições e perversidades sistêmicas global, que silencia os conflitos e as desigualdades sociais, a ponto de não oferecer superação com outra alternativa, e em nome de uma falsa harmonia e “normalidade”. Para camuflar os conflitos de ordem socioeconômica e cultural, há uma máquina de produção noticiosa que se alimenta de fingimentos, mentiras e disfarces, manipulações e subterfúgios, visando à manutenção do *status quo*, de uma sociedade cada vez mais estratificada entre a casta de privilegiados e a massa não-privilegiada.

As omissões, os silêncios e silenciamentos, os padrões de manipulação conforme ressalta Abramo (2016), como a ocultação de fatos jornalísticos e a fragmentação com a descontextualização nas reportagens, acabam desconsiderando o outro lado da história, tornando-se preponderante para a manutenção do discurso ideológico dominante que constrói consensos através da esfera produtiva jornalística tradicional. Como falar e calar estão envolvidos nos mesmos embates de poder e força, para Chauí (2016) o discurso ideológico só tem coerência e racionalidade com os vazios de suas “lacunas”, pois, se preenchidas, perdem a “coerência”, fazendo emergir as contradições e desigualdades que passariam ao campo do explícito.

4.3.2 Silêncio arraigado desde o Brasil Colônia

A prática da mordaza no Brasil advém antes mesmo da chegada da imprensa no período do Brasil Colônia, datada em 1º de junho de 1808, quando entrava em circulação aquele que seria considerado o primeiro jornal impresso brasileiro, o *Correio Braziliense*, publicado pelo português Hipólito da Costa, mas fundado em Londres, após Hipólito ter contato com os ideais iluministas em viagens aos Estados Unidos e México. E, como tudo que é dito “desenvolvimento” imposto pelo colonialismo branco europeu em terras latinas, em nada relacionado às reais necessidades emancipatórias do povo nativo e das classes subalternas, “nossa” imprensa já nasceu importada como instrumento de poder da elite dominante na época.¹⁷

De início, com a imprensa proibida (a própria tipografia estava entre os avanços coibidos) e a exploração predatória para exportação dos recursos naturais da *terra brasilis*, a Igreja Católica (jesuítas) mantinham o monopólio da cultura (cuidavam da educação e dominavam a mentalidade). O Estado (Coroa Portuguesa) mantinha o monopólio do comércio. Enquanto o povo, impedido do acesso ao conhecimento, formado por analfabetos e pelos escravizados pela Coroa Portuguesa, não tinha sequer condições de ler, pensar, entender, interpretar e formar suas próprias convicções, ou seja, era silenciado a ponto de não poder se constituir como sujeito de sua própria história. E, inclusive, com a chegada da imprensa, era impedido em sua autonomia de emitir a própria palavra e formar sua própria concepção de mundo para além do olhar

¹⁷ Parte de texto nosso desenvolvido para o Observatório da Imprensa, portal de crítica de mídia, no percurso deste mestrado, sob o título “Desonesta, a imprensa brasileira já nasceu forjada nos desejos da elite”. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/dilemas-da-imprensa/desonesta-a-imprensa-brasileira-ja-nasceu-forjada-nos-desejos-da-elite/> Acesso em 26.set.2020.

daqueles “auto-iluminados” jornalistas burgueses, a exemplo de Hipólito. Além disso, a própria transmissão oral, no espaço público, poderia sofrer ruídos, já que também era mediada por algum privilegiado letrado.

Em 1640, o Brasil ainda era colônia de exploração dos portugueses. Venício Lima, em “Cultura do silêncio e democracia no Brasil”, cita o relato, o *da Visitação de Nossa Senhora*, do Padre Antonio Vieira, em que o jesuíta português, cuja missão inicial era catequizar os indígenas convertendo-os à fé cristã, questiona o que podemos considerar o silenciamento imposto não só pela exclusão linguística, mas pela violência, na Terra de Santa Cruz. Numa cerimônia do dia 02 de julho de 1640, saudando o vice-rei de Portugal- o Marquês de Monte Alvão indicado pela Dinastia dos Bragança- o padre proferiu em púlpito um sermão baseado no capítulo 1 do Evangelho de Lucas, um dos primeiros quatro livros do Novo Testamento bíblico, que relata a anunciação do nascimento de Jesus Cristo à Virgem Maria.

Em cerimônia com base na Vulgata latina (tradução para o latim da bíblia), o Padre Antonio Vieira começa por explanar, a partir do versículo 44, sobre o termo *infans*, *infante* dentro do contexto em que vivia o povo da colônia. Ele começa por desnudar o tópico para quem sabia latim: na língua latina, esse termo significa *aquele que não fala, incapaz de falar, infantil*, fazendo analogia ao estado do menino José Batista (ainda no ventre da mãe), filho de Isabel, prima de Maria, quando recebeu a visita. Como um dos males do Brasil enfermo pela violência e poder impostos pela Coroa Portuguesa, para o padre jesuíta, nós também fomos mantidos no mesmo estado dos infantes, sem fala, sem voz: “o pior acidente que teve o Brasil em sua enfermidade foi o tolher-se-lhe a fala”.

Essa passagem se encontra em *História do Brasil*, obra de três volumes (1810, 1817 e 1819) de autoria do historiador inglês Robert Southey, originalmente publicada em inglês, a primeira história sobre o período colonial passando pelo “descobrimento” até a transferência da Corte portuguesa, em 1808, quando também chega a imprensa em terras tupiniquins. O mesmo sermão da Visitação de Nossa Senhora viria a ser citado por Eudoro Lincoln Berlinck (1899-1976), autor pouco conhecido, mas examinado por Paulo Freire, no qual Venício Lima se baseia para estudar a cultura do silêncio na realidade brasileira, ainda que o termo amplamente contemple toda realidade latino-americana, dos países colonizados por portugueses e espanhóis, e os chamados países de Terceiro Mundo.

A primeira utilização do conceito de cultura do silêncio, de Paulo Freire, referindo-se ao contexto global da América Latina, veio em 1968, a partir do seu trabalho no *Instituto de Capacitación y Investigación de la Reforma Agrária* (ICIRA), no contato do educador e filósofo brasileiro com camponeses chilenos e suas vivências maculadas pelas consequências da civilização espanhola. Por um processo mecânico e automático, por um passado colonial representado na exploração e dominação, criou-se uma consciência servil na massa camponesa, agora “muda”, que até mesmo o processo de mudança de infraestrutura a partir da distribuição da terra pela Reforma Agrária não seria o bastante para transformá-lo. E, quando manifesta o desejo de participação, sofre represálias.

O conceito freireano de *mutismo* remete às relações entre proprietários e camponeses nos países latino-americanos, nos quais a característica de servidão, além de atingir todos os direitos da massa camponesa, tolhia-lhes também o direito de expressar-se. Pelo alheamento à vida pública, a cultura do silêncio criou uma consciência de servilidade, ao invés de auto-emancipação, pois um povo observador não é capaz de interferir decisivamente no processo histórico nacional, favorecendo a manutenção do poder da elite. Em sociedades, como a brasileira, fincadas na herança colonial e na falta de experiência política por meio da participação popular, em que não há participação ativa do povo no processo histórico, o **mutismo** constitui-se, pois, a partir do fato de que aos indivíduos não são propiciadas desde a infância as circunstâncias para o diálogo. Mecanicistas, as respostas já vêm prontas, mas são mutistas, pois não passariam de meros ‘comunicados’ desprovidos de criticidade.

Esses mesmos mecanismos mutistas, que tolhiam os camponeses chilenos de expressar-se e que eram criticados pelo Padre Antonio Vieira, também foram usados para impedir a produção editorial que constasse como ameaça aos interesses da Igreja Católica no Brasil Colônia. O prematuro cerceamento a livros na América Portuguesa influencia até a contemporaneidade nossa percepção histórica, isto é, nossa memória a respeito dos acontecimentos que marcavam as relações sociais na colônia, nesse caso, submetidas aos censores régios. Uma das primeiras obras questionadas se trata de *Chronicas da Companhia de Jesu no Estado do Brasil*, de autoria do padre jesuíta Simão de Vasconcelos, dividida em três volumes, escritas entre 1663 e 1668. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, livro que introduz as crônicas, foi censurado sob justificava “ufanista” de exaltação aos nativos brasileiros indígenas e as belezas naturais da terra, assim como também citava controvérsias em relação ao comportamento dos próprios padres da Companhia.

Conforme o levantamento de pesquisa de Daniela Dias (2015), a supressão de partes da obra de Simões Vasconcelos partiu tanto do Santo Ofício (órgão inquisitorial da Igreja Católica) como do próprio comando da Companhia de Jesus. Uma delas tratava da descrição de um território na Amazônia, o paraíso terreal, com exuberante riqueza na fauna e flora, com peixes, animais variados, rios extensos, muito verde e pastos abundantes, um verdadeiro Éden, que fazia parte de uma visão paradisíaca constante, inclusive, muito antes, de escritos antigos, como do frade São Tomás de Aquino, assim como também em crenças que já circulavam pela Europa sobre a existência de tal localidade.

Contemplando aspectos da cultura indígena, como os ritos que os europeus viam como feitiçaria, e sobre lendas que rondavam os povos da terra brasileira, o Padre Simões de Vasconcelos atribuiu voz aos silvícolas, os quais o autor relata dando-lhes condição de humanos. Em contraponto, na visão da Igreja Católica, dos portugueses e na ótica dos desbravadores Bandeirantes, os índios eram selvagens incapazes de vivenciar tal Éden, dado também o estado de transgressão constante dos humanos após o pecado original. Além disso, eram vulneráveis a ponto de serem escravizados. Incomodados com as descrições do Padre Simões de Vasconcelos, a Igreja Católica e a própria Companhia de Jesus censuram a obra que, de certa forma, tratava mesmo que sutilmente da cultura e das vivências dos povos nativos indígenas.

4.3.3 O efeito silenciador do discurso no século XXI

Venício Lima (2015) explica que, das velhas medias (*mass media*) às narrativas mediadas pelas TIC's, a mídia dominante tradicional pode ainda carregar em seu *modus operandi* vestígios do que o jurista e professor estadunidense, Owen Fiss, denomina “efeito silenciador do discurso”. Com uma análise de caráter eminentemente liberal e baseada numa referência da Constituição dos Estados Unidos, especificamente a Primeira Emenda¹⁸, Fiss acredita que o próprio Estado seria uma fonte de liberdade, nas situações em que ele promove o debate público, quando instâncias de fora do Estado inibiriam o discurso. Como formas de discursos, Fiss cita três temas que dominam o espaço público contemporâneo: os discursos de ódio, a pornografia, e o

¹⁸ Citado por Fiss, 1ª emenda da Constituição estadunidense: “O congresso não deverá fazer qualquer lei a respeito de um estabelecimento de religião, ou proibir o seu livre exercício; ou restringindo a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou o direito das pessoas de se reunirem pacificamente, e de fazerem pedidos ao governo para que sejam feitas reparações de queixas”

financiamento de campanha. Mas admite também que o Estado pode desprezar a voz de alguns para ouvir outras vozes nesse debate.

A partir do silenciamento de alguns grupos, outros tomariam espaço no debate público: a autoestima das vítimas dos discursos de ódio é afetada pelos *haters*, assim como as mulheres transformariam-se em objetos sexuais pelos homens. Da mesma forma, aqueles desprovidos de recursos financeiros já entram em desvantagem na arena política em vista dos “endinheirados”. Para Fiss, o efeito silenciador, nesses casos, vem do próprio discurso cabendo ao Estado a regulação estatal. Especificamente, quanto à liberdade de expressão, Fiss questiona o “pôr mais discurso” em contraponto ao poder de regulação estatal, pois não funcionaria onde nem todos têm acesso às formas de responder o discurso dominante. Trata-se de caso emblemático daquelas sociedades onde o debate público ainda é controlado pelos grupos econômicos da mídia tradicional.

Na visão de Fiss, professor liberal da Universidade de Yale, em cada um dos três casos a intervenção estatal não feriria a Primeira Emenda, pois o silenciamento não partiria do Estado. Pelo contrário, em sua visão o Estado promoveria um debate integral sem que o poder econômico privado compromettesse o discurso dos silenciados. De certa forma, tanto pelo lado da autonomia privada como pelo da tutela estatal, à luz da teoria do efeito silenciador do discurso, ambos feririam a liberdade de expressão daqueles grupos não hegemônicos ou excluídos desse debate público.

Para o filósofo italiano Giorgio Agamben (2004) a violência que consta em um regime dito “democrático”, gerada também a partir dos silenciamentos, deixa de ser medida excepcional para tornar-se uma técnica de governo na contemporaneidade. O toque de recolher e o fato do Poder Executivo legislar por decretos e medidas provisórias são relacionados à análise do Estado de exceção de Agamben, que traz à tona a obscuridade entre as áreas do direito e a democracia que legitimam a violência e a arbitrariedade em nome da segurança e a serviço da concentração de poder.

A partir da tentativa de conceituação do termo, relacionando estado de exceção e soberania, pelo jurista alemão Carl Schmitt e quanto à forma e ao conteúdo dos totalitarismos criticados por Hannah Arendt, Agamben verifica o *modus operandi* das guerras civis como na ditadura nazista, em que o dispositivo do Estado de exceção foi acionado legalmente por Adolf Hitler,

quando promulgou o *Decreto para a proteção do povo e do Estado*, suspendendo os artigos da Constituição de Weimar relativos às liberdades individuais. Como nunca foi revogado, o Terceiro Reich poderia ser considerado um Estado de Exceção, do ponto de vista jurídico. Na prática, o Estado de Exceção não seria uma suspensão do ordenamento jurídico. Porém, devido a “lacunas na lei” que impedem o Poder Judiciário da sua aplicabilidade, o Poder Executivo cumpriria essa prerrogativa.

Com “brechas” legais, o soberano ancorando-se na ordem jurídica opta pelo Estado de exceção que acaba por constituir-se em paradigma de governo. Por consequência, o próprio dispositivo jurídico do Estado de exceção acaba por se moldar numa técnica controladora, para o exercício da coerção do poder sobre os cidadãos. Passaria então a ser a regra geral, conforme explica o *outsider* de Frankfurt, Walter Benjamin (a quem Agamben se filia na tradição crítica), cuja tradição dos silenciados, os oprimidos por esse sistema, deveria combater criando um estado de emergência. A partir dali, teríamos a construção de um novo conceito de história, levando em consideração essa realidade que, atualmente, camufla a construção de uma verdadeira democracia autogerida como governo do povo e para o povo.

Legalmente, conforme demonstrado neste tópico 4.3, a proibição constitucional à censura no Brasil veio com a Constituição Federal, publicada em 1988, após um período traumático de cerceamento da liberdade de expressão e pensamento pelos militares na Ditadura (1964-1984). Porém, o Brasil pós-abertura democrática ainda guarda reflexos da censura desse período sangrento de assassinatos, perseguições e tortura da nossa história. A partir da discussão da visibilidade e a revisão da censura na esfera pública burguesa, o pesquisador Ivan Paganotti traça em *Ecos do Silêncio* (2018) uma tipologia do foco da prática da censura de acordo com atores nela envolvidos na contemporaneidade. Reproduzimos abaixo:

Quadro 2. Tipologia de instâncias de ação da censura, bens protegidos e objetivos

Instância	Bem protegido	Finalidade
Poder estatal	Segredo de Estado/ Justiça	Ocultar processos públicos da ameaça do olhar coletivo
Cultura	Tabu	Não discutir práticas que articulem a organização social
Sociedade	Personalidade	Proteger a privacidade dos indivíduos
Mercado	Propriedade	Garantir posse/ monopólio da marca de distinção técnica

Fonte: PAGANOTTI (2018).

Em outras palavras, é importante observar que os limites à liberdade de expressão são impostos

tanto pelo aparato da sociedade política como da circulação, ancorada no sistema do capital, da sociedade civil. Em sua pesquisa, Paganotti (2018) aponta que, justamente, entre a esfera pública e a esfera privada dos indivíduos há um esvaziamento da função censora do Estado (punitivista de forma direta, como na ditadura), pois, na contemporaneidade, ele é acionado pelos demais atores envolvidos para atender suas demandas, nublando as motivações do ato censor que o pesquisador toma como caráter político oculto da censura. Abafar sons dissonantes faz, assim, parte de séculos de silenciamento estrutural no Estado Brasileiro.

O resgate realizado por Julia Carvalho em pesquisa acadêmica sobre a liberdade de expressão (e a sua falta) no decorrer do processo histórico-político do Brasil, que resultou na obra *Amordaçados: uma história da censura e seus personagens*, chegou à conclusão àquela altura de que, em mais de 512 anos de existência, apenas 14 deles (entre 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã, e 2002) o Brasil havia passado por “plena”¹⁹ liberdade de expressão. Fim do hiato, Carvalho (2013) pontua a permissão da proibição de publicações que ferissem a honra, a boa fama e a respeitabilidade dos indivíduos pelo Código Civil Brasileiro (Lei nº10406), em 2002, no final do governo FHC. Para a pesquisadora, na prática, permite-se, a partir dali, a censura judicial com afinco.

Em 2009, a Lei de Imprensa instituída durante a vigência da Constituição de 1967 (Ditadura Militar) foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal, Suprema Corte Brasileira, guardiã máxima da Constituição, sob alegação de inconstitucionalidade. Criada para institucionalizar e regular a liberdade de expressão e pensamento, a fim de consolidar o regime autoritário, com a sua não recepção pelo Supremo Tribunal, extinguiu-se com a Lei de Imprensa, a partir de 2009, a exigência do título de Bacharel para o exercício profissional, ou seja, do diploma de nível superior específico como critério de acesso à profissão, acirrando a precarização do trabalho do jornalista.

Com a derrubada da Lei de Imprensa, também é revogado o direito de resposta, passando o tema a depender de decisões judiciais, caso a caso, fundamentados como outros na Constituição Federal de 1988. A não recepção da Lei de Imprensa pela Suprema Corte do Judiciário ocorre

¹⁹ Nossas aspas nos permite questionar qual a liberdade “de fato” implantada por governos capitalistas neoliberais como de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), na segunda metade dos anos 1990, onde todas as instâncias do político e da política cotidianos são condicionadas pela lógica competitiva e excludente do mercado.

no Governo do ex-Presidente Lula Inácio Lula da Silva (PT), dito progressista. Em 2015, o direito de resposta é regulamentado por meio da Lei nº13.188/2015, no governo de Dilma Vana Rousseff, sua sucessora, do mesmo partido. A Lei nº13.188/2015 dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

4.4 ROGÉRIO MEDEIROS E A RESISTÊNCIA NA LITERATURA CONTRA A DITADURA MILITAR

Medina (1982) explica que, das negras fases históricas sob a “férrea armadura dos ditadores”, a sobrevivência de duas formas de ação social (arte e comunicação), é protagonizada pelos que a autora denomina semimarginais: o artista e o jornalista. Nessa linha tênue, encontramos o fotojornalista Rogério Medeiros, que também foi ávido combatente à Ditadura Militar no estado do Espírito Santo.

4.4.1 *Memórias de uma Guerra Suja: a ruptura contra o silêncio da opressão*

Oriundo de uma época que, segundo Fígaro (2014), representa o “jornalismo sola de sapato, da rotina de sujeitos tidos como boêmios, curiosos ou pretendentes a literatura, mal pagos e sem reconhecimento profissional e trabalhista” (FÍGARO, 2014, p.31), Rogério Medeiros relata que, até chegar a ser Diretor do capixaba *O Diário* (da Rua Sete, nome de uma rua histórica do Centro de Vitória)- que funcionou entre julho de 1955 até início dos anos 1980- todos eram repórteres por intuição, sem saber fazer reportagem de acordo com a técnica jornalística. Porém, o *Diário* era marcado pela ousadia de seus rebeldes colaboradores, que transformaram a “escolinha de jornalismo” numa trincheira de luta contra a ditadura no Espírito Santo.

Na obra *Ditadura eu vivi: depoimentos de jornalistas capixabas no período de 1964 a 1985*²⁰, publicado em 2013, Rogério Medeiros é enfático ao dizer que “A imprensa capixaba, antes de 1964, não era imprensa, eram partidos políticos. Não era uma imprensa profissionalizada. Ninguém estava atrás de fatos, não havia fatos, havia jornais que defendiam posições políticas”

²⁰ Livro-reportagem resultante do TCC – Trabalho de conclusão de curso, com título original “A censura da imprensa capixaba no período da ditadura militar no Brasil”, apresentado às Faculdades Integradas Espírito-Santenses (Faesa) para obtenção do título em Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo por Tatiana de Matias Moura.

(MOURA, 2013, p.11). Segundo o decano dos jornalistas capixabas, o *modus operandi* da produção que se pretendia jornalística na época, a começar pelos colaboradores até a direção dos jornais, sempre foi permeado por elementos políticos e econômicos.

Duas fases marcam a produção jornalística de *O Diário da Rua Sete*. A primeira gira em torno do PSD, partido de situação representante da oligarquia do café sustentado pelas classes médias e o empresariado cujo Governador, Carlos Lindenberg, acaba por chefiar o Espírito Santo entre 1947-1951, retornando em 1959 (janeiro-outubro). Nessa época, Lindenberg já havia adquirido A Gazeta, em 1949. Entre 1955 e 1959, o PSD perde o governo para a oposição, na figura do engenheiro eletricitista Francisco Lacerda de Aguiar [chamado por Rogério Medeiros de Chiquinho], do Partido Trabalhista Brasileiro, getulista, reformista e que servia de anteparo na classe popular e trabalhadora, à influência do Partido Comunista, e demais organizações de esquerda. Segundo Rogério, quando Chiquinho ganha o Governo compra o Diário e, numa época de quase nenhuma profissionalização nas redações jornalísticas, Rogério salienta que “o leitor tinha pouca coisa para ler” (MOURA, 2013, p.12), pois predominava embate discursivo dos governos em seus veículos.

Nesse período do regime militar, O Diário, A Tribuna e A Gazeta foram favoráveis. Os jornais viviam sob esse clima: “Cuidado que o fulano que está aí é comunista”. Os jornais não foram contra o golpe militar, foram favoráveis. Dentro deles havia núcleos de caras de esquerda que usavam o espaço. O Diário tinha isso e atingia o regime de uma forma inteligente. Aí nós vamos entrando para um campo de profissionalização das redações. [...] O Diário, do qual eu fui diretor, era um jornal que não tinha o nível de recurso que A Gazeta tinha. Tinha que se virar. Enquanto o Chiquinho esteve nesse embate político, ele manteve o jornal. Quando o Chiquinho estava no governo, não dava publicidade para A Gazeta e, quando A Gazeta estava no governo, não dava publicidade para O Diário; então eles eram marcados e bancados pelos seus partidos (MOURA, 2013, p.16).

Ao enfrentar um período de escassez de recursos financeiros, *O Diário* opta então por agregar mão-de-obra de estagiários de faculdades e até do período secundário, como era chamado o Ensino médio na época. Apesar da experiência em espaços de intervenção política e liderança, tanto colaboradores e estagiários eram submetidos à baixa remuneração, ao contrário do que ocorria n’A Gazeta, que oferecia melhores salários, mas para uma geração mais “velha”, experiente. A seriedade do trabalho jornalístico de *O Diário* veio com sua saída do sistema partidário. Segundo Rogério Medeiros, “começou a ter uma redação mais agressiva, uma redação mais noticiosa do que de A Gazeta, porque A Gazeta, o que era contra, ela não dava, e *O Diário* não, *O Diário* começou a respeitar mais quem trabalhava lá” (MOURA, 2013, p.17).

Vindo de *A Tribuna*, a entrada de Marien Calixte²¹ como diretor e como bom redator no *O Diário* injeta, a partir de 1962, inteligência e criatividade às atividades do jornal.

Já no pós-golpe militar, no governo de Christiano Lopes Filho, eleito indiretamente via Assembleia pela Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido da própria Ditadura, o relato de um fato por Rogério Medeiros chama atenção para a pretensa independência de *O Diário* que não se permitia silenciar sobre instrumentos sanguinários do regime, como o Esquadrão da morte, organização paramilitar, que, em terras capixabas, foi implantada pelo irmão do próprio governador (MOURA, 2013). Com uma máquina impressora muito antiga, se *O Diário* vendia normalmente 1,5 mil a 2 mil exemplares, com o “escândalo” do Esquadrão da morte, que, além de políticos, era composto por membros do Judiciário, policiais civis e militares e mantido via de regra pelo empresariado, as vendas se multiplicariam exponencialmente.

De acordo com Rogério Medeiros, “com o Esquadrão da Morte vendia 20 mil exemplares. Todos nós de *O Diário* trabalhamos nesse episódio, enquanto *A Gazeta* não dava uma linha, uma linha sequer” (MOURA, 2013, p.17). Porém, a própria *A Gazeta* com visão competitiva passa a sondar para contratação aqueles que se destacavam em *O Diário*. Do outro lado, a contratação de Cláudio Bueno Rocha “a peso de ouro”, segundo Rogério, proporciona um aprendizado à equipe quanto à feitura do jornal, da notícia, da reportagem, necessários para que o jornalismo de *O Diário* entrasse definitivamente no campo de profissionalização da atividade (MOURA, 2013).

Sob uma modernização conservadora, ou seja, um processo de modernização que não destruiria os elementos tradicionais estruturais de dominação e exploração da sociedade brasileira, o regime militar usou estrategicamente a indústria cultural²² para expandir suas bases além da

²¹ Seu blog de memórias (<https://memoriamariencalixte.wordpress.com/marien-calixte-o-filho-do-jardineiro/>) relata o carioca Marien Calixte como pedaço da história do ES, com passagens pela Rádio Espírito Santo (fim da década de 1950), com o programa Cinelândia capixaba (sobre cinema e trilhas sonoras), por *A Tribuna* (1955, antes de entrar no *Diário*, retornando em 1980 para estruturação), por *A Gazeta*, em 1976 como editor-chefe da publicação e criador da Coluna Victor Hugo. Em 1971 (em plena ditadura), foi diretor do Teatro Carlos Gomes, em Vitória, e Secretário de Turismo da Capital.

²² Para Armand e Michelle Mattelart, em *Historia das Teorias da Comunicação* (1999), a vertente da Escola da Teoria Crítica (Frankfurt), representada pelos alemães Marx Horkheimer e Theodor Adorno, ao criar, na década de 1940, o termo indústria cultural para designar a arte e a produção dos bens culturais dentro da lógica de industrialização, no movimento global da cultura como mercadoria (1999, p.77), trouxe dentro dessa racionalidade técnica os mesmos padrões de condicionamento produtivo, de serialização dos produtos, de estandarização, de repetição e padronização, todas características tratadas por estes frankfurtianos como “único sistema” (MATTELART, 1999).

televisão, antes principal veículo de alcance massivo no país. Em 1969 a profissão de jornalista recebe a sua primeira regulamentação, por meio do Decreto-Lei nº 972. No ano seguinte, o diploma passa a ser exigido para o exercício profissional. Junto ao estímulo do crescimento do mercado das comunicações, surge uma série de faculdades e cursos de graduação em jornalismo para suprir a demanda. Diante desse cenário, se, por um lado, significa uma expansão da imprensa via crescimento econômico, por outro, “[...] o ambiente repressivo do regime militar tenta controlá-la para legitimar-se” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 121).

A repressão, controle e cerceamento das liberdades civis e do jornalismo como instância mediadora perdurou durante todo o regime militar, mas seu apogeu, o Ato Institucional nº 5 durante o governo de Artur da Costa e Silva, significou um endurecimento do regime autoritário. Em outras palavras, além do decreto de fechamento do Congresso Nacional, pela primeira vez desde 1937, a cassação de mandatos, o confisco de bens privados e a intervenção arbitrária em todos os estados e municípios se consolidam como ações comuns da Ditadura, além da censura aos meios de comunicação e a tortura como prática punitiva pelos agentes do Governo. Segundo Romancini e Lago (2014), a própria imprensa alternativa floresce neste período numa linguagem renovadora e diversificada, numa postura opositora e crítica, em contraponto aos grandes meios que não podiam ou não queriam divulgar certas informações, pois induzidos, segundo Mattos (2005), a uma *autocensura*, se quisessem obter incentivos como empréstimos e publicidade governamentais. Em outras palavras, um compromisso dos grandes conglomerados com o censor ditatorial, que geraria o medo de se ater a divulgar de forma crítica a verdade dos fatos sobre o regime.

No Espírito Santo, nessa esfera pública dita subversiva, o jornalista Rogério Medeiros foi, segundo Resende (2006), quem ajudou a também fundar o periódico capixaba da imprensa alternativa, o nanico *Posição*, tablóide quinzenal que circulou entre os anos de 1976 a 1979, ressaltando o uso do humor e ironia em contraponto ao autoritarismo e repressão militares, mas pela via indireta de denúncia de problemas socioeconômicos do estado, aproveitando pautas que outros jornais não podiam ou não queriam publicar, tentando desconstruir o discurso oficial numa perspectiva contra-hegemônica de crítica à realidade (RESENDE, 2006).

Para Tinoco dos Anjos, outro jornalista que trabalhou em *o Diário* com Rogério Medeiros, o jornalismo só pode ser exercido com liberdade. Sendo assim, o *Posição* foi o baluarte crítico de enfrentamento à ditadura no Espírito Santo. Publicava denúncias políticas, enfrentando

muitos problemas de circulação. O *Posição* circulou em 68 edições (65 regulares e 3 especiais) como jornal de resistência aguerrido, cujo tempo de sobrevivência veio sem publicidade, e sofrendo de forma rotineira tentativas de apreensão (MOURA, 2013). Nas palavras do jornalista Rogério Medeiros, além da mordada ditatorial, seu fechamento adveio da própria falta de consenso interno da dita esquerda, que sustentava ideologicamente o jornal:

[...] fechou por “porralouquismo” da esquerda. Ele foi feito para combater e os caras achavam que nós estávamos fazendo jornal para a burguesia. O *Posição*, quando saía, logo vendia todos os 45 mil exemplares, mas era uma esquerda ainda muito complicada. Tanto é que eu dirigia e o editor era o Jô Amado. A ideia do jornal foi do Jô Amado. Ele era um sociólogo e escrevia bem, e eu comprei a ideia dele para fazermos juntos. A gente fez o *Posição* por aproximadamente três anos. Tudo era concentrado em mim, era eu quem ia em ‘cana’, eu chegava de manhã e eles me sacaneavam, só falavam comigo às 18 horas. A gente tinha que saber que, se a gente fez o jornal em plena ditadura militar, a gente tinha que saber que tudo isso ia acontecer (MOURA, 2013, p. 22).

Contra a opressão do regime militar, pela não repetência de erros históricos cíclicos, numa concepção benjaminiana de reconstrução do passado no presente, privilegiando a reconstrução da memória (*mimesis*) (BENJAMIN, 1985), necessária para o desenvolvimento da consciência histórica do leitor na contemporaneidade, sobretudo, contra as diversas formas de violência física, verbal, psicológica, simbólica, com suas circunstâncias e extensões políticas (que jamais poderão ser justificáveis) na ditadura militar brasileira, Rogério Medeiros também escreveu, junto com Marcelo Netto²³, a obra *Memórias de uma guerra suja*, publicada em 2012.

Memórias de uma guerra suja registra em primeira pessoa os depoimentos do ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Cláudio Guerra, sobre matança e aniquilamento de militantes de organizações políticas de esquerda que combatiam a Ditadura (1964-1984), sobretudo nas formas de esquartejamento e desaparecimento dessas vítimas, que incluía queima de seus corpos por ácido e/ou em fornos industriais, dentre outros espetáculos de justicamento considerados- a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 que institui o Estado Democrático de Direito- crimes contra a humanidade.

Se o estudante de Medicina na época, Marcelo Netto, após delatado como integrante do Partido

²³ Marcello Neto atuou como colaborador nas primeiras nove edições da Revista SÉCULO, onde contava suas experiências de autobanimento na coluna *Banido em Nova York*. Na edição nº9 (nov.2000) se transfere para *A Gazeta*, de acordo com a revista “o principal diário do Estado”. Foi casado com a jornalista de Economia do Conglomerado Grupo Globo de propriedade da família Marinho, a mineira Miriam Leitão. Segundo Moura (2013) a jornalista também foi presa e torturada física e psicologicamente pela Ditadura Militar quando estava grávida, na cidade de Vila Velha, região metropolitana de Vitória.

Comunista do Brasil (PC do B), pôde em seus nove meses de prisão em solitária conhecer a crueldade do delegado, Claudio Guerra (NETTO, 2012), a escolha de Rogério Medeiros para registrar publicamente as revelações criminosas do ex-delegado do DOPS, que o contatou em 2009, só foi possível devido ao trabalho do próprio jornalista como repórter no extinto *Jornal do Brasil*, na época da ditadura, veículo que, inclusive, foi alvo de tentativa de atentado pelo regime ditatorial, entre os anos 1970 e 1980.

Pelos atributos do bom repórter-jornalista como espírito íntimo inconformado e inquieto sendo um permanente buscador (DINES, 2009), pois, graças à reportagem de autoria de Rogério Medeiros e publicada na década de 1980 que mostrava 35 execuções sequenciadas de queima de arquivo, a imagem de Cláudio Guerra foi de combatente da criminalidade no Espírito Santo à chefe do crime organizado, o que evidencia a importância do papel do jornalista engajado, conforme salienta Moretzsohn (2007), ou seja, daquele que trabalha na “contracorrente”, encontrando “brechas” para respiros críticos, pensando contra os fatos, interpretando-os contra o senso comum e a naturalização da opressão do sistema:

Ao chegar ao quarto do hospital, onde Guerra aguardava no leito, este incumbiu-se logo de fazer a atraente oferta de me confiar a longa jornada de crimes, como uma espécie de transposição de seu passado em favor da dedicação a uma vida religiosa que havia iniciado na cadeia. Para superar animosidades antigas, produto de minhas reportagens, adiantou-se em afirmar que quase tudo que eu escrevera sobre suas atividades no crime só não era integralmente correto por conter alguns senões. Embora muito prejudicado pelo meu trabalho, ele disse que não poderia deixar de reconhecer a honestidade do repórter. Daí a confiança em me entregar toda a sua trajetória de crimes, em especial os que foram praticados a serviço do regime militar. Na hora, fui surpreendido pela referência aos militares, pois até então só existiam, a respeito de sua participação nos crimes da ditadura, meras especulações e inúmeras desconfianças (MEDEIROS, 2012, p. 14).

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com tarefa instituída na Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, de examinar, investigar e esclarecer o quadro de graves violações de Direitos Humanos praticadas entre 1946 e 1988, confirma em seu relatório final 434 mortes e, dentre essas, 210 são vítimas desaparecidas no período do regime militar. A Comissão foi criada na gestão da Presidente Dilma Rousseff, eleita legitimamente pelo PT (2011-2016) e também vítima de um dos torturadores, Coronel Brilhante Ustra, citado em *Memórias de uma guerra suja*. Deposta do poder, o *impeachment* de Dilma Rousseff é devidamente corrigido por Miguel(2018) como golpe de 2016 apoiado pela elite econômica, da mídia e por próprios setores de aparelhos de Estado, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal, e

em papel menos visível, mas crucial, as Forças Armadas (MIGUEL, 2018). A partir do que Miguel (2018) denomina *golpeachment*, dá-se início a um processo de *desdemocratização* do Brasil.

A CNV, instalada em 2012, mesmo ano de lançamento de *Memórias de uma guerra suja*, acabou por utilizar o roteiro do rico trabalho de resgate histórico jornalístico de Rogério Medeiros e Marcelo Netto como vasta pauta de trabalho para as investigações da Comissão:

Em depoimentos a CNV, entre os agentes da repressão do período da ditadura que confirmaram a prática das torturas está o ex-delegado Cláudio Guerra, do DOPS do Espírito Santo e atual pastor evangélico. Guerra, membro de uma das equipes do coronel Freddie Perdigão (um dos importantes agentes do CIE), mencionou, em 23 de julho de 2014, que este último tinha dois grupos de trabalho distintos e secretos: um de tortura e interrogatório e outro de execução (do qual Guerra fazia parte). Fez referência específica ao caso de Ana Rosa Kucinski Silva, militante da Ação Libertadora Nacional, que, conforme seu relato, teria sido torturada brutalmente no centro clandestino de Petrópolis conhecido por Casa da Morte, inclusive sexualmente: “Ela estava em Petrópolis e ela foi muito torturada. Ela estava visivelmente violentada. Com os órgãos genitais cheio de sangue e a roupa toda cheia de sangue”. Guerra citou a participação em sessões de tortura naquele local do ex-cabo Félix Freire Dias (citado por Marival Chaves Dias do Canto), de codinome Magro, que igualmente foi ouvido pela CNV, em 31 de outubro de 2013. Em seu depoimento, Félix Freire Dias negou ter cometido homicídios e praticado tortura, mas reconheceu ter trabalhado em subordinação aos oficiais do Exército Paulo Malhões e José Brant Teixeira, em Brasília, para além de ter sido motorista em missões realizadas nas décadas de 1970 e 1980 por José Brant Teixeira na região de Xambioá, atualmente no estado do Tocantins (COMISSÃO DA VERDADE, Relatório Volume 1, p. 344).

Inegavelmente importante para os trabalhos da Comissão da Verdade, *Memórias de uma guerra suja* também relata os ataques de bombas explosivas de militares descontentes com a abertura política promovida pelo presidente Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva (Chefe da Casa Civil) à imprensa do final da década de 1970 até meados dos anos 1980. Dentre eles, as explosões no Jornal *O Estado de São Paulo*, no Jornal *A Tribuna*, em Vitória, no *Jornal da Cidade*, da TV Fluminense, que podemos considerar da mídia dominante. Demandando cerca de três anos de trabalho, a obra foi “porém, um mal necessário, vital mesmo à honra política de seus entes queridos, além de extremamente necessário à recomposição da História do Brasil” (MEDEIROS, 2012, p. 13-14). Segundo os autores, à medida que se avançava nas pesquisas mais aumentava a vulnerabilidade da segurança dos envolvidos, já que desnudava estreita ligação com as elites capixabas e os políticos, como o deputado capixaba Camilo Cola e a Viação Itapemirim, a loja de departamentos Mappin (SP) a GasBras e White Martins, e o próprio jogo do bicho, financiadores de atividades repressivas contra a esquerda armada (NETTO; MEDEIROS, 2012).

Quando não há educação libertadora e conhecimento voltados para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as atrocidades cometidas contra a humanidade no passado, períodos como o regime militar tendem a simbolizar algo mal resolvido na nossa história. Nefasto, com concentração de poder total nas mãos dos militares e inúmeras restrições às liberdades civis, “prosperou” economicamente à custa de muitas mortes e sangue de inocentes. No resgate de *Memórias de uma guerra suja*, o fato do delegado Cláudio Guerra “não torturar, apenas matar” leva o jornalista, Rogério Medeiros, e Marcello Netto a traçarem o perfil frio, ardiloso, implacável e indecifrável (não se sabe quantos ele “apenas matou”, de acordo com os autores da obra), pois, como um dos principais operadores linha dura do regime, o ex-militar se justifica que estava, naquela época, apenas cumprindo com seu dever.

Analogamente, quando uma das mais influentes filósofas políticas do século XX, Hannah Arendt (1999), analisa a personalidade de um dos principais organizadores do Holocausto, o nazista Adolf Eichmann, responsável por carimbar o “passaporte para a morte” de milhões de judeus na Segunda Guerra Mundial (também período de exceção), chega à conclusão similar: que o alemão não era um “monstro”, mas um típico burocrata, que se limitara a cumprir ordens do Estado, por amor ao seu dever, abrindo mão da sua própria reflexão crítica e humanidade (ARENDR, 1999), o que revela a banalidade do mal imposta pelo próprio Estado a seus agentes.

Como forma de se opor ao arbítrio do autoritarismo e à opressão, um dos deveres profissionais expressos no Código de Ética dos Jornalistas (2007), reflitamos a respeito do papel do jornalista Rogério Medeiros nessa trajetória de luta contra a ditadura do passado e procurando resgatar a verdade dos fatos para que se faça justiça à história do lado dos vencidos e esquecidos (BENJAMIN, 1985) e contra os poderes político-econômicos constituídos. Seja no *Posição*, em *O Diário*, ou com desnudamento da realidade ocultada em obras como *Memórias de uma guerra suja*, qual outro dever legal mais ético e humano para um jornalista que não seja lutar contra a banalidade do mal cotidiana, aquela que vem revestida sob o manto daqueles que desejam manter o *status quo* e sob o pretexto de um aparente aparelhamento normal de Estado no autoritarismo das ditaduras (oficializadas) ou na democracia burguesa da atualidade? (MORETZSOHN, 2007). A seguir veremos a participação do jornalista nas instituições representativas ditas progressistas de classe.

4.4.2 Fundador do Sindijornalistas-ES: a luta pela classe jornalística capixaba

Ainda nos anos 1980, com forte atuação em organismos representativos da categoria jornalística, Rogério Medeiros adquire aprendizado político como diretor da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), sob a presidência de Washington Tadeu de Melo, segundo Geraldo Hasse (2010)²⁴. Na gestão seguinte, em 1983, concorre à primeira eleição direta da Fenaj, perdendo por uma margem muito pequena para o alagoano Audálio Dantas (MILENA, 2017). Informações sobre a história do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no estado do Espírito Santo (Sindijornalistas- ES), dispostas no site da entidade, registram Rogério Medeiros como fundador e primeiro Presidente do Sindijornalistas-ES, com mandato entre 25/09/1979 e 24/09/1981.

Em 1979, com atuação marcante da Associação dos Jornalistas, foi criado o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, tendo como presidente o jornalista Rogério Medeiros. Foi na sua gestão que houve a assinatura do primeiro acordo de trabalho com as empresas de comunicação e a categoria conquistou o piso salarial de cinco salários mínimos. O Espírito Santo foi o primeiro estado do País a conquistar essa vitória (SINDIJORNALISTAS-ES, 2018).

O engajamento de Rogério Medeiros como líder sindical a favor da classe jornalística capixaba (ainda “sola de sapato”) na conquista e formalidade de direitos trabalhistas por meio do Sindicato, instituição pertencente à sociedade civil no embate contra a sociedade política, colabora com a ideia de intelectual dirigente, numa experiência entre pensamento e ação, dentro da *filosofia da práxis* (GRAMSCI, 1982), mas que é analisada de forma profunda por Pereira (2008) por meio da identidade dos “jornalistas-intelectuais” agora relacionada a novas formas de militância política, a partir da década de 1970.

Em nível nacional, essa autolegitimidade pode ser exemplificada pelo jornalista Raimundo Pereira por meio da imprensa alternativa (criador do *Opinião e Movimento*) e por Adísia de Sá (filósofa, jornalista, escritora, professora), por meio da militância sindical no estado do Ceará (PEREIRA, 2008). Tais conquistas na gestão de Rogério Medeiros à frente do Sindijornalistas-

²⁴ Jornalista gaúcho nascido em Cachoeira do Sul, vencedor do Prêmio Esso de Reportagem Econômica, em 1979. É autor de várias obras, dentre elas “Lanceiros negros” (2005) e Eucalipto: histórias de um imigrante vegetal (2006). Autor do texto mais completo que encontramos sobre o Século Diário disponível no *Observatório da Imprensa*, Geraldo escreveu para a Revista SÉCULO e atualmente é um dos colunistas do digital independente Século Diário.

ES ocorrem quando a realidade da entrada de jornalistas “crus” do ponto de vista cultural, político e econômico nas redações muda “com a obrigatoriedade do diploma do jornalismo; legislação implantada no regime militar para tentar controlar o acesso a profissão, [...] mas que contribuiu para a sua expansão” (FÍGARO, 2014, p.31), configurando-se uma nova etapa de profissionalização da atividade jornalística.

É válido lembrar que, antes da fundação do Sindijornalistas, a Associação dos jornalistas no estado que participou da Central Sindical no Espírito Santo e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e foi o “embrião” para a sua constituição, após ter sido considerada “comunista” sofre tentativa de intervenção durante o governo de Carlos Lindenberg (1947-1951 e 1959) (SINDIJORNALISTAS-ES, 2018), um dos nomes responsáveis, inclusive, por fundar o Partido Social Democrático (PSD), representante da oligarquia cafeeira. Conforme já demonstrado em item no Capítulo 3, a família Lindenberg é quem adquire, no final da década de 1940, o Jornal *A Gazeta*, hoje um dos negócios do conglomerado Rede Gazeta de Comunicação, mídia dominante regional capixaba.

Na época, a fundação do Sindijornalistas-ES por Rogério Medeiros coincide com o último governo militar no estado do Espírito Santo, cujo governador Eurico Rezende, do Partido Democrático Social (PDS) é indicado e eleito pela Assembleia Legislativa para o mandato 1978-1983, de forma indireta. Antes, Eurico foi líder do Senado na Ditadura Militar. De acordo com Rogério, registrado por Moura (2013), Eurico não deixava sair a Carta Sindical, que simboliza o registro sindical de concessão da personalidade jurídica, pelo poder Público, tornando pública a sua existência e habilitando-o para a prática de atos sindicais, tais como a representação da categoria e negociação coletiva.

A partir de uma iniciativa do Sindijornalistas-ES, presidido por Rogério Medeiros, em conjunto com o Sindicato dos médicos do Espírito Santo, na época presidido por Vitor Buaiz (que viria a ser Prefeito de Vitória e futuro governador do estado) cria-se a Frente Sindical, que começa a comandar as manifestações nos ginásios e nas ruas contra o regime militar em Vitória. A partir dali, em uma época de efervescência dos sindicatos, de acordo com o jornalista, nascia a Central Única dos Trabalhadores- CUT, no estado do Espírito Santo (MOURA, 2013) fundada em 28/08/1983, fruto do amplo movimento contra o autoritarismo e na luta pela democracia e cidadania, apesar de só legalizada (existência jurídica) na Constituição Federal de 1988.

Em relação à resistência à ditadura militar, de acordo com Rogério Medeiros, o Sindicato fazia comissões necessárias, inclusive uma de resgate de perseguidos por ditaduras de outros países que vieram morar no Espírito Santo, protegidos pelo Sindijornalistas-ES. Também responsável pela distribuição do jornal do Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Sindijornalistas-ES dispunha inclusive de comissão para verificar os perseguidos políticos e os apoiava também mediante contratação de advogados. “De vez em quando íamos parar na Polícia Federal, mas essas coisas eram um costume aqui no Estado”, afirma o jornalista Rogério Medeiros à Tatiana Moura (MOURA, 2013, p. 25).

4.4.3 Fundador do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo

Na época de Presidência do Sindijornalistas-ES, Rogério Medeiros já era filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). E, em analogia ao grupo dos “jornalistas-intelectuais” exemplificados por Pereira (2008), o jornalista capixaba acumula passagens na política partidária regional em cargos estratégicos como de vice na chapa com o candidato a Prefeito eleito por Vitória, Vitor Buaiz, pelo Partido dos Trabalhadores - PT, em 1988 (gestão entre 1989-1992), na primeira eleição municipal realizada após a promulgação da Constituição Federal Democrática (PROMAF, SEFAZ, 2018), assim como Antonio Hohlfeldt que iniciou sua carreira política no Partido dos Trabalhadores, nos anos 1980. Assumindo-se em entrevista à Pereira (2008) como jornalista, professor, escritor e político e atualmente nos quadros do PMDB, Hohlfeldt compartilha (como Adísia Sá, Alberto Dines, Juremir Machado da Silva e Raimundo Pereira) que “o jornalismo possui elementos que o associam ao trabalho e à função do intelectual: uma visão crítica, um texto literariamente trabalhado, o compromisso com o público, com os movimentos sociais, com a sociedade” (PEREIRA, 2008, p. 111).

De acordo com Julia Duarte Souza, na dissertação *Políticas públicas culturais da cidade de Vitória (1991-2008)* apresentada à UFES, foi proposta por Rogério Medeiros desde o pré-debate eleitoral, em 1988, a criação de uma Lei de incentivo e fomento à cultura, que, mais tarde originaria, em 05 de junho de 1991, a Lei municipal Rubem Braga (nº 3.730/91) quando o jornalista já estava à frente do cargo de Vice-Prefeito da cidade de Vitória pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Como política pública de incentivo fiscal, trata-se da segunda Lei criada para promover a cultura no Brasil, servindo de modelo para novas medidas e estímulos às

políticas culturais²⁵. Desde o início, a ideia de Rogério Medeiros foi pensar a cultura como importante mecanismo de inclusão social, gerindo e fomentando a elaboração de produtos culturais, democratizando os serviços para o povo (SOUZA, 2009).

À parte da necessária luta sindical que é sujeita a entraves burocráticos, se o príncipe moderno de Gramsci personificava sua força no partido político como instrumento de luta contra a dominação burguesa (GRAMSCI, 2000), o intelectual gramsciano é sujeito portador dessa ação social e política, “agente da vontade coletiva” (COUTINHO, 2004): “Como vice-prefeito de Vitória, ele [Rogério Medeiros] peitou a estatal Cia. Vale do Rio Doce por poluir o ar da cidade com suas usinas siderúrgicas” (HASSE, 2010). Depois, Medeiros foi nomeado Secretário Estadual da Fazenda na gestão do agora Governador, Vitor Buaiz (PROMAF; SEFAZ, 2018), eleito durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 1998, o que, segundo o próprio Partido dos Trabalhadores, teria dificultado repasses federais para gestão do petista prejudicando as contas do estado já endividado dos governos anteriores.

Rogério Medeiros é um dos próprios fundadores do Partido dos Trabalhadores no estado, do qual se desligou em 1997 (PROMAF, SEFAZ, 1998), “[...] para não ter de comer o pão sovado pelos militantes mais radicais do Espírito Santo” (HASSE, 2010). Organização representativa que assiste Coutinho (2004), receoso de sua conversão de partido criado na ideia de transformação social, com clara bandeira socialista e ligada aos movimentos sociais num partido de governo (COUTINHO, 2004), porém, quanto a portadores de contra-hegemonia, o autor considera que “uma das tarefas do intelectual de hoje é empenhar-se para construir partidos deste tipo, bem como movimentos sociais enraizados na sociedade civil” (COUTINHO, 2004, p.333). Na única conversa conosco, Rogério Medeiros também revela ter sido assessor de Luis Inácio Lula da Silva, o Lula, ainda na década de 1980. Também foi candidato ao Senado na chapa junto com Perly Cipriano (governador) e Zezé (como vice-governadora), em 1982 (*figura 10*):

²⁵ Com editais suspensos desde 2018, a Lei nº 3.730/91 foi tema de nosso artigo “Lei Rubem Braga e a EPC: o motor do trabalho da economia criativa em Vitória, publicada na Revista Extraprensa, v. 12, ed. especial, p.-78-95, set.2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153274/156989> . Em agosto de 2020, com quatro anos de atraso devido a reestruturações, o edital de incentivo cultural volta reformulado e por meio de processo seletivo online.

Figura 10 - ‘Santinho’ chapa Rogério Medeiros Senador (ES), 1982



Fonte: Arquivos pessoais de Perly Cipriano

Similarmente, o partido dos Trabalhadores tem entre seus fundadores nacionais Perseu Abramo, também jornalista com passagem pela imprensa alternativa, pela militância política, pela atividade sindical, além da experiência como educador que conseguiu unir “[...] o rigor de pensamento, que se exige de todo o intelectual, à integridade ética que se espera de todo o cidadão” (GARCIA, 1997, p. 15). Em 1999, Rogério Medeiros, segundo Hasse (2010), “até deu alguns passos como consultor de políticos com o novo governador, José Ignácio Ferreira (PSDB), que se perdeu ao lado de más companhias”, contudo, o jornalista foca-se em criar uma publicação que contemple a realidade do Espírito Santo, ideal que, passando pela Revista SÉCULO, mais tarde daria origem ao jornal *eletrônico* capixaba Século Diário.

4.5 JORNAL “A CARA DO DONO”: O CONTRAPODER POLÍTICO DE SÉCULO DIÁRIO

O Século (site jornalístico) originou-se da Revista Século (impressa) criada para atender demandas da bandeira ambiental constantes, conforme anteriormente citado, da luta política de Rogério Medeiros. Em torno de um grupo de jornalistas experientes e novatos, e por escolha desses últimos, o Século Diário nasceu como experimentação digital (HASSE, 2010), em 2000, dentro da chamada “imprensa sentada”, com jovens jornalistas por formação, alguns recém-saídos da universidade, cujas rotinas produtivas são afetadas pelos usos do tempo e do espaço condicionadas pelas peculiaridades da internet (FÍGARO, 2014).

Além das pautas identitárias e de defesa do meio ambiente e dos trabalhadores, o Século Diário que, “baseado no senso crítico do seu diretor, [...] tem como alvos centrais a gestão do poder, do ambiente, da economia, da justiça e da segurança” (HASSE, 2010), também privilegia pautas contestatórias em relação à ordem política estadual vigente (não só ao Executivo, mas ao Legislativo e Judiciário) e aos poderes “contaminados”, frutos dos últimos governos de partidos ditos elitistas que controlam factualmente e simbolicamente a máquina pública (PRATTI, 2013) e que acabam por incidir em uma política local de teor provinciano, conservador e elitista também nas cidades do interior do Espírito Santo.

Em 2010, uma síntese da cobertura do Século Diário sobre a Operação Naufrágio, ação conjunta da Polícia Federal e do Ministério Público Federal (MPF), sobre a venda de sentenças, nepotismo e irregularidades no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) deu origem à obra *Um novo Espírito Santo: Onde a corrupção veste toga*, de autoria de Rogério Medeiros e de Stenka do Amaral Calado. A partir desse episódio, as perseguições político-judiciais se intensificaram, mas, mesmo em duros dias de sobrevivência, o jornal mantém-se firme em nome do ideal de fazer um jornalismo, segundo Rangel (2018), à margem do poder político local e também de contraponto à imprensa tradicional regional. Se, para Hasse (2010), “como se fosse a materialização de uma nova dimensão da imprensa nanica [...] o *Século* possui uma visão de esquerda sempre ligada na realidade capixaba”, mantendo “a cara” de Rogério Medeiros, para Rangel (2018), o jornal significa “[...] um bastião de combate à política da unanimidade imposta desde 2003 por Paulo Hartung, parcialmente interrompida pelo Governo de Renato Casagrande, entre 2011 e 2014 [que retorna em 2019], apesar dos torniquetes pela ocupação de postos estratégicos por aliados hartunguistas [...]” (RANGEL, 2018), evidenciando seu “lugar” de

combate ocupado nas relações materiais/sociais da produção social jornalística capixaba.

No caso da obra *Um novo Espírito Santo: onde a corrupção veste toga*, os diretores Stenka do Amaral Calado e Rogério Medeiros assinam sobre textos de produção exclusiva dos repórteres, Renata Oliveira e Nerter Samora. Na obra, de acordo com os diretores, o título *Um novo Espírito Santo* faz referência ao *slogan* de publicidade oficial do governo estadual de Paulo Hartung (PMDB na época, desde 2018 sem partido). A publicação nasce, de acordo com os diretores, a partir de duas frentes de luta: dos cidadãos pelo desejo de informação e na disposição de uma empresa jornalística para que viessem à tona os fatos relatados. No encontro desses objetivos, o Século Diário decide criar, a partir de 09 de dezembro de 2008, um acervo de matérias jornalísticas a respeito das investigações da operação conjunta da Polícia Federal e do Ministério Público Federal sobre esquemas de corrupção envolvendo desembargadores, juízes, um procurador de justiça, servidores do alto escalão do Judiciário e advogados em atividades no estado. O trabalho chegou ao fim, em meados de março de 2010, culminando com a publicação do livro depois do conteúdo apresentado pelo MP como primeiro desdobramento prático das investigações:

Como Século Diário se comportou nos 436 dias de suspense ante a expectativa da divulgação da denúncia do MPF? Publicamos no período mais de 500 textos sobre os bastidores das investigações (o que dá superior a uma matéria por dia). E é bom que se diga: sem sofrermos uma só restrição legal, ou mesmo simples desmentidos que merecessem registro. Daí nossa satisfação em fazer aqui constar, em destaque, a contribuição que tantos cidadãos capixabas nos deram nesse esforço de cobertura jornalística massiva, constante e pertinente do escândalo. A soma desta interatividade, portanto, não se traduz apenas em números. Está expressa em textos elucidativos sobre os prejuízos (morais, éticos e também operacionais) causados ao Judiciário enquanto desaguadouro natural de demandas da cidadania que teriam de ser conveniente e prontamente atendidas, e não substituídas pela busca fácil do enriquecimento (pessoal e grupal) e a ambição desmedida de poder. Um tipo de conduta que deu origem a gravíssimas distorções na vida institucional do Estado, tais como o nepotismo, a venda de sentenças, as fraudes em concursos públicos - enfim, a toda uma gama de ilicitudes investigadas na “Operação Naufrágio”. Aprofundando-se na apuração dessas questões, os repórteres de Século Diário se depararam com situações que deixaram marcas indeléveis no conjunto do trabalho realizado. Tiveram destaque nesse contexto da cobertura a influência dos clãs na ocupação de espaços estratégicos da estrutura do Judiciário; as barganhas entre bancas de advocacia e magistrados visando à prolação de sentenças (negociadas como se fossem mercadorias); o uso do poder para abstenção de vantagens pessoais em transições imobiliárias; e o jogo de cartas marcadas na montagem de concursos públicos para designação e nomeação de juízes (MEDEIROS; CALADO, 2010, p. 10).

A obra *Um Novo Espírito Santo: Onde a corrupção veste toga* é dividida em 10 capítulos, desta forma constados no índice: 1) E a cobertura do Século Diário divide a mídia local em dois

campos de interesses, opostos e antagônicos; 2) Denúncia do MPF²⁶ não traz grandes novidades, mas alerta para o risco de se repetirem os crimes investigados; 3) Receita infalível do governador para mandar e desmandar no Estado; 4) Audiência pública do CNJ deu voz aos injustiçados no Tribunal de Justiça; 5) O próprio governador comandou esse esforço; 6) Postura tímida diante do escândalo, marca negativa da presença da OAB; 7) É aqui que o nepotismo mostra sua cara e suas desmedidas ambições; 8) Domínio dos clãs no tribunal: um alto custo moral e financeiro para o Estado; 9) Imóveis de luxo comprados a preço de banana formam patrimônio que ganhos mensais não justificam; 10) os efeitos práticos do discurso supostamente moralizador do governo e de seus agentes (MEDEIROS; CALADO, 2010).

4.5.1 “Um Novo Espírito Santo”: onde a corrupção veste toga

Em *Um Novo Espírito Santo: onde a corrupção veste toga*, o Século Diário questiona diversos fatos que, para Medeiros e Calado (2010), fazem parte do que o jornal denomina estrutura de poder criada pelo arranjo institucional do governo Paulo Hartung, de relação íntima do Poder Judiciário com a classe política. Dentre eles, segundo os autores, o acúmulo patrimonial com compra de imóveis luxuosos, areal e fazenda por desembargadores envolvendo construtora que os vendiam a preços subfaturados em áreas nobres, evidenciando enriquecimento ilícito; a preferência de aliados do Governador na escolha de desembargadores a partir de irregularidades; os núcleos de sentença criados em função das exigências do CNJ para apressar sentenças dando celeridade ao Judiciário acabavam por ignorar sentenças de improbidade administrativa de agentes públicos como prefeitos do interior do Estado; engavetamento de concurso público para nomeação de parentes destes prefeitos nos cartórios do interior, sendo que na lista com os aprovados no concurso, divulgada em 2005, o Século identificou parentes e assessores de desembargadores, posto que muitos apareceram depois no organograma do MP sobre o nepotismo no órgão, pois ocupavam cargos comissionados no Tribunal (MEDEIROS; CALADO, 2010).

De acordo com as investigações do Século Diário, havia privilégios dos apadrinhados pelo nepotismo, como, por exemplo, o protecionismo de continuar na região metropolitana de Vitória, mesmo quando nomeados para as comarcas do interior do ES. No decorrer das

²⁶ Órgão independente que exerce a função fiscalizadora do poder, que não está vinculado, em tese, de acordo com a Constituição da República, a nenhum dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

investigações, o jornal questiona a Justiça Estadual julgando a Justiça Estadual (por meio de uma liminar na Justiça Estadual, o poder Judiciário teria passado a gerir sua própria folha de pagamento, a despeito dos outros dois poderes, subordinados a um único Instituto de Previdência). A folha de pagamento do TJES “mordia”, nas palavras do Século Diário, mais de 60% do orçamento com excesso de cargos comissionados, por meio de manobras lesivas aos cofres públicos, inclusive com ocupação de esposas de magistrados nesses cargos comissionados (MEDEIROS; CALADO, 2010).

Em meio às investigações, o Século Diário pauta a mídia dominante, liberando lista das grandes famílias dentro do Poder Judiciário, com relação de parentes diretos de 16 dos 24 desembargadores. Segundo apurações do jornal, essas famílias custaram R\$12,7 milhões anuais de custo ao erário até aquela época. De acordo com o artigo 5º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ), “é direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte”, algo que a editora, Manaíra Medeiros (2019) manifesta como uma regra do trabalho jornalístico do Século Diário, criadas com uma relação de respeito mútuo e longevidade com o jornalista, o que evidencia a confiança entre repórter-fonte que acaba por agregar credibilidade ao veículo digital dito independente. “Jamais. Nenhuma regra em nenhuma área. Respeito absoluto à fonte, isso é inviolável para nós” (MEDEIROS, 2019).

A predisposição da sociedade se consolidou ao longo de toda a cobertura de imprensa da operação do Naufrágio. Particularmente na relação que a cada dia se estreitava mais entre cidadãos atentos à situação e os repórteres de Século Diário que sistematicamente cobriam o caso, ela se materializou de duas formas. Aqueles que de alguma maneira conheciam de perto alguns fatos noticiados se dispuseram a subsidiar as informações divulgadas diariamente pelo jornal, desde que fossem preservadas suas identidades. Sabiam os jornalistas de Século Diário que essas pessoas eram servidoras da própria Justiça ou de órgãos ligados a ela. Transformaram-se, assim, em fontes do jornal confiáveis, mas informais. Havia também os que, em grande número, simplesmente acompanhavam de forma permanente o noticiário, imediatamente se fixando como leitores fiéis e assíduos do veículo. Muitos deles passaram a se manifestar sobre as notícias, comentando-as ou opinando sobre elas no espaço de interatividade aberto pelo jornal (MEDEIROS; CALADO, 2010, p. 16).

Do ponto de vista jornalístico, *Um Novo Espírito Santo: Onde a corrupção veste toga* revela aspectos que envolvem a censura no processo da cobertura da Operação Naufrágio, mas que guarda resquícios de silenciamentos do passado na imprensa regional, segundo os autores. Citada em *Um Novo Espírito Santo*, a reportagem do jornalista, Friederick Brum Vieira, publicada em julho de 1996 pelo Jornal *A Gazeta* (página 10, coluna perspectiva), com o título *Chicago é aqui*, dava a entender que o Judiciário capixaba merecia uma devassa em suas

práticas cotidianas, pois, em tom ficcional, havia a existência de complexa organização para extrair dinheiro, influência e poder de partes desejosas de obter favorecimento em grandes causas (MEDEIROS; CALADO, 2010).

Na época, o artigo *Chicago é aqui* foi considerado ofensivo por desembargadores e juízes e a Justiça capixaba entendeu que houve calúnia, difamação e injúria obrigando o autor e jornalista a se explicar, mesmo sem a citação de nenhum nome de membro do Poder Judiciário na coluna. De acordo com Medeiros e Calado (2010), o próprio Presidente do Tribunal de Justiça, sentindo-se ofendido, ingressou com uma ação contra o Jornal *A Gazeta*, que foi obrigado a pagar uma indenização, que, em 2010, seria equivalente a 1 milhão de reais. A pena também incluía imposição de publicação da sentença na mesma página em que o artigo havia sido publicado dois anos antes (MEDEIROS; CALADO, 2010).

Por ocasião da cobertura investigativa sobre a Operação Naufrágio, *Século Diário* relembra e reproduz a matéria *Chicago é aqui*, do jornalista Friederick Brum Vieira, em 10 de dezembro de 2018. Segundo Medeiros e Calado (2010), esse episódio, ainda em 1996, marcaria, de certa forma, a volta da censura na imprensa capixaba, que, até então, ainda respirava novos ares democráticos pós-abertura política.

O episódio mudou o comportamento da imprensa capixaba. Se com a abertura política a imprensa finalmente podia se sentir livre, passou a adotar uma postura cautelosa ao extremo. O caso acelerou a chamada “indústria das indenizações” e a consultoria jurídica nas Redações passou a ser item obrigatório. Desde então, qualquer matéria que pudesse gerar contestação era submetida ao advogado da empresa antes da edição, e a responsabilidade passou a ser “compartilhada”. Assim, ações judiciais passaram a ser punidas nos jornais com demissões. Contrariando aquela posição dos jornais capixabas, a “Operação Naufrágio” confirmava o que Brum escrevera [...]” (MEDEIROS; CALADO, 2010, p. 21).

Contudo, quanto à Operação Naufrágio, a imprensa capixaba ainda continuaria cautelosa. Na visão de Medeiros e Calado (2010), a imprensa se limitaria a denúncias relacionadas aos acusados que foram presos ou a repercutir informações publicadas na mídia nacional. “Num processo de autocensura, os veículos da mídia corporativa do Estado continuaram evitando críticas ao escândalo, contribuindo para minimizar a crise que se instalou no Judiciário” (MEDEIROS; CALADO, 2010, p. 22). De acordo com o jornal digital *Século Diário*, pouca ação foi feita por partes de entidades envolvidas nos escândalos ou por ONGS que se intitulam fiscalizadoras, enquanto o governo estadual tentava, segundo os autores, abafar o caso. O

Século Diário também exemplifica em relação a representantes de duas instituições, OAB e Igreja Católica, que, enquanto estiveram à frente dos seus mandatos, segundo os autores da obra, fizeram parte desse arranjo institucional, emprestando sua imagem para que o governador pudesse legitimar a bandeira de combate ao crime organizado e faxina ética no estado, inclusive essa última, segundo o Jornal, usada para sustentar sua disputa à reeleição (MEDEIROS; CALADO, 2010). Em outra ocasião, simultânea às investigações do Ministério Público Federal, a obra *Um Novo Espírito Santo* aponta antecipação na cobertura jornalística do Século Diário sobre participação de um advogado no que o Século Diário denomina “esquema”, em matéria de dezembro de 2008 do jornal, indicando que ele já havia sido investigado pela PF anteriormente.

Com o aprofundamento das investigações e exposição dos fatos apurados pela equipe jornalística do Século Diário, o veículo passou a sofrer ameaças de processo judicial. Após denúncia do jornal Século Diário sobre compra de apartamento luxuoso, conforme descreve o jornal, “vendido a preço de banana no balcão de negócios suspeitos do Judiciário capixaba” (MEDEIROS; CALADO, 2010, p. 146) um Procurador-geral de Justiça (membro do Ministério Público) dirigiu ao jornal uma interpelação, segundo o Século Diário (2010), numa tentativa de intimidação:

Que fez ele? Arditosamente, montou um calhamaço de papéis, contendo principalmente cópias de várias declarações de sua renda anual – supostamente comprovando ter ele desembolsado pelo tal apartamento valor muitas vezes superior ao que fora informado pelo jornal – , redigiu alguns textos ofensivos à honra e à capacidade profissional dos jornalistas de Século Diário, ameaçando-os de processo judicial, e levou tudo a um cartório para que este interpelasse os profissionais e os obrigasse a desmentir a matéria que haviam produzido. Em resposta, o setor jurídico da empresa que edita Século Diário endereçou ao procurador-geral uma contrainterpelação, condicionando a retificação solicitada ao fornecimento, por parte do agressivo queixoso, de cópias de alguns documentos sem os quais suas alegações perderiam sentido e, por essa razão, teriam fatalmente como destino a lata de lixo. Passaram-se os dias, os meses e, já agora, todo um ano, e Zardini não forneceu uma só cópia dos documentos que comprovariam ser bem fundamentada sua queixa (MEDEIROS; CALADO, 2010, p.156).

Nessa ocasião, o Século Diário ressalta que um anúncio em *A Gazeta* confirmaria negócio escuso feito pelo membro do Ministério Público citado anteriormente com apartamento de alto luxo. Durante toda a cobertura sobre a Operação Naufrágio, o Século Diário acabou pautando não só a mídia dominante regional como também veículos como Folha de São Paulo e O Globo (MEDEIROS; CALADO, 2010).

4.6 A CENSURA POLÍTICO-JUDICIAL CONTRA SÉCULO DIÁRIO: AS TENTATIVAS DE SILENCIAMENTO PELO JUDICIÁRIO

Abertamente, o Século Diário relata em editorial (SÉCULO DIÁRIO, 2014) ser objeto de censura. O “cerco judicial”, que provocaria uma “asfixia financeira” (fuga de anunciantes), intensificou-se principalmente após a série de reportagens sobre a Operação Naufrágio, dispostas na obra *“Um novo Espírito Santo: Onde a corrupção veste toga”*, de autoria de Rogério Medeiros e Stenka Calado, já citada. O Século Diário também foi proibido, por meio de liminar da Justiça capixaba em ação movida pelo Governador Paulo Hartung, desde 2015, de falar sobre as viagens da então primeira-dama do estado, Cristina Gomes, segundo Nassif (2016), custeadas pelo erário, sem justificativa legal, assim como de uma suposta empresa familiar do governador, que teria sido criada para ocultar seu verdadeiro patrimônio (PORTAL GGN, 2016).

Ao site Congresso em Foco, o diretor e jornalista Rogério Medeiros (2011) relata que, ainda em julho de 2009, o jornal Século Diário teve, segundo o jornalista, três de suas matérias censuradas por decisão do juiz Marcos Horácio Miranda, do 2º Juizado Especial Cível Adjunto-UFES, resultado de ação impetrada por dois outros juízes, Flávio Jabour Moulin e Carlos Magno Moulin Lima, de acordo com Medeiros (2011), respectivamente filho e sobrinho do ex-presidente do Tribunal de Justiça do estado (TJES) e desembargador aposentado Alemer Ferraz Moulin. As reportagens censuradas, segundo o diretor Rogério Medeiros (2011), tratariam da denúncia de abusos cometidos pelos dois Moulin contra advogados, situação que teria chegado a ser exposta, inclusive, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que controla a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário. Além do pedido de censura, o recurso da empresa que edita o Século Diário (na época SDC Serviços de Comunicação LTDA) teria sido rejeitado quando levado à apreciação da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais da Capital, onde a juíza relatora do caso, segundo o diretor de Século Diário, acompanhada pelo colegiado sem nenhum voto contra, além de manter a proibição da veiculação dos textos jornalísticos, também assegurou o pedido de indenização por danos morais de valor equivalente a 20 salários mínimos. O fato teria aberto a temporada de perseguições e retaliações contra o Século Diário, naquela época, às vésperas de completar seu primeiro decênio no mercado editorial no Espírito Santo (CONGRESSO EM FOCO, 2011).

Em outra ocasião, segundo o Jornal GGN (2016), extrapolando os limites de suas atribuições, o promotor Marcelo Barbosa de Castro Zenkner, que mais tarde se tornaria secretário de estado na gestão do governo Paulo Hartung, utilizou-se do e-mail institucional para intimidar o provedor de internet, então responsável pela hospedagem do site do jornal *Século Diário*, em 2011. Naquela ocasião, ele reportou o ajuizamento de ações movidas por ele, enquanto cidadão, contra o *Século Diário* na Justiça. Integrantes do Ministério Público notificaram a Superintendência Estadual de Comunicação Social (Secom), no início do governo Renato Casagrande (PSB), entre 2011 e 2014, questionando a veiculação de publicidade no jornal (JORNAL GGN, 2016).

O fato é que, sem condições de desmentir a prática de graves desvios de conduta denunciados por *Século Diário* durante e após as investigações da Operação Naufrágio, o Judiciário e membros do MPES partiram para as retaliações. Em mais um capítulo dessa prática, constatou a direção do jornal estar em marcha uma tentativa de tirar o jornal do ar. Tal esforço ficou flagrante na ação do promotor Marcelo Zenkner junto ao provedor que nos hospedava, Locaweb, quando ele chegou ao cúmulo de usurpar função de juiz para obrigar aquela empresa a romper seu contrato conosco. Eis o que Zenkner escreveu à direção da Locaweb, no dia 3 de maio último, usando seu e-mail corporativo (mzenkner@mpes.gov.br): “... Comunico a esse provedor LOCAWEB que, por força de contrato mantido com a empresa SDC SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA., encontra-se hospedada no endereço http://www.seculodiario.com/exibir_not.asp?id=5695 matéria [Vereador vítima de abuso de poder e intimidação denuncia Marcelo Zenkner] que motivou, de minha parte, o ajuizamento de ação de indenização por dano moral, conforme petição inicial que segue em anexo e andamento que segue abaixo, já havendo em meu favor, inclusive, decisão liminar favorável. [...] Seja a mesma REMOVIDA IMEDIATAMENTE do provedor, sob pena de serem tomadas as medidas judiciais cabíveis, na forma do entendimento já consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça”. A Locaweb deu menos de 20 dias para nos hospedarmos em outro provedor, obrigando-nos a realizar nesse prazo todo o trabalho de migração de um arquivo que acumula informações de 11 anos (Rogério Medeiros para o CONGRESSO EM FOCO, 2011).

Em 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF), na figura da Ministra Rosa Weber, suspende os efeitos da decisão liminar da juíza da 6ª Vara Cível de Vitória, Ana Cláudia Rodrigues de Faria Soares, que obrigou o jornal *Século Diário* a excluir cinco conteúdos (dois editoriais e três reportagens) relacionados ao promotor de Justiça (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2014). Segundo o site da Associação Brasileira de Imprensa, foram retirados do ar do *Século Diário* por determinação judicial as matérias *Promotor ‘esquece’ de protocolar recurso, recebe aula de magistrado e pode ser punido*, *Decisão judicial contrária à ação de Zenkner e precedente contra denúncias sem elementos* e *Vereador vítima de abuso de poder e intimidação denuncia Marcelo Zenkner*, e os editoriais *Nota zero para Zenkner* e *Para dançar o fado*, publicados entre 2010 e março de 2012 (ABI, 2012).

A decisão da Ministra Rosa Weber repercutiu como manchete na revista eletrônica Consultor Jurídico (Conjur), e também ganhou destaque no portal *Migalhas*, de Direito e opinião, que aborda notícias do meio jurídico, político e econômico, além de vários blogs de informação na internet e no próprio site do Supremo Tribunal Federal.

Ao site Congresso em foco, o diretor Rogério Medeiros (2011) relata que, ainda em agosto de 2011, foi a vez da juíza Rozenéa Martins de Oliveira- Titular da 2ª Vara Cível de Vitória, mas respondendo pela 5ª Vara Cível por nomeação- ordenar que fossem excluídas dos arquivos do Século Diário cinco matérias sobre desdobramentos do caso do assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho que investigava ações do crime organizado no Espírito Santo, morto a tiros no dia 24 de março de 2003, quando chegava em uma academia de ginástica, no bairro de Itapoã, cidade de Vila Velha, na região metropolitana de Vitória. Segundo o jornalista Rogério Medeiros (2011), a juíza proibiu o Século Diário de fazer qualquer menção à pessoa do autor da ação que motivou sua decisão, “ainda que indiretamente [...], sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 10 mil”. Segundo Rogério Medeiros (2011) o autor da ação também é juiz (CONGRESSO EM FOCO, 2011).

No total, são mais de 50 processos judiciais que correm acelerados em Varas e Juizados Especiais com condenações de indenizações em favor de membros do Judiciário, caracterizando o que Mattos (2005) denomina “indústria do dano moral”, bem como na imposição de sanções de prisão a seus jornalistas, dentre os quais a do seu diretor responsável, Rogério Medeiros, cujas penas somadas chegam a três anos de reclusão, em regime inicialmente aberto, episódios veementemente condenados publicamente por organismos que defendem a liberdade de expressão e de imprensa como pelo Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo (Sindijornalistas/ES) e pelo Observatório da Imprensa (principal veículo focado em crítica de mídia no país) e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

4.6.1 Entidades internacionais denunciam censura contra Século Diário

Além de entidades nacionais, organizações internacionais também contestaram o posicionamento do Poder Judiciário quanto à censura sofrida pelo jornal digital capixaba Século Diário. A *FreedomHouse*, sem fins lucrativos e militante pela liberdade de expressão, englobou o Século Diário em seu relatório *Freedom on the Net 2013*. A *Freedom House* (“Casa da

Liberdade”, em inglês) é uma organização estadunidense fundada em 1941 por Eleanor Roosevelt, esposa do Presidente Franklin D. Roosevelt, e primeira-dama dos Estados Unidos entre 1933 a 1945. Apesar de sediada nos Estados Unidos, a organização tem escritórios em diversos países do mundo.

A *FreedomHouse* (<https://freedomhouse.org/>) é membro fundadora do *Intercâmbio Internacional de Liberdade de Expressão* (em inglês *International Freedom of Expression eXchange*) ou IFEX, uma rede global de mais de 70 ONG's que monitoram violações à liberdade de imprensa e de expressão no mundo e faz campanha para defender jornalistas, escritores, usuários de Internet e outras vítimas de perseguição por exercerem direito à liberdade de expressão, liberdade de acesso à legislação, liberdade de imprensa, e contra a censura à Internet, tratando também quanto a leis de calúnia, injúria e difamação e sobre concentração midiática.

O relatório divulgado pela *Freedom House*, o *Freedom on the Net* (“Liberdade na rede”, na tradução do inglês), de 2013, menciona o caso envolvendo *Século Diário* como um dos exemplos que fizeram o Brasil ter, na época, uma queda no patamar de liberdade de expressão na rede da internet. Para a *Freedom House*, a juíza da 6ª Vara Cível de Vitória, Ana Cláudia Rodrigues de Faria Soares, que obrigou o jornal *Século Diário* a retirar o material jornalístico a respeito do promotor Marcelo Zenkner, teria atuado como censora, além de impor “recomendações” em futuras publicações, agravando o cerceamento à liberdade de imprensa do jornal.

Ainda em 2013, o *Centro Knight para o Jornalismo nas Américas* lança um painel chamado ‘Censura togada no Brasil’ (praticada via tribunais), em que é possível acompanhar os casos de censura judicial contra jornalistas no país. Para o *Centro Knight*, o acompanhamento e fiscalização são necessários, pois a via judicial tem se mostrado um meio eficaz de inviabilizar o funcionamento de veículos informativos, especialmente os pequenos, como forma de calar a crítica de jornalistas e blogueiros no Brasil. No espaço, o episódio de censura a *Século Diário* envolvendo o promotor Marcelo Barbosa de Castro Zenkner aparece com destaque, apontando o fato da investida judicial em busca da retirada de conteúdos publicados ter sido obtida no juízo de primeira instância. O *Centro Knight para o Jornalismo nas Américas* da Universidade do Texas em Austin é um programa de extensão e capacitação profissional para jornalistas na América Latina e no Caribe, que se dispõe em um *website* trilingue,

<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/> (em inglês, espanhol e português). O Centro Knight também desenvolve trabalho no que diz respeito à criação de uma nova geração de organizações jornalísticas independentes, as quais têm desenvolvido programas de treinamento autosustentáveis com o objetivo de aumentar os níveis éticos e profissionais do jornalismo, contribuindo assim ao aprimoramento da liberdade de imprensa e da democracia nos países do continente latino-americano.

Em 2012, o repórter do jornal tradicional paulista *Folha de São Paulo*, André Caramante, era alvo de ódio de um antigo policial militar, ex-comandante da polícia militar de São Paulo (a chamada Rota), na rede social *Facebook*. A organização internacional *Repórter Sem Fronteiras* (RSF), atualizando a notícia em 2016, tece então uma crítica ao comportamento do Poder Judiciário perante o caso da Folha, reclamando por uma abertura de investigação, e o caso do *Século Diário*:

Esse caso é ainda mais escandaloso por coincidir com a medida de censura prévia ordenada pela justiça do estado do Espírito Santo contra o jornal digital *Século Diário*, obrigado a retirar três reportagens e dois editoriais críticos para com um funcionário da administração judicial. Por quê censurar publicações que assumem seu papel de contra-poder e deixar passar incólumes mensagens de ódio difundidas na internet?, se interrogou Repórteres sem Fronteiras (RSF, 2016).

Dotada de um estatuto consultivo na Organização das Nações Unidas, na Unesco, no Conselho da Europa e da Organização Internacional da Francofonia (OIF), a *Repórter Sem Fronteiras* se apresenta como organização independente sediada em Paris. Fundada em 1985 em Montpellier (França) por quatro jornalistas, possui escritórios em várias cidades do mundo, inclusive no Rio de Janeiro. Conta com correspondentes em 130 países, o que lhe confere capacidade de mobilização e influência nos Ministérios e nos lugares onde se redigem normas sobre imprensa e internet. No site do *Repórter Sem Fronteiras* (<https://rsf.org/pt>), disposto em cinco línguas (português, inglês, francês, espanhol, árabe), a organização se apresenta com os seguintes valores: promover todas as liberdades (de consciência, de opinião, de expressão); assegurar a dignidade humana, fomentar a democracia; favorecer o desenvolvimento; estimular as capacidades dos indivíduos. Desenvolvendo indicadores para medir o impacto do seu trabalho, a organização *Repórter Sem Fronteiras* (RSF) é responsável pela criação da Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa.

4.6.2 A ANJ se cala diante da censura praticada contra *Século Diário*

Segundo o *Século Diário*, tais episódios de censura, desde a publicação de *Um Novo Espírito Santo: Onde a corrupção veste toga*, chegando ao caso do promotor Marcelo Zenkner, por exemplo, foram expostos até mesmo pelos principais jornais da mídia dominante nacionais como O Globo, Folha de São Paulo e Estadão (SÉCULO DIÁRIO, 2013). Porém, além de não ter ressonância na mídia regional no Espírito Santo (como é possível observar no silenciamento da própria A Gazeta sobre o caso), também não foi exposta com a devida importância, segundo o *Século Diário* (2013), pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ), entidade que se autointitula defensora da liberdade de imprensa e atuante na defesa dos legítimos interesses dos jornais brasileiros quanto à liberdade de expressão e que, entre 2012 e 2016, foi presidida por Carlos Fernando Lindenberg Neto, herdeiro do Grupo Gazeta de Comunicação, já citado anteriormente.

Curioso é que há uma distância abissal entre o discurso e a prática. Os casos recorrentes de censura à liberdade de expressão no seu Estado natal parecem não sensibilizar o presidente da ANJ, que vira e mexe abre espaço no jornal do grupo para registrar outros casos de censura mundo afora. [...] O presidente da ANJ não divulgou uma única linha sobre a decisão da ministra no jornal do grupo. Poderíamos até interpretar a decisão de ignorar o fato como uma prerrogativa editorial do jornal de não publicar nenhum conteúdo relacionado a outro veículo. Embora todos nós saibamos que a importância da decisão é muito maior que *Século Diário*. Que ele não queira publicar nada no jornal do grupo, tudo bem, mas o silêncio da ANJ não dá para engolir. Curioso que em 2012, quando saiu a decisão arbitrária da Justiça capixaba sobre o mesmo caso, a entidade publicou uma nota de repúdio em seu site, que foi assinada por Francisco Mesquita Neto, então vice-presidente da ANJ. Coincidência? Uma discreta nota, “cozinha” de uma reportagem de *O Globo*, foi o único registro publicado no site da ANJ sobre a decisão da ministra. Ou seja, a entidade não se preocupou em fazer uma nota oficial sobre o caso (SÉCULO DIÁRIO, 2014, Editorial).

Na obra *Cultura do Silêncio e Democracia no Brasil*, Venício Lima (2015) discorre, por ocasião da comemoração dos 30 anos da Associação Nacional dos Jornais, sobre os seus problemas conjunturais. Para Lima (2015), pela falta de regulação sobre a propriedade cruzada dos meios de comunicação (concentração de propriedade), alguns dos maiores grupos de mídia do país são, ao mesmo tempo, controladores da mídia impressa e eletrônica. Portanto, na visão do autor, esse fato torna a ANJ capaz de articular a atuação das diferentes associações representativas dos (mesmos) empresários de mídia, seja de revistas, jornais ou radiodifusão, dificultando a democratização na comunicação. “Diante de tudo isso, talvez na comemoração dos 30 anos da ANJ, o cidadão comum devesse questionar: quando a ANJ defende a “liberdade”, de quem é a

liberdade que está sendo defendida? Contra que tipo de restrições? E a favor de quem?” (LIMA, 2015, p. 382).

Lima (2015) e Dines (2009) compartilham da mesma opinião em relação aos reais objetivos em torno da criação da Associação Nacional de Jornalistas. Para Dines, além da função legítima de *lobby* empresarial, a entidade funcionaria como um gigantesco *pool* em que o compartilhamento ocorre num nível acima do mero intercâmbio de informações jornalísticas. A ANJ não teria sido criada, em sua gênese, para defender a liberdade de expressão e sim para evitar novas greves de jornalistas, fazendo menção à greve de maio de 1979, ainda na Ditadura Militar (1964-1984). As primeiras ações da associação, segundo Dines (2009), não visavam à preservação da liberdade de expressão, que, debaixo do jugo da ditadura, não passaria de remota aspiração. Sua iniciativa política, para Dines (2009), mais consistente e estridente foi o início da cruzada contra a obrigatoriedade do diploma específico, em 1985, depois da eleição de Tancredo Neves (MDB) e do seu vice, José Sarney, quando se evidenciou a necessidade de uma nova Constituição.

Em relação às manobras legais de asfixia financeira contra o Século Diário, nesse momento renegadas pela ANJ, de acordo com o Portal GGN (2016), têm intenção de provocar o isolamento do jornal em relação às demais empresas de comunicação local, que continuam veiculando a publicidade oficial do Poder Executivo, colocando em risco a própria manutenção e viabilidade do Século, “que denuncia casos de corrupção, desmandos de políticos e grupos de poder local, sem contar outras cem bandeiras ligadas à defesa do meio ambiente” (NASSIF, 2016), por meio desses abusos e arbitrariedades quanto à própria liberdade de expressão e pensamento e liberdade de imprensa, direitos garantidos constitucionalmente pelo artigo 5º (inciso IX) e pelo artigo 220 (Comunicação Social) da Carta Magna brasileira, no Estado Democrático de Direito.

5 O AGIR TELEOLOGIZADO: O OPERÁRIO DA NOTÍCIA INDEPENDENTE E AS CRISES DO JORNALISMO/ CAPITALISMO

Se antes ser jornalista conferia status de exclusividade da verdade, trabalhar num jornal *online* no final da segunda década do século XXI permite vivenciar a própria “quebra” da história do jornalismo no espaço-tempo. Se o modelo anterior cumpria uma função política, educativa, de manter o cidadão bem informado, o surgimento da técnica digital, como explica Milton Santos (2001), trouxe novas experiências de tempo e espaço para os jornais *online* com desafio de se auto-reinventarem, devido ao consumo pontilhistas da informação. O Século Diário, com perspectiva dita independente, pelo que já percebemos, tenta oferecer, no que se refere às pautas e conteúdo, elementos para que o seu leitor seja capaz de articular o passado, presente e o futuro, identificando e contextualizando as territorialidades envolvidas em cada assunto explanado.

Entretanto, a potencialidade do jornalismo contra-hegemônico, aqui *quicá* independente, precisa ser identificada numa perspectiva da práxis noticiosa em sua historicidade, mas que é afetada diretamente pela própria crise estrutural do capital. Hannah Arendt, em *A condição humana* (2009) já especificava o trabalho como atividade de condição correspondente ao artificialismo da existência humana e a luta entre “o labor do nosso corpo (*animal laborans*) e o trabalho de nossas mãos (*homo faber*)” (ARENDT, 2009, p.96), a exemplo do que ocorre com o jornalista, no seu exercício de atividade intelectual, no âmbito do pensamento, até a transposição de ideias na escrita manual, como no caso dos jornais de internet, vide Século Diário.

É preciso pensar o jornalista independente como quem dá trabalho aos filtros editoriais, que precisa traçar estratégias, já que o leitor que consome notícia no mundo virtual tende a fazê-lo de forma fragmentada, atomizada. Mas, sobretudo, deve-se pensar no jornalista independente como o profissional que luta para produzir material crítico de qualidade e, ao mesmo tempo, sobreviver dentro de uma empresa com modo de produção capitalista. Segundo Arendt, “uma vez que não é o próprio trabalho, mas o excedente da “força de trabalho” humana (*Arbeitskraft*), que explica a produtividade do trabalho, a introdução desse termo por [Karl] Marx, como [Friedrich] Engels observou corretamente, constitui o elemento mais original e mais revolucionário de todo o seu sistema”(ARENDT, 2009, p. 99).

No marxismo, o trabalho seria a protoforma de todo o complexo social, mediação entre o homem e a realidade objetiva. A “ontologia do ser social”, expressão cunhada pelo filósofo húngaro György Lukács- que torna contemporânea a obra marxista- vê a construção do mundo dos homens pelos olhos de sua própria autoprodução. Por meio do pôr teleológico primário, que “altera a natureza fazendo com que a consciência crie cadeias de causalidades, alterando a realidade” (SOUZA, 2017, p.4), e pelo pôr secundário cuja consciência no papel de mudança do outro traz o papel da linguagem em sua cerne. É no pôr secundário que encontramos as mais diversas formas de divisão do trabalho, sendo que “a finalidade nesse modelo de prévia-ideação é induzir a consciência alheia seguindo um modelo pré-determinado” (SOUZA, 2017, p.4).

Ao percebermos que, com o surgimento de um mundo de redes/mídias sociais, a propaganda antes concentrada no sustento de grandes conglomerados de comunicação e seus jornais impressos agora se desloca para a internet, uma crise é desencadeada no modo estrutural de produção anterior da notícia. Para Souza (2017), a abundância e gratuidade com que um exército de produtores de conteúdo despejam na rede suas informações fragilizam o *status* e a credibilidade do jornalista, e acabam por redefinir a prática jornalística, como explica Erick Neveu: “[...] provém das mudanças no suprimento das informações, na velocidade da cobertura, e nos moldes produzidos pelo sucesso da Internet e dos seus sites” (NEVEU, 2010, p.30). Como consequência, os grandes conglomerados de comunicação e empresários do setor aproveitam para diminuir custos e maximizar lucros com o enxugamento de trabalhadores, provocando demissões de mão-de-obra já precarizada, explorada em sua força de trabalho (NEVEU, 2010).

Dentro da maquinaria capitalista, considerado por alguns autores como ideológico por ser um trabalho ligado ao conhecimento, o jornalismo não produziria trabalhadores que criam de forma autônoma suas narrativas, e sim conteúdos culturais numa realidade de compartilhamento tecnológico. Souza (2017) ainda afirma em *Ontologia do jornalismo: trabalho do conhecimento e práxis noticiosa em tempos de crise* que “o jornalista é a parte da classe-que-vive-do-trabalho, pois embora multifacetada e com morfologia bastante complexa, o repórter é um executor de um tipo de trabalho abstrato, parte da dimensão global da reprodução do capital” (SOUZA, 2017, p.6). O autor explica a crise do conhecimento que passa pela atividade precarizada até a negação do sentido do trabalho pela produção do capital, e na sociabilidade corroída pela miséria ideológica que advém da própria mudança de paradigma, do território local para o global:

Nesta crise, os limites absolutos do sistema são desafiados para garantir a recuperação da queda da taxa de lucros, que se intensifica desde os anos 70. Ela manifesta-se em quatro temas principais: primeiro, ela possui caráter universal, não se restringindo a uma esfera particular, como algum setor específico de trabalho, por exemplo; em segundo lugar, o alcance da crise estrutural é global, não se limita a um certo número de países; terceiro, ela, mais do que cíclica, atinge uma escala temporal permanente, irreversível; por último, em quarto lugar, a crise possui um desenvolvimento sub-reptício, rastejante, ou seja, entra em contraste com as alterações do sistema vistas no passado, embora reserve para o futuro grandes convulsões, dada a constante destruição dos aparatos de controle das contradições do capitalismo. A crise se inicia no pós-Guerra e se intensifica a partir da década de 70 (SOUZA, 2017, p.7).

Em outras palavras, há um amplo movimento que ocorre no mundo do trabalho em consequência da crise do capital de 1970 e que traz rebatimentos em 3 setores: trabalho, políticas sociais e Estado. A chamada Reestruturação Produtiva, com base no paradigma toyotista calcado principalmente na flexibilização da produção, enseja a terceirização, o trabalho temporário, a horizontalização nas relações do mundo do trabalho e vai na contramão, minimizando em nome do ajuste fiscal a intervenção do Estado.

É nessa conjuntura de ordem exploratória que encontramos a crise do jornalismo, numa precarização intensiva do trabalhador da comunicação num momento de intensiva disseminação da mercadoria-notícia e do próprio estranhamento com seu trabalho, simbolizado na falta de conexão entre o desenvolvimento das atividades laborais com seu próprio desenvolvimento humano ocasionando esvaziamento da produção desses conteúdos intelectuais como aqueles provenientes da produção noticiosa. Já numa perspectiva dita independente, o jornal digital capixaba Século Diário se encontraria no gérmen crítico-emancipatório por meio de seu conteúdo, visto que o seu “jornalista-operário” também perpassa por toda essa conjuntura de crise elencada. “Alternativos, independentes, populares ou ativistas, esses coletivos interessados na produção noticiosa se apresentam muito mais como uma saída militante para o desmanche do monopólio da fala dos grandes veículos [...]”(SOUZA, 2017, p. 11). Contudo, para o autor, o equilíbrio entre velocidade, checagem disciplinada e criatividade na apresentação do conteúdo informativo podem se aliar de forma qualitativa aos dispositivos tecnológicos e aos recursos humanos nesta trincheira de luta sociodiscursiva.

Por último, Souza (2017) adverte que a necessidade de luta organizada pela superação das mediações de segunda ordem do capital deve ter seu combate nas instâncias de produção jornalística, nas quais se inclui o próprio operário da notícia, o jornalista. Para o autor, o papel político e cultural das mídias alternativas deve vir aliado à causa do gênero humano, e seu teor

de classe, com uma práxis noticiosa realmente calcada numa militância realista em direção ao desnudamento das contradições do sistema. Desta forma, constrói-se uma territorialidade de contrapoder do nosso objeto, o jornal digital *Século Diário*, vivenciada pelos seus jornalistas e leitores, tanto em território geográfico capixaba como no território comunicacional em rede. Essa territorialidade deve ser levada em consideração ao ser influenciada pela práxis das crises, seja em maior escala tanto do sistema sociopolítico e econômico; seja em menor escala, pelo próprio território da profissão.

5.1.1 A crise que desencadeou a saída do “núcleo duro” da redação em 2017

Devido ao bloqueio por dezenas de processos judiciais, segundo Rangel (2018) “com um jornalismo agressivo e, em alguns momentos, contundente, do tipo que quase não se vê mais, fazendo contraponto à imprensa tradicional regional”, o *Século Diário* foi sofrendo asfixia financeira até chegar ao ponto do núcleo “duro” da redação, dentre eles cinco jornalistas e um editor, sair em dezembro de 2017. Rangel (2018) explica que, devido às dificuldades enfrentadas advindas das tentativas de silenciamento, a redação chegou a passar quatro meses sem conseguir receber salários, mas se mantinha firme na convicção de um jornalismo que, para Rangel (2018), possui características de independência.

Geraldo Hasse (2010) argumenta que, se o jornalismo do *Século Diário* não fosse tão crítico, é provável que contaria com fartas verbas públicas e privadas, ao invés de sempre viver em “apuros financeiros”. No entanto, para Hasse (2010), o diretor Rogério Medeiros prefere manter a credibilidade do jornal *online*, que viria justamente da não concessão em publicidade aos poderosos. Apesar da crise simbolizada pela saída do núcleo duro da redação em 2017, o *Século Diário* sempre teve sobrevivência difícil. Hasse (2010) expõe que, devido a inúmeras retaliações nessa arena de embate entre o jornalismo independente do *Século Diário* com o poder político-econômico, o diretor Rogério Medeiros chegou a perder o apartamento e o veículo para manter o *Século Diário* no ar no primeiro decênio do jornal.

Para manter o *Século* no ar em seu primeiro decênio de existência, ele perdeu o apartamento e acabou sem carro. Não lhe faltam caronas no território capixaba. Tudo indica que o velho repórter vai morrer em combate, distribuindo carinho e sarcasmo em doses desiguais, a voz rouca de tanto pregar no deserto, cabelos e roupas totalmente brancas. Afável no trato e durão na escrita, Rogério Medeiros é hoje a maior figura do jornalismo capixaba (HASSE, 2010).

Segundo Rangel (2010), devido à situação de crise contínua pela qual passava o *Século Diário*, houve conversas para reformular o modelo de negócio e garantir novos meios de sustentabilidade para o *Século Diário*. Dentre as primeiras soluções levantadas, a primeira pensada foi o financiamento coletivo via *crowdfunding* (ou “vaquinha virtual”, em português) que significa “um sistema de arrecadação via internet em que sites especializados recebem projetos de pessoas físicas ou jurídicas das mais diversas áreas e gerenciam as doações geralmente por uma porcentagem do valor levantado” (SOUZA, 2017, p.90), exemplificando o *Jornalistas livres*, iniciativa jornalística brasileira fundada em 2015 e financiada exclusivamente pelo *crowdfunding*. Nesse caso, usando um fundo de doações em suas atividades, o dinheiro consegue ser suficiente, pois nenhum jornalista receberia por seu trabalho (SOUZA, 2017), porém, deseja maior liberdade das rédeas editoriais da imprensa hegemônica.

A segunda sugestão debatida pelo próprio núcleo jornalístico do *Século Diário* se trata de financiamento coletivo via fundações, até pelo capital simbólico do jornal criado em duas décadas de acompanhamento crítico às questões ambientais junto aos leitores, como também as questões ligadas aos Direitos Humanos, envoltas no decorrer da história do desenvolvimento do estado do Espírito Santo. Foi proposta transformação da SDC Serviços de Comunicação LTDA numa ONG, um coletivo de jornalistas, como faz as ditas independentes *Ponte Jornalismo* e a *Agência Pública*, o que viabilizaria a captação de recursos pelo jornal *Século Diário*. Porém, não houve entendimento entre o grupo de jornalistas e os proprietários do jornal, resultando na saída do núcleo duro da redação, em 2017.

Por ocasião do lançamento de *Ponte*, em 2014, o *Século Diário* se identifica em seu espaço editorial com a iniciativa, recebendo, segundo o jornal digital capixaba, com entusiasmo o lançamento do canal de informação que tem o apoio da *Agência Pública*:

O novo canal tratará de temas como segurança, Justiça e direitos humanos a partir de um novo olhar. Iniciativas como as da *Ponte* ou da *Agência Pública* se enquadram numa nova modalidade de jornalismo independente que surge pós-processo de crise do jornalismo industrial. *Ponte* propõe a levar ao conhecimento da sociedade informações que muitas vezes são omitidas ou distorcidas pelas chamadas grandes empresas de comunicação. Julgamos importante registrar o nascimento de iniciativas como essa, porque nos identificamos com causas semelhantes: também acreditamos que ainda é possível fazer um jornalismo de qualidade (SÉCULO DIÁRIO, 2014).

A luta por um jornalismo pretensamente independente causou ao diretor Rogério Medeiros uma cirurgia cardíaca, em 2007 (HASSE, 2010). Em 2019, após uma delicada cirurgia na cabeça,

conforme relatamos no início desta dissertação, o diretor Rogério Medeiros se afasta das atividades do jornal *Século Diário*. Porém, da cisão da redação em 2017, restou do núcleo a filha e herdeira do diretor-proprietário, Manaíra Medeiros, e também a responsável pela editoria de Meio Ambiente, Fernanda Couzemenco (RANGEL, 2010), que já havia passado pela anterior Revista *Século*.

5.1.2 A remanescente Manaíra Medeiros: o perfil e a visão da *gatekeeper* do *Século Diário*

No decorrer das transformações sócio-históricas, como a própria emergência das tecnologias de comunicação e informação concomitante ao aprofundamento e radicalização das contradições do sistema produtivo e econômico, para Fígaro (2013), o entendimento sobre a atividade jornalística e os desafios cotidianos do profissional-jornalista devem partir do binômio comunicação e trabalho, pois permite articular conceitos de trabalho, comunicação e linguagem, relacionando-os a partir do particular em termos de território (como do local, do cotidiano, do individual) para o geral, ou seja, suas territorialidades (histórica, econômica e social), permitindo destacar a responsabilidade do sujeito jornalista sobre o discurso jornalístico construído que circula e permeia inclusive as outras atividades de toda a sociedade.

Assim como na pesquisa *O perfil do jornalista e os discursos sobre o jornalismo. Um estudo das mudanças no mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo (2009-2012)* onde (FÍGARO, 2013) procur verificar as mudanças no perfil dos profissionais jornalistas em relação ao seu modo de organização no trabalho, nós partimos de entrevista concedida via *email* em setembro de 2019, cujo roteiro baseia-se em tópicos como identificação, trabalho e formação, processos de trabalho, dentre outros, delimitando essa análise a *gatekeeper*²⁷ Manaíra Medeiros:

²⁷ Na sociologia da emissão, não é viável isolar apenas um lugar de construção de sentido sem olhar alguns aspectos consequentes, como a própria atividade-fim da empresa jornalística, a notícia, mediada (e selecionada) pelo olhar do profissional jornalista, ou *gatekeeper* que, num processo de seleção (escolha e rejeição), influenciado por diferentes níveis de análise, acaba por determinar aquilo que se torna a realidade social das pessoas e suas formas particulares de ver o mundo (SHOEMAKER; VOS, 2011). São cinco os níveis de análise- todos com suas forças específicas em frente e por trás dos *gates* (portões) e que precisam ser vistos conjuntamente- no processo de teoria do *gatekeeping* propostos por Shoemaker e Vos (2011): 1) O dos profissionais da comunicação individuais (seus comportamentos, suas atitudes e políticas, por exemplo). Leva em consideração Modelos de raciocínio, *second guessing*, tomada de decisões, características dos *gatekeepers*. 2) O das rotinas ou práticas de trabalho em comunicação. Leva em consideração a orientação para a audiência, a orientação para fontes externas, o contexto organizacional. 3) O da análise organizacional. Leva em consideração sistemas de filtragem e pré-seleção, características organizacionais, funções organizacionais de mediação, socialização organizacional, o fenômeno do pensamento de grupo. 4) O de análise socioinstitucional. Leva em consideração o mercado, a audiência, os anunciantes, mercados financeiros, fontes, relações públicas, Governo, grupos de interesse, outros veículos, consultores de notícias. 5) O de análise do sistema social (com variáveis como ideologia e cultura). Leva em consideração o sistema social, a estrutura social, ideologia, cultura, o sistema social como um nível de análise.

- Editora/ repórter: Manaíra Santos Medeiros, 38 anos, solteira, dois filhos, moradora de Vitória. Graduada em Jornalismo pelas Faculdades Integradas Espírito Santenses - FAESA Centro Universitário, em 2003. Pós-graduada em Educação e Gestão Ambiental pela Faculdade Saberes, em Vitória, em 2015. Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam), em 2013. Iniciou-se no Século Diário como estagiária da editoria de Cultura. O Século foi sua escola de jornalismo desde a faculdade. Pouco depois experimentou assessoria de imprensa no complexo de lazer Multiplace Mais, em Guarapari, região metropolitana da Grande Vitória. Já mais experiente e fixada no Século Diário, como repórter de Meio Ambiente, Política e diretora de redação, produziu a revista do Conselho Regional de Agronomia e Engenharia-CREA-ES, durante dois anos. Foi correspondente do Portal Terra nas eleições gerais (presidenciais e parlamentares) de 2018. Participou de alguns livros e exposições como jornalista. Não participa de nenhum movimento popular organizado. Não é sindicalizada.

Além dos editores-repórteres José Rabelo e Manaíra Medeiros e do repórter Henrique Alves, a equipe dos primeiros anos do jornal Século Diário até à crise de 2017 compunha-se, segundo Rangel (2010), dos repórteres Nerter Samora Junior e das repórteres Lívia Francez e Renata Oliveira. Do “núcleo duro” da redação todos saíram, exceto Manaíra Medeiros, que permanece como colunista da editoria de Política, da coluna Socioeconômicas, como editora e responsável pela Redação de Século Diário. Logo no início de nossas entrevistas, percebemos que, ao verificar no desenho do perfil dos jornalistas, encontraríamos o sujeito da prática jornalística no embate com as contradições do mundo do trabalho (FÍGARO, 2013), porém diferenciado em uma redação de pequena escala como o jornal dito independente do Século Diário.

Diferente das redações dos grandes conglomerados, consequência da recorrente feminização no perfil do profissional jornalista após os anos 1990 (FÍGARO, 2014), encontramos a edição do jornal sendo ocupada por uma mulher com acesso ao ensino superior, jornalista profissional formada e qualificada com alta *expertise*, principalmente na área de Meio Ambiente. Enquanto a responsabilidade de filtragem no trabalho como *gatekeeper*, até a crise de 2017, é um poder de decisão também dividido, a olhar pelos editores, entre um homem (José Rabelo) que,

conforme afirma Hasse (2010), com muita experiência advindo da mídia dominante, foi responsável por algumas ideias inovadoras no Jornal Século Diário na área tecnológica, e também uma mulher (Manaíra Medeiros), ambos com formação profissional continuamente atualizada.

No Século Diário há encontro de diferentes gerações, a começar pelo diretor-proprietário, Rogério Medeiros, e pela editora, Manaíra Medeiros, pai e filha no comando do jornal. Manaíra pertence à geração Y, isto é, está entre os nascidos entre 1982 e 1994, chamada de “geração do milênio” ou “geração da internet”, que se desenvolveu num âmbito altamente urbanizado, concebida na transição para o novo mundo tecnológico efêmero e competitivo no ramo do trabalho. Manaíra Medeiros é formada há 16 anos, graduada e especializada em instituição particular de ensino em Vitória. A editora nunca trabalhou na imprensa (redação) tradicional, tratando o jornal dito independente do Século Diário como seu “laboratório” para o amadurecimento no aprendizado da prática jornalística.

Em entrevista, Manaíra Medeiros ressalta que sua visão de mundo vem primeiramente da vivência com seus pais, vítimas da ditadura, e que sempre circularam por áreas de minorias, enquanto que a especialização vem reafirmar a afinidade da editora com a área de meio ambiente e o mestrado vem apresentar um universo que até então a editora diz que desconhecia no Espírito Santo.

Eu não sabia que havia tanta gente afirmando e pesquisando tudo que a gente dizia no jornal, numa luta isolada no Espírito Santo. E tive oportunidade de ter alguns professores dos quais eu já conhecia o trabalho em campo, junto aos movimentos sociais. Me aprofundar nesses temas fortaleceu essa luta, reforçou minha visão crítica e complementou informações importantes, além de abrir campo para explorar a questão ambiental com novos recortes (MEDEIROS, 2019).

Quanto à representação de classe, a editora Manaíra Medeiros (2019) reconhece a importância da luta do jornalista como classe trabalhadora, mas nunca foi sindicalizada, embora o diretor proprietário, Rogério Medeiros, tenha uma história como fundador do Sindijornalistas-ES. Ela relata que não se sentiu devidamente representada, de forma incisiva, pelo órgão de classe mediante os momentos críticos da perseguição judicial sofrida pelo jornal independente Século Diário. Porém, a editora já se interessou por filiar-se a FENAJ. Nas palavras de Manaíra, também acha importante toda luta de categorias, moradores, bairros, segmentos e, no caso do jornalista, não poderia ser diferente. Porém, a editora acredita que atua com mais liberdade no

seu papel de jornalista acompanhando movimentos dessa natureza, sem, porém, integrar seus quadros (MEDEIROS, 2019).

Após a crise de 2017 em que a editora e repórter Manaíra Medeiros permanece, não há só a saída do núcleo duro da redação, mas o resultado de toda essa problemática que envolve os silenciamentos enfrentados pelo Século Diário são modificações visíveis na estrutura do jornal que podemos verificar no seu próprio expediente. O jornalismo autodenominado independente do Século Diário se encontra na luta para sobreviver num novo modelo de negócio.

5.2 ASPECTOS DE MUDANÇAS ESTRUTURAIS PÓS-CRISE 2017

No desenrolar da nossa pesquisa, percebemos mudanças no expediente (*figura 11*) do Século Diário, de 2018 para 2020. Segundo consta em consulta de setembro de 2020, o setor jornalístico é de responsabilidade da SDC Serviços de Comunicação EIRELI²⁸. De acordo com o próprio jornal, a SDC Serviços de Comunicação é quem edita o Século Diário. O cerco judicial contra Século Diário, alvo de assédio processual por parte de autoridades- conforme descrito no capítulo anterior sobre censura judicial- veio atingir diretamente a empresa SDC, asfixiando continuamente sua sustentabilidade financeira (HASSE, 2010; RANGEL, 2018; NASSIF; 2016). Inclusive, em uma problemática que, segundo Rangel (2018), acaba por desembocar na saída do núcleo duro, em 2017, grupo de jornalistas responsáveis por imprimir uma identidade ao jornal Século Diário (RANGEL, 2018).

Ainda em 2010, Geraldo Hasse, em texto para o *Observatório da Imprensa* (2010) deixa claro que, em meio às dificuldades financeiras, o Século Diário precisava faturar cerca de R\$55 mil mensais para pagar suas contas, confiadas a Cyro Medeiros Filho, irmão do diretor-fundador, Rogério Medeiros (HASSE, 2010). Os honorários da equipe na época, ainda de acordo com o autor, seguiam as bases do mercado capixaba, dominado, segundo Hasse (2010), pelas duas grandes redes (A Gazeta e A Tribuna) da mídia dominante tradicional com contingente maior

²⁸ No início deste percurso de pesquisa, em 2018, verificamos que a SDC-Serviço de Comunicação LTDA ME contava com CNPJ ativo no item “Consulta Empresas” da Jucees. Em 2020, encontra-se inativa no órgão estadual de registro. Porém, por meio do mesmo CNPJ, disponível no expediente de Século Diário, apresenta-se com razão social com natureza jurídica de EIRELI (Empresa Individual de responsabilidade limitada com apenas um titular) – SDC SERVICOS DE COMUNICACAO EIRELI ME – como ativa no site da Receita Federal. Informações públicas da empresa estão anexas a esta dissertação.

de funcionários. De lá para cá, o cerco judicial contra o Século Diário se intensificou, provocando mudanças estruturais no jornal digital dito independente.

Figura 11 - Parte de Expediente Site Século Diário Diretoria, Setor Comercial e Setor Jornalístico

Dólar Comercial: R\$ 5,24 • Euro: R\$ 6,23
Terça, 15 Setembro 2020
Contato Anuncie

Menu


Coronavírus Política Socioeconômicas Justiça Educação Segurança Meio Ambiente
Saúde Cidades Direitos Economia Cultura Colunas
Anuncie

Apartamentos de 2 quartos, com varanda ampla e área de lazer. Perto de tudo.
ABRIR

Século Diário

Quem Somos
Expediente

Expediente
José Maria Batista
Rogério Medeiros
Stenka do Amaral Calado

Diretoria
Rogério Medeiros
Diretor Responsável
itaunas@seculodiario.com

Setor Comercial
L.A. Comunicação
Daniela Castro Sodré - Comercial
danielacsodre@gmail.com
la52comunicacao@gmail.com
(27) 99807-1294

Setor Jornalístico
SDC COMUNICAÇÃO
05.048.485/0001-07 SDC Serviços de Comunicação Eireli

Redação
Elaine Dal Gobbo
Repórter
elainerdalgobbo@gmail.com

Manaira Medeiros
Diretora de Redação / Repórter
medeirosmanaira@gmail.com

Fonte: Século Diário (reprodução). Acessado e verificado em 15 de setembro de 2020.

Consta no próprio expediente do Século Diário que a responsabilidade pelo setor comercial de Século Diário é da L.A. Comunicação ME (microempresa)²⁹, pessoa jurídica com uma única sócia-majoritária (empresária). Sobre esses trabalhadores autônomos, para o sociólogo do trabalho Ricardo Antunes (2018), constante da massa de “empreendedores”, conforme denomina “uma mescla de *burguês-de-si-próprio* e *proletário-de-si-mesmo*” (ANTUNES, 2018, p.34), o autor afirma como constante do modelo precarizado próprio da ideologia neoliberal que se apresenta como narrativa de “sucesso” para driblar a própria crise do emprego. O autor trata ainda a terceirização como consequência da flexibilização e desregulamentação do mundo do trabalho, formando novos “escravos digitais” imersos num movimento de reestruturação permanente do capital, o que vem que ocorrendo desde 1970, com a invasão do capital financeiro no mundo da produção *lato sensu*, como a indústria, agricultura, agroindústria, serviços, indústria de serviços e serviços industriais (ANTUNES, 2018), atingindo também a produção noticiosa baseada em modelo industrial de feitura da notícia.

Dentre os aspectos públicos verificados, encontramos o registro público da marca Século Diário como pertencente a um particular, pessoa física³⁰ (Consulta a base de dados do INPI: nº processo 914299956/ Marca: SÉCULO DIARIO/ Situação: registro de marca em vigor/ Apresentação: nominativa/ Natureza: de serviço). Segundo os dados fornecidos pelo INPI, a data depósito do pedido de registro de marca consta de 09/03/2018, enquanto a data de concessão consta de 12/03/2019 e a vigência consta até 12/03/2029.

Quanto ao registro de marca, é necessário considerar que, diferentemente do nome fantasia (nome popular da empresa) que não necessita de registro, a marca tão necessária à identidade de um jornal precisa ser registrada legalmente junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), órgão ligado ao governo federal, sendo sua concessão meio de efetuar a proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país (Lei nº9.279, de 14 de maio de 1996, Art. 2º, alínea III). Segundo o próprio INPI, a tutela jurídica, atividade jurisdicional de regulação das relações sociais pelo Estado, considera os bens imateriais como a invenção, o modelo de utilidade, o desenho industrial e a própria marca. É imprescindível o registro de marca para ter

²⁹ Nome fantasia. Na Junta Comercial do Espírito Santo, o nome de empresária “Daniela Castro Sodré” tem registro de CNPJ associado à atividade econômica principal “agências de publicidade”, constituída em 14/06/2018. Informações públicas da empresa estão em anexo a esta dissertação.

³⁰ Consulta à base de dados do INPI. Informações públicas sobre o registro da marca Século Diário dispostas publicamente no site do INPI constam em anexo a esta dissertação.

exclusividade sobre o sinal distintivo (INPI, 2020) que identifica o serviço do jornal como ativo abarcado tanto pelo prisma da territorialidade geográfica (no que se refere aos limites, ao alcance das trocas comunicacionais e submetimento de poder) como da territorialidade simbólica, da construção de narrativas, das tramas informacionais (infoterritorialidades) nesse espaço edificado por meio dos leitores internautas, tanto os avulsos como aqueles que acompanham continuamente o jornal (como receptores do produto-notícia) do Século Diário.

5.2.1 A sobrevivência do jornal online Século Diário: via publicidade institucional proibido anúncios de poluidoras e via *Google*

Em acompanhamento contínuo das edições do nosso objeto de pesquisa, percebemos publicamente que o Século Diário sobrevive por meio de publicidade em campanhas institucionais. Porém, a editora e diretora de redação Manaíra Medeiros (2019) enfatiza que o jornal não aceita publicidade de poluidoras e órgãos públicos são informados claramente da linha editorial do jornal. “Não cabe qualquer negociação em relação a essa área” (MEDEIROS, 2019). Casos de empresas em que o jornal tece pela ótica crítica como poluidoras: Arcelor e suas controladas, a exemplo de Sol Coqueria; Fibria/ Suzano; Vale/ Samarco; Placas do Brasil; Fundação Renova etc.

Além da publicidade por campanhas institucionais, percebemos que há a publicidade via Google, por meio do Google *AdSense*. De acordo com o próprio Google, esse tipo de publicidade geralmente é feita por um mecanismo de campanhas de busca para o site no *GoogleAdSense* (Ads by Google - *figuras 12, 13, 14, 15*). No serviço de publicidade via *AdSense*, a exibição dos vídeos é administrada pelo *Google*- grande conglomerado de negócios globais que não produz bens, mas serviços de informação, atuando no mercado financeiro rentista especulativo- e gerando lucro baseado ou na quantidade de cliques ou de visualizações, proporcionando monetizações complementares por meio de vídeos de conteúdo qualificado.

Figura 12 - Google Adsense (Ads by Google) Palmolive Naturals



Fonte: SÉCULO DIÁRIO. Edição: 15 de setembro de 2020.

Figura 13 - Google Adsense (Ads by Google). Blue Peaks Empreendimentos (negócios imobiliários)



Fonte: SÉCULO DIÁRIO. Edição: 15 de setembro de 2020.

Figura 14 - Google Adsense (Ads by Google) Mini amplificador de som: aparelho auditivo

The screenshot shows the SÉCULO DIÁRIO website. The browser address bar displays the URL: seculodiario.com.br/saude/es-nao-tem-nenhum-municipio-em-risco-alto-e-apenas-cariacica.... The website header includes a menu, the SÉCULO DIÁRIO logo, and navigation links: Saúde, Cidades, Direitos, Economia, Cultura, Colunas, and Anuncie. A Google Ad is displayed, titled "Mini amplificador de som" with the subtitle "Aparelho auditivo minúsculo e super barato". The ad features an image of a small device and a "Saiba mais" button. Below the ad, the main article headline reads: "ES não tem nenhum município em risco alto e apenas Cariacica em risco moderado na GV". The sub-headline states: "Casagrande autoriza eventos e ensino profissionalizante e reafirma desejo de abrir ensino médio em outubro". The browser taskbar at the bottom shows various icons and the time 16:21.

Fonte: SÉCULO DIÁRIO. Edição: 15 de setembro de 2020.

Figura 15 - Google Adsense (Ads by Google). Sabonete Protex.

The screenshot shows the SÉCULO DIÁRIO website with the browser address bar displaying: seculodiario.com.br/anuncie. The website header is identical to Figure 14. A Google Ad for Protex soap is displayed, with the headline "Elimina 99,9% das bactérias naturalmente" and a sub-headline "*Bactéria testada: E.coli". The ad includes an image of a Protex soap bar and a "Saiba mais" button. Below the ad, the word "Anuncie" is prominently displayed, followed by the text: "Preencha o formulário abaixo ou envie um e-mail para danielacsodre@gmail.com ou la52comunicacao@gmail.com". A form field labeled "Nome *" is visible. The browser taskbar at the bottom shows various icons and the time 16:24.

Fonte: SÉCULO DIÁRIO (Link Anuncie - setor comercial). Edição: 15 de setembro de 2020.

O pensador e político italiano Stefano Quintarelli, membro da Agência para a Itália Digital, e autor do livro *Instruções para um futuro imaterial* (2019), traça como um dos impactos da imaterialidade na economia do mundo material o preço independente dos custos que engloba plataformas como o *Google* sobre o mecanismo adotado para receber pagamentos por publicidade em seu motor de busca. Não é a equipe de *marketing* ou o departamento de vendas da plataforma que decidem quanto deve custar o anúncio, e sim os clientes que conduzem um leilão em tempo real por cada palavra-chave:

Para o Google, o custo do sistema que gerencia os anúncios é fixo, tecnicamente, um custo irrecuperável [não pode ser mais resgatado, mas não se trata de prejuízo]. O preço final, contudo, é a maior quantia que os anunciantes estão dispostos a pagar na disputa. O Google usa um mecanismo de leilões secundários para definir o preço de seus anúncios. É um tipo de leilão em que o maior lance ganha a primeira posição, e por aí vai. No entanto, o maior lance não paga o preço proposto, mas o preço lançado pelo concorrente em segundo lugar. Logo, o proponente do segundo maior lance paga o valor do terceiro, e assim por diante. É um mecanismo semelhante ao modelo utilizado pelos colecionadores de selo do século XIX (QUINTARELLI, 2019, p. 95).

Em outras palavras, o preço é desprendido dos custos e depende apenas de quanto o consumidor deseja pagar; o custo da produção ou do serviço inicial potencialmente alto, a partir da hora que é produzido, todo o rendimento subsequente é puro lucro para o Google. Justamente o contrário da economia na dimensão material sempre caracterizada pela escassez, segundo (QUINTARELLI, 2019), a economia do mundo imaterial se baseia no fato de que, uma vez que o investimento foi feito para criar o produto ou serviço, praticamente toda a demanda poderá ser suprida com insignificância de custos.

No caso do *Século Diário*, percebemos em nossas pesquisas que tanto via publicidade institucional quanto publicidade *via Google* o jornal tem o zelo de não aceitar qualquer vinculação relacionada às poluidoras multinacionais instaladas no Espírito Santo, para que não fira, consoante a esse aspecto, a postura editorial autodenominada independente do jornal digital *Século Diário*.

5.2.2 Métricas do jornal independente *Século Diário*: pela *mídia técnica*

Levando em consideração o alcance regional/nacional do *Século Diário* como jornal imerso no mundo digital, a editora e diretora de redação Manaíra Medeiros (2019) explica que os relatórios de acesso de cada matéria jornalística, coluna, editorial que vai ao ar na *rede* são

disponibilizados no próprio sistema do jornal. No entanto, a editora faz acompanhamento em tempo real também no *Google Analytics* (MEDEIROS, 2019), ferramenta de monitoramento de tráfego que visa saber não só o número de acessos como o comportamento de navegação dos usuários pelas páginas e editorias do site jornalístico. Seja na produção da notícia pelo próprio repórter ou simbólico-cognitivo por intermédio de uma rede de mídia *online* sob o ponto de vista dos que compartilham esse espaço crítico dito independente (fontes, leitores assíduos e a própria concorrência), gera o que conceituamos de infoterritorialidades:

[...] geradores e mobilizadores dos infoterritórios, concretizam-se por meio de acessos, produção e compartilhamentos daquilo que nos afeta simbolicamente no âmbito informacional, conformando uma extensão significativa de alianças e pertencimentos socioeconômicos e político-culturais midiaticizados (MARTINUZZO, 2016, p.12).

Nesse sentido, em um jornal longo e com acompanhamento sistemático de suas métricas, a editora Manaíra Medeiros (2019) defende a importância da chamada mídia técnica para a sobrevivência do *Século Diário*. Segundo Chagas (2014), a mídia técnica se refere a recursos públicos destinados à compra de espaço publicitário nos meios de comunicação para divulgação de ações e projetos governamentais. No caso do *Século Diário*, o posicionamento da direção do jornal denota uma não subordinação do jornal a possíveis segundos interesses políticos e econômicos que não seja o de produzir a notícia no aspecto crítico, privilegiando o interesse público.

Século Diário acredita na mídia técnica, em que as publicidades não interfiram na linha editorial do jornal. Na prática, porém, isso exige uma nova mentalidade, inclusive das próprias empresas de comunicação. A relação dos veículos com quem injeta algum tipo de publicidade no *Espírito Santo* é muito promíscua, envolve contrapartidas, o que inevitavelmente, prejudica a divulgação do fato. O diferencial de *Século Diário*, para mim, é a não censura e o respeito aos fatos, além de firmar posição e bandeiras de lutas (MEDEIROS, 2019).

Regulamentada, a nível federal, ainda no início do 2º mandato do Governo Lula (2008- 2009), a instrução normativa da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM) de 16/12/2009 disciplina as ações da publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Federal, mas que é criticada por Carvalho (2019) pelo excesso de “republicanismo”, por não considerar que o financiamento público midiático baseado em “critérios técnicos” colaboraria para o fortalecimento dos oligopólios, numa situação em que poucas empresas de comunicação detém o controle de maior parcela do mercado.

Se, de um lado, Carvalho (2019) expõe que a desconsideração da concentração das verbas de financiamento público pelos governos petistas fortaleceria comercialmente a mídia tradicional, levando em consideração a questão da democratização das comunicações; de outro, há um condão potencial no estímulo da mídia alternativa, contribuindo justamente para a desconcentração das comunicações. Já no final do 2º mandato do Governo Lula, a Lei Federal 12232/2010 vem estabelecer normas gerais sobre licitações e contratações pela administração pública de serviços de publicidade prestados necessariamente por intermédio de agências de propaganda, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Quando da promulgação da Lei, o Governador do ES, Paulo Hartung, encerrava seu segundo mandato (2003/2007-2007- 2011), retornando para outro, entre os anos 2015 e 2019.

Percebemos que, além do conteúdo 100% autoral (ao contrário dos principais jornais tradicionais da mídia dominante no ES) a cobertura essencialmente regional com equipe própria e experiente, sem material replicado de agências de notícias ou matérias “caça-cliques” também é uma característica que precisa ser considerada quanto à aplicação dos recursos públicos para financiamento de publicidade na mídia técnica do jornal dito independente *Século Diário*. Segundo Christofolleti, “o valor do produto jornalístico também reside em atributos intangíveis como credibilidade e confiabilidade” (CHRISTOFOLLETI, 2019, p. 54), como no caso do *Século Diário*, um jornal digital regional de trajetória com mais de duas décadas de existência disposto na ambiência *online* da internet e que resiste à censura político-judicial nos embates da esfera pública jornalística capixaba.

6 ESCREVER É TOMAR PARTIDO: POSTURA EDITORIAL DE MILITÂNCIA E ATIVISMO

Consciente do seu papel de serviço de informação crítica (GRAMSCI, 1982), em 2015, em editorial que destaca o reconhecimento do trabalho do jornalista Rogério Medeiros numa Conferência Tupinikim, em Aracruz, no norte do Espírito Santo, segundo o Século Diário, “sobretudo no litígio com a Aracruz Celulose (hoje Fibria), que expropriou as terras dos índios durante a ditadura militar”, o Jornal reafirma que nasceu e continuará com o compromisso de defender as causas dos segmentos que foram historicamente oprimidos no estado como os índios e quilombolas, assim como na defesa do meio ambiente. Nesses 20 anos de existência, o Século Diário abraça, segundo o veículo, a bandeira da defesa do bom jornalismo íntegro social:

Fazer jornalismo social sempre foi uma tarefa árdua, mas para Século Diário isso nunca foi uma questão de escolha, mas de vocação editorial do jornal. Quem decide fazer a defesa incondicional das minorias, sabe que percorrerá um caminho inóspito. As pautas, invariavelmente, incomodam os setores mais conservadores da sociedade, que geralmente têm interesses antagônicos às causas das minorias. Ao longo destes 15 anos, Século Diário foi assediado pelos grupos empresariais, inicialmente com ofertas publicitárias sedutoras. Como não conseguiram cooptar o jornal pelo bolso, recorreram à Justiça para tentar nos calar na marra (SÉCULO DIÁRIO, 2015, Editorial).

Posicionar-se gera silenciamentos. Tentar dar voz aos excluídos, oprimidos, marginalizados pelo sistema, como se posiciona o jornalismo dito independente, significa combater toda uma estrutura previamente concebida, de aparelhos ideológicos de Estado (inclusive a imprensa tradicional), que, sorrateiramente, tentam derribar por meio de seu poder relacional as lutas minoritárias que acabam sendo propositadamente invisibilizadas. O jornalismo dito independente de jornais como o digital capixaba Século Diário vai ao encontro, assim, do que afirma Kunczik: “por outro lado, quem aceitar o jornalismo intelectual como um compromisso com os direitos humanos básicos deverá tomar partido inequivocadamente contra o abuso de poder” (KUNCZIK, 2002, p. 57).

No caso do Século Diário, não é possível compreender a censura político-judicial de estruturas do Estado- representante de forças históricas de dominação- coercitivamente imposta ao jornal Século Diário, sem verificar nuances do seu produto-fim, a notícia (como produto e processo produtivo), pois é ela que externaliza publicamente a ideologia do jornal digital capixaba. O trabalho jornalístico caminha na linha tênue entre atender tanto valores sociais comunicacionais (valor de uso) como a dimensão da mercadoria (valor de troca):

Então, a produção linguística pode ser considerada como homóloga à produção material pelo valor gerado – pelos usos sociais dos produtos jornalísticos e pelo seu próprio valor de troca. É prioritariamente por meio da linguagem enquanto produção de sentido derivada da atividade humana que o jornalista vende sua força de trabalho. Assim, o produto do trabalho jornalístico deve ser analisado a partir tanto da dimensão da mercadoria quanto da produção de sentido. De alguma forma, esse produto também revela as lutas de classes nos processos comunicacionais (GROHMANN, 2016, p.11).

Em nossas conversas, a entrevistada Manaíra Medeiros, como repórter e diretora de redação, demonstra que o seu trabalho jornalístico na redação do Século Diário é provido de conhecimento do significado da “independência” do jornal, que perpassa a responsabilidade com o enquadramento de acontecimentos cotidianos que acabam por moldar a percepção pública do cidadão-leitor, por meio das 13 editorias do jornal *online*: Cidades, Cultura, Direitos, Economia, Educação, Justiça, Meio Ambiente, Política, Saúde, Segurança, Sindicato, Socioeconômicas e, por último, Coronavírus (no ar a partir de março de 2020, em caráter excepcional devido à pandemia do COVID-19). Dessas, percebemos, em comparativo com os jornais dominantes regionais- inclusive abordados pela Revista Século no Capítulo 3 desta dissertação- que só o Século Diário possui quatro exclusivas fixas, quais sejam: Sindicatos, Cultura, Meio Ambiente e, mais recentemente, Direitos.

Pautas com demandas socioculturais da região capixaba e de anseios das classes subalternas são visibilizadas pelo Século Diário com o enfoque interpretativo crítico, o que, pela diferenciação de conteúdo, aproxima-se mais das *hard news*, não pelo imediatismo, mas “pelo que põe em jogo” (NEVEU, 2004)- já que jornais *online* da mídia dominante regional por vezes priorizam as *soft news*, ou seja, “temas como perfis, estilos de vida, evocação e mudanças de comportamento a longo ou médio prazo, informação de serviço e consumo” (NEVEU, 2004, p. 18)- focadas nos deveres éticos do jornalista:

XI- defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias; XII- respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria; XII- denunciar as práticas de assédio moral no trabalho as autoridades e, quando for o caso, à comissão de ética competente; XIV- combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza. (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, Artigo 6º, 2007).

Dentre as matérias jornalísticas dispostas na primeira página da coluna Sindicatos³¹, entre 22/02/2020 e 31/07/2020, destacamos o relato do Sindipetro/ES que ameaçava greve, na ocasião, denunciando a Petrobrás, que não teria adotado medidas de segurança para a categoria de petroleiros, tais como o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), inclusive negando testes para verificar o COVID-19 e diária em hotel com o objetivo de isolar trabalhadores que manifestaram sintomas da doença em contato com colegas. Em outra matéria, servidores do Laboratório central de saúde pública do estado (LACEN), vinculado à Secretaria de estado da saúde e onde estão sendo feitos os próprios exames para detecção do Covid-19, protocolaram documento na coordenação do laboratório denunciando assédio moral e falta de ações contra a doença, tais como o fornecimento de máscaras, posteriormente sem retorno de diálogo por parte do Governo do Espírito Santo. Em outra ocasião, o Sindicato dos Servidores Municipais de Cariacica (Sindismuc) denuncia descaso com pandemia da já sucateada Rede Psicossocial (RAPS), com interrupção das consultas eletivas, das visitas domiciliares e atendimentos coletivos nas Unidades Básicas de Saúde do município. Todas as matérias são assinadas pela repórter do jornal *Século Diário*, Elaine Dal Gobbo.

Já na primeira página da editoria de Cultura, entre 07/07/2020 e 01/08/2020, destacamos a música SOS Mulher e José Roberto Viana, com interpretação de Caciane Marvila, produção coletiva cujo vídeo foi gravado pela causa do combate à violência contra a mulher de forma colaborativa, incentivando a denúncia no Espírito Santo, estado com os mais altos índices de crimes de feminicídio no Brasil, principalmente em época de isolamento social. O clipe, disponibilizado no *Youtube*, foi produzido a partir de campanha nas redes sociais, convidando mulheres comuns, “não atrizes”, a atuarem voluntariamente com suas câmeras de celular de suas casas, recebendo orientações básicas da equipe de produção sobre as filmagens, que depois foram juntadas na edição final. Outra matéria destaca a homenagem ao Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, 25 de julho, com grupo de mulheres e suas intervenções artísticas no Centro de Vitória retratando mulheres negras como a cantora Elza Soares, a escritora Conceição Evaristo e a atriz Suely Bispo. Nos desenhos colados pelas ruas do bairro,

³¹ Quanto à leitura rápida das editorias ditas exclusivas do *Século Diário* o conteúdo aqui é descrito por nós pesquisadores, pois já trata-se de linguagem crítica reflexiva própria do jornalismo dito independente do *Século Diário*, evidenciado no texto de seus repórteres.

o rosto dessas mulheres aparece coberto com um lenço com as formas do mapa da América do Sul. O *Século Diário* também destaca três documentários, dentre eles um do documentarista e oficinairo Ricardo Sá, sobre uma série de oficinas culturais realizadas entre 2015 e 2016 nos assentamentos de Reforma Agrária no Espírito Santo, com intuito de organizar núcleos de cultura nesses territórios, numa parceria entre o Instituto Federal do Espírito Santo e o MST, além do *documentário Nzo Musambu ria Kukuetu*, sobre o Barracão de candomblé de *Mae Neia*, pioneira na celebração do Dia de Iemanjá na Praia de Camburi, em Vitória, em 1983, hoje se tratando de um dos maiores festejos de religiões de matriz africana no estado. Esta última, tratando-se de matéria assinada pelo repórter do *Século Diário*, Vitor Taveira.

Por último, dentre matérias jornalísticas dispostas na primeira página da coluna Direitos do *Jornal Século Diário*, destacamos, conforme exposto na *figura 16*, entre 22/02/2020 e 31/07/2020, o ato das igrejas em prol da população de rua, após uma travesti ter seus pertences queimados em Jardim Camburi, Vitória, como também outra matéria que enfatiza o apoio da Pastoral do Povo de Rua à medida da Defensoria Pública cobrando respostas sobre crimes cometidos contra população de rua na capital no período de pandemia. No combate ao Covid-19, destacamos as matérias jornalísticas sobre a criação de grupos de trabalho (GTs) pelo Governo Estadual para encaminhamento de demandas da população negra, como o documento protocolado pela Unidade Negra nas prefeituras para reivindicar medidas no combate ao coronavírus, e também, ao acompanhar o andamento dos grupos, o *Século Diário* cobre a retirada da própria Unidade Negra Capixaba dos GT'S devido ao seu alegado caráter apenas consultivo. Em outra matéria, a pandemia também motiva a Criação do Comitê Popular de Proteção aos Direitos Humanos para denunciar, acompanhar e monitorar violações registradas no Espírito Santo, assim como também a criação do Observatório Ocofa, com equipe multidisciplinar *online* designada para monitorar o Covid-19 nas favelas capixabas e, mais precisamente, seus impactos na população negra. Ainda na editoria Direitos, sobre a política de segurança alimentar, registra-se o pedido do Conselho de Segurança Alimentar pela reabertura e expansão dos restaurantes populares que atendem justamente à população mais carente do estado. Também é enfatizada a articulação pelo Grito dos Excluídos- conjunto de manifestações populares- em ano de pandemia. Sobre os direitos das mulheres, há registro pelo *jornal Século Diário* da entrega de um documento solicitando reivindicações ao Governo do Espírito Santo inclusive contestando dados sobre feminicídios ao Poder Público, pois a pandemia vem escancarar a fragilidade da rede de proteção às mulheres no estado. Também destacamos o relato do ativista Danilo Tupinikim, que integra o coletivo LGBTQI+ Tibira, formado por

membros de diversas etnias, sobre o duplo preconceito sofrido pelos indígenas homossexuais no estado do Espírito Santo.

Figura 16 - Editoria Direitos *SÉCULO DIÁRIO* (1ª página), consulta em: 01/08/2020.

Dólar Comercial: R\$ 5,31 • Euro: R\$ 6,00 Sábado, 01 Agosto 2020 Contato Anuncie

Menu **SÉCULO DIÁRIO** f i t y w q

Coronavírus Política Socioeconômicas Justiça Educação Segurança Meio Ambiente Saúde Cidades Direitos Economia Cultura Coluna & Anuncie

SiriStar                  



'Quem está na rua não pode ser agredido por estar na rua'

Pastoral do Povo de Rua apoia medida da Defensoria e cobra respostas a crimes registrados em Vitória



Entregadores de aplicativo de entrega fazem manifestação em Vitória

Grupo aderiu à paralisação nacional com ato que saiu da Praça dos Namorados até a Assembleia Legislativa



Entidades se articulam no Estado para Grito dos Excluídos 2020

Em reunião na próxima terça-feira, será discutida plenária a ser realizada no dia 7 de agosto



'Pandemia escancarou fragilidade da rede de proteção às mulheres'

Fomes apresentou reivindicações ao Governo do Estado e também contesta dados de feminicídio



'Sofremos duplo preconceito', diz ativista indígena LGBTI+

O estudante capixaba Danilo Tupinikim integra o Tibira, coletivo LGBTI+ formado por membros de diversas etnias



Contarato denuncia Bolsonaro na ONU por descaso na proteção aos povos indígenas

Senador capixaba aponta descaso do presidente em relação aos povos tradicionais na pandemia do coronavírus



'Participar dos GTEs seria assinar o atestado de óbito dos



'Principal dos GTs será assinar o relatório de mortos pela Covid-19'

Maria Helena Elpídio afirma que Unidade Negra Capixaba se retirou dos grupos do governo devido ao caráter apenas consultivo



Pastoral vai acompanhar medidas contra a Covid-19 em Cariacica e Vila Velha

Seis dias após Pastoral se retirar de GT, governo anunciou repasse de R\$ 983,8 mil com foco na população de rua



"Racismo institucional privilegia uma única narrativa", afirma pesquisadora

Lavínia Coutinho defende que as narrativas da população negra devem perpassar todos os espaços



Pastoral aponta descaso do governo com população de rua e se retira de GT

O grupo não reverteu a situação de vulnerabilidade das pessoas em situação de rua durante a pandemia



Pandemia motiva criação de Comitê Popular de Proteção aos Direitos Humanos

O Comitê vai denunciar, acompanhar e monitorar violações registradas no Estado, aponta Galdene dos Santos



Unidade Negra protocola nas prefeituras reivindicações de combate à Covid-19

No documento constam propostas para o enfrentamento da doença já apresentadas ao governo do Estado



Observatório vai monitorar Covid-19 nas favelas capixabas

Com equipe multidisciplinar, Ocofa será lançado com debate online sobre impacto da pandemia na população negra



Governo criará cinco GTs para encaminhar demandas da população negra

Funcionamento dos GTs será discutido pela Unidade Negra Capixaba, que cobra medidas de combate à pandemia



Atividades online lembram Dia Mundial do Refugiado

Cátedra Sérgio Vieira de Mello, da Ufes, realiza debates, exibição de filme e evento solidário durante Semana do Refugiado

Fonte: SÉCULO DIÁRIO (reprodução). Editoria Direitos (1ª página), consultada em 01/08/2020.

A partir da leitura das editoriais exclusivas do jornal Século Diário, devido à trajetória de militância do diretor responsável, Rogério Medeiros, explicitada anteriormente neste percurso de pesquisa e por nós verificada em sua história como profissional fotojornalista comprometido com as causas e lutas socioambientais, optamos por justamente estudar a Editoria de Meio Ambiente no recorte de pesquisa sobre a postura editorial do jornal dito independente Século Diário. Antes de entender um pouco da história da editoria e suas rotinas de trabalho, para depois entrarmos propriamente na reflexão sobre o conteúdo, é necessário compreendermos o contexto histórico e sociopolítico no qual se desenvolvem as lutas populares contra as forças exploratórias do capital a partir da questão da distribuição da terra no Brasil.

6.1 A LUTA PELA TERRA, A REFORMA AGRÁRIA CLÁSSICA E AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO

Nos primórdios, usando da força da violência, o capital precisou separar os produtores dos seus meios de produção para desenvolver suas potências produtivas. Inaugura-se nesse primeiro estágio da história da humanidade uma das maiores expropriações de camponeses, uma legião de condenados da terra, que, sem alternativa, precisam vender sua força de trabalho em troca de um salário. Esse processo, que podemos considerar como a pré-história do capitalismo, cria então as condições para o seu desenvolvimento e consolidação, sob a égide dominante. No Brasil, esse fio condutor perpassa a questão agrária, em que o capitalismo inaugura a sua forma violenta de expropriação para seguir, no decorrer do tempo histórico, acumulando nos seus mais diversos meios: industrial, agrário, bancário/financeiro.

A priori, a luta pela terra no Brasil estava relacionada diretamente à questão do latifúndio com suas origens históricas assentadas nas relações capitalistas de produção no campo e concentração da propriedade privada como fundamento da organização fundiária, de acordo com os interesses da classe dominante. Levantamento do IBGE, por meio do Censo Agropecuário em 2017, comprova que o Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo, onde também se encontram os maiores latifúndios. A pesquisa aponta que cerca de apenas 1% dos proprietários de terra controlam quase 50% da área rural do país. Em contrapartida, os estabelecimentos com áreas menores a 10 hectares (cada hectare equivale aproximadamente um campo de futebol) simbolizam metade das propriedades rurais, mas representam apenas 2% da área total.

Aludidas ao início da colonização por Portugal ainda no início do século XVI, verificamos a improdutividade e a concentração de terras relacionadas à própria ocupação do espaço tomada na combinação de monocultura para exportação junto à escravidão. A partir daí se estabelecem de forma estrutural as raízes da desigualdade social que perdura como aspecto de dominação na sociedade brasileira até a contemporaneidade. Porém, por um lado, se há um histórico de espoliação na terra no Brasil, por outro, há resistência popular ao longo dos anos, uma vez que a condução desse processo violento tenta suprimir as formas de expressão cultural, negando o acesso aos direitos humanos básicos, tais como a educação e a saúde, e destruindo a soberania e a autodeterminação dos povos e a sua autoestima. As tentativas de resistência popular organizada e radical na luta pela terra no Brasil passam a ser retratadas como sinônimas de

massacre e genocídio, para posteriormente serem apagadas dos livros de história e, por consequência, da memória coletiva do povo brasileiro.

No decorrer do processo histórico brasileiro, cada luta foi desenvolvida levando em consideração os elementos subjetivos e objetivos pelos diversos atores no campo. Foi assim com os indígenas- cuja luta por vezes aparece camuflada na historiografia brasileira “oficial”- que não aceitaram o regime de escravidão imposto pela Coroa Portuguesa. Contudo, deixaram um legado, mostrando que a história se faz com resistência e luta. Da mesma forma, com o sofrimento da violência do trabalho forçado, a situação com a população negra anteriormente escravizada foi de completo ultraje, agressão e tortura, tratamento desumano e degradante. Em meio a um sistema de opressão, as revoltas ecoaram em diversas formas de resistência, como a criação dos Quilombos, por exemplo, territórios construídos pelos negros fugidos da escravização, onde se organizavam de forma comunitária e com mais liberdade, numa tentativa de retornar às suas culturas e tradições. Justamente no declínio da hegemonia do trabalho escravo nas primeiras décadas do século XIX, foi a vez dos caboclos- negros, indígenas e camponeses, cuja identidade estava em construção- protagonizarem as lutas e revoltas, chegando a tomar o poder local e a implementar governos populares. Porém, o resultado foram vilas queimadas, fuzilamentos e completa destruição do que foi conquistado.

Tais experiências amadureceram e ganharam formas organizativas mais sólidas, no decorrer do século XX, trazendo pautas políticas e projetos de país como a luta pela reforma agrária com transformação social no desafio de executar uma reestruturação profunda das políticas agrárias, ambientais e de produção de alimento e cultura. Organizações, como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Máster), realizaram diversas ocupações e acampamentos entre as décadas de 1940 e 1960. Entretanto, como consequência da repressão do período da Ditadura Civil-Militar(1964-1985) criou-se uma lacuna nas formas organizativas da classe trabalhadora que só veio a se reconstituir no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a criação do Partido PT-ES e da CUT, por exemplo.

Junto à insustentabilidade do regime autoritário, adveio uma massificação com as lutas populares no Brasil sendo reacesas. No campo, sofria-se as consequências das contradições do modelo agrícola pós “Revolução Verde” “importada”, que trouxe a mecanização por meio do conjunto de iniciativas tecnológicas, visando a transformar as práticas agrícolas e aumentar drasticamente a produção de alimentos, e objetivando o lucro de forma insustentável,

provocando concomitantemente expulsão dos trabalhadores em massa (êxodo rural) do campo e inchaço nas áreas urbanas das cidades. As condições socioeconômicas desse processo fizeram surgir novas formas de resistência à ditadura das armas e da terra (a partir dos atingidos pelas barragens, meeiros, posseiros, arrendatários etc.), que tomam as ocupações de terra como expressão camponesa de contestação ao latifúndio e ao regime autoritário. Dessas experiências nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, com base em três objetivos centrais: a luta pela terra (necessidade do sujeito conquistar um pedaço de chão); por reforma agrária (política de Estado, para realizar de forma massiva a conquista pela terra); e transformação social carregando em si um viés ideológico como necessidade de remodelar as relações de poder na sociedade brasileira.

6.1.1 O Neoliberalismo e o fortalecimento do agronegócio X Luta agroecológica pela Reforma Agrária Popular

Sob o lema “Sem reforma agrária não há democracia”, o MST se projeta nacionalmente, no início da década de 1980, no processo de redemocratização do país. Com o Brasil já teoricamente redemocratizado e o início do período dos governos neoliberais, nos anos 1990, os Sem-Terra passam a sofrer continuamente violência com a criação da UDR (União Democrática Ruralista), encontrada pelos grandes fazendeiros latifundiários como resposta para pressionar o governo federal a atuar contra o movimento popular camponês. Ou seja, as lutas camponesas dos Sem-Terra passam a lidar com a força bruta e tentativas de silenciamento tanto pela UDR quanto pelo Estado por meio de repressões, prisões, escutas telefônicas e invasões de secretarias estaduais por parte da Polícia Federal.

De fato, nunca houve uma política nacional concreta de reorganização agrária no Brasil, ao contrário de diversos países de economias centrais europeias, como França e Inglaterra. A política de reforma agrária foi amplamente implantada nas sociedades capitalistas ao longo dos séculos XVIII até o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Um exemplo trata-se da distribuição de terras entre a burguesia emergente e o campesinato, que constituíram as sociedades industriais após as revoluções Francesa (1789) e Industrial (1760-1780). Nesses países, houve a chamada “reforma agrária clássica” cuja opção pela democratização da terra advém da própria necessidade da burguesia industrial em romper em todos os níveis com a hegemonia das antigas classes proprietárias rurais- que paralisavam qualquer desenvolvimento

das forças produtivas- pelas novas classes burguesas empresário-industriais nascentes, como também para sustentar as ideias de crescimento e desenvolvimento econômico que deviam passar por uma mudança no eixo produtivo da economia, relegando ao setor primário o papel de setor subsidiário (e não principal) da nova estrutura econômica.

No Brasil, mesmo dentro da realidade latino-americana, houve uma importação do modelo estadunidense de produção agrícola do agronegócio, inserido no contexto mundial, que se inicia na década de 1970 e se acentua a partir do final da década de 1990 e começo dos anos 2000. Além disso, reforçou-se seu tripé, latifúndio extensivo, mecanização pesada, utilização intensiva de sementes selecionadas, adubos químicos e agrotóxicos (veneno), como consequência da “Revolução Verde” transformando a agricultura num lucrativo negócio para as grandes empresas multinacionais produtoras de insumos agrícolas.

Por outro lado, a partir desse modelo de reorganização dominante, os camponeses brasileiros foram expulsos por completo do processo que deveria ser de democratização da terra. Na verdade, a partir da afirmação do agronegócio, com a consolidação do modelo político-econômico neoliberal no Brasil, ao longo da década de 1990, a agricultura passa a transformar-se em poderosa e lucrativa mercadoria agrícola, forjada na aliança entre o antigo latifundiário, dono de grandes extensões de terra, a outras frações da classe burguesa, como as empresas transnacionais do setor agrícola, o capital financeiro representado na figura dos bancos, sobretudo, os meios de comunicação de massa dominantes responsáveis por propagandear ideologicamente a concepção de agricultura imposta pelo agronegócio.

Nesse sentido, com essa modernização com alta capacidade produtiva benéfica somente ao capital, a centralidade da luta pela terra no Brasil passa a girar em torno da disputa entre classes pelo modelo agrícola, e não como no início, só pela ocupação das terras improdutivas. De um lado, o modelo de agronegócio elitista com fundamento na produção extensiva de *commodities* voltadas à exportação, desvinculando-se do meio ambiente- ao derrubar enormes áreas verdes com o desmatamento- obrigando a utilização de agrotóxicos esgotando o solo, poluindo a água, os lençóis freáticos e contaminando os próprios alimentos. Do outro lado, o modelo proposto pela classe trabalhadora camponesa e dos povos do campo: o da *agroecologia* com a diversidade da produção de alimentos saudáveis em harmonia com a natureza, e que inclui a totalidade de um sistema de produção ao levar em consideração as relações humanas, a cultura, o lazer e educação, o trabalho e saúde. Diferentemente da “reforma agrária clássica” burguesa,

o Programa de Reforma Agrária Popular tem a matriz agroecológica como base na produção agrícola visando, principalmente, reconstruir as relações de poder existentes em torno da propriedade privada, desenvolvendo um modelo econômico que distribua renda e que fixe as pessoas no campo para combater o êxodo rural com a criação de agroindústrias nos assentamentos sob o comando dos próprios trabalhadores.

Ao ir além das questões produtivas, a reforma agrária popular perpassa primando historicamente pela construção de novas relações humanas, sociais e de gênero, garantindo o acesso à educação em todos os níveis no meio rural, ao mesmo tempo em que tem como propósito construir formas autônomas de cooperação e organização por meio de agroflorestas, hortas comunitárias, cultivo de sementes crioulas (uma herança de sabedoria que recebemos de nossos ancestrais, guardando a riqueza natural da terra pela agricultura familiar), feiras de comercialização direta, pesquisa científica e formação técnica, englobando trabalhadores e trabalhadoras que vivem no campo, dentre minorias e povos originários historicamente excluídos e marginalizados, e na relação política com as massas urbanas.

É possível verificar nessa luta de classes representada entre as forças do poder dominante (agronegócio) e a luta pelo modelo agrícola das classes subalternas (agroecoecologia), nessas relações com a terra, como um território se apresenta em sua distribuição humana, no controle dos bens naturais, no desenvolvimento econômico, social e cultural, privilegiando (ou não) o respeito à natureza e às classes trabalhadoras camponesas. A terra acaba por ser expressão de uma sociedade ou respeitosa com a Natureza e a Mãe-Terra (Gaia) ou submetida aos desígnios da hegemonia do capital na agricultura influenciando negativamente os modos de vivência humana.

Devido ao recorte espacial do nosso objeto, o jornal independente Século Diário, é importante conhecer como se deu a colonização pelos exploradores do solo do Espírito Santo, levando em consideração nesse processo de avanço civilizatório os povos imigrantes, negros e nativos indígenas.

6.1.2 A colonização do solo Espírito Santense: o discurso etnocentrista e o extermínio do nativo

Como forma de recontar a história do Espírito Santo na contemporaneidade, sugerimos que

nosso leitor retorne ao Capítulo 2 desta dissertação para verificar pontos na descrição da produção editorial da Revista Século, relacionados à posição da publicação a favor dos povos originários e contra os agentes exploratórios do capital estrangeiro.

Como complemento, em relação ao passado histórico de colonização do Espírito Santo, escolhemos interpretar reflexivamente o artigo de Georg Fisher (Professor assistente, Instituto de Estudos Latino-Americanos, Universidade Livre de Berlim, Departamento de História da América Latina): “*Imigrantes de língua alemã e as visões do paraíso da elite capixaba (1847-1862)*”, publicado na Revista Espaço Plural, em 2008. O artigo examina os discursos da elite sobre a imigração alemã à província do Espírito Santo, mostrando a articulação íntima entre uma geografia que imaginava o interior capixaba como um futuro empório de riqueza e a política de colonização empreendida pelo Estado. Fazendo uso de fontes brasileiras e estrangeiras, o artigo considera a representação do Vale do Rio Doce enquanto uma fronteira cultural, na qual os alemães figuravam como antítese civilizada do “selvagem” índio botocudo.

De uma forma historicista, a partir do resgate descritivo do processo civilizatório que envolvia a colônia alemã no interior do Espírito Santo, e também crítica, por expor o discurso dominante de caráter etnocentrista que privilegiou a história do colonizador sobre os povos originários, como os indígenas (sejam os tupiniquins, os guaranis ou os botocudos, esses últimos citados no texto), o artigo do professor Georg Fisher começa já questionando construções sociodiscursivas da elite, tais como: quem seriam os “selvagens” e quais seriam os “espaços vazios” e a “ausência de desenvolvimento” nesse processo de avanço exploratório do solo. Nesse sentido, o autor pretende considerar o sertão do Rio Doce capixaba, relacionando-o à mão de obra de trabalho imigrante e sua disposição geográfica (FISHER, 2008).

Os antecedentes deste processo de expansão “desenvolvimentista” mostram que o Vale do Rio Doce era região estratégica (perto de centros urbanos e da costa ideal para comércio), proibida pela Coroa Portuguesa de ser adentrada por meios de comunicação, como forma de exercer seu poder sobre a colônia. Em outras palavras, o Espírito Santo praticamente servia de “barreira verde” para a economia do ouro em Minas Gerais, estado vizinho. Na decadência do ciclo do ouro (segunda metade do século XVIII), a abertura do sertão do Rio Doce Mineiro pela Coroa vem conjuntamente com uma política de extermínio e escravidão sobre os povos indígenas que já povoavam a região. Foi nessa época que, segundo o autor, fixaram o índio botocudo como “selvagem e animal”, de forma a considerá-lo “inimigo” (FISHER, 2008, p. 60).

A falta de infraestrutura e a miséria na província do Espírito Santo vieram calcadas numa fragmentação regional em seus territórios, que se desenhou conforme a distribuição do poder político durante o Império. Por um lado, sobre o fim do tráfico de escravos africanos que eram vistos como mercadoria humana: seu aumento tende a se concentrar mais no vale do Itapemirim, de acordo com o autor, localizado na periferia do vale do Paraíba fluminense (onde não haveria terras para continuar a se expandir), enquanto, na capital Vitória, sua absorção foi menor. Vale lembrar que os fazendeiros do sul do Itapemirim também não tinham interesse em encurtar as distâncias entre tais territórios e não pagavam impostos, portanto, não influenciariam decisivamente na política da província capixaba e nem tiveram, inicialmente, interesse na imigração que mais tarde substituiria a mão de obra escrava (FISHER, 2008, p. 60).

No século XIX, como o estabelecimento das colônias agrícolas alemãs vieram sem interferência desses fazendeiros por um incentivo do próprio Governo do Espírito Santo, tal expansão “desenvolvimentista” passa a se configurar prioritariamente com a promoção da colonização europeia, que se dizia aplicada com alta tecnologia visando à exportação, considerando-se “superior” aos brasileiros nativos, ou seja, aos índios que praticavam o extrativismo e a cultura de subsistência. Trata-se de uma visão afrontosa aos índios botocudos, que viviam entre os rios Doce e São Mateus, atingidos por tal expansão capitalista civilizatória europeia (que tanto poderia estar centrada em um núcleo colonizatório no interior ou perto dos centros em direção à periferia) que, em seus territórios originais consistiu em um desrespeito a cultura indígena e seus modos de vida (FISHER, 2008).

Quanto ao início da colonização alemã, a primeira colônia fundada foi Santa Isabel (onde hoje se localiza o município de Domingos Martins), próximo ao município de Viana, localizado na região metropolitana de Vitória. Com base na promessa do governo provincial do Espírito Santo, que alegava privilegiadas riquezas naturais e do solo capixabas e a localização logístico-estratégica, mas que na prática não se concretizavam, a chegada dificultosa dos colonos veio junto com as justificativas explanadas pelas autoridades: os ataques aos que eles denominam “índios selvagens” botocudos, mas que só estavam tentando proteger suas terras conforme já expomos anteriormente, e as dificuldades de adaptação (surgimento de doenças combatidas com vacinas) dos alemães- vindos de um país que registra até temperaturas negativas- ao ambiente tropical capixaba. No final da década de 1840 e a partir da experiência de Santa Isabel, o sertão passa a ser visto pelo olhar do Presidente da província como terras prósperas e atrativas (FISHER, 2008).

Tal prosperidade atraiu outros imigrantes europeus, tais como suíços, austríacos e holandeses, além dos alemães, para colonizar o interior capixaba. Além da já existente Santa Isabel, em 1856 foi criado o núcleo de Rio Novo, que se integrou mais à região de Itapemirim, porém, a “menina dos olhos” dos colonizadores continuava a ser o vale do Rio Doce por sua fertilidade, as matas virgens, os pastos nativos e a madeira de lei, sendo uma área que, a princípio, ficou fora do alcance dos colonos e do comércio. Na disputa de poder, o vice-presidente Almeida Monjardim sugeriu que os açorianos (portugueses) pudessem colonizar tal território, em contraponto aos “alemães”, como ditava a fala oficial. A ideia de criar os chamados “núcleos de radiação” também passou não só pela perspectiva do Estado, mas de particulares como Nicolao Rodrigues dos Santos França Leite (nascido no Rio de Janeiro, mas filho de português), que seria o primeiro a navegar pelo Rio Doce, e que introduziu colonos a sua colônia privada Francilvânia (FISHER, 2008).

Nessa importante parte do artigo, o autor Georg Fisher discorre sobre a narrativa do colonizador, o engenheiro escocês David Angus, que relata sobre o que, na sua visão estrangeira, seriam ataques dos índios botocudos de uma forma bem exagerada, que envolveria até assassinato e canibalismo com jesuítas e de familiar próximo de França Leite. Tais narrativas fantasiosas recheadas de acusações contra os índios botocudos e, óbvio, sem ouvir o lado da resistência dos indígenas, teriam tido impacto no discurso de barbaridade que envolve a história sobre o Rio Doce. A partir desse único ponto de vista, estabeleceu-se para o Rio Doce a dicotomia como “terra civilizada” (aquela colonizada) ou a “terra selvagem” (não colonizada). Em 1857, a província de Santa Leopoldina é fundada com otimismo pela expansão elitista, devido à facilidade de transporte e proximidade com a capital Vitória. Entretanto, acontece de forma não regulada em direção aos afluentes do Rio Doce. O solo infértil e a necessidade do comércio contribuiu para o povoamento (FISHER, 2008).

A ideia da elite era expandir dos lugares mais povoados e melhores para o mercado e para lugares sem habitantes das terras mais férteis. E a colonização em Santa Leopoldina contribui com esse desejo. Porém, relatos que o autor do artigo considera ofensivos da própria burguesia sobre a situação dos colonos, a respeito da má qualidade do solo, do trabalho forçado e do surgimento de doenças nos colonos suíços, fariam o Governo Imperial retroceder na absorção de maior número desses colonos. Em 1862, havia uma preocupação do próprio Ministro da Agricultura José Fernandes da Costa Pereira Junior com a imagem do Espírito Santo na Europa, já que tais relatos tendiam a manchar nossa reputação. O Ministro tomou algumas medidas,

como ordem de destinar as terras mais férteis para tais imigrantes, mas nunca foram levadas em consideração. Entretanto, mostraria como a estratégia discursiva de uso do Rio Doce tinha um forte viés político para o desenvolvimento da região.

Concluindo o artigo de Fisher, das páginas 65 a 66, o autor ratifica que, em relação ao Rio Doce, foram criados estrategicamente pelo discurso da elite imaginários que remetiam à fertilidade e prosperidade e riqueza. Tais narrativas únicas permearam politicamente as políticas migratórias dos anos 1840 até os anos 1860. Justificando-se numa frente civilizatória que visou interiorizar, fomentar a agricultura e transformar as paisagens, no entanto, deu-se com opiniões forjadas pela elite imbuídas de pré-conceitos/ pré-concepções étnico-raciais com os povos nativos, numa geografia do pensamento binário, que, em nossa opinião, deturpa a história sobre o próprio Espírito Santo. Tanto que, em 1870, com Estrada de Ferro Vitória/Minas, havia uma esperança, por parte da elite, dessas colônias de imigrantes se ligarem à capital Vitória para propositadamente fazer desaparecer o “irritante” índio botocudo. Tratou-se de uma frente civilizatória, em nossa opinião, forjada no ódio e na exploração da terra, sem levar em consideração a identidade e as formas de vida dos povos não invasores imigrantes, índios que, por serem os primeiros habitantes, são os principais donos naturais dessas terras.

6.2 A EDITORIA DE MEIO AMBIENTE: EXCLUSIVIDADE DO REGIONAL SÉCULO DIÁRIO

As pautas de Meio Ambiente do Século Diário (editoria escolhida para análise) vão ao encontro, inclusive, da defesa de bandeiras relacionadas aos Direitos Humanos (não como instrumento de poder econômico, mas desconstruído de forma multicultural, como alternativa contra-hegemônica) que Boaventura de Sousa Santos, em *Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento* (2013), já ressaltava necessárias por meio de um exame crítico da democracia em relação à inclusão de grupos minoritários, à tensão entre o direito ao desenvolvimento e os direitos ambientais e em especial o direito à saúde, e do desenvolvimento pautado pela hegemonia da dimensão econômica na América Latina (SOUSA JUNIOR, 2013).

Presentes em muitos países latino-americanos, colonizados por europeus, os conflitos associados às monoculturas, no Brasil, assumem forma nos impactos negativos das dimensões

principais que abrangem o agronegócio. Para Santos (2013), o agronegócio influi na degradação dos ecossistemas afetando os povos que dependem de sua vitalidade como as comunidades tradicionais de quilombolas e de agricultores dedicados à agroecologia, além dos indígenas, como potencializa a contaminação por agrotóxicos dessas populações expostas, principalmente os trabalhadores das áreas pulverizadas, gerando adoecimento. Outras duas dimensões do agronegócio incluem a grilagem (falsificação de documentos para posse de terras de maneira ilegal) de terras dos povos tradicionais e das áreas para reforma agrária, e principalmente, a violência utilizada contra lideranças do campo habitantes dessas terras cobiçadas e que lutam por seus direitos e seus modos de vida (SANTOS, 2013).

Em 2019, uma matéria jornalística da repórter Fernanda Couzemenco trouxe em tom de retrospectiva doze temas escolhidos por ambientalistas, sintetizando algumas demandas socioculturais e retratados pelo Jornal Século Diário com tom crítico no ano anterior, 2018. Dentre elas, a luta pelos direitos das comunidades tradicionais, tais como os quilombolas, indígenas, camponeses, pescadores tradicionais e marisqueiros; contra o “pó preto” emitido por poluidoras do Complexo de Tubarão, Vale e ArcelorMittal, na Grande Vitória; contra a desertificação causada pelas papeleiras Aracruz Celulose (Fibria) e Suzano, com o plantio de eucalipto; pela inclusão da agroecologia nas políticas públicas, pela reforma agrária e educação no campo, dentre outras pautas.

Nas palavras da editora, Manaira Medeiros (2019), a editoria de Meio Ambiente sempre foi carro-chefe do jornal Século Diário, cujas rotinas de trabalho envolvem leituras obrigatórias dos jornais locais e alguns nacionais, TV Assembleia, acompanhamento dos sites de órgãos públicos, incluindo Justiça. Na configuração anterior do jornal (antes da crise exposta anteriormente no Capítulo 5), com a equipe maior, a editoria conseguia se programar para especiais na área ambiental. Nessa época, a editora também sempre cobria férias do repórter da editoria – a própria Fernanda Couzemenco, que também começou na Revista Século. Após a crise de 2017, com a equipe mais “enxuta”, há dificuldade de fazer especiais. Atualmente, as matérias não apresentam horário regular, entrando a qualquer tempo. Nesse sentido, a rotina de produção da editoria de Meio Ambiente é a mesma do restante do jornal, com cada jornalista produzindo em média duas matérias diárias.

Manaira Medeiros (2019) conta que, como sempre foi uma área prioritária para Século Diário, por anos dois repórteres cobriam a editoria de Meio Ambiente. Inicialmente, Ubervalter

Coimbra, precursor da editoria; após, Ubervalter Coimbra e a própria Manaíra Medeiros. Depois, entram as jornalistas Flávia Bernardes, Any Cometti e a própria Fernanda Couzemenco. O acúmulo de funções junto à editoria de Meio Ambiente veio quando Manaíra Medeiros (2019) passa a também editar o *Século Diário*. Contudo, a editora relata que, depois, com as dificuldades de mão-de-obra, sentiu a necessidade de “formar” outros jornalistas para a editoria, sendo responsável por ensinar, editar e acompanhar o trabalho dos colegas:

Eu aprendi muito com Stenka sobre texto e fui sua aprendiz em *copy*. Era sua substituta na edição, inicialmente, e depois assumi seu lugar junto com outro editor, que chegou no jornal mais tarde. A equipe passada praticamente inteira teve os três como professor, Rogério, Stenka e José Maria. A presença de Ubervalter Coimbra também foi muito enriquecedora para todos nós. A equipe nova, a não ser a Fernanda Couzemenco, passou a viver o jornal desde 2018. Precisei passar minha experiência para que o jornal mantivesse sua linha e preservasse sua memória. Não foi tão fácil, porque tinha um jornal que andava sozinho. Mas é uma equipe comprometida e que acredita no jornalismo independente. Com o tempo, as coisas foram se encaixando. Nunca pensamos exatamente em um perfil, até porque é uma editoria, dentro da visão de *Século*, que inevitavelmente o jornalista terá que ser “formado”. Inicialmente, afinidade com a área. Mas para ser bom, o jornalista de Meio Ambiente precisa, acima de tudo, ter visão crítica e desconfiar sempre das boas intenções do grande empresariado. Caso contrário, fica fácil ser envolvido pelos discursos atraentes e hegemônicos de geração de empregos e desenvolvimento econômico, que dominam as propagandas e a grande imprensa. *Século Diário* tem como lema dar voz às minorias, às comunidades impactadas, aos povos tradicionais (MEDEIROS, 2019).

Ainda sobre o perfil do jornalista de Meio Ambiente, Medeiros (2019) afirma que Fernanda Couzemenco, que é repórter responsável pela editoria há alguns anos, sob sua orientação inicialmente, hoje não mais necessária reservando-se à troca de ideias e opiniões entre a repórter e a editora. Justificando essa confiança, Medeiros (2019) ressalta que a repórter tem muita experiência com a área, escrevia para a Revista *Século*, o que equivale há mais de 20 anos na empresa, entre revista e jornal *online*, além de ter trabalhado no projeto Tamar, que atua na preservação das tartarugas marinhas ameaçadas de extinção no Espírito Santo. Em 2018, o repórter Vitor Taveira entra no jornal e acaba por assumir algumas matérias da editoria. Para Manaíra (2019), algo que ocorre naturalmente, já que o repórter atua em movimentos sociais da área e tem muita vivência com os temas e comunidades acompanhadas por *Século Diário*.

Quanto às demandas, Manaíra Medeiros (2019) relata alguns temas que o *Século Diário* acompanha continuamente, como os grandes projetos poluidores, poluição do ar, monoculturas, índios, quilombolas, MST, Movimentos dos Pequenos agricultores(MPA), portos e, nos últimos anos, o rompimento de barragens de responsabilidade da Samarco/Vale-BHP e seus impactos ambientais. As fontes são, geralmente, entidades da sociedade civil, sem terras, pequenos

produtores rurais atingidos tendo suas vozes amplificadas por *Século Diário*. Em *Meio Ambiente*, o *Século Diário* conta, inclusive, com cobertura exclusiva dos desdobramentos do que o Jornal denomina “crime da Samarco/Vale-BHP no Espírito Santo e Minas Gerais”, sobre o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana (MG), em 2015, competência da Samarco Sociedade Anônima, mas cuja responsabilidade operacional recai sobre a Vale (WANDERLEY et al., 2016), antiga estatal privatizada pelo ex-Presidente FHC, nos anos 1990 e que, hoje, está entregue ao capital estrangeiro. No final de julho de 2020, a Corte britânica conclui, segundo o *Século Diário*, a audiência de jurisdição que norteia a decisão de aceitar ou não fazer o julgamento da BHP-Bilton pelo crime que devastou o Rio Doce, já que a controladora da Samarco junto com a Vale é uma petrolífera e mineradora anglo-australiana. Trata-se, para a repórter Fernanda Couzemenco, da viabilidade do julgamento “do maior crime ambiental da história da mineração mundial ser feito no país de origem de uma das responsáveis”(COUZEMENCO, 2020).

Figura 17- Destaques Editoria Meio Ambiente 01.08.2020



Fonte: SÉCULO DIÁRIO (reprodução)

Na reportagem de Couzemenco (2020) (*figura 17*), o advogado integrante da coordenação da ação no ES acredita confiante do julgamento também ocorrer no país originário dos réus e não só no território onde o fato tenha ocorrido, em solo brasileiro, visto que, conforme relata o

advogado na reportagem, há ainda o importante argumento da ineficácia da Fundação Renova (instituição responsável pela condução dos programas de reparação, restauração e recuperação socioeconômica e socioambiental nas áreas impactadas e criada pela Vale/ Samarco/ BHP por meio de Termo de ajustamento de conduta com os governos do Espírito Santo e Minas Gerais), que apresenta um sistema burocrático e excludente no que tange também à participação dos atingidos na construção do programa à reparação ao meio ambiente. De acordo com a matéria jornalística, a solicitação, feita em novembro de 2018, defende, só entre os capixabas, cerca de 40 mil pessoas físicas, três prefeituras, uma aldeia indígena, mais de 100 empresas e companhias de água.

No início de agosto de 2020, justamente a fundação Renova é convocada, conforme em matéria do *Século Diário*, pela CPI da Sonegação da Assembleia legislativa do Espírito Santo, principalmente pela falta de pagamento continuado a pescadores e ribeirinhos afetados. De acordo com o *Século Diário*, também foi responsabilidade da Vale S.A, no início de 2019, o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), que deixou mais de 150 mortos, cerca de 300 desaparecidos e 138 famílias desabrigadas (VALENTE, 2019), assim como o Rio Doce, que “está oficialmente morto” (GALILEU, 2015), no Espírito Santo, com evidente risco de contaminação por metais pesados em todo o ecossistema que permeia o Rio Paraopeba e as comunidades ribeirinhas (WELLE, 2019).

Nós acompanhamos o crime de Mariana desde o início, inclusive indo às cidades atingidas no Estado, antes mesmo da lama chegar, para retratar esses tristes momentos. Eu fiz essa primeira cobertura, resultado de um diálogo na própria redação, entre a equipe e o Rogério. Não tinha como não cobrir isso. Com poucos recursos, articulamos hospedagem e fomos. Dali pra frente, o assunto virou mais uma bandeira prioritária de *Século Diário*. A cobertura ocorre de acordo com a demanda, desdobramentos e fatos novos. O que é extremamente importante, porque enquanto as empresas gastam muito dinheiro para vender uma imagem falsa de sua responsabilidade socioambiental, há muitas famílias completamente desassistidas, doentes e passando fome. A omissão da mídia faz o jogo das empresas, contribuindo que o caso, mesmo com tamanha gravidade, caia no esquecimento. O crime de Brumadinho não tem o mesmo destaque, para nós, do caso de Mariana, pois defendemos mesmo a marca da regionalização. Os efeitos em Brumadinho ficaram em Minas Gerais. Nós o divulgamos como uma extensão do primeiro crime, uma tragédia anunciada, resultado de uma atuação irresponsável e criminosa da Vale, há décadas. Mas não é acompanhado por *Século* constantemente, como Mariana. Enquanto restar um ou vários atingidos desrespeitados em seus direitos, a missão de *Século Diário* não pode acabar (MEDEIROS, 2019).

Para Manaíra Medeiros (2019), nesses casos que exigem estrutura no sentido de facilidade de deslocamento da equipe, o jornal *Século Diário* sabe de suas limitações e gostaria de ter

condições para fazer muito mais, principalmente no interior do Espírito Santo. Mas a editora considera um problema de difícil resolução no jornalismo independente, pois exige muitos investimentos. Ela explica que, dentro da redação, os repórteres da área específica de meio ambiente são os responsáveis por pensar as pautas e, como já cobrem os mesmos temas há algum tempo, mantêm contato constante também com suas fontes. Ou seja, os jornalistas têm liberdade para buscar suas pautas e apresentar a produção diária. O *Século Diário* não exige exclusividade do trabalhador jornalista. A única condição ressaltada pela editora Manaíra Medeiros (2019) é não trabalhar em locais/pautas antagônicas às bandeiras do jornal.

O *Século Diário* também faz diariamente rondas em sites importantes, sempre na perspectiva de regionalizar situações nacionais, já que *Século* é um jornal de proximidade, com pautas essencialmente ligadas à realidade capixaba, a fim de atingir o público leitor do estado, principalmente. Os horários variam, de acordo com a demanda. Quanto aos filtros editoriais (controle de produção), os repórteres costumam dizer a Manaíra Medeiros (2019) o que estão produzindo no dia, numa relação que a editora considera leve, mas de comprometimento. As matérias tanto são apuradas por telefone quanto pessoalmente, como o Jornal também faz suítes³².

Pelo fato de o *Século Diário* ser um jornal baseado na questão da interpretação, é no momento da troca de ideias nas reuniões de pauta que, muitas vezes, nasce a matéria jornalística. Geralmente as reuniões não são formais e sim espontâneas, aonde todos vão chegando aos poucos pela manhã e se juntam no centro da mesa para discussão. Entre o jornalista em pé, que sai para apuração *in loco* para entrevistar as fontes face a face, e o jornalista sentado, localizado a maior parte do tempo dentro da redação apurando via telefone/ internet (FÍGARO, 2014), a editora Manaíra Medeiros enfatiza que, apesar de ser um desejo de todos da equipe do jornal *Século Diário* de ser “jornalista em pé”, a equipe reduzida e a falta de estrutura, no sentido de

³² A ideia de estudar o *Século* como sujeito emissor nasceu após nossa elaboração do artigo: “Estudo da aplicação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2001) pelo Governo do Estado do Espírito Santo: uma análise com foco na comunicação jornalística do *Século Diário*”, apresentado ao Instituto Federal do Estado do Espírito Santo (IFES), em 2018, e publicado na Revista Comunicologia (2019). Um Estudo de Caso sintético (recorte de cinco matérias de 2016 a 2017), com foco no conteúdo, a respeito do desdobramento do pedido de abertura pela sociedade civil de dados sobre isenções fiscais concedidas pelo Governo capixaba, acompanhado durante 1 ano pelo repórter de Justiça do *Século Diário*, Nerter Samora. Naquela oportunidade de pesquisa, a partir da verificação deste acompanhamento sistemático aprofundado nos desdobramentos (suítes), percebemos surpresas que praticamente não havia estudos científicos sobre o *Século Diário*.

não ter deslocamento tão facilitado, acaba por prejudicar essa apuração *in loco*. “No passado, com a equipe um pouco maior, era possível organizar as saídas melhor, um cobrindo o buraco do outro, para garantir a edição diária. Hoje, tem sido mais difícil” (MEDEIROS, 2019).

Quanto à editoria de meio ambiente, a editora Manaíra Medeiros explica que, apesar de não haver prazo definido para entrega de matérias, já que as atualizações ocorrem a todo tempo, há uma preocupação de enviar o quanto antes, dentro do horário comercial, já que o Século Diário possui muitos leitores de órgãos públicos. Finalizada a matéria, o repórter a salva no sistema do jornal. Medeiros (2019) faz o *copy*³³ e publica a matéria.

Buscamos entender o Século Diário, conforme se autointitula *via slogan*, com “foco na interpretação dos fatos, como leitura obrigatória para quem quer ‘desvendar’ os segredos do Espírito Santo”, o qual, de acordo com Manaíra Medeiros, foi criado, na primeira modernização do *layout* do jornal diretamente relacionado a sua postura editorial. “Na verdade, ele apenas tornou marca o que sempre norteou a atividade jornalística do Século Diário, de ser fiel aos fatos, independentemente de quem esteja envolvido nele. Essa máxima só é possível se você defende um jornalismo independente” (MEDEIROS, 2019).

Ao nos depararmos com esse caminho interpretativo no que refere-se sinteticamente à postura editorial ligada à editoria de Meio Ambiente, além das rotinas na editoria, já resumidas, inicialmente a tentativa era entender a notícia de caráter independente em um trabalho de coleta na editoria de Meio Ambiente do Século Diário, no final de 2019. Expomos aqui esse percurso refletido concomitantemente com base também nos posicionamentos da nossa entrevistada, Manaíra Medeiros.

³³Forma reduzida de copidesque: redação final, melhorada, de uma matéria jornalística ou de qualquer texto escrito (BARBOSA; RABAÇA, 2014). Na estrutura hierárquica de uma redação jornalística, trata-se de um trabalho editorial de revisão de texto do ponto de vista ortográfico, gramatical e da adequação às normas editoriais pertencente ao setor de edição. Função sacramentada nas redações analógicas do jornalismo impresso do passado, há uma tendência à extinção do copidesque (o profissional; não a função) nas grandes redações pós-industriais por conta da adaptação do jornalista multitarefa à dinâmica de produção no suporte digital. No caso do jornal independente Século Diário, de pequena escala e objeto de censura, a sua editora explica: “Liberdade para escrever, não para postar. Eu edito todo o conteúdo que entra no ar. A figura do editor é essencial para saber tudo que está no ar e avaliar as questões inclusive juridicamente” (MEDEIROS, 2019).

6.2.1 A visibilidade do Século Diário contra o silenciamento da mídia dominante regional

No cenário de disputa sociodiscursiva jornalística capixaba, conforme já dito, das 13 editorias do jornal *Século Diário*, quatro (Cultura, Sindicato, Meio Ambiente e Direitos) são exclusivas do *Século* como jornalismo dito independente e produzido pelo viés interpretativo dos fatos. Em contrapartida, os jornais *online* da mídia hegemônica, como no caso de *A Gazeta*, por exemplo, retratam temas relacionados ao meio ambiente na coluna denominada pelo jornal tradicional de “Agronegócio”³⁴, demonstrando o lugar de enunciação dominante do veículo. Na imagem (*figura 18, página seguinte*) são observadas matérias de *A Gazeta* dando visibilidade à instalação de indústria de fertilizantes e também sugerindo “a força do campo” na pandemia relacionando-a ao aumento de participação do agronegócio, ligado a exploradora indústria capitalista, na economia capixaba.

³⁴ Ana Manuela Chã, na obra *Agronegócio e indústria cultural – estratégias das empresas para a construção da hegemonia*, investiga, sobre as aproximações do modelo de produção do agronegócio e o desenvolvimento da indústria cultural no Brasil, na década de 1960, ambos como parte do ciclo de modernização conservadora burguesa instituinte da atual configuração do bloco histórico hegemônico, ou seja, como aspectos distintos, mas partes do mesmo modo de produção capitalista. A partir da conexão da questão agrária e o debate sobre comunicação, cultura, arte, ideologia e hegemonia, a autora aborda as formas de atuação das empresas no campo da comunicação e cultura articulada com as suas políticas culturais, relacionando-as à capilaridade dessas empresas, que dimensionam a territorialização do agronegócio. A obra desvela a complexidade e eficácia da forma-mercadoria em operação. Nesse esquema, Cultura e Arte não são meros ornamentos ou acessórios, desempenhando papel estratégico no modo de produção que mercantiliza os alimentos e a vida, seja ao nível da construção de um imaginário coletivo favorável e apoiador do projeto do agronegócio, seja como mecanismo de naturalização das relações de dominação, integração ao consumo ou abrandamento das lutas sociais. Em outras palavras, o agronegócio está para a indústria cultural como a Reforma Agrária para a agroecologia (CHÃ, 2018). Ana Chã é Membro do Coletivo de Cultura do MST e Mestre em Desenvolvimento Territorial em América Latina e Caribe.

Figura 18 - Editoria Agronegócio A Gazeta- Edição 01/08/2020



Fonte: A GAZETA (reprodução)

Sobre o apagamento intencional das vozes e das pautas dos oprimidos para maximizar a ideologia hegemônica determinada no discurso da mídia dominante, o professor Venício de Lima explica que os conglomerados tradicionais de comunicação lançam mão do silêncio, deliberadamente omitindo, sonhando e excluindo temas de interesse público, o que Lima (2011) denomina censura disfarçada. Negar à parte da população a liberdade fundamental em se expressar por meio da imprensa, nesse caso, vem imbuído na retórica da imparcialidade, a qual o jornalismo independente do Século Diário rechaça ao determinar publicamente sua posição em favor da agroecologia e dos povos originários e da terra, e contra o agronegócio pelo viés jornalístico-interpretativo, nas palavras da editora de Meio Ambiente, Manaíra Medeiros:

Acho que ela [Meio Ambiente] é mal retratada, pois oferece análises superficiais e comprometidas. As pautas ambientais da mídia tradicional são previsíveis, como, por exemplo, poluição do ar em época no verão, ou algum acontecimento em que “entram” somente por pressão popular. Não há um acompanhamento sistemático e profundo. As minorias não têm o devido espaço. Para rebater o que elas falam, há outros tantos entrevistados. Vira uma guerra declaratória. Os jornais tentam vender uma tese de que são imparciais, não têm lado, mas não só têm como fazem isso de maneira obscura. A criminalização é tão forte e crescente nos tempos atuais que nós sofremos bombardeio nas redes sociais por falar de demandas dos índios, MST, e etc. Diante de um cenário desse, não se pode paralisar. É preciso reagir e falar mais ainda (MEDEIROS, 2019).

Para (NONATO; BULLA; FÍGARO, 2016, p.6) “tratar de um tema implica abrir mão de outro” no jornalismo, cujo silenciamento velado provém da própria forma de seleção e hierarquização dos fatos cujo exercício mobiliza valores ideológicos determinados por interesses culturais, econômicos e políticos naturalizados na prática produtiva. Nesse caso, a escolha da grande mídia corporativa por “emudecer” vozes periféricas também molda a construção de uma realidade fabricada sob o olhar da ideologia [aqui, dominante], uma das forças constituintes no processo de *gatekeeping* (SHOEMAKER; VOS, 2011).

No jornal *Século Diário*, ao pensar sobre as editorias de Cultura, Meio Ambiente, Sindicato e Direitos (exclusivas), que visibilizam as culturas populares, a luta dos trabalhadores e pelos direitos sociais, humanos e fundamentais, por exemplo, sabe-se, a princípio, o que o jornal fala (temas) ao seu público leitor-internauta (agendamento), mas, por si só, não esclarece como se fala (angulação) sobre tais temáticas no texto midiático.

6.2.2 Representação: o estudo sobre o Meio Ambiente no Jornalismo independente

Como pesquisa qualitativa construída com base em Gramsci, numa dialética que considera a produção jornalística dentro do contexto social de contradições, lançamos mão do enquadramento noticioso (*framing analysis*) como metodologia para tentar compreender as representações como prática de construção de sentido (HALL, 2016) dos movimentos sociais no jornal dito independente *Século Diário*, mas numa perspectiva sociocultural e política, ligada aos Estudos Culturais, que têm autores como o jamaicano, Stuart Hall.

Aqui, tratamos da produção jornalística com narrativas que prestigiem a luta das classes subalternas e uma cultura “popular” em contraposição à cultura do bloco de poder (HALL, 2003), e dentro do paradigma marxista metodológico proposto por Lopes, que afirma que, na perspectiva gramsciana, “o popular deve ser estudado como posição relacional e não como algo isolado em si mesmo” (LOPES, 2001, p.65). Nessa conexão classe-cultura, as culturas subalternas não são deduzidas da cultura hegemônica, mas apresentam capacidade de resistência, adaptação e modificação nas relações com o dominante. Deve-se ir em direção a uma discussão de base gramsciana, de filosofia da práxis, já que, segundo Lopes (2001), Gramsci problematiza a cultura popular embutida na teorização da ideologia e, mais amplamente, na de hegemonia, inclusive de uma coexistência não harmoniosa, mas nem sempre conflitiva entre ambas. Para Douglas Kellner, é preciso saber ler cultura da mídia:

Ler cultura da mídia politicamente significa situá-la em sua conjuntura histórica e analisar o modo como seus códigos genéricos, a posição dos observadores, suas imagens dominantes, seus discursos e elementos estético-formais incorporam certas posições políticas e ideológicas e produzem efeitos políticos. As produções reproduzem as lutas sociais existentes em suas imagens, seus espetáculos e sua narrativa. O processo de “transcodificação” descreve como os discursos sociais são traduzidos em textos da mídia. Há uma luta entre representações que reproduzem as lutas sociais existentes e transcodificam os discursos políticos da época (KELLNER, 2001, p.76).

Representação é, para Stuart Hall, “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (HALL, 2016, p. 32). Como processo-chave do circuito cultural, envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. Em *Cultura e Representação* (2016), Stuart Hall lança mão da abordagem teórica construtivista (da linguística de Saussure até a formação discursiva de Foucault) para situar a representação como prática de construção de sentido. “O sentido depende não da qualidade material do signo, mas de sua função simbólica” (HALL, 2016, p. 49).

Produzir sentido, para Hall, depende da interpretação que sustentamos com o uso do código (codificando) e pela pessoa que está do outro lado que interpreta (decodifica) o sentido. Nesse caminho, há o aspecto do “outro”, da “alteridade”, da “diferença”, que podemos analisar em temas sobre a cultura popular contemporânea, como a imigração em reportagens jornalísticas, na publicidade que utiliza modelos negros, nos ataques raciais ou crimes urbanos e nas revistas que tratam de conceitos de “raça” e etnicidade, nos quais Hall (2016) joga luz por meio das teorias sobre a prática representacional conhecidas como estereotipagem.

Por que a alteridade é um objeto de representação tão atraente? O que a marcação da diferença racial nos diz sobre a representação como prática? Por meio de quais práticas representacionais a diferença racial, étnica e a “alteridade” ganham significado? Que “formas discursivas”, repertoriais ou regimes de representação são utilizados pela mídia quando representa a “diferença”? Por que uma dimensão dela, por exemplo, “raça”, é atravessada por outras perspectivas, tais como sexualidade, gênero e classe? Como a representação da “diferença” se relaciona com as questões de poder? (HALL, 2016, p. 152).

Em contrapartida, Hall (2016) considera diferentes estratégias que intervêm no campo da representação, tais como contestar “imagens negativas” e direcionar as práticas representacionais para um caminho mais “positivo”. Pensemos que, aqui, encontra-se a prática discursiva dita independente na produção de significados. Vale lembrar aquilo que Douglas Kellner (considerado da terceira Geração da Escola de Frankfurt) chama posteriormente de

estudos culturais críticos e que apresenta características que, segundo Filho e Schneider (2016), já apareciam em *Notas sobre a desconstrução do “popular”* (2003), de Stuart Hall, jamaicano e um dos principais nomes da Escola Birmingham dos Estudos Culturais, na Inglaterra. Sobre os estudos culturais britânicos, Kellner enfatiza:

[...] seus estudos de ideologia, dominação e resistência, e política cultural orientaram os estudos culturais para a análise das produções, práticas e instituições culturais dentro das redes existentes de poder, mostrando como a cultura ofereceria ao mesmo tempo forças de dominação e recursos para a resistência e a luta (KELLNER, 2001, p. 55).

O processo dialético da cultura popular, em relação contínua com a cultura dominante, é destacado, por Hall (2003), como ponto a ser considerado nos estudos e compreendido nos processos históricos não como “culturas inteiramente isoladas ou paradigmaticamente fixadas”, mas como um processo dinâmico de reorganização e recriação permanente (HALL, 2003). Em contraponto à crítica de visão de cultura popular e tradição como algo que precisa ser preservado e mantido estático, Hall (2003) instiga a percepção de que “a cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada”.

Passando para a ferramenta de análise, para Entman (1993), o *frame* engloba desde o diagnóstico do problema com apontamento de causas, fazendo julgamentos morais, até a sugestão de soluções, prevendo possíveis efeitos. Para o autor, nem sempre todas características estão presentes no texto, mas não se pode falar em enquadramento sem verificar, por exemplo, as noções de saliência e seleção.

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e os tornar mais salientes em um texto, promovendo uma definição de problema em específico, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1993, p.52. Tradução nossa).

No caso do jornal digital *Século Diário*, pelo viés interpretativo, já se percebe o enquadramento temático pela abordagem contextualizada, relacionando antecedentes, avaliando implicações e consequências (ROTHBERG, 2010). Em outras palavras, o enquadramento nos permitiria entender sobre o papel do *Século Diário*, como independente, na construção das representações públicas (SOARES, 2009), a partir de sua interpretação de mundo que se vislumbra através da retórica jornalística.

Operacionalmente, pela análise de conteúdo como ferramenta de coleta, conforme sugere

Bonone (2016), em *Construção de método para pesquisas de Frame Analysis*, publicado em Estudos em Jornalismo e Mídia (2016), buscamos verificar a editoria de Meio Ambiente, mais especificamente a série de reportagens “Nem um poço a mais”, campanha lançada em 2015 no Espírito Santo para propor ações frente aos crescentes impactos da expansão petroleira sobre territórios terrestres e marinhos, reunindo organizações e movimentos sociais populares e povos tradicionais, como comunidades quilombolas e pescadores artesanais, comunidades capixabas impactadas na defesa de seus territórios ameaçados pela invasão de dutos, poços, portos e estaleiros da chamada indústria do petróleo. Partiremos para a análise.

6.2.3 Nem um poço a mais: a luta contra a indústria petroleira no ES

Quanto ao *corpus* de análise da nossa pesquisa, até o fechamento daquela coleta³⁵, a série contava com quatro reportagens publicadas e verificadas no site do Século Diário entre 28 de outubro e 02 de novembro de 2019 (*figuras 19, 20, 21, 22, páginas seguintes*).

³⁵ Parte desta análise foi apresentada ao V Seminário de Comunicação e Territorialidades: Comunicação e Direitos Humanos, do Centro de Artes, UFES, realizado entre 25 e 26 de novembro de 2019.

Figura 19- Reportagem “Nem um poço a Mais” Sécúlo Diário (1)

Dólar Comercial: R\$ 5,31 • Euro: R\$ 6,00
Terça, 04 Agosto 2020
Contato Anuncie

Menu
SÉCULO DIÁRIO
f i t y w q

Coronavírus Política Socioeconômicas Justiça Educação Segurança Meio Ambiente Saúde Cidades Direitos Economia Cultura ColunaAnuncie

Leia Também:

“Pra que serve o Conselho Estadual de Meio Ambiente?”

‘Renova, Vale e Samarco devem satisfação à sociedade capixaba’, critica Enivaldo

‘Renova age de má-fé contra os pescadores’, denunciam lideranças

‘A minha família ficou pobre. Eu queria que a Justiça nos socorresse’

Fotos: Leonardo Sá

No calor da mobilização iniciada no norte do Estado em função da iminência de chegada do óleo que já contaminou dois mil quilômetros de praias no norte e nordeste do país, Sécúlo Diário traz à tona relatos ainda não publicados de mulheres que tiveram suas vidas e de suas famílias devastadas pela exploração do petróleo na foz do Rio Doce, bem como a fúnebre expectativa de chegada das petroleiras no sul capixaba, onde os mesmos velhos erros históricos dessa indústria predatória e excludente podem ser cometidos.

A série de reportagens leva o nome da campanha **Nem Um Poço a Mais**, iniciada no Espírito Santo e empenhada hoje por dezenas de entidades que representam comunidades e profissões diretamente afetadas pela indústria do petróleo no litoral brasileiro, além da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

Nesse primeiro capítulo, contamos histórias colhidas em Regência, vila pesqueira situada na foz do Rio Doce, em Linhares, narradas por Kátia Alice Alvarenga e D. Darília da Vitória Siqueira.

Para além de todos os impactos sociais, ambientais e econômicos advindos da instalação da Petrobras na região, na década de 1970, que são vividos por todos os moradores, Kátia, especialmente, sofreu de forma ainda mais incisiva esses danos, pois o sítio de sua família foi desfigurado pela perfuração em busca de petróleo, atualmente desativados. A seguir trechos de seu triste relato, transcritos na íntegra, preservando sua fala direta e simples, carregada de dor e esperança.

SÉCULO DIÁRIO NA COVID-19: SAIBA COMO AJUDAR QUEM MAIS PRECISA

SAIBA MAIS

Mais Lidas Hoje

PDT
Política
MP Eleitoral dá parecer pela perda de mandato do deputado Marcelo Santos

Marcelo desligou-se do PDT e mudou para o Podemos, alegando falta de apoio à candidatura em Cariacica

Sindicato
Sindicato moverá ação judicial para reverter demissões na Ricardo Eletro

Eleições 2020
Eleição deste ano em Presidente Kennedy terá caráter plebiscitário

Socioeconômicas
Vitrine 'democrática'

SÉCULO DIÁRIO NA COVID-19: SAIBA COMO AJUDAR QUEM MAIS PRECISA

SAIBA MAIS

Felicidade

“Quando Petrobras chegou eu tinha onze anos. Com onze anos, a minha família era feliz mesmo. Nós vivia da agricultura familiar: nós plantava abacaxi, nós plantava abóbora, nós plantava melancia, nós plantava aipim, minha mãe tinha horta, colhia temperos, colhia quiabo, colhia jiló, batata-doce, colhia as coisas”.

“Ninguém sabia o que era”

“Primeiro chegou a Chevron que veio pra fazer pesquisas. O prefeito de Linhares chamava Samuel Batista Cruz, tio de Zé Carlos Elias hoje. O prefeito fez reunião com os pais da gente na época. Falavam que a Chevron tava chegando e que ia melhorar tudo pra nós aqui. Aquele que não tinha emprego ia ter emprego. Quem não era capacitado ia ser capacitado pra trabalhar na empresa. A Chevron chegou, fez reunião com o prefeito, todo mundo concordou, ninguém sabia o que que era”.

“Aí começaram a estourar as bombas...”

Minha mãe pegava o barco de manhã cedo e saía pra pescar. Quando era umas dez e meia, minha mãe chegava com o peixe, ela limpava, fazia o almoço e dava o almoço pra gente. (...) E eu lembro que minha mãe chorava, que estourou as bombas, matou peixe, peixe, peixe ... os peixes que minha mãe pegava pra nós comer, veio a mortandade. Hoje não acha a cumbaca aqui, e jundiá. Jundiá e cumbaca desapareceu e a cará. Era os peixes que nossos pais criou nós com esses peixe. Essas três. A cará, jundiá e cumbaca, foi a Chevron que matou. Morria e os urubus comia comia comia, que morria morria morria, aqueles peixe morto, minha mãe chorava, chorava, chorava ... É o primeiro impacto que o rio Preto [afluente do Rio Doce] sofre da Petrobras”.

“Hoje nós temos ainda a traíra no meio do petróleo, o murobá, piaú, a curmatã. Mas o que que acontece, se você pegar uma curmatã hoje dentro do rio Preto, você pegar uma traíra, a traíra pode tá bonita ... mas tem gosto de petróleo a carne da traíra. Não tem mais como se consumir o peixe do rio Preto. Isso antes da Samarco chegar [a lama de rejeitos que veio da barragem de Fundão, em Mariana/MG]. Você cava um poço pra tomar água, o poço tem a nata do petróleo. O gosto do gás tá na nossa água”.

Tentativas de estupro

“Quando começou os peão a andar de firma, esse foi primeiro impacto que nós sofremos. Eu tive duas irmãs, correram em cima dela. Minhas irmãs indo levar café pro meu pai na roça. Aí um peão da própria empresa correu em cima da minha irmã e correu, correu ... uma chegou em casa com a roupa toda rasgada, a outra entrou dentro de uma moita de espinho, que meu pai teve que buscar ela dentro da moita de espinho. Ela ficou tão traumatizada, que ela não saiu de dentro da moita, que ela pensava que ela ia sair de dentro do espinho e o cara ia pegar ela. Quando meu pai chegou pra tirar ela dentro da toça de espinho, pela volta da toça tava toda cheia de rastro, que o camarada procurando ela, aonde ela tinha entrado, mas não achou. Ela ficou no pezinho do espinho, pai teve que cortar de facão pra tirar ela. Isso foi uma das primeiras coisas que aconteceu”.

Meu pai veio ter uma tristeza muito grande. Meu pai quando aconteceu isso, meu pai procurou o chefe da empresa e falou que as filhas dele tinha liberdade de ir pra escola, tinha liberdade de levar café na roça, e ele tava vendo que a liberdade dos filhos dele tinha acabado e ele falou: como que ele ia mandar as filhas dele pra escola? Não tem como. Meu pai tirou nós da escola. Por causa das carrera que as minhas irmãs levou, meu pai tira todo mundo da escola. Só deixou os meninos homens, mas acabou tirando os menino homem quando viu que eles tavam correndo risco de estupro também. Acabou ficando todo mundo sem poder vir pra escola.

Contaminação

“O nosso solo daqui está totalmente contaminado de petróleo. Você pode furar em qualquer lugar aí pra ver a nata que dá. Isso tudo depois que a Petrobras chegou aqui”.

“Abriram uma cratera bem grande, enterrou os sacos, as luva, os produto que era usado, tá tudo debaixo dessa propriedade. Se vocês pensar no veneno que tem debaixo dessa propriedade vocês não tem noção”.

“E a riqueza não aparecia”

“Só no terreno do meu pai são 38 furos. Tem um lugar que foi refinaria que ainda hoje eles carregam o gás que sai nas carreta pra estudo. E debaixo do chão não paga a minha família. Com a morte da minha mãe. Morreu primeiro meu pai, minha mãe ficou debatendo com eles, minha mãe recebia sete mil por todos os poço, tudo que tinha. São quinze irmãos. Dividiu esse dinheiro dá quatrocentos e pouco por mês, é uma bolsa-família. É doído você não poder trabalhar no que é seu”.

“E a riqueza não aparecia. Nunca aparecia a riqueza, nunca aparecia proposta dos filhos poder estudar aquilo que eles tinha prometido que ia chegar”.

“A minha família ficou pobre. Eu queria que a Justiça nos socorresse. Nós nascemos nessa propriedade, se criemo nessa propriedade, tirou nosso direito de estudar porque as minhas irmãs chegaram a peão da empresa correr, quase tive irmã estuprada, não tive porque meu pai tirou da escola.

Não tinha liberdade pra levar um café na roça, nós apanhava, mãe batia tanto em nós por causa dos peão da Petrobras! Em vez de mãe reclamar com os peão, mãe já tinha tanto trauma que mãe batia em nós por causa dos peão. Nós passemos a apanhar muito por causa dos peão da empresa. Acabou nossa liberdade. Os filho que não apanhava passou a apanhar, porque minha mãe tinha medo de ser estuprada as meninas, mãe com nove filha mulher dentro de casa e seis filho homem, era 15 o total dentro de casa.

Nós que juntava melancia na roça com meu pai, juntava abóbora, juntava abacaxi, paramo de ir pra roça. Depois de ter uma propriedade toda pra nós andar, tirou nossa liberdade, nós fomos criado preso. E não podia produzir mais nada por causa da Petrobras.

Paramos de produzir, paramos de viver, apareceu muita doença, nervosismo na família que não tinha. Hoje quase todo mundo tem problema. Minha mãe começou a oprimir muito a gente por causa dos peão, e aquilo mexia com o sistema nervoso da gente, então todas as minhas irmãs tem problema, principalmente as mulheres, que as mulheres eram mais maltratada que os homens, ficava mais presa. Mãe não conseguia formar as filhas por causa disso.

Querida que o Ministério Público fizesse uma investigação pra descobrir porque minha família ficou pobre. Quando trabalhava na agricultura, a

gente vivia muito bem na agricultura. A minha mãe chegou a conta de passar fome, até requerer um valor deles aí, minha mãe passou fome”.

Dona Darília

Ainda em Regência, conversamos com Dona Darília da Vitória Siqueira, de 67 anos, filha de uma índia botocuda dos Comboios, mãe de 14 filhos, avó de 15 netos e bisavó de seis bisnetos.

Perguntada sobre o que o petróleo trouxe de bom para a comunidade, ela nos falou de frustrações e problemas:

Peixe

“Graças a Deus tenho orgulho de dizer que sou tratadeira de peixe. Não tem peixe que eu não trato. Pergunto se é filé, se é aberto, se é fechado, se é postejado ou se é pra salgar. Agora não tem mais peixe, né, mas eu acordava de manhã cedo, só tava o bilhetinho. Eu não sei ler, então meu filho falava: é pra fulano e é pra fazer assim assim assim. E eu picava a faca. Tal hora vem buscar, tava tudo certinho. Podia ser a quantia de peixe que fosse, vinte, trinta quilos de peixe, era rapidinho. Hoje não tem mais peixe, pega pouquinho de peixe. Quando pega vinte, trinta quilos, diz: ‘ih, fulano pegou muito peixe!’ Eu, hein! Que pouquinho de peixe! Antigamente era brincadeira, não, era muito mesmo, uma montoeira de peixe, era robalo, e eu criada aqui comendo peixe e hoje em dia não como um pedaço de peixe”.

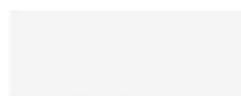
Emprego

“Pra certos homens foi bom, mas pras mulheres não foi não, minha filha. Até hoje não tem emprego pras mulheres. (...) Eu peço a Deus que eles desse serviço pra esse pessoal que tá aqui. Criança, rapazinho novo sai daqui pra trabalhar em Linhares. É muito triste e dolorido! Filhos, netos, tem tudo que sair pra trabalhar. Muita gente aqui que tem curso, mas não interessa o curso, se não tem serviço pra trabalhar”.

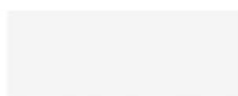
TÓPICOS:

Notícias / Meio Ambiente /

Petróleo, Petrobras, Regência, Campanha Nem Um Poço A Mais



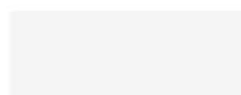
Líder comunitário que denunciou aterro ilegal em Vila Velha é vítima de mais violência



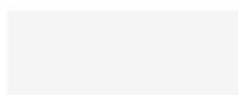
Fábrica de fertilizantes, em Linhares, será isenta de tributos, diz Governo Federal



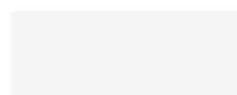
Espírito Santo tem 2.199 áreas embargadas pelo Ibama



Teste realizado no Estado atesta que



Decisão que suspende titulação de terras



USP usa radiação para tirar fertilidade do

Fonte: SÉCULO DIÁRIO (reprodução)

Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/a-minha-familia-ficou-pobre-eu-queria-que-a-justica-nos-socorresse>. Acesso em: 22 nov. 2020.

Figura 20- Reportagem ‘Nem um poço a Mais’ Século Diário (2)

Dólar Comercial: R\$ 5,31 • Euro: R\$ 6,00
Terça, 04 Agosto 2020
Contato Anuncie

Menu
SÉCULO DIÁRIO
f i t y w s

Coronavírus Política Socioeconômicas Justiça Educação Segurança Meio Ambiente Saúde Cidades Direitos Economia Cultura ColunaAnuncie

Fluviral ONDE ENCONTRAR

Leia Também:
Equilibrista
Uma vez líder
Projeto eleitoral

‘O dinheiro da indústria do petróleo não é investido aqui’

Nessa terça-feira, 29 de outubro, a mancha de óleo cru que há mais de dois meses se espalha pelo litoral brasileiro, já chegou a Ilhéus, no sul da Bahia, e se aproxima cada vez mais perigosamente do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, o maior santuário marinho de todo o Atlântico Sul. No Espírito Santo, comitês estadual e locais de crise estão instalados, à espera do pior.

Em Degredo, comunidade reconhecida em 2016 como quilombola, localizada em Linhares, ouvimos, há um ano, relatos de duas famílias que ilustram uma metáfora bem apropriada da bilionária indústria do petróleo: uma chaga aberta nos territórios onde se instala, uma ferida exposta que nunca se cura e se põe a purgar a qualquer momento.

Foto: Leonardo Sá

“De bom, nada”. A resposta é bem objetiva quando perguntamos à agente comunitária de Saúde Mônica Silva de Jesus o que a exploração de petróleo gerou de positivo para a comunidade onde ela nasceu e se criou, com toda a família. E olha que lá se vão 40 anos.

A verdade é que, não bastasse o risco constante e o acúmulo de contaminações que agravam a cada ano o passivo socioambiental do setor, há ainda o passivo econômico.

Foto: Leonardo Sá

Mais Lidas Hoje



Política
MP Eleitoral dá parecer pela perda de mandato do deputado Marcelo Santos

Marcelo desligou-se do PDT e mudou para o Podemos, alegando falta de apoio à candidatura em Cariacica

Sindicato
Sindicato moverá ação judicial para reverter demissões na Ricardo Eletro

Eleições 2020
Eleição deste ano em Presidente Kennedy terá caráter plebiscitário

Socioeconômicas
Vitrine 'democrática'



Amorçados: Uma história da censura e...
R\$ 22,95

Quando Mônica nasceu, a Petrobras já havia chegado ao norte do Espírito Santo. Abriu valas para passar com os dutos, aterrou rio, desmatou, poluiu, inviabilizou a pesca e a agricultura. Extraiu muita riqueza da região, mas, seguindo seu plano – assim como de todas as grandes e predatórias empresas de mineração – de extermínio de pessoas nas áreas de produção, não transformou nenhuma gota da riqueza extraída em bem-estar social para as comunidades localizadas tradicionalmente nos territórios onde a gigante se instala.



Empregos? Nada. Nem equipamentos públicos chegam nesses locais. Saúde, educação, estradas, comunicação, segurança, lazer. Nada. “Se você procurar quem tem o segundo grau aqui no Degredo, é porque saiu pra estudar”, afirma, como uma dessas poucas exceções, já que passou sete anos na sede do município, onde ela e a irmã Simony de Jesus conseguiram uma formação técnica e superior.

“Até 2005 nem estrada aqui existia, nem energia elétrica. Lembra do 'Luz Para Todos', do Lula? Foi isso que trouxe energia pra cá”. Já a torre de celular ainda é uma promessa. E o transporte público não existe. Apenas um ônibus aos sábados. Escola só fora da comunidade, mas o transporte é precário. “Se chover muito, o ônibus escolar não passa”.

Em suma, os territórios onde as unidades produtivas funcionam são cenário de abandono e pobreza, de identidade sequestrada, de história interrompida.

Foto: Leonardo Sá

Restrições seletivas

“Em cima dos tubos da Petrobras, não pode plantar nada que tenha raiz profunda”, adverte Monica, que também é membro da Comissão Quilombola do Degredo. O desmatamento e a irrigação também são vedados aos quilombolas dali. A proibição, no entanto, não se aplica aos grandes fazendeiros.

“Quem não pode é o pequeno agricultor, o quilombola. Fazendeiro derruba uma mata inteira, planta coco, planta eucalipto, e não dá nada. Tem poço aberto dentro de vereda, esses alagamentos naturais que vêm de Povoação e desembocam em Pontal do Ipiranga. Um fazendeiro abriu praticamente uma lagoa em cima da vereda pra irrigar coqueiral. Se eu abrir uma poça pra criar uma piaba, o Iema [Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos] vem em cima, Ibama [Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis] vem em cima. Tem umas aspas nesse não pode. Não pode quem não tem dinheiro. Se tiver dinheiro, pode”, denuncia.

“Seria mais que extraordinário se eles [os gestores da Petrobras] reconhecessem que aqui tem pessoas com capacidade de trabalhar pra eles. Mas infelizmente isso não acontece de forma alguma. A Petrobras pra vir aqui, só se alguém denunciar que tem alguém invadindo a terra deles. O dinheiro do petróleo não é investido aqui”, indigna-se.

Foto: Leonardo Sá

A instalação mais próxima da comunidade hoje é a Unidade de Tratamento de Gás Cacimbas (UTGC), onde não há nenhum dos 500 moradores de Degredo empregado, tampouco das demais comunidades próximas, como Cacimbas, Pontal do Ipiranga. Apenas de Povoação, a 40 km de Degredo, “tem dois ou três”, diz Mônica. “Pessoas de fora vêm trabalhar dentro da comunidade e os daqui tem que sair pra conseguir emprego. E são profissões que têm vaga no UTGC, mas eles não dão oportunidade pra quem é daqui”, reclama.

Prostituição e drogas

Para as mulheres, nem isso. O que se prometeu foi a capacitação em cursos dos Centros de Integração Comunitária (CICs). Condicionante socioambiental do licenciamento da Petrobras, os CICs deveriam atuar durante vinte anos, mas o trabalho foi encerrado com menos de cinco anos, sem gerar a renda prometida para as mulheres. “Não deu tempo. Encerraram sem nenhuma explicação pra gente”.

Outro projeto não realizado foi a Casa do Mel, há quase dez anos, apenas uma promessa. Já a fábrica de biscoitos, passada quase também uma década de espera, finalmente começou a produção neste ano. Um grão de esperança em meio a um mar de vidas ofendidas (*veja na próxima reportagem da série*).

Foto: Leonardo Sá

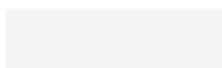
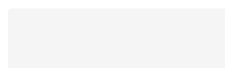
O “emprego” gerado para mulheres, com a chegada do petróleo, foi a prostituição, conta Monica. Na época, as filas de ônibus com os milhares de peões engarrafavam o trânsito de Linhares até Pontal do Ipiranga, nas proximidades de Degredo.

“Essas grandes empresas geram esse tipo de situação. UTGC na época virou o quê? Campo de prostituição. Cinco mil homens dentro de uma vila rural!”, relembra, citando situações semelhante ocorridas na vizinha Povoação e em Barra do Riacho, Aracruz, em tempos mais antigos, quando os peões chegavam a pular cercas e janelas para sequestrar as meninas de suas famílias. Lá houve muitos estupros e filhos bastardos. “Outra herança que a UTGC deixou pras comunidade: droga. Até hoje tem gente viciada. Não tinha isso antes da Petrobras”, lamenta.

TÓPICOS:

Notícias / Meio Ambiente /

Campanha Nem Um Poço A Mais, Petróleo, Petrobras, Degredo, Quilombola



Fonte: SÉCULO DIÁRIO (reprodução)

Disponível em : <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/o-dinheiro-da-industria-do-petroleo-nao-e-investido-aqui>. Acesso em: 22 nov. 2020.

Figura 21- Reportagem 'Nem um poço a mais' Sécuro Diário (3)

Dólar Comercial: R\$ 5,31 • Euro: R\$ 6,00 Terça, 04 Agosto 2020 Contato Anuncie

Menu

SÉCULO DIÁRIO

Coronavírus Política Socioeconômicas Justiça Educação Segurança Meio Ambiente Saúde Cidades Direitos Economia Cultura ColunaAnuncie

Fluviral ONDE ENCONTRAR

Leia Também:

"Portaria 303 é golpe aos povos indígenas???"

"Prefeitura precisa recuperar capacidade de investimento"

"Se tiver que ser governador, serei. Gostando os homens ou não"

'A qualquer momento a Petrobras pode acabar com a gente', diz Dona Ilda

Nesta terça-feira (28), os boletins oficiais e o noticiário dão conta de que o petróleo cru, que já contaminou mais **REDAÇÃO** 29/10/2019 00:00 | Atualizado 09/03/2020 01:11

Nesta terça-feira (28), os boletins oficiais e o noticiário dão conta de que o petróleo cru, que já contaminou mais de dois mil quilômetros de praias do Norte e Nordeste brasileiros, durante os dois últimos meses, avança para o litoral Sudeste, tendo o Espírito Santo como primeiro possível impactado.

Linhares é um dos municípios que já conta com um comitê de crise instalado, de prontidão para agir no caso de mais uma tragédia consumada em suas águas. A cerca de dez quilômetros do litoral, está a comunidade de Areal, onde vivem cerca de 200 famílias descendentes de índios botocudos.

Foto: Leonardo Sá

É um dos lugares no Estado onde o impacto visual da indústria petroleira é mais chocante. E o visual é só a ponta do iceberg, ou melhor, dos profundos poços que escoam sua produção das unidades de Lagoa Parda e Cacimbas e são levados pelos dutos, a partir de Areal, para a Bahia e o Rio de Janeiro.

É um dos lugares que não deixam dúvidas sobre a característica biocida da indústria petroleira. Onde ela se instala, a vida é expulsa. Quando não é expulsa totalmente, como nas vastas áreas desmatadas e nos cursos d'água destruídos pelas explosões e contaminações, acontece como em Areal, em que os modos de vida tradicionais são inviabilizados, a identidade cultural é sequestrada e mesmo a sobrevivência se torna frágil, em função da esterilização da terra e das águas, do vazio de equipamentos públicos essenciais e das promessas de emprego e riqueza financeira que nunca se tornam realidade.

Mais Lidas Hoje

PDT
Política
MP Eleitoral dá parecer pela perda de mandato do deputado Marcelo Santos
Marcelo desligou-se do PDT e mudou para o Podemos, alegando falta de apoio à candidatura em Cariacica

Sindicato
Sindicato moverá ação judicial para reverter demissões na Ricardo Eletro

Eleições 2020
Eleição deste ano em Presidente Kennedy terá caráter plebiscitário

Socioeconômicas
Vitrine 'democrática'

Os dutos da Petrobras que atravessam a pequena Areal estão localizados a poucos metros das casas, no limite com os quintais. “Nós estamos aqui em cima de uma bomba”, sentencia Dona Ilda Sousa de Oliveira, 72 anos.

Foto: Leonardo Sá

A entrevista se deu há cerca de um ano pela reportagem de *Século Diário*, com apoio do edital Mais Vida Menos Petróleo, da campanha Nem Um Poço a Mais, encampada pela Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase) e dezenas de organizações representativas de comunidades e profissões afetadas diretamente pela indústria petroleira operante no Brasil.

Outrora uma vasta planície fértil, florestadas, com lagoas – Areal, Boa Vista e Piabonha – e rio piscosos, Areal hoje não tem mais agricultura nem pesca e nem emprego do petróleo. “Não chamam ninguém daqui [pra trabalhar com petróleo]. Só vi duas pessoas trabalharem naquela estação [de Cacimbas]”, relata Jeane da Barcelos, em conversa na varanda de sua casa, onde os dutos separam seu belo quintal florido da rua principal do vilarejo.

Foto: Leonardo Sá

Há oito anos, sua filha e outras crianças que brincavam juntas subiram na tubulação e caíram. A filha de Jeane quebrou a clavícula. Relatando o acidente, Jeane enfatiza a inacreditável ausência de um posto de saúde e ambulância na comunidade. “Tem a ambulância deles [da empresa petroleira], mas eles não vêm”, balbucia.

A ambulância da prefeitura fica em Regência e, quando acionado, nem sempre chega no tempo urgente necessário. O frete particular, para levar os enfermos e feridos até o hospital na sede de Linhares, a mais de 50 km, costuma custar R\$ 150,00. “A gente sempre pede pra consertar a estrada, pra ter ambulância aqui e posto de saúde”, diz, indignada.

Dona Ilda é categórica: “a Petrobras chegou trazendo a derrota. Eu nasci aqui, me criei aqui e me casei aqui e tive minhas filhas aqui. A Petrobras nunca olhou pra gente. Estamos abandonados”.

Ao seu lado, uma de suas filhas, Ziza de Oliveira Alves, confirma: “A gente plantava mandioca, abóbora, melancia, muito feijão, muita lavoura. Era uma benção. Mas agora não pode mais plantar”, lamenta. “Cacau colhia quatro, cinco sacos. Hoje nem 10 kg. Agora é tudo na balança”. “Acabou nossa fortaleza, nossa riqueza. Cada dia é um prejuízo. Se esperar a Petrobras ...”, diz, sem concluir a frase.

Foto: Leonardo Sá

Nesse ponto, a conversa deságua para um dos casos mais marcantes na comunidade, que foi a explosão de um poço próximo à escola da vila, no ano de 1983. “Saiu fogo e lama pra todo lado. Matou gente. Primeiro foi a lama. O fogo dava pra ver de Povoação [vila pesqueira à margem esquerda do Rio Doce, a cerca de 20 km]. Quando explodiu subiu uma bomba que procuram até hoje. Balançou tudo”, relata a anciã.

Desde então, o medo de novas explosões é uma constante entre os moradores. Mas a fúria com que os carros das empresas de petróleo passam pela comunidade são uma constante. “Se não sair da frente, eles passam em cima”, reclama. Bem como os pequenos vazamentos. “De vez em quando sai um líquido amarelão que pega fogo”.

Foto: Leonardo Sá

Suportando a tóxica presença do petróleo durante metade de sua vida, Dona Ilda não tem mais ilusões. “O que a gente espera é a qualquer momento a Petrobras acabar com nós” dispara. “Quando a Petrobras entrou aqui ela trouxe a derrota porque ninguém entendia nada. Ela fez o que fez e fica por isso mesmo”, desabafa.

Tribunal

A Campanha Nem Um Poço a Mais realizou, no dia três de outubro último, mais um Tribunal dos impactos do petróleo sobre a Natureza, os Povos e os/as Defensoras, desta vez na cidade de Salvador/BA.

Foto: Daniel Gomez

O Tribunal é realizado desde 2014 na América Latina e é tido como uma ferramenta para fortalecer os processos de resistência. Além do reconhecimento de direitos, a proposta do tribunal é a de tornar visível o trabalho dos defensores, bem com os processos de violações vividos por todos. E a partir daí, buscar alternativas legais e políticas para a sua defesa.

Em Salvador, o Tribunal ocorreu dentro da programação do II Intercâmbio Latino Americano de pescadores e pescadoras contra a exploração do mar, no dia 3 de outubro, no Auditório Raul Chaves, na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Após o relato de diversos defensores de direitos convidados, constatou “que há evidências para afirmar que na indústria petrolífera estão

configurados crimes contra a vida de pessoas, comunidades e natureza, além de ecocídio, racismo, genocídio, perseguição, estigmatização de defensores”.

Também concluiu que “a raiz da violência contra as mulheres tem um caráter patriarcal, racista e neoliberal; eles usam a violência social e o feminicídio como um instrumento, especialmente na Colômbia e na Guatemala, que exige mecanismos especiais de proteção” e que “a extração de petróleo afeta os territórios, as relações de vida dentro das comunidades e com a natureza, e os corpos violentados das mulheres, dos homens e dos corpos plurais.

Foto: Daniel Gomez

O Tribunal enfatizou ainda que “a extração e o consumo de petróleo são a causa raiz da mudança climática e do aquecimento global, porque estes apoiam todo o modelo energético urbano e agroindustrial”.

As histórias ouvidas, afirma o relatório, “mostram que as comunidades conservam os territórios. A força da espiritualidade e da própria natureza para proteger e proteger-se. A preservação da memória e o reconhecimento da sabedoria dos povos que iluminam as propostas das organizações em nível local, regional e internacional”.

Entre as deliberações, foi determinado que o documento será enviado ao Sínodo Panamazônico e aos delegados que participam na Conferência das partes na Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP) a realizar na cidade de Santiago do Chile em dezembro de 2019.

Também se concluir ser necessário continuar fortalecendo as redes de articulação e as campanhas para deixar o petróleo no subsolo e evitar novos poços; bem como promover processos de formação para fortalecer os mecanismos e jornadas comunitárias para a defesa da natureza e os povos afetados ou ameaçados pelas operações petrolíferas, com ênfase especial no reconhecimento e no respeito da espiritualidade ancestral dos povos para a vida.

TÓPICOS:

Notícias / Meio Ambiente /

Campanha Nem Um Poço A Mais, Indústria De Petróleo, Areal



"Portaria 303 é golpe aos povos indígenas???"



"Desafios" da Jurong foram criados pela própria empresa



'?? preciso repensar esse modelo de desenvolvimento'



Fonte: SÉCULO DIÁRIO (reprodução)

Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/a-qualquer-momento-a-petrobras-pode-acabar-com-a-gente-diz-dona-ilda>. Acesso em: 22 nov. 2020.

Figura 22- Reportagem ‘Nem um poço a mais’ Século Diário (4)

Dólar Comercial: R\$ 5,31 • Euro: R\$ 6,00
Terça, 04 Agosto 2020
Contato Anuncie

Menu

f i t y w q

Coronavírus Política Socioeconômicas Justiça Educação Segurança Meio Ambiente Saúde Cidades Direitos Economia Cultura ColunaAnuncie

Leia Também:

Restam dois

Cortes e contradições

PSDB- Rede-PP

‘Não tinha dinheiro, mas tinha fartura e saúde’

“Não tinha dinheiro, mas tinha fartura e saúde”. Uma frase nostálgica e simples, que resume o que representa a presença da Petrobras, há meio século, na comunidade quilombola de Degredo, em Linhares, litoral norte do Espírito Santo.

Quem nos conta é a pescadora profissional Cleia da Silva Costa, de 57 anos, que visitamos há um ano, em seu "Bar do Mel", em meio às expedições apoiadas pelo edital Mais Vida Menos Petróleo, da campanha Nem Um Poço a Mais, encampada por dezenas de organizações representativas de comunidades e povos afetados diretamente pela indústria petroleira no litoral brasileiro.

Foto: Leonardo Sá

“Qualquer pedacinho de terra produzia feijão, fava, melancia (estragava na roça), abóbora, mandioca. Cresci fazendo farinhada com meu pai. A gente criava galinha e porco, tinha peixe do rio e peixe do mar”, descreve.

A água nesses tempos de infância, recorda, “cavava em qualquer lugar e era cristalina”. Mas com o tempo, a água foi ganhando um “risco vermelho”, estragando todas as cacimbas que abasteciam os moradores. Além da impossibilidade de beber da água, a contaminação vermelha também prejudicava a lavagem de roupas. “Quando ia na loja comprar roupa, branca nem pensar”, diz.

Em suas primeiras memórias do petróleo na comunidade, estão as dinamites. “Caminhão passando, máquina cavando perto da casa da gente. A casa da minha sogra rachou. Era muito dinamite, pra pesquisa”, relata.

Mais Lidas Hoje



Política
MP Eleitoral dá parecer pela perda de mandato do deputado Marcelo Santos

Marcelo desligou-se do PDT e mudou para o Podemos, alegando falta de apoio à candidatura em Cariacica

Sindicato
Sindicato moverá ação judicial para reverter demissões na Ricardo Eletro

Eleições 2020
Eleição deste ano em Presidente Kennedy terá caráter plebiscitário

Socioeconômicas
Vitrine 'democrática'

Foto: Leonardo Sá

As intervenções nas águas em função dos dutos do petróleo – são três a cortar a comunidade, conta Cleia – foram muitas, sendo o aterro no rio Ipiranga o mais significativo. “Diminuiu muito a vazão do Ipiranga e acabou com a pesca”, testemunha a pescadora.

“Do aterro em direção ao Pontal do Ipiranga [balneário costeiro vizinho], não vê uma piaba mais. Só do aterro pra cá tem peixe”, diz, referindo-se à contaminação pela lama da Samarco/Vale-BHP, que acabou não chegando ao Degredo, graças ao terrível aterro, que, por fim, serviu pra alguma coisa boa. A falência da pesca, no entanto, não teve remediação.

“Nem vou pro mar mais, nem pro rio. Meu bote tá lá no sol estragando. Era nosso lazer, dormia na praia com os meninos, vinha com o varal cheio de peixe pra salgar. Não tenho gosto mais de pescar nem passear”, balbucia.

Agricultura

Além da água e da pesca, outro grande impacto foi na agricultura. Por conta das tubulações e riscos de explosões, Cleia conta que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) passou, em 1982, a “proibir as roças”.

Foto: Leonardo Sá

E os casos de descumprimento da lei são punidos com multa. “Multou um vizinho por causa de roça de mandioca que ele fez no aterro”, conta. “Eles criam as leis deles, mas não vêm aqui pra ver como a gente vive. Até os coqueiros que a gente plantou tem que tirar licença pra tirar coco”, protesta.

A inviabilização da agricultura levou muitas famílias a venderem suas propriedades e se mudarem para a sede de Linhares, cumprindo-se assim, o objetivo da indústria petroleira, que é expulsar as pessoas que vivem nos territórios que ela cobiça para a mineração.

“Essas tubulações não ajudam a gente em nada”, constata. “A gente se sente prejudicado. Passa isso tudo debaixo do nosso nariz, no fundo da comunidade, a 200 metros. Se pelo menos empregasse mão de obra local, mas nem isso!”, exaspera.

Emprego

A falta de emprego é outro ponto crucial da devastação petroleira. A família de Cleia é uma exceção. O marido conseguiu emprego e o segundo filho também, que foi fichado em Vitória. “Fica 45 dias fora e dez em casa”, lamenta. “Fiz farinha pra pagar a bolsa que ele comprou pra viajar. Farinha de tapioca e farinha de coco”, conta.

Foto: Leonardo Sá

A aparente sorte dos dois homens, no entanto, se traduziu em dificuldades na administração do lar. “Fiquei em casa com dois filhos pequenos. Minha irmã teve que vir pra me ajudar”.

Os dois são os únicos do Degredo a conseguirem emprego na Petrobras. E “pegaram gosto” pelo trabalho, tendo passado por várias empresas em vários estados, como Pernambuco e Mato Grosso.

Foto: Leonardo Sá

Já o filho mais velho, Marcos, um “pescador nato”, seguiu um percurso mais comum da região e ficou apartado do “progresso”. Após o crime da Samarco/Vale-BHP e a impossibilidade completa da pesca, que já era difícil, cedeu à dependência do álcool” aos 26 anos, lamenta a mãe. “Pescava num bote a remo, na beira do mar, de domingo a domingo. Fazia rede com linha de corda achada na praia”. Agora, diz, “só Deus”.

Reconhecimento

O recente reconhecimento da comunidade como quilombola, em 2016, trouxe um novo ânimo para os moradores remanescentes, até atraindo de volta à comunidade alguns que haviam saído para tentar a sorte na cidade.

Cleia percebe que todos entenderem que morar na favela, passando dificuldade, não vale a pena. “Vai viver de quê? Muitos fizeram isso e hoje voltaram e moram em propriedades dos outros, porque perderam as suas, vendendo muito barato no passado”, relata.

Se houvesse uma maneira dessas pessoas poderem trabalhar em seus próprios terrenos, projeta a pescadora, “tenho certeza que ninguém ia mais sair”.

Outra salvação, dizem, seria a Petrobras implantar uma escola

Outra solução, inícuca, seria a Petrobras implantar uma escola profissionalizante na região e contratar uma empreiteira que tivesse apenas mão de obra local.

Uma compensação

Nenhuma das três soluções, no entanto, aconteceram. Em seu lugar, a petroleira construiu, como condicionante do empreendimento Cangoá-Peroá, uma fábrica de biscoitos. Após quase uma década de espera, a fábrica, batizada de Conquista foi inaugurada no último mês de agosto, com capacidade para vinte trabalhadores.

Foto: Fábrica Conquista

A primeira remessa de produção teve como alvo a Fundação Renova. “A Renova ficou de comprar os biscoitos, pediu amostras. Nós corremos, produzimos. Fizemos três visitas lá e toda vez que vai é a mesma coisa, falta documento. Não comprou nada ainda”, reclama. “Estamos com estoque cheio, mas até paramos de produzir, porque ainda não tem onde vender”.

Apesar desse início difícil, as expectativas são boas. Há um amplo mercado a ser explorado na região, com a merenda escolar e as feiras, principalmente. Quando estabelecida essa clientela, a fábrica vai atender à sonhada complementação de renda das mulheres.

Mas, o que esse futuro benefício significa para as famílias do Degredo, que há décadas sofrem com as mazelas criadas pela exploração da Petrobras? O aterro do rio, o fim da pesca e da agricultura, o êxodo dos homens em busca de emprego e de famílias inteiras, que tentam a sorte na cidade?

“É muito menos do que ela já desfrutou da comunidade. Passam três tubulações de óleo aqui e a única coisa que nós recebemos até hoje foi essa agroindústria”, reconhece, mesmo sendo uma das contempladas.

Amor

Da rápida vivência que tivemos naquela tarde com a família de Cleia, o que mais impressionou foi o amor pela terra, tão bela e tão devastada. Um amor típico dos povos tradicionais, que se sentem realmente parte do chão em que nasceram, aconteça o que acontecer.

“Não tenho vontade de sair daqui. Amo meu lugar”, afirma Cleia, brilhando seus olhos esverdeados.

Fonte: SÉCULO DIÁRIO (reprodução)

Disponível em : <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/nao-tinha-dinheiro-mas-tinha-fartura-e-saude>.

Acesso em: 22 nov. 2020.

A campanha “Nem um poço a mais”, a qual o jornal *Século Diário* encampa, é articulada pela FASE – Federação de órgãos para assistência social e educacional, ONG sem fins lucrativos que atua em seis estados brasileiros (AM, MT, PE, BA, RJ, e ES) e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Fundada em 1961, a FASE foi, inclusive, ligada inicialmente ao trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo e cooperativista, principalmente na resistência à ditadura militar (1964-1974), na formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários naquela época.

As justificativas para a campanha estão no *Almanaque Nem um poço a mais: por áreas livres de petróleo*, onde se questiona criticamente o modelo de civilização petrodependente imposto e criado pelo capital com sua agricultura industrial, e que acaba sendo, desde a extração, passando pelo transporte, pelo armazenamento e pelo descarte de seus derivados, a indústria mais contaminante (da água, do solo, do ar e dos nossos corpos) e a responsável direta pelo empobrecimento nos territórios tradicionais explorados e violentados, desrespeitados em sua autonomia, seja os de pesca artesanal, dos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos camponeses e de agricultura familiar. A agricultura industrial se impõe de forma violenta em nosso cotidiano, pois vai desde o cultivo passando pela colheita chegando à comercialização até o consumo, resultando numa escravização em cadeia por esse modelo petrodependente.

Propondo soluções, dentre outras ações, de acordo com as informações do *Almanaque*, a campanha ‘*Nem um poço a mais*’ apresentou o carro movido a óleo de cozinha (óleo vegetal) no #IVENA - Encontro Nacional de Agroecologia, de acordo com a campanha, 78% menos poluente que o óleo diesel. A campanha também cobriu os eventos da I Semana sem petróleo, de 27 a 30 de setembro 2017, e da II Semana sem petróleo, de 24 de novembro a 01 de dezembro de 2018, como também participou da Cúpula dos povos fora da OMC- criando alternativas, realizada no âmbito da Semana de ação contra a organização mundial do comércio, de 7 a 13 de dezembro de 2017, em Buenos Aires, Argentina, além de em uma jornada de atividades na antipetroleiras na Bolívia, em 2018, e no I Encontro Latinoamericano de comunidades pescadoras afetadas por atividades extrativistas, em Córdoba, na Colômbia, em 2018, e também do intercâmbio Brasil e Equador, ainda em 2016.

No *Almanaque* há o “Manifesto da Campanha: *Escuta!*”, em que se questiona a violência da exploração petroleira por meio da oferta dos territórios em leilão pelo Ministério das Minas e Energias e a Agência Nacional de Petróleo, pois, a partir de sua instalação, é de difícil controle

a ação criminosa sem nenhum cuidado com a vida humana nem com a terra, pois desestrutura economias locais protetoras da biodiversidade e nas cidades provoca poluição em seus distritos industriais. A indústria do plástico entope ruas, rios, praias e mangues. Nos locais em que se instalam, atraem jovens de todas as regiões que trabalham com vínculos precários e temporários etc. A campanha também repudia a chamada Economia verde (derivada da Revolução verde) com suas monoculturas de eucalipto e seus alimentos geneticamente modificados. Entretanto, e sobretudo, se solidariza com as lutas locais de resistência no Brasil e também no Espírito Santo, conclamando toda a sociedade a barrar a expansão e superar a civilização petroleira.

A Campanha *Nem um poço a mais* também premiou os 30 capixabas participantes, que ela denomina ativistas da luta antipetroleira e pela construção de alternativas no estado do Espírito Santo, chamados “Guardiões e Guardiães da Natureza”, em 2019. Dentre eles, encontramos o jornalista e diretor proprietário do *Século Diário*, Rogério Medeiros e o repórter da editoria de Meio Ambiente do *Século Diário*, Vitor Taveira (figura 23).

Figura 23 - Guardiões da Natureza 2019 - Rogério Medeiros e Vitor Taveira



Fonte: ALMANAQUE NEM UM POÇO A MAIS (2019).

A Campanha *Nem um poço a mais* também se coloca contra a superexploração do trabalho da mulher, que se soma à criminalização das mulheres duplamente submetidas aos desígnios da indústria petroleira e suas consequências devastadoras, num intercâmbio de mulheres e suas experiências de luta, para refletir sobre a resistência das próprias mulheres diante da indústria de extração e das mudanças climáticas. A Campanha também publicou a Carta das mulheres quilombolas do Espírito Santo, após o “Seminário de mulheres quilombolas: a história que queremos contar - territórios livres de petróleo”, realizado em 2017, em São Mateus, no norte do Espírito Santo, um dos municípios com maior população afrodescendente do estado.

6.2.4 Resultados e discussões: o jornalismo investigativo e interpretativo

Consta do mês de agosto de 2019 os primeiros registros sobre o derramamento de óleo de petróleo cru que atingiu mais de 2 quilômetros do litoral das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. Após negligência com o início do derramamento de óleo pelo governo neoliberal de Jair Bolsonaro (PSL até 2019, atualmente sem partido), as manchas de petróleo que teriam sido despejadas pelo navio petroleiro Bouboulina, da empresa de bandeira grega Delta Tankers, já atingiam, no final de 2019, pelo menos 286 localidades em 97 municípios de 9 estados do Nordeste. Segundo investigação da Polícia Federal, a embarcação teria atracado na Venezuela e no trajeto em direção à África o vazamento teria acontecido no final de julho de 2019. Identificado pela mancha de óleo no mar, o derramamento teria causado impactos socioambientais, tais como danos a ecossistemas da região, além dos prejuízos às atividades que dependem da fauna marinha, como a pesca, segundo matéria da agência de *fact checking* (de checagem) Aos Fatos (CUNHA, FÁVERO, 2019).

A série “*Nem um poço a mais*”, com o mesmo nome da campanha anteriormente mencionada contra a indústria petroleira e petroquímica (atividade industrial de produção de derivados de petróleo), foi criada no jornal *Século Diário* após perigo da contaminação por óleo de petróleo cru quando estava ainda em direção ao litoral norte do Espírito Santo, após derramamento no Nordeste brasileiro. Ao analisarmos as reportagens coletadas, percebemos que o jornal capixaba *Século Diário*, ao regionalizar e contextualizar o problema do derramamento de petróleo, fazendo resgate histórico dos impactos sociais, ambientais e econômicos advindos da instalação, na década de 1970, da Petrobrás na região Norte (cidade interiorana de Linhares) do Espírito Santo, o faz se posicionando contra a mercantilização da natureza gerada pelo discurso dominante do aumento da produtividade e do progresso.

Faz-se necessário refletir que séries de reportagens como “*Nem um poço a mais*” trazem uma nuance investigativa, que possui estreita relação com o desenvolvimento reflexivo a respeito das pautas sugeridas e encampadas pelos repórteres do jornal dito independente *Século Diário*. Mesmo com jornalistas sentados, o trabalho de apuração jornalística do *Século Diário*, ao contrário da previsibilidade das pautas ambientais da mídia tradicional, por exemplo, busca, segundo Manaíra Medeiros (2019), um acompanhamento sistemático e profundo dos temas, dando o devido espaço às minorias. O que evidencia que, mesmo com a facilidade das TIC’s e a imensa “montanha de dados” do banco acessível pela internet, o jornalismo não deve deixar de usar fontes confiáveis para chegar a tais informações ou até mesmo para interpretá-las, na perspectiva do jornalista dito independente que não deve ser mera caixa de ressonância no intuito de superar o caráter imediatista dos fatos (MORETZSOHN, 2017).

Dentro dos “óculos especiais” expostos por Bourdieu (1997), ou seja, dentro das estruturas lógicas de organização das visibilidades do jornalista, a editora Manaíra Medeiros (2019) considera que os próprios critérios utilizados em sua percepção, para seleção dos acontecimentos que viram notícia no jornal independente *Século Diário*, também ditam o modelo investigativo que acaba por acompanhar o Jornal. A editora considera na produção noticiosa os critérios de relevância e proximidade, já que *Século Diário* possui conteúdo exclusivamente regional, inclusive não replicando matérias de agências de notícias e sites externos (o único do Espírito Santo, em comparação com a mídia dominante). Além disso, destaca-se a novidade, aqui calcada em bandeiras históricas de luta do veículo (MEDEIROS, 2019).

Para Aguiar (2016), a proximidade (ela própria como valor-notícia) entre a produção da notícia com o *locus* do público consumidor-leitor repercute até mesmo na apuração dos fatos, e modifica outros critérios de noticiabilidade, já que o jornalismo regional constrói para si uma relação que tende a ser diferenciada da mídia nacional e internacional. No entanto, apesar que “a estrutura social é global, mas a maior parte da experiência humana é local, tanto em termos territoriais como globais” (CASTELLS, 2016, p. 71), o jornal digital capixaba *Século Diário* se encontra como *site* jornalístico imerso em um lugar de “passagem”, onde a rede se constitui como fluxos invisíveis de humores dos lugares visíveis, “[...] ao mesmo tempo interno e externo ao corpo humano[...]” (MUSSO, 2010, p. 31), interface ubíqua que possibilita o leitor regional acessar as suas notícias de qualquer lugar do Brasil ou do mundo, levando-se em conta a desterritorialização virtual do próprio pensamento, como possibilidade da flexibilidade e

mobilidade do leitor no espaço-tempo.

O espaço de fluxos de um jornal digital, como o Século Diário, com os nós interconectados em rede digital e a produção de notícias em tempo assíncrono, permite construir um contrapoder em relação à própria comunicação de massa num desafio de fazer dar durabilidade ao produto, sem que seja superficial ou descartável (CASTELLS, 2016). Pois, se no processo produtivo da notícia quando em grandes conglomerados de comunicação se dá na temporalidade do instante, pela lógica do lucro e do tempo ordinário do capital; no caso do jornal independente Século Diário, que é de pequena escala, ela precisa ser suprimida, se necessário, cedendo lugar à flexibilidade criativa. Busca-se aqui outro jornalismo, por observação, mais interpretativo e aprofundado, contrariando tal imediatismo superficial “narcotizante”, pelo menos no que se refere ao conteúdo.

6.2.4.1 **Fontes: contra o jornalismo declaratório, a favor da interpretação dos fatos**

Os malefícios causados pela agroindústria e pelo petróleo são criticados por meio do caráter desnudador das histórias das vidas prejudicadas e a luta diária de resistência amplificados nas vozes das fontes nas reportagens da série “*Nem um poço a mais*” do jornal Século Diário, todas mulheres: Kátia Alice Alvarenga e a “tratadeira” de peixes Dona Darília da Vitória Siqueira, de 67 anos, filha de índia botocuda, ambas residentes em Regência, vila pesqueira situada na foz do Rio Doce; e a agente comunitária de saúde Monica Silva de Jesus e a pescadora profissional Cleia da Silva Costa, de 57 anos, ambas de famílias residentes em Degredo, comunidade reconhecida como quilombola em 2016; e Dona Ilda de Sousa Oliveira, de 72 anos, residente na comunidade de Areal, onde vivem cerca de 200 famílias de índios botocudos. Todas essas comunidades estão situadas em Linhares, litoral norte do Espírito Santo.

Ressaltamos que a escolha das quilombolas e indígenas como fontes (protagonistas), pelo jornal capixaba dito independente Século Diário, contrasta justamente com o caráter patriarcal em que as mulheres das famílias atingidas relatam estar inseridas, sendo violentadas pelos homens “de firma” após a chegada devastadora da indústria petroleira nestas comunidades (SÉCULO DIÁRIO, 2019). Inclusive, nas palavras do próprio Século Diário na reportagem *A qualquer momento a Petrobrás pode acabar com a gente: diz dona Ilda*, por ocasião da realização do Tribunal dos Impactos do petróleo sobre a natureza, os povos e os defensores, realizado desde 2014 na América Latina, mas sediado em 2019 na UFBA, pela campanha “*Nem um poço a*

mais”, o jornal, ao expor o resultado do debate, também se sensibiliza com a questão de gênero envolvida:

Após o relato de diversos defensores de direitos convidados, constatou “que há evidências para afirmar que na indústria petrolífera estão configurados crimes contra a vida de pessoas, comunidades e natureza, além de ecocídio, racismo, genocídio, perseguição e estigmatização de defensores”. Também concluiu que “a raiz da violência contra as mulheres tem um caráter patriarcal, racista e neoliberal; eles usam a violência social e o feminicídio como um instrumento, especialmente na Colômbia e na Guatemala, que exige mecanismos de proteção” e que a extração de petróleo afeta os territórios, as relações de vida dentro das comunidades e com a natureza, e os corpos violentados das mulheres, dos homens e dos corpos plurais (SÉCULO DIÁRIO, 2019).

Percebemos, quando o Jornal Século Diário, ao iniciar as quatro reportagens contextualizando e esclarecendo o problema social da indústria exploradora do petróleo com a visão crítica interpretativa e, em seguida, dando voz às histórias de luta de mulheres de famílias pesqueiras, descendentes de índios botocudos e às mulheres da comunidade quilombola, ou seja, exclusivamente *fontes* testemunhais, que a representação dos conceitos de raça e etnicidade as quais envolvem tais minorias étnicas, expostas por Hall (2016), no Século Diário, direciona-se a práticas representacionais para um caminho “mais” positivo, em contraponto ao olhar estigmatizado, de “imagens negativas” da mídia dominante [quando fala]. Essa escolha pode contribuir para o fortalecimento das culturas locais a partir da sensibilização dessas comunidades para um papel de cidadania mais pró-ativo.

Ao enfatizar que o respeito absoluto à fonte é regra inviolável para o dito independente Século Diário, a editora Manaíra Medeiros (2019) também salienta que o discurso oficial realmente não é prioridade do jornal. Para ela, tem a ver com a questão já por ela mencionada do jornalismo declaratório e de diversas versões. Ao dar voz aos povos criminalizados, Século oferece um olhar essencial às questões ambientais do estado. Ela explica que não significa que o Jornal jamais escuta os órgãos oficiais, já que às vezes é até necessário. Porém, o compromisso é com as minorias. “Temos total autonomia em relação às fontes. Estabelecemos uma relação de confiança. Às vezes, como em toda relação, é preciso impor limites, mas somos no geral muito respeitados por elas” (MEDEIROS, 2019).

Contra o *oficialismo*, que, para Perseu Abramo (2016), reduziu o jornalismo da imprensa comercial-burguesa ao procedimento declaratório de “fontes oficiais”, minando a pluralidade e diversidade no conteúdo jornalístico, a postura editorial do Século Diário como jornalismo

independente se diferencia, com um valor pétreo de defesa do meio ambiente e dos povos tradicionais, quilombolas e indígenas, os tupunikim guarani, sendo obviamente também suas fontes principais no conteúdo jornalístico crítico do veículo. Tais pautas se orientam pela prioridade dada para as fontes não-oficiais, o que o diferencia da mídia dominante regional. No caso do Século Diário, as relações de confiança com as fontes também passam pelo fato da cobertura do jornalismo investigativo em Meio Ambiente do jornal ser pioneira no Espírito Santo.

Vale registrar o artigo de Sampaio, Fontes e Ferracioli (2017), publicado na Revista Intercom RBCC sob o título *Molduras de uma tragédia anunciada: enquadramentos do desastre de Mariana*, que busca analisar a diversidade de enquadramentos em portais de notícia online nacionais, porém dominantes, e sua repercussão durante 1 ano. Chegou-se à conclusão de que há uma cobertura que privilegia as fontes oficiais, dando pouco espaço à perspectiva das pessoas afetadas pelo desastre, segundo os autores, ou, ainda, da perspectiva de “interesse público” (SAMPAIO; FONTES; FERRACIOLI, 2017), justamente o oposto do jornal digital Século Diário, que dá maior espaço aos atingidos em terras capixabas, o que o próprio jornal independente capixaba nomeia como crime ambiental.

Dessa forma, no Século Diário, há representação por meio do conteúdo de pautas sobre as classes subalternas, dando-lhes visibilidade por meio de seus protagonistas (fontes) num estado multicultural como o Espírito Santo. Para Sonia Aguiar (2016), a escala regional é mais complexa que a local, pois se relaciona com territórios de identidade e mobilização, que influem e transformam as próprias mentalidades, porém, em tempos longos. Segundo a autora, esses laços do homem com a própria região, como entidade concreta ou espaço vivido, tendem a não ser apagados pela homogeneização capitalista nas cidades. Enquanto para Camponez (2002, p. 113, apud PERUZZO, 2005, p.75), próximo, em jornalismo, é também a representação que o meio faz de seu território e, conseqüentemente, dos destinatários das suas mensagens. Ele diz ainda que a questão da proximidade é transversal ao jornalismo no esforço de comunicar conteúdos pertinentes aos seus leitores (PERUZZO, 2005).

6.2.4.2 Fotografias: retrato da sensibilidade humana das fontes testemunhais

Quanto às quatro reportagens da série “*Nem um poço a mais*” no jornal Século Diário,

esteticamente, vale ressaltar a sensibilidade na escolha das *fotografias*³⁶ (figuras 24 e 25) de cunho social, valorizando, em sua maioria, a figura humana das fontes testemunhais, ou seja, mulheres quilombolas e indígenas e seus modos de vida e subjetividades, já que, como processo chave do circuito cultural, para Hall (2016), a representação envolve não só o uso da linguagem, mas de signos e imagens que produzem significado.

Figura 24- Monica da Silva de Jesus (comunidade quilombola Degredo, Linhares) Crédito: Leonardo Sá (Século Diário). **Fonte:** Site FASE-replicada do Século Diário.



Figura 25 - Dona Darília (Regência, Linhares, Norte do ES), Crédito: Leonardo Sá. **Fonte:** Site FASE – replicada do Século Diário.

³⁶ As fotografias expostas nesse tópico foram recolhidas em novembro de 2019. Em 20 encontram-se nas matérias do Século Diário, entretanto, replicadas na aba “Notícias” do site da FASE, articuladora da Campanha ‘Nem um poço a mais’.



Figura 26 - Legenda: petroleo_regencia_placa_servidao_leonardo_sa.
Crédito: Leonardo Sá. **Fonte:** Site FASE-replicada do Século Diário.

Através do olhar humano no jornalismo dito independente do Século Diário, que politiza a arte da fotografia, ao contrário da estetização da política, instrumento de alienação da ideologia dominante (BENJAMIN, 1985), as próprias histórias contadas pelas imagens podem ser ressignificadas a partir das territorialidades envoltas em cada notícia, já que essa representação de atores e sujeitos sociais (e suas relações), como da quilombola Mônica da Silva de Jesus e da indígena Dona Darília, gera um significado de pertencimento ao lugar do jornal. Nessa perspectiva de contrapoder, e identitário com o próprio leitor, que ali se vê, e que prestigia aquele veículo em detrimento dos outros da mídia hegemônica como também, por meio de suas histórias, fortalece as suas lutas e a memória de suas comunidades. Já a figura 26 retrata a crítica, em conjunto com o texto na reportagem, da imposição legal à qual os povos tradicionais da cidade de Linhares estão submetidos pela ordem exploratória do capital.

Sobre a fotografia do Século Diário, o responsável é o fotógrafo Leonardo Sá, que, de acordo com a editora Manaíra Medeiros (2019), tem liberdade e afinidade editorial com o jornal. “Nosso fotógrafo tem muita afinidade com todos os temas e total liberdade. Ele seleciona uma quantidade de fotos, sugere a capa, e o repórter ou editor insere nas matérias. Sempre há troca de ideias, é saudável e enriquecedor. Meio Ambiente sempre foi um carro-chefe. Continuará sendo. É pauta prioritária de Século Diário” (MEDEIROS, 2019). Quando recolhemos fotografia da *figura 26* da matéria do Século Diário, em 2019, acessamos com essa legenda, que acreditamos ser do próprio fotógrafo, ao salvá-la no sistema do jornal.

6.2.4.3 *Abordagem: problematização das margens contra a indústria petroleira*

Sobre *abordagem*, como jornalismo investigativo interpretativo que caminha na direção de uma democracia que não seja só política, mas humana, cultural e social, que, diante da diversidade étnica/racial/de gênero/de classe, encarrega-se das identidades e diferenças (MARTÍN-BARBERO, 2004), os relatos das mulheres indígenas e quilombolas priorizados pelo jornal independente *Século Diário*, quanto às quatro reportagens da série “Nem um poço a mais”, no seu todo, problematizam tentativas de estupro, prostituição e drogas, exploração desenfreada e destruição da vida marinha (pesca, agricultura), falta de infraestrutura pública, pobreza e miséria em seus territórios, causados pela chegada devastadora da indústria petroleira (instalação de dutos) para exploração de petróleo na Foz do Rio Doce.

Para a editora, Manaíra Medeiros (2019), a interpretação dos fatos, que é o que consta no *slogan* do *Século Diário*, relaciona-se, nas suas palavras, com a análise do contexto que marca a chegada dos grandes projetos ao Espírito Santo, das relações políticas e poder perpetuadas por décadas com o poder público, e marca posição:

Século Diário tem lado, e este lado é das comunidades atingidas, minorias, impactadas. A mídia tradicional realiza um jornalismo declaratório. Apresenta todas as versões possíveis e impossíveis e deixa com o leitor o papel de juiz. Mesmo quando critica, por exemplo, as poluidoras, em casos evidentes de responsabilização, o faz com muitos dedos e resposta da empresa em tamanho idêntico ou maior do que a própria matéria. Na área ambiental, não tivemos casos de censura. Não aceitamos publicidade de poluidoras e órgãos públicos são informados claramente da nossa linha editorial. Não cabe qualquer negociação em relação a essa área (MEDEIROS, 2019).

O caráter interpretativo calcado em valores ético-humanistas consiste também em uma diferença que identifica o *Século Diário* em relação à mídia dominante regional. A editora Manaíra Medeiros (2019) acredita que a diferença entre o jornalismo tradicional e o independente e combativo, como o de *Século Diário*, reside justamente na “autonomia, a liberdade e a coragem” (MEDEIROS, 2019), o que nos faz refletir sobre o jornalista crítico, que também tende a ser um cidadão crítico a partir da indignação que suspende o cotidiano, questionando a naturalização do senso comum (MORETZSOHN, 2017), necessária não só para problematizar os fatos, mas como requisito que nos parece essencial para o trabalho do jornalista dito independente. Jorge Kanehide Ijuim, em *A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire* (2009), sintetiza no caso do jornalista como cronista cotidiano:

o desafio é ir além do uso das técnicas de investigação para a habilidade de “sentir-se com o mundo”, o que o levará, segundo à humanização entendida como engajamento “corajoso, decidido e consciente, o que impede que seja neutro” (IJUIM, 2009, p. 31), como no independente *Século Diário*.

No caso das quatro reportagens analisadas da série “*Nem um poço a mais*”, do jornal *Século Diário*, a indignação e a liberdade no sentido de ter coragem para dar voz aos povos atingidos pela indústria do petróleo no Espírito Santo também são exemplificadas, não só na defesa dos modos de vida dos atingidos, mas nas consequências relatadas de forma inédita, segundo o jornal, pelas mulheres indígenas e quilombolas aos repórteres. Com a chegada da indústria do petróleo, Kátia relata que o sítio da família ficou desfigurado pelas perfurações em busca do óleo inflamável. Houve estouro de bombas e mortandade de peixes, e o que resta foi contaminado, impossibilitando o trabalho na sua própria terra, além de tentativas de estupro e o impedimento da ida à escola sofrido pelas mulheres devido à ameaça de violência constante.

A falta de infraestrutura e educação também são relatadas por Monica ao jornal independente *Século Diário* como impactos diretos da exploração petrolífera na comunidade quilombola de Degredo: faltam estradas, energia elétrica, telefonia, transporte público, como também as crianças precisam se deslocar para escola fora da comunidade. O desmatamento e a irrigação são vedados aos quilombolas (pequenos agricultores), mas permitidos aos grandes fazendeiros, e o dinheiro não é investido na comunidade, assim como também não é dada oportunidade de trabalho para a comunidade local. O Centro de Integração Comunitária (CIC), condicionante socioambiental do licenciamento da Petrobrás, foi fechado sem a renda prometida para as mulheres, restando-lhes apenas a prostituição na UTCG (Unidade de Tratamento de Gás Cacimbas), da Petrobrás, em Linhares. A casa do Mel e a Fábrica de biscoitos também são promessas não cumpridas.

Já a pescadora profissional Cleia relata ao jornal independente *Século Diário* que, com o tempo, a água ganhou um risco vermelho, contaminada, estragando as cacimbas que abasteciam a comunidade, enquanto a agricultura (as roças) por conta das explosões de dinamite, foi proibida aos moradores pelo órgão ambiental, sendo o descumprimento punido com multa. Impossibilitado do trabalho com pesca, o filho mais velho de dona Cleia, de 26 anos, após o que o *Século Diário* denomina “crime ambiental Samarco-Vale-BHP”, ficou dependente do álcool, como muitos da região. Exceção ao desemprego, restou ao marido e outro filho da

moradora se deslocarem da comunidade para trabalho fora, enquanto dona Cleia cuida da administração do lar.

Quanto aos relatos, são trechos em que o próprio jornal independente *Século Diário* nomeia tristes, mas carregados de dor e esperança, como também com sentimento de amor à terra. A humanização dos relatos também é sentida quando ao dar espaço para Dona Kátia, por exemplo. O jornal capixaba *Século Diário* transcreve na íntegra, preservando a fala coloquial direta e simples da fonte, sem impor correções de normas gramaticais ou preconceitos linguísticos, respeitando a identidade sociocultural da mulher moradora de uma vila pesqueira atingida pela falta de estrutura e educação impostos pela indústria petrolífera. Em contrapartida, o próprio *Século* nomeia todas essas problemáticas como diretamente relacionadas à “bilionária indústria genocida do petróleo”; “onde ela se instala, a vida é expulsa”; “chaga aberta nos territórios onde se instala”; “uma ferida exposta que nunca se cura e se põe a purgar a qualquer momento”, nos locais onde os povos atingidos tem “a identidade cultural sequestrada” (*SÉCULO DIÁRIO*, 2019), abordagem que evidencia o lugar social crítico do jornalismo dito independente do capixaba *Século Diário*.

6.2.4.4 Chamadas: a reprodução da fala das mulheres indígenas e quilombolas

Sob o olhar das minorias étnicas, as *chamadas*/ títulos das quatro reportagens da série “*Nem um poço a mais*” do jornal *Século Diário* reproduzem falas das fontes, inclusive: “A minha família ficou pobre. Eu queria que a Justiça nos socorresse” (Kátia Alice Alvarenga); “O dinheiro do petróleo não é investido aqui” (Monica Silva de Jesus); “A qualquer momento a Petrobrás pode acabar com a gente”, diz Dona Ilda (Ilda Sousa de Oliveira) e “Não tinha dinheiro, mas tinha fartura e saúde” (Cleia da Silva Costa), destacando para o leitor também pelos títulos na disposição do site jornalístico a denúncia das consequências socioeconômicas com reflexo na pobreza e a falta de infraestrutura e investimentos nos territórios impactados pelo que o *Século Diário* denomina “caráter biocida da bilionária indústria do petróleo”. Também por meio das chamadas representadas nas falas das fontes das mulheres indígenas e quilombolas, o *Século Diário* exemplifica o seu olhar crítico em relação à omissão do Estado e as grandes multinacionais capitalistas exploradoras, como a estadunidense Chevron, provenientes do sistema de dominação que objetiva não só controlar o trabalho, mas os recursos naturais dos países periféricos em prol do capital e do mercado.

Transcodificando os textos de mídia que reproduzem as lutas sociais existentes e os discursos políticos de cada época (KELLNER, 2001), neste caso, a série “Nem um poço a mais” do capixaba Século Diário, com referência aos títulos/ chamadas, apresenta-se na perspectiva crítica de denúncia como prática discursiva do jornalismo independente, compromissada na defesa da sobrevivência digna dos povos tradicionais, que suportam a tóxica presença do petróleo, já impactados historicamente pela missão civilizatória (neo)colonialista e pela matança do agronegócio.

Considerando as mediações que articulam as práticas de comunicação do jornal Século Diário com as dinâmicas culturais e os movimentos sociais por ele representados, percebemos aqui como se configura a postura editorial do jornalismo independente crítico e interpretativo: como resistência ao poder do sistema capitalista globalizado e também como contrapoder ao jornalismo hegemônico quanto ao seu proposital silenciamento. E, ao contrário do próprio silêncio que acaba por interferir no (não) debate e formação da opinião pública, o resgate histórico que visibiliza a luta das mulheres quilombolas e indígenas contra a indústria petrolífera pelo jornal independente Século Diário tende a contribuir para o fortalecimento da identidade-cultural e preservação da memória dos povos tradicionais no Espírito Santo.

6.3 O BANCO DE DADOS: A MIGRAÇÃO DO CONTEÚDO JORNALÍSTICO E A PERDA DE DADOS

Abrimos uma pausa no decorrer desta pesquisa, quando, no primeiro semestre de 2020, percebemos que a série de reportagens “Nem um poço a mais”, relatada no item anterior, não estava mais acessível no site do Século Diário por meio dos seus motores de busca. No acompanhamento, quando retornamos a verificar o site no mês de agosto de 2020, percebemos que a série de reportagens encontrava-se completamente disponível, porém, sem a identificação da campanha no cabeçalho, com datas de postagem trocadas e sem as fotografias, itens que podem ser verificados nas *figuras* (19, 20, 21 e 22). Todas constam atualização de 09/03/2020. Quanto às fotografias, conseguimos recuperá-las na aba “Notícias” do site FASE (*figura* 27), articuladora da Campanha “Nenhum poço a mais”.

Figura 27 - Série “Nenhum poço a mais”, site FASE (2019).

The image is a screenshot of the FASE website. At the top, there is a navigation bar with the FASE logo, a language selector set to 'English', a search bar, and a link to 'Em todo o site'. Below this is a secondary navigation bar with links: 'Quem Somos', 'O que Fazemos', 'Onde Atuamos', 'Fundos', 'Acervo', 'Informe-se', and 'Contato'. A red vertical banner on the right side says 'DOE AGORA CLIQUE AQUI'. The main content area is titled 'Notícias' and includes a search bar and a link to 'Em todas as Categorias'. A list of news articles is displayed, each with a date, location, and title. The articles are part of the 'Nenhum poço a mais' series. On the right side, there is a section titled 'Nesta Seção' with links to 'Notícias', 'Artigos', and 'Boletim Eletrônico', and another section titled 'Informe-se' with a link to 'Cadastre-se e receba em seu e-mail as novidades da FASE'.

Notícias

Pesquisar Notícias Em todas as Categorias

02/07/2020 | ESPÍRITO SANTO
ES: Pescadores e pescadoras artesanais recebem alimentos agroecológicos
 FASE Espírito Santo e Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) realizam ação de distribuição de cestas de alimentos em comunidade pesqueira

22/04/2020 | JUSTIÇA AMBIENTAL
Covid-19 e a crise petroleira
 Em nota sobre o Dia da Terra, a rede Oilwatch Latinoamérica defende que "é necessário uma trégua com a Terra. Enquanto a saúde da Terra estiver ameaçada, também a saúde das pessoas estará sob risco".

2019

15/12/2019 | ESPÍRITO SANTO
'O que vocês estão fazendo para a tragédia petroleira não acontecer?'
 Em última reportagem da série "Nem um poço a mais", o Século Diário traz o clamor da comunidade de Presidente Kennedy a empresários e governos contra impactos do Porto Central

10/12/2019 | ESPÍRITO SANTO
Portos colocam litoral sul na mira da falácia do desenvolvimento pelo petróleo
 Na quarta da série "Nem Um Poço a Mais", o Século Diário destaca como pescadores artesanais sobrevivem em Itaipava, no ES

11/11/2019 | ESPÍRITO SANTO
'Não tinha dinheiro, mas tinha fartura e saúde'
 Quarta reportagem da série "Nem um poço a mais" conta a história de quem viu a chegada da Petrobras e a destruição da pesca, agricultura e lazer da comunidade

07/11/2019 | ESPÍRITO SANTO
"O dinheiro da indústria do petróleo não é investido aqui"
 A terceira reportagem da série "Nem um poço a mais" conta a história de Mônica e sua família, que lutam para que a comunidade onde moram, em Degredo, não receba do petróleo apenas a degradação

06/11/2019 | ESPÍRITO SANTO
"A qualquer momento a Petrobras pode acabar com a gente"
 A segunda reportagem da série "Nem um poço a mais", aborda o perigo que correm as famílias que moram em Areal devido a proximidade dos dutos de petróleo com as casas

31/10/2019 | ESPÍRITO SANTO
"A minha família ficou pobre. Eu queria que a Justiça nos socorresse"
 Pobreza, doenças, poluição, medo. O jornal online Século Diário inicia a série de reportagem "Nem Um Poço a Mais" com histórias narradas por Kátia Alice Alvarenga e D. Danília da Vitória Siqueira sobre a violência que a indústria petroleira promove no Espírito Santo

Nesta Seção

- Notícias
- Artigos
- Boletim Eletrônico

Informe-se

Cadastre-se e receba em seu e-mail as novidades da FASE.

Fonte: Fase - replicada do Século Diário. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/page/4/>
 Acesso em: 04 ago. 2020.

Apesar do Século Diário possuir o conteúdo totalmente gratuito³⁷, o problema ocasional da perda do banco de dados, mesmo não sendo total, mas que implica a inacessibilidade do leitor ao conteúdo, é algo que já havia sido comentado por nossa entrevistada, a editora e diretora de redação Manaíra Medeiros. É também relacionado às dificuldades estruturais às quais o Jornal independente Século Diário enfrenta no decorrer de sua história, algumas já relatadas no Capítulo 5 desta dissertação e que, nesse caso, também acabam por ser de cunho tecnológico, com a desmaterialização do conteúdo jornalístico na internet.

A editora Manaíra Medeiros (2019) revela duas situações de perdas de informações com transferência de banco de dados. Segundo a editora, para saná-las, seria preciso transferir manualmente parte do banco com esse conteúdo jornalístico, o que acarretaria custos com a contratação de profissional:

Tivemos perdas em duas mudanças de transferência de banco. Mas na última, de 2018[mudança no *layout* em comemoração aos 18 anos do jornal], uma grande parte do banco não foi transferida ainda. Isso não está perdido definitivamente, mas parte dele precisa ser transferido manualmente. Não me recordo a data específica do período fora do ar. No caso da parte que precisa ser manual, não temos previsão, pois representa contratar alguém, e no momento não podemos fazê-lo. Os demais períodos estão sendo resolvidos, gradativamente. Século Diário tem um banco muito importante, qualquer perda de conteúdo é muito significativa para a história do jornal. Em princípio, não temos nenhum projeto nesse sentido, de arquivo virtual específico (MEDEIROS, 2019).

Segundo Geraldo Hasse (2010), para o *Observatório da Imprensa*, o editor José Rabelo, formado na área digital do jornal O Estado de São Paulo (*Estadão*), dominava as duas ferramentas (informática e jornalismo) quando foi contratado por Século Diário (HASSE, 2010). A entrada de José Rabelo, em 2007, como editor-geral, guarda relação direta com as atualizações tecnológicas estruturais do jornal capixaba independente, inclusive com a primeira mudança de transferência de banco de dados do Século Diário. Até 2007, o jornal Século Diário não contava com um banco de dados específico, o que também dificultava a pesquisa no trabalho de apuração dos repórteres com dispêndio de tempo, tendo que recorrer ao responsável

³⁷ Dentre os jornais digitais da mídia dominante regional, a Gazeta (Globo) adota o *paywall poroso ou soft* (muro de pagamento), que Ito (2017) conceitua como cobrança pela leitura de conteúdos digitais, porém, semiaberto, a partir do qual o usuário tem acesso ao conteúdo do veículo até certo ponto. O conteúdo completo de *A Gazeta* só é acessível para assinantes. Já *A Tribuna* (SBT), por sua vez, adota pacotes diferenciados de assinatura digital ou assinatura do impresso+digital, enquanto, a respeito da Folha Vitória (Rede Record), não constatamos chamadas de assinatura no site que é vinculado ao portal R7.

pela área de tecnologia quando da necessidade de acessar matérias antigas. Recém-chegado ao jornalismo dito independente capixaba, mas vindo de vasta experiência em redações tradicionais bem estruturadas no estado de São Paulo, a primeira sugestão de Rabelo (2019)³⁸ foi justamente a de implantar um banco de dados, já que o jornal era feito, desde o lançamento, em HTML (*Hypertext Markup Language* ou, em português, *Linguagem de Marcação de Hipertexto*), linguagem base do que viria a ser internet na contemporaneidade. Para Rabelo (2019), a produção em HTML com arquivo de imagens sobrepostas, da época do início da internet discada, já se encontrava obsoleta no início da segunda metade da década de 2000. Fígaro (2014) afirma que, já com a chegada da internet, há reestruturação nas redações com a entrada de jovens mais habilidosos com informática, o que facilita o uso dos sistemas de dados e dos bancos de informação, que, agora interligados, acabam influenciando na mudança temporal e estrutural da pesquisa e da apuração jornalística.

A temporalidade que envolve a dinâmica de vivência dos sujeitos dentro do modelo de negócio jornalístico no ambiente digital acaba por influenciar na facilidade ou dificuldade de aceitação das transformações tecnológicas. Caio Túlio Costa (2014), no relatório *Columbia University Graduate School of Journalism*- fruto de temporada de pesquisas em 2013 em Nova York- diagnostica o conflito geracional (nativos analógicos *versus* nativos digitais com o entremeio dos analógicos digitais) como possível entrave ao desenvolvimento dos produtos na plataforma digital: os nativos digitais (nascidos entre 1990 e 1994) compreendem e utilizam naturalmente de forma intuitiva os recursos tecnológicos da internet, como as redes sociais, estando sempre atualizados quanto as suas novidades, já que basicamente nasceram conectados; os nativos analógicos, por seu turno, foram adultos na década de 1990, ou seja, possuem formação absolutamente livresca (impressa/ material), formação escolar tradicional, apesar de grande

³⁸ Entrevista oral, posteriormente gravada e transcrita, no segundo semestre de 2019, especificamente sobre o banco de dados do jornal *Século Diário*, buscada a partir da informação de Hasse (2010) sobre o envolvimento do ex-editor, José Rabelo, com as inovações tecnológicas do *Século Diário*. Em relação às fontes orais (tanto na entrevista do ex-editor José Rabelo quanto da editora Manáira Medeiros, nesse caso via *email*), Ribeiro (2015) considera a coleta um momento de qualquer investigação, que pressupõe cruzamento com outros aportes teóricos e metodológicos, como no caso desta dissertação de abordagem crítico-dialética. Ribeiro (2015) alerta que, ao utilizar tais relatos como fonte, o pesquisador não deve perder de vista a dimensão problemática e processual da história, tomando as experiências dos indivíduos na sua singularidade subjetiva, mas também nas dimensões que transcendem a prática jornalística construídas pelo profissional jornalista como agente histórico, levando em consideração que “[...] vivem imersos em aparatos tecnológicos, convivem com formas de se autorrepresentar e com valores com os quais buscam dar sentido a sua profissão, sempre num campo marcado por lutas e disputas” (RIBEIRO, 2015, p.88).

experiência aguçada na crítica. Nesse entremeio, encontramos o analógico digital que apesar de ter nascido sensorialmente analógico, prefere se adaptar às novas transformações, mesmo com dificuldade (COSTA, 2014). No caso do Século Diário, apesar da relutância do diretor, Rogério Medeiros (nativo analógico), o editor José Rabelo (2019) consegue, a partir da contratação de uma empresa de serviços, criar um gerente de conteúdo (*software*) com planilha de texto mais sofisticada em substituição às imagens anteriormente utilizadas, já em desuso.

Costa (2014) especifica que, na nova cadeia de valor produtiva no ambiente digital, além das empresas de conteúdo, de telecomunicações e de aparelhos receptores, existe mais um quarto segmento, que é justamente no compartilhamento das receitas digitais, formado por produtores de tecnologia, criadores de *softwares*, isto é, os agregadores. Segundo o autor, eles criam tecnologia própria, agregam e manipulam conteúdos de terceiros. Apesar da demora que envolveu as negociações entre o proprietário do jornal e o editor, a partir de 2008, o Século já contava com banco de dados profissional.

Não era mais possível ao Século Diário fazer jornalismo independente como as primeiras experiências jornalísticas digitais dos conglomerados nos anos 1990, com o elevado custo da internet discada e com a transposição do conteúdo da mídia tradicional para a mídia online (digitalização do analógico), sem entender suas peculiaridades. Principalmente, ao pensar que geograficamente próximo, na região sudeste, já a partir dos anos 2000, a realidade era outra nas redações dos centros mais avançados, como São Paulo e Rio de Janeiro. A gradativa mudança tecnológica, com a criação do banco de dados no Século Diário, permitiu que se atualizasse em tempo real o jornal *online* de acordo com a demanda. Também pelo contexto sociopolítico e econômico, pois, em 2007, já havia barateamento da internet oferecida em conexão banda larga no Brasil, com maior qualidade de acesso e de forma massificada. Dessa forma, muda-se também o *deadline*, ou seja, o prazo limite de entrega, para posterior postagem das matérias jornalísticas no site do Século em tempo real.

Após a implantação, a primeira migração do conteúdo jornalístico para o banco de dados funcionou até 2012, quando se faz a segunda migração, na mudança de *layout* do Jornal. Apesar das facilidades em termos de produção jornalística, a implantação do banco de dados no Século Diário não exclui o problema de transferência do conteúdo anterior a 2008. Como no período de 2000 a 2007 todo o conteúdo textual constava em linguagem HTML (imagem), para o ex-editor José Rabelo (2019), não havia como migrá-lo automaticamente para o banco de dados.

Tal migração só seria possível por meio de redigitação. Analisando o custo dispendioso do processo de redigitação para o *Século Diário* que sempre passou por dificuldades financeiras, mas considerando a importância do conteúdo jornalístico do jornal digital, o ex-editor então aconselha a os proprietários um *backup*, ou seja, manter os arquivos, guardá-los mesmo em imagem, para que pudessem ainda ser consultados internamente até que se pensasse numa solução. De qualquer forma, para Rabelo (2019), devido à mudança na linguagem na migração, seria possível extrair apenas texto dessas imagens em HTML, ao contrário das fotografias, que se perderiam na conversão.

Em 2017, o ex-editor explica que propunha novamente atualizar o *layout* do site do jornal dito independente *Século Diário*, que implicaria numa nova migração para o banco de dados, quando ocorreu a crise, culminando na cisão do núcleo duro da redação com os proprietários. Nesse sentido, um pouco antes da saída do ex-editor do veículo, já havia conversas (e proposta de desenho do novo *layout*, que culminaria na comemoração da “maioridade” do veículo, dos 18 anos de existência), agora com outra empresa de serviços parceira do *Século Diário*.

Apesar das migrações não realizadas referente ao banco de dados do conteúdo jornalístico do *Século Diário* (período entre 2000 e 2007), e posteriores possíveis lapsos nos anos seguintes, a área tecnológica da organização jornalística continua em processo de aperfeiçoamento em meio às relatadas difíceis condições estruturais e econômicas impostas ao jornal. Para acessar parte desse banco de dados indisponível ao leitor, indica-se, além de buscar a pesquisa entrando em contato diretamente com o jornal, o acesso “mediado”, pois muitas importantes séries de reportagens, como as “Masmorras de Paulo Hartung” foram replicadas em outros veículos com o crédito “*Século Diário*”.

6.3.1 As ‘Masmorras’ na Gestão Paulo Hartung: a cobertura crítica do *Século Diário* chega à ONU

A alcunha “Masmorras de Paulo Hartung” trata-se do primeiro ciclo (2003 a 2010) que envolve os dois primeiros mandatos do ex-Governador do Espírito Santo Paulo Hartung (PMDB), referente à intensa violação de direitos nas unidades prisionais e no sistema de privação de liberdade para adolescentes em conflito com a lei do estado do Espírito Santo, inclusive com assassinatos em série nas penitenciárias capixabas e com presidiários sendo decapitados por colegas de cela sem que o Estado se pronunciasse ou tomasse providências. Os próprios

trabalhadores do sistema carcerário apontam as condições deploráveis em que se viviam os presos: as péssimas condições de nutrição, saúde, asseio, violação de direitos e submetidos à tortura. Por consequência, visando a solucionar a crise de superlotação, o governo do Espírito Santo passou a utilizar “celas metálicas”, na verdade, contêineres de metal de transporte de cargas marítimas improvisados como celas sem banheiro para “depositar” o crescente número de encarcerados. O período foi marcado também por criminalização dos militantes de direitos humanos (SÉCULO DIÁRIO, 2010).

Segundo Humberto Ribeiro Junior, em *Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito Santo: as políticas penitenciárias e de segurança pública do governo de Paulo Hartung (2003-2010)*, quando o ex-governador assume, em 2003, propõe mudanças para a administração pública deixada pelo ex-governador José Ignácio Ferreira, que se encontrava falida. As medidas foram de combate à criminalidade difusa, reforma administrativa com enxugamento da máquina estatal e de expansão do parque industrial capixaba. Porém, o marco do Estado na entrada do neoliberalismo, modelo econômico em vigência que orienta o sistema penal no Brasil, inclusive com parcerias público-privadas, também foi acompanhado por uma política de encarceramento em massa da população, precarização estrutural dos presídios e criminalização da pobreza (RIBEIRO JÚNIOR, 2012).

O Jornal considera a série de reportagens sobre “As Masmorras de Paulo Hartung” (exemplo, *figura 28*)³⁹ uma das coberturas mais importantes já feitas com exclusividade, *a priori*, pelo jornal capixaba independente Século Diário. O Jornal nomeia o período de violações de direitos humanos nas unidades prisionais como “mácula” na história do Espírito Santo, quando, na administração do ex-governador que teria ficado marcado como “senhor das masmorras”, em cujo período de transição entre o primeiro e o segundo mandato (2006) atingiu o pico agudo (colapso) com rebeliões e casos de executados diários, situação que mais se assemelhava à violência do sistema das masmorras da Idade Média (SÉCULO DIÁRIO, 2014) em detrimento de um espaço que deveria zelar pela vida e pela ressocialização dos presos.

³⁹ Ao efetuarmos a busca de matérias jornalísticas relacionadas às “Masmorras” pelo Século Diário no motor de busca do jornal e também através do *Google* por meio das palavras-chave “masmorras”, “sistema prisional”, “Paulo Hartung”, encontramos publicações de 2010 em diante, todas atualizadas no sistema do Século em 08/03/2020. Fotografias também não aparecem nas matérias consultadas. Nossa consulta se deu em 06 de agosto de 2020.

Figura 28 - Matéria Século Diário 'Fantasmas das Masmorras' (30/05/2014)

Dólar Comercial: R\$ 5,31 • Euro: R\$ 6,00 Quinta, 06 Agosto 2020 Contato Anuncie

Menu

Coronavírus Política Socioeconômicas Justiça Educação Segurança Meio Ambiente Saúde Cidades Direitos Economia Cultura ColunaAnuncie

OS FANTASMAS DAS MASMORRAS

Faz quase quatro anos que Paulo Hartung desceu pela última vez as escadas do Palácio Anchieta. Entretanto, a mácula mais vexatória do seu governo (2003 – 2010) dificilmente se apagará. Hartung sempre será lembrado como o “senhor das masmorras”. Um governo condescendente com as violações de direitos, que deixaram um rastro de mortes e sequelados no sistema prisional capixaba, além de criminalizar os militantes de direitos humanos.

De 2006 para 2007, na transição do primeiro para o segundo mandato de Hartung, a situação do sistema prisional atingiu sua curva mais aguda. As rebeliões, os casos de presos executados se tornavam quase que diários nas prisões capixabas, que mais se assemelhavam a masmorras medievais.

A superlotação das unidades prisionais e as condições subumanas às quais os detentos eram submetidos transformavam o sistema numa panela de pressão propensa a explodir a qualquer momento.

Como, naquele momento, investir na reestruturação do sistema não era prioridade do governo, Hartung, praticamente, abandonou os presos ao deus-dará. Grupos organizados passaram a controlar as cadeias e a convulsão rompeu as muralhas dos presídios e foi parar nas ruas. Uma série de ataques incendiários a ônibus deixou a população em pânico.

Todo esse cenário caótico repercutiu em Brasília. Uma das medidas adotadas pelo governo federal foi o envio de forças federais para fazer a segurança das unidades prisionais que estavam fora de controle.

A ação federal, porém, aumentou a tensão nos presídios. Os defensores de direitos denunciavam que os agentes federais estavam torturando os presos. Uma das militantes mais atuantes na defesa dos direitos dos presos foi Maria Izabel Borges, que, à época, era coordenadora da Pastoral Carcerária no Espírito Santo.

O livro lançado pela Justiça Global nesta sexta-feira (30) relata em detalhes como o governo Hartung, com a ajuda da então delegada Fabiana Maioral, que conduziu o inquérito, criminalizou os movimentos sociais que militavam na defesa dos direitos dos presos.

O documento denúncia como o inquérito foi manipulado por Fabiana Maioral, hoje secretária de Prevenção e Combate à Violência de Vila Velha, para criminalizar Izabel. A estratégia do governo Hartung tirar o foco das violações dos direitos nos presídios e jogar nas costas de Izabel a responsabilidade pelo caos instalado nos presídios e nas ruas.

Mais Lidas Hoje

Anunciantes de outdoor pró-Bolsonaro podem ser processados

Defesa do uso da cloroquina contra Covid-19 feita por grupo de Capitão Assumção é propaganda ilegal de medicamento

Meio Ambiente

Enivaldo questiona Iema e Seama sobre armazenamento de nitrato de amônio no ES

Política

Ministra do STF admite MPC e Sindipúblicos em ação que aponta desvios na educação

Socioeconômicas

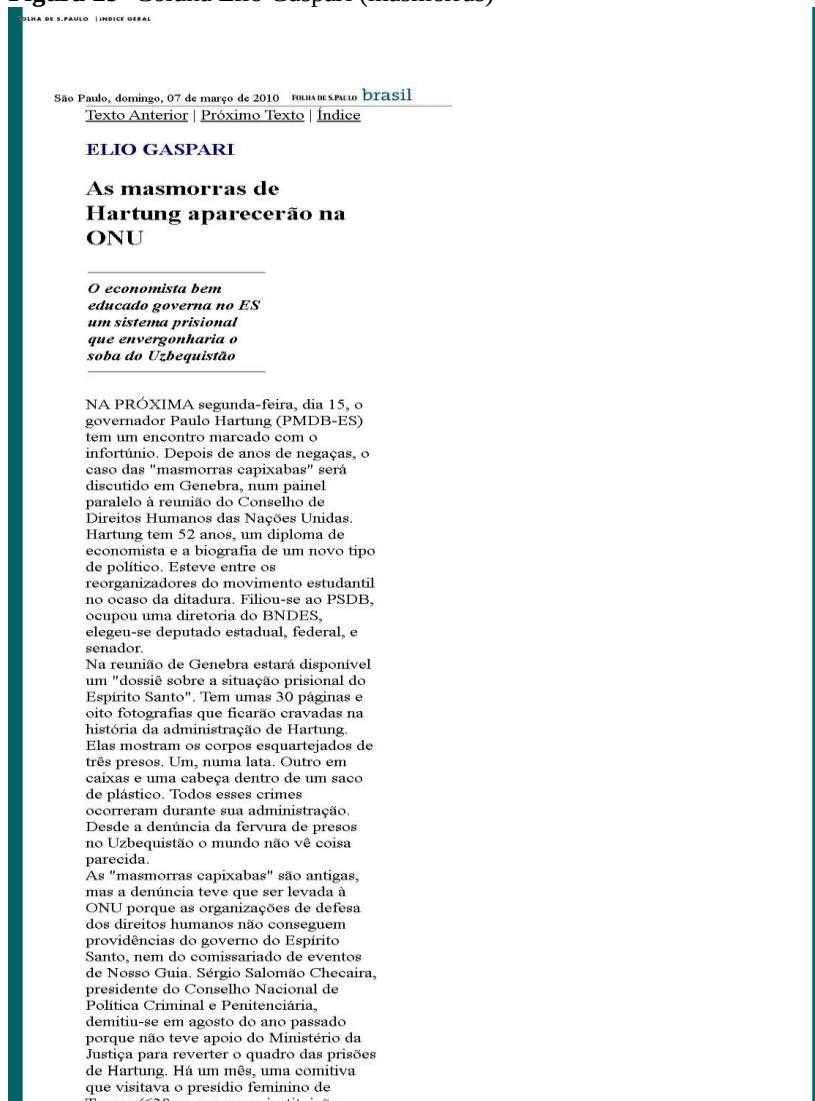
'Sincronia' Tucana

Fonte: SÉCULO DIÁRIO (atualizada em 08/03/2020). Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/colunas/os-fantasmas-das-masmorras> Acesso em: 6 ago. 2020.

A partir da cobertura do Século Diário sobre as “masmorras de Paulo Hartung”, o caos no sistema penitenciário capixaba foi amplamente repercutido pela mídia nacional. Um exemplo é o texto “As masmorras de Paulo Hartung aparecerão na ONU”, publicado na coluna Elio Gaspari, da Folha de São Paulo (figura 29), em 07 de março de 2010. A coluna Elio Gaspari

é publicada nos jornais *Globo* e *Folha de S.Paulo*, dentre outros jornais⁴⁰.

Figura 29- Coluna Elio Gaspari (masmorras)



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO (online) -Consultada em 06/08/2020
 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0703201010.htm>

Também com o objetivo de dar visibilidade às graves violações no sistema prisional e socioeducativo no Espírito Santo, um grupo de monitoramento integrado entre membros da

⁴⁰ No Espírito Santo, a coluna Elio Gaspari era reproduzida pelo Jornal *A Tribuna*, que, sem dar explicações aos leitores, não republicou "As Masmorras de Hartung não aparecerão na ONU" naquela ocasião. A partir da não veiculação do jornal da coluna do dia 07/03/2010, Elio Gaspari retira os direitos de *A Tribuna* republicar sua coluna. O Sindijornalistas-ES critica o silêncio da direção de *A Tribuna* pela falta de esclarecimentos não só ao colunista, como também à sociedade e aos seus próprios profissionais jornalistas. Disponível em: <http://www.sindijornalistas.org.br/a-tribuna-nao-justifica-aos-leitores-ausencia-da-coluna-elio-gaspari-2/>. Acesso em: 26.set.2020.

sociedade civil produz um relatório *Violações de Direitos Humanos no sistema prisional do Espírito Santo/ a atuação da sociedade civil*, com suas atividades desenvolvidas entre 2010 e 2011, dentre elas a apresentação de medidas cautelares à Corte Interamericana de Direitos Humanos para proteger a integridade física, mental e psicológica dos adolescentes internados na Unidade de internação socioeducativa (Unis), do município de Cariacica, na região metropolitana de Vitória. O grupo de monitoramento é formado pelo Centro de apoio aos Direitos Humanos Valdício Barbosa dos Santos (capixaba), Centro de defesa dos Direitos Humanos da Serra, Conectas Direitos Humanos (ONG internacional), Conselho estadual de Direitos Humanos do Estado do Espírito Santo (CEDH – ES), Justiça global (ONG Direitos Humanos) e Pastoral do menor do Espírito Santo.

Segundo o relatório *Violações de Direitos Humanos no sistema prisional do Espírito Santo/ a atuação da sociedade civil*, o Brasil já tinha a terceira maior população carcerária no mundo em 2011. O relatório aponta que não só o Poder Executivo como também o Poder Legislativo e o Poder Judiciário adotam a política de encarceramento resultante não apenas da falta de políticas públicas específicas como da rede de corrupção que se beneficia das deficiências do sistema penal e prisional capixaba. Uma situação que, mesmo em décadas de denúncia da sua falência pela sociedade civil, tem resolução preterida pelo pacto de silêncio entre as autoridades públicas estatais que acabaram, segundo o relatório, por favorecer a não responsabilização dos crimes contra encarcerados e também contra militantes, além da deterioração das condições dos presídios. Em contrapartida, a publicação relata sobre o discurso e as práticas de negação do problema de precarização do sistema carcerário pelo governo do estado do Espírito Santo.

De acordo com o relatório *Violações de Direitos Humanos no sistema prisional do Espírito Santo/ a atuação da sociedade civil (2011)*, as autoridades capixabas, diante de todos os fatos graves verificados por organizações de defesa de direitos humanos e autoridades públicas federais na gestão Paulo Hartung (2003-2010)- acompanhados sistematicamente pelo jornalismo crítico independente do Século Diário- puseram a se justificar no discurso negacionista de que a maior parte dos fatos denunciados pertenciam ao passado e de que o governo estaria investindo volume alto de recursos na construção de novas unidades prisionais para reduzir a superlotação e solucionar os problemas do sistema carcerário. Justificativas, segundo o relatório, que fazem parte de uma abordagem reducionista da realidade prisional, que não leva em consideração a adoção de providências contra a tortura sistemática, a responsabilização de agentes públicos e o crescente encarceramento da população pobre e

negra.

Mas a responsabilidade por tudo isso não é apenas das instituições da administração pública. No Espírito Santo, assim como no resto do país, o aumento expressivo da população carcerária, majoritariamente formada por jovens negros e pobres, reflete as políticas de segurança baseadas na repressão e a preferência da Justiça brasileira pela pena de prisão em sentenças condenatórias, além do abuso na decretação judicial de prisão provisória, contrariando o princípio constitucional da presunção de inocência. No Espírito Santo, cerca de 70% da população carcerária é composta por presos provisórios, ou seja, presos que ainda não foram condenados e aguardam o julgamento sob a custódia do Estado. [...] Na atualidade, é possível afirmar que o governo adota predominantemente a negação interpretativa dos problemas apontados, procurando colocá-los em um patamar de menor gravidade e afastar o reconhecimento da responsabilidade do Estado e de seus agentes pelas violações perpetradas. Ao mesmo tempo em que direcionam as estratégias da política penitenciária para a construção de novas vagas, as autoridades tratam a tortura e execuções sumárias nos presídios como casos isolados, quando deveriam reconhecer o seu caráter amplo e sistemático. Além disso, não produzem estatísticas, tampouco investigam seriamente esses fatos; pelo contrário, permitem ou até mesmo promovem o seu esquecimento. Dessa maneira, os discursos e práticas oficiais de negação das atrocidades cometidas no sistema prisional acabam por significar novas violações e suspensões de direitos, tais como o direito à memória, o direito à investigação, o direito à informação, funcionando como mecanismos determinantes para a permanência do estado de exceção. (GRUPO DE MONITORAMENTO, 2011, p.62)

A cobertura das “masmorras capixabas”, repercutida a partir do jornalismo independente do Século Diário, chegou ao nível internacional à Organização das Nações Unidas (ONU), em função de denúncia pública gerada por petição ao Supremo Tribunal Federal de intervenção no sistema penitenciário do ES. Em março de 2010, o Espírito Santo foi alvo de painel de discussão articulado à Reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU, realizado em Genebra, na Suíça.

No acompanhamento do nosso objeto diante da abordagem do material produzido pelo jornalismo independente do Século Diário sobre as masmorras no Governo Paulo Hartung (o que pudemos resgatar em material acadêmico), notadamente percebemos a preferência na proposta editorial do Século pela cobertura contra a violação dos Direitos Humanos, passando então a cobrir continuamente a situação com foco nas histórias dos personagens chamados de “sequelados das masmorras” e mostrando sobretudo o seu lado humano, e não só na cobertura factual (ligada à violência) na área de “Polícia” como no jornalismo tradicional, que, por vezes, não problematiza o cotidiano da vida periférica em meio às desigualdades sociais, acabando por estigmatizar a população das zonas pobres já previamente excluídas pela falta do aparato em políticas públicas pelo Estado.

7 DISCUTINDO O CONCEITO: O INDEPENDENTE DO SÉCULO DIÁRIO

Após breve estudo inicial acerca do Século Diário, sua história, o perfil do seu trabalhador jornalista, a configuração dos seus aspectos estruturais e as rotinas que envolvem o trabalho do jornalista na produção noticiosa do jornal digital, torna-se necessário um retorno ao Estado da Arte para verificarmos sua apresentação conceitual no campo contraditório que envolve os termos alternativo/hegemônico/independente, relacionando nosso objeto às experiências jornalísticas do passado para tentar compreendê-lo na perspectiva do presente.

7.1 O INDEPENDENTE DENTRO DA TEORIA DO JORNALISMO ALTERNATIVO

Percebemos que o Século Diário representa via conteúdo o território da América Latina Popular quando privilegia representações positivas das lutas periféricas, demandas campesinas, dos trabalhadores, de minorias étnicas, uma periferia que, para Barbosa (2010), é silenciada na imprensa burguesa, nos veículos hegemônicos da América Latina oficial e que no Espírito Santo representa, na visão da nossa entrevistada, um jornalismo declaratório.

A partir do coletado, percebemos que o “fazer” jornalístico no Século Diário vem imbuído de uma consciência crítica arraigada nos preceitos éticos da profissão e na integridade intelectual, focado, sobretudo, no interesse público da informação. Dentro do sistema capitalista informacional, o jornal não é exatamente ligado a algum projeto emancipatório (não declaradamente), mas se põe dentro do campo de lutas sociodiscursiva jornalístico capixaba como um radicalizador da democracia, uma vez que declaradamente se identifica, nesse posicionamento, a favor dos silenciados pela mídia dominante regional.

Com a imprensa alternativa histórica, contra o regime ditatorial, o Século Diário guarda semelhança pelo conteúdo crítico focado na defesa dos Direitos Humanos, de indignação com o *status quo*, e também com a violência da repressão censória sofrida pelo jornalismo crítico através do aparato do Estado. Resguardadas as devidas restrições temporais, já que a imprensa alternativa histórica no Brasil é datada num Estado de exceção oficializado, podemos inferir que jornais digitais contemporâneos ditos independentes como o capixaba, Século Diário, sobrevivem num Estado de exceção permanente na contemporaneidade, uma vez que se luta em seu conteúdo por uma democracia que, em tese, ainda não foi alcançada de fato no sistema

de classes excludente capitalista, principalmente no Brasil. Nesse sentido, o *Século Diário* como jornal dito independente teria como base em sua representação conteudística a luta pelo vislumbre de uma democracia popular em contraponto à democracia de base burguesa na qual estão assentadas as estruturas que sustentam o discurso oficial do jornalismo dominante.

Com as experiências alternativas históricas, o jornal digital contemporâneo *Século Diário* também guarda semelhanças pelo protagonismo e militância de seus jornalistas, como o seu fundador, o capixaba Rogério Medeiros, ele mesmo ávido combatente em jornais anti-regime militar no Espírito Santo, como o nanico *Posição* e *Diário* da Rua Sete. Em termos de linha editorial diferenciada, o *Século Diário* se assemelharia à Revista *Versus*, que aborda a cultura, conforme estudo de Crespo (2018), porém, o *Século* o faz permeando as lutas ligadas à cultura popular- inclusive com uma editoria específica- na produção de todo o conteúdo jornalístico. Como em *O Sol*, o *Século Diário* se assemelha no sentido de abraçar o jornalismo interpretativo em detrimento da objetividade e da neutralidade, tomando partido a favor das classes subalternas, o que acaba por constituir-se forma de resistência pelo texto e contra a técnica como instrumento de alienação dominante.

Com redação estruturalmente dividida em funções hierárquicas, o jornal digital *Século Diário* também guarda semelhanças com o *Varadouro, Jornal das Selvas* (Silva, 2016) pelo lugar social combativo e temáticas abordadas sobre o meio ambiente na perspectiva de defesa dos explorados. Com a cooperativa do *Coojournal*, apesar de status jurídico diferente, que pode implicar estruturalmente em duas formas de fazer jornalismo distintas, podemos perceber o *Século Diário* como híbrido de imprensa alternativa (pelo conteúdo) com imprensa convencional, no momento que opera com anúncios de publicidade para manter seus custos, mesmo que essa publicidade seja rigorosamente selecionada para não entrar em conflito com a postura editorial do veículo dito independente.

As semelhanças com o *Jornal Pessoal* se dão em relação à longevidade e a abordagem crítica quanto ao Meio Ambiente. O *Jornal pessoal* circulou impresso durante 31 anos (1987-2018) desafiando as corporações de exploração amazônicas, enquanto o *Século Diário* está online há 20 anos na luta contra a devastação da vida e da natureza por multinacionais poluidoras e mineradoras que atingem os povos impactados no território do Espírito Santo. No entanto, a inviabilização comercial pela recusa à publicidade obrigou o dono do JP, o jornalista Lúcio Flávio Pinto, a migrar para um blog, em 2018. Se a recusa à publicidade foi o que deu ao JP

independência e autonomia (PINTO, 2018), também colaborou para o fim do seu ciclo impresso. O Século Diário como jornalismo dito independente, por sua vez, subsiste às forças da censura judicial, porém, sobrevivendo de publicidade numa nova configuração estrutural simbolizada pelas consequências da crise, sem a equipe que durante cerca de uma década daria ao jornal digital o tom de trincheira de luta em território capixaba.

Em relação ao Jornalismo em âmbito pós-abertura política, dito democrático, o Século Diário se encaixa conceitualmente como resistência política em relação aos posicionamentos assumidos em defesa das bandeiras históricas de luta do jornal e na inclusão de temas pelo viés crítico e humanista, que não se encontram assim representados na mídia dominante regional (PACHI; SOUZA; MOLIANI, 2016), como também se aproxima no termo alternativo como canal comunicativo independente elaborado por segmentos da pequena burguesia, conforme afirma Cicilia Peruzzo (2003), para quem a imprensa alternativa não “morre” com a abertura política, no final dos anos 1980, mas se recria no capitalismo globalizado com novas feições incrementadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, como o digital contemporâneo Século Diário.

Ao visualizarmos o estudo de Santos (2013), o Século também se encaixa na conceituação da imprensa alternativa do século XXI, pois, comprometido com valores humanistas, de cidadania, em detrimento do aspecto financeiro, ou seja, o Século Diário sobrevive como jornalismo de resistência à medida que é censurado continuamente, mas sem abrir mão de sua posição declarada de luta por um ideal político de representação dos anseios das classes subalternas no âmbito crítico da esfera pública.

Podemos dizer que o digital Século Diário desempenha jornalismo alternativo quando visualizamos o caso da Agência Pública no estudo de Becker e Carvalho (2016), ao visibilizar temáticas não abrangidas pela mídia tradicional, assim como também pelo uso de fontes não oficiais e pela natureza interpretativa de suas matérias jornalísticas (CARVALHO, 2014). Trata-se de um jornalismo que, desta forma, é de contraponto ao pensamento hegemônico. Também pela maior presença de intelectuais e de representantes dos movimentos sociais populares percebemos por meio do estudo de Oliveira (2011) que o Século Diário se encaixa em alternativo quando amplia vozes na agenda pública.

Já a questão posta por Silva (2016) encara o jornalismo alternativo como feito por aqueles que

se autodenominam alternativos e sem fins lucrativos. Como empresa juridicamente registrada, o Século Diário não se expressa publicamente em seu *site* jornalístico como sem fins lucrativos. De outra forma, visualizando as constantes dificuldades estruturais em se manter relevante em prol do ideal de um jornalismo combativo, a possibilidade do Século Diário não possuir qualquer lucro ou rentabilidade, por exemplo, parece-nos mais uma consequência da censura judicial que asfixia financeiramente o jornal que um objetivo inicial estrutural em seu cerne de não obtenção de retorno financeiro. Apesar de alternativo à mídia dominante em termos de conteúdo, na visão de Silva (2016), o digital Século Diário não se encaixaria na alcunha de alternativo, visto que o veículo **se autoenuncia não como alternativo, e sim como independente.**

7.2 O INDEPENDENTE AUTOLEGITIMADO NO LUGAR DE FALA DO TRABALHADOR JORNALISTA

O conceito de independência se dá de forma mais complexa no jornalismo digital do século XXI, quando o mundo do sistema produtivo capitalista globalizado acaba por penetrar nas agruras do cotidiano, seja para reafirmar a ordem ou para gerar a negação, bem como nas esferas institucionais públicas e privadas que permeiam os campos do conhecimento, inclusive os jornalismo. Enquanto que, o “alternativo”, por outro lado, já se impõe como algo relacional entre duas esferas que historicamente estão em lados opostos, a classe subalterna (ou a imprensa feita por ela ou para ela ou a favor dela) e a classe burguesa (representante da ideologia dominante, dos donos dos meios de produção).

Sanando a lacuna do escasso material científico sobre jornalismo dito “independente”, pois grande parte dele não o desvincula do “alternativo” (como não poderia deixar de sê-lo numa ótica de totalidade dos fenômenos), o relatório final do Projeto de Pesquisa do Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho ECA USP, *As relações de Comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*, publicado em 2018, traz algumas nuances que permitem identificar como se enxergam os jornalistas que trabalham num dos maiores centros econômicos do país, porém, especificamente com o dito jornalismo independente.

Na primeira etapa constituída de levantamento exploratório na qual, a partir da autodeclaração de 70 arranjos na região metropolitana (dentre esses 27 se declaram independentes, 6

alternativos e 4 alternativos e independentes) de São Paulo em seus sites e redes sociais (FÍGARO, 2018), chegou-se a algumas informações, as quais também inferimos para traçar o perfil inicial do jornalismo digital independente do Século Diário a partir do nosso material coletado.

O jornal digital capixaba Século Diário se autodeclara independente e vinculado a uma postura interpretativa dos fatos; seu tempo de existência é anterior a 2006, ano de criação do negócio jornalístico mais antigo em SP arrolado na pesquisa de Figaro (2018); a nossa entrevistada no Século Diário é jornalista por formação como também dá preferência à admissão de jornalistas por formação no jornal; o Século se apresenta como iniciativa completamente jornalística, em que identificamos marcadores da práxis jornalística, como a reportagem e a apuração aprofundada; tem status jurídico claro e definido e registrado no órgão competente; o Jornal não se declara diretamente vinculado de forma explícita, em termos estruturais, a movimentos sociais, religiosos ou políticos em seu expediente, nem a jornalista por nós entrevistada; a periodicidade é diária, mas com atualização contínua; o Século Diário não atua em outras atividades além da produção de conteúdo jornalístico; as fontes de financiamento correspondem no que é nos permitido verificar publicamente, em um misto de publicidade institucional + monetização via Google *ad sense*.

Ao interpretar os resultados partindo dos dados sistematizados dos perfis de arranjos jornalísticos do grupo dos 70 arranjos na região metropolitana do estado de São Paulo, afunilando junto aos relatos das etapas de entrevistas a partir dos grupos de discussão divididos entre os representantes dos arranjos participantes da pesquisa de Fígaro (2018), identificamos aspectos que também envolvem a produção noticiosa do digital capixaba independente Século Diário, tais como a *violência econômica* com que o Século Diário convive, pois objeto de *violência simbólica* pela asfixia financeira devido à censura político-judicial, buscando maneiras para continuar “vivo” no mercado do jornalismo *online* capixaba. Justamente a *violência jurídica* com a qual o jornal e os jornalistas do Século Diário convivem que desencadeou na mudança na estruturação produtiva advinda com a cisão entre o núcleo duro da redação que construiu a identidade do jornal por quase uma década e os proprietários do negócio jornalístico, em 2017:

Outra forma de violência que os entrevistados relataram foi a violência jurídica por parte de quem é envolvido nas matérias e nas investigações desses jornalistas. As constantes ameaças de processos e a abertura de processos, mesmo quando a matéria

está correta, provocam um prejuízo em termos de tempo e dinheiro que esses arranjos, por serem pequenos, não suportariam se não fossem os advogados voluntários e parceiros atuando a seu favor de forma gratuita (FIGARO, 2018, p. 117).

Assemelha-se aos negócios jornalísticos representados pelos entrevistados na pesquisa em SP (FIGARO, 2018) a falta de representatividade nas entidades de classe que nossa entrevistada do *Século Diário* reclama por não ser feita com afinco em muitos desses casos de censura judicial contra o jornal digital independente capixaba. Em adendo, também há verossimilhança quanto à violência simbólica que o *Século Diário* sofre com o constante assédio de empresas de publicidade na tentativa sorrateira de calar a voz do jornal independente *Século Diário*, como também na tentativa de cerceamento por parte de representantes do Estado assim como por parte dos membros do Ministério Público descritos na obra *Um novo Espírito Santo: Onde a corrupção veste toga* e nas ameaças ao provedor que hospedava o jornal na internet.

Discursivamente, percebemos o *afastamento do lugar discursivo da neutralidade e da mídia hegemônica*, verificado nos relatos dos representantes dos arranjos na região metropolitana do estado de São Paulo por Fígaro (2018), como muito evidente na diferenciação que a nossa entrevistada (editora, diretora e repórter do *Século Diário*) se percebe e percebe o seu trabalho em relação ao jornalismo praticado na mídia dominante regional. A editora se coloca “de um lado” no qual a independência se daria pela proposta editorial do jornal ao tomar explicitamente posição, mas que também percebemos se configura em aspectos da feitura da notícia e da produção noticiosa, como nas pautas, na apuração, no trato com as fontes etc.

Quando a editora Manaíra Medeiros diz “não ter sentido fazer o que aquilo que as demais empresas fazem” não abrindo mão do seu compromisso social com os povos impactados e minorias étnicas, diretamente aciona termos deontológicos da profissão, emergindo a reflexão que a ética no jornalismo do *Século Diário* também passa por uma consciência sobre seu papel e responsabilidade social, o que nos faz refletir a respeito do jornalismo independente como aquele mais próximo ao interesse público no Estado Democrático de Direito. Essa independência no *Século Diário* é associada pela editora que aciona o léxico valorativo da “liberdade” na apuração que- sem determinados compromissos políticos e econômicos que entravam a pauta na grande mídia tradicional- acabariam por incidir numa investigação aprofundada não só por partir de um viés interpretativo dos fatos pelo repórter, mas também por não admitir interferências.

A partir da ótica da editora Manaíra Medeiros, percebemos que a estrutura de pequena escala do negócio jornalístico do digital Século Diário também acaba por se correlacionar ao que se denomina “independência”. Pois, na falta de recursos financeiros, o que pode gerar precarização pelas constantes perseguições judiciais, se, ao mesmo tempo, não facilita a saída do repórter à rua, também estimularia a própria criação das suas pautas a partir de uma discussão coletiva dentro da redação. A editoria também considera a “autonomia”, léxico que, ligado ao tratamento da notícia, correlaciona-se com “criatividade” (liberdade do repórter de criar e pensar criticamente de forma interpretativa suas pautas) para também visualizar a diferença entre a feitura do jornalismo dito independente do Século Diário em detrimento da mídia tradicional, mais engessada.

A “liberdade” na criação das pautas, por exemplo, surge na concepção da “independência” do Século Diário nas palavras da entrevistada, Manaíra Medeiros, numa imbricação entre o lugar de fala da jornalista com o lugar social do jornal. Ao exercer seu ofício numa estrutura de pequena escala, o repórter do Século Diário precisa ser crítico e independente (até mesmo na admissão de um novo jornalista, é relatada a busca por essa afinidade), o que nos faz refletir sobre um trabalho autorreconhecido entre a entrevistada- que, curiosamente, ao mesmo tempo pertence ao “chão de fábrica da notícia” como repórter experiente em Meio Ambiente, também exerce função diretiva no Século- com a independência identificada no escopo de valores do próprio jornal.

Ao expressar-se contra o excesso de “zelo” que a mídia dominante trata os poderosos em seu conteúdo jornalístico, a indignação com um mundo previamente dado às injustiças sociais nos parece sentimento acionado pela editora Manaíra Medeiros ao se referir reiteradamente ao fato de que o Século tem um lado claramente expresso (a favor das minorias, dos movimentos sociais populares, dos povos tradicionais impactados etc.), como também demarca a visão de mundo do cidadão-jornalista que acaba por se embutir às práticas profissionais e à produção noticiosa em experiências como o jornalismo dito independente do capixaba Século Diário.

Com o conteúdo 100% autoral como “marca do jornalismo independente” do digital capixaba, Século Diário, percebemos uma demarcação da diferença com a mídia tradicional advinda da marca da regionalização, das pautas de demandas estritamente regionais/ locais, sem replicação de conteúdos de terceiros, configurando-se a partir do território geográfico, do estado do Espírito Santo, apesar do Século trabalhar em torno das tecnologias digitais que envolvem o

território simbólico do jornalismo *online*.

Na produção de sentido, a editora Manaíra Medeiros relaciona preponderantemente o “independente” do digital Século Diário como aquele que “marca uma posição”, calcada em “bandeiras de luta”, o que nos faz refletir sobre o jornalismo independente engajado, relacionado ao *dever* da militância. Da mesma forma, a editora Manaíra Medeiros aciona o campo deontológico quando põe o “independente” como em oposição ao jornalismo declaratório da mídia tradicional regional com feitura noticiosa baseada na neutralidade e na objetividade, pois, no Século Diário, pratica-se um jornalismo interpretativo e comprometido abertamente com as demandas das minorias étnicas, dos povos originários e impactados pelo avanço civilizatório capitalista em terras capixabas.

De forma superficial ao “pôr o leitor com papel de juiz” por meio de várias declarações e de várias fontes, conforme Manaíra Medeiros (2019) diz sobre o fazer jornalístico da grande mídia tradicional, a independência no Século Diário passa a criar justamente uma relação que também demarcaria o “independente”, que é de confiança recíproca com as fontes. Visualiza-se então um marco de ‘qualidade’ do independente Século Diário, a credibilidade do ponto de vista de confiança conquistada com a longevidade da publicação. Em outras palavras, o jornal precisa das fontes e as fontes confiam no jornal, o que contribui na construção da longevidade nesse tipo de jornalismo combativo. Por afinidade com a proposta editorial do jornal independente Século Diário, as fontes acabam sendo exclusivas, como os representantes de movimentos sociais populares da cidade e do campo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No limiar entre a esfera pública e a esfera privada, a partir da perspectiva dos pontos de apagamento e visibilidade que acabam por constituir o caminho entre o fazer jornalístico dos jornalismo(s) relacionados, em determinado contexto sociopolítico e econômico, com as estruturas de poder estatais em um capitalismo cujas instituições são corroídas pelo aparato neoliberal capitalista, conseguimos enxergar pontos que nos permitem jogar luz sobre aspectos significantes do *‘independente’* do jornalismo independente do Século Diário na arena de lutas sociodiscursivas capixaba.

Entre a Revista Século, um produto do final dos anos 1990, e a sua derivada, a experiência jornalística dita independente do jornal digital Século Diário, há aproximações e dissonâncias. A Revista, embora de memorável conteúdo histórico com postura editorial de crítica a respeito da conjuntura que deságua nas consequências do avanço civilizatório no Espírito Santo, mas também ancorada numa estrutura empresarial da notícia, traz em seu bojo um jornalismo “para todos” (inclusive visualizando e legitimando a própria mídia dominante regional em suas páginas) e defensor da neutralidade, cuja publicidade passa pelo próprio empresariado, pelos Poderes Legislativo e Executivo do Espírito Santo e pelas próprias multinacionais ambientais que ela própria critica.

Não há somente uma diferença de autoenunciação na postura editorial dos veículos do “jornalismo para todos” (Revista Século) do Espírito Santo, neutro, para o “jornalismo Independente, interpretativo” (Século Diário) como também há diferença na seletividade da publicidade. Abertamente o Século Diário não permite publicidade de poluidoras. Porém, ao acompanhar as edições do nosso objeto de pesquisa, a tendência do jornal nos parece não aceitar qualquer publicidade de grandes empresas que fira os seus preceitos e valores em relação à defesa dos povos impactados originários, sobrelevando o direito social à informação em detrimento dos possíveis interesses econômicos que guiam, por ora, o outro jornalismo tradicional. Do ponto de vista do censor, a descontinuidade da Revista Século- que, além de publicidade tinha um projeto para assinantes- advém de dificuldades financeiras num momento de crise da mídia impressa e também pela necessidade e oportunidade de experienciar o jornalismo num então “novo” espaço digital. Entretanto, a descontinuidade do periódico não nos é remetida à violência jurídica, enquanto o Século Diário como jornalismo *online* dito

independente com conteúdo 100% gratuito sobrevive em grande longevidade, mas numa configuração estrutural de produção noticiosa de resistência aos aparatos censórios.

Da descontinuidade da Revista Século ao nascimento do Século Diário, a autolegitimação do “independente” do jornal digital também se ancora nas experiências do seu fundador, Rogério Medeiros, seja como jornalista atuante anteriormente contra o regime ditatorial (1961-1984), seja como pioneiro no fotojornalismo capixaba em quase 60 anos de registro, evidenciando positivamente a cultura popular e a luta dos povos originários do Espírito Santo, como também na política partidária, ao priorizar políticas públicas como a Lei Rubem Braga, suas lutas, que se imbricam com a história do Espírito Santo, são tomadas como argumento de autoridade para se referenciar à postura editorial crítica adotada pelo jornal *online* principalmente em relação às pautas concernentes ao respeito às culturas e a preservação da vida e do meio ambiente.

Ao enxergarmos o “independente” do jornal digital Século Diário pela tônica da censura, por ora, um campo vasto de estudo, conforme visto, tratamos aqui neste trabalho sobre censura explorada à luz do direito positivo com vista aos códigos deontológicos e ao conjunto de regramentos constitucionais no “*dever-ser*” no Estado Democrático de Direito, apesar de preferirmos tratar sobre o direito social à informação ao invés de “liberdade de expressão”, que pode ser confundida com a liberdade de empresa. Quanto ao Século Diário, a violência econômica simbolizada pela asfixia financeira obriga a modificações na estrutura do jornal após a saída do “núcleo duro” na crise de 2017, conjuntura que nos parece consequência da violência jurídica constante, acirrada desde 2009, como alvo de processos judiciais não só contra o jornal digital independente Século Diário, mas na pessoalização na via judicial contra seus jornalistas. Sem entrar no aspecto da judicialização ou se fazer qualquer apreciação neste sentido, já que não se trata do objeto deste trabalho, podemos indicar que há, aqui, evidências do sequestro ideológico do capitalismo na corrosão dessa “diferença” do jornalismo independente para o tradicional, por meio de seus instrumentos coercitivos de emudecimento dos contrários à ideologia dominante, que acabam num círculo vicioso, de peso e contrapeso, de força sistemática contra experiências independentes como o jornal Século Diário, que sobrevivem expressamente por uma causa que não a econômica, mas sempre na resistência.

No próprio embate ideológico com a mídia dominante regional, podemos refletir sobre o “independente” do Século Diário, pois, enquanto o jornal do principal conglomerado de comunicação capixaba legitima a referência do fundador do Século, Rogério Medeiros, como

um dos principais fotojornalistas do estado do Espírito Santo, por outro lado, o próprio *Século* relata sobre o silenciamento desse mesmo conglomerado regional em suas páginas a respeito da censura imposta ao *Século*, algo expressamente repudiado inclusive por jornais da mídia hegemônica em âmbito nacional e por órgãos representativos de classe e entidades internacionais de defesa do direito social à informação. A configuração da intensidade do silenciamento sai dos embates da esfera privada e parte para os arranjos institucionais de representação jornalística no ato do diretor do mesmo conglomerado, na função de Presidente da ANJ, ao não visibilizar devidamente a censura contra o jornal independente *Século Diário*, no momento em que a entidade se coloca como representante dos interesses dos jornais e se põe publicamente em defesa da “livre expressão” e da “liberdade de imprensa”.

Neste trabalho, na defesa da luta pela agroecologia e pelos direitos dos povos indígenas e quilombolas, pelos povos impactados, silenciados pela mídia dominante regional, o “independente” do jornalismo do *Século Diário* se apresenta na esfera midiática como alternativa à ideologia hegemônica simbolizada pelo agronegócio, logo, apresenta-se como alternativa a partir da angulação do tema abordado. A partir dos “lugares de fala” do trabalhador-jornalista, pensando numa reflexão autoconsciente em relação ao nosso objeto, o jornalismo independente do *Século* emerge como aquele relacionado à ética, à medida que sua base de produção noticiosa se dá numa apuração investigativa aprofundada que não admite interferências partindo de um viés interpretativo dos fatos pelo repórter, como também aquele que estimula a criatividade do repórter na autonomia do tratamento da notícia e permite a liberdade na criação de suas próprias pautas. Significaria, assim, um jornalista (profissional) independente para um jornalismo (empresa) autointitulada independente. O jornalismo do independente *Século Diário* é, sobretudo, um jornalismo demarcadamente crítico e indignado com as injustiças sociais na figura dos seus jornalistas, como também um jornalismo que marca posição expressamente calcada em bandeiras históricas de luta, sensibilizado na defesa dos povos impactados e povos originários e minorias étnicas. O “independente” do *Século Diário* se reafirma, pelo material coletado e pesquisado, na credibilidade conquistada na relação de confiança recíproca com as fontes e também no pioneirismo em abordagens e editoriais, pautando a mídia dominante regional.

A partir de todos esses tópicos, enxergamos o “independente” do jornalismo do *Século Diário*, que visibiliza, por pontos que, editorialmente, simbolizam o afastamento do lugar discursivo da neutralidade e do pensamento ideológico dominante da mídia hegemônica, que silencia, porém,

estruturalmente também atingido por um processo, assim como outros jornalismo, de crise estrutural do capital. A tendência à crise parece atingir mais drasticamente experiências jornalísticas de pequena escala ditas independentes como o *Século Diário* que sobrevivem continuamente em meio à asfixia econômico-financeira. Uma das consequências, para o *Século Diário*, é ter de conviver com dificuldades estruturais tais como a instabilidade do banco de dados do jornal, a qual pode atingir a perenidade do seu importante conteúdo crítico no que diz respeito à capacidade de memória e armazenamento de informações que se dispõe na interface gráfica da internet.

Por ora, deixamos como ponto suspenso a defesa da mídia técnica sustentada por nossa entrevistada como alternativa para viabilizar financeiramente o jornalismo independente do *Século Diário* e para democratizar o acesso à publicidade pública para a mídia, pois se, de um lado, aciona o dispositivo legal em relação às políticas públicas, de outro, gera a reflexão do lugar de “independência” desse jornalismo a partir do embate da relação conflituosa com possíveis interesses de terceiros, entes governamentais. Pelo espectro da sustentabilidade, o jornalismo do *Século Diário* não seria independente no sentido de ser autônomo na dependência de publicidade estatal, entretanto, pela sua rigorosa seleção se dá o tom da independência do jornal pela postura editorial do veículo (conteúdo), de onde nos parece permear todas as características denotadoras de resistência aqui apresentadas. Devido à necessidade de um exame mais aperfeiçoado desembocando na atividade político-partidária, que não é o tema deste trabalho, como sugestões para as próximas pesquisas, exortamos ao aprofundamento sobre a mídia técnica correlacionada com jornalismo dito independentes como o *Século Diário*, assim como o tema da judicialização nesse tipo de jornalismo e, por último, uma análise da editoria de Política do jornal. Todos esses pontos poderão ajudar no caminho investigativo, por nós iniciado, para entendermos processualmente tais experiências autorreferenciadas independentes.

REFERÊNCIAS

- ABI. **Entidades repudiam censura no Espírito Santo**. Publicado em 12. jul.2012. Disponível em: <https://www.abi.org.br/entidades-repudiam-censura-no-espírito-santo/>. Acesso em: 26.set.2020.
- ABRAMO, P. **Um trabalhador da notícia**: textos de Perseu Abramo.1a. ed, maio de 1997, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**: [Homo Sacer, II, I]; Tradução Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- AGNEZ, L; PIRES, R.; PIMENTEL, T. Mídia alternativa digital: experiência de novos formatos e rotinas produtivas. **Revista ALTERJOR**. Ano 07, vol. 02, ed. 14, Julho-Dezembro, 2016.
- AGUIAR, S. **Territórios do Jornalismo**: geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital / Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BANDEIRA, C; PELLEGRINI, J.; DORNELAS, R. **(O)Posição Pelo Riso**: O Humor Como Estratégia Discursiva no Jornalismo Alternativo Capixaba. 11º Encontro Nacional de História da Mídia (ALCAR). Trabalho concorrente ao Prêmio José Marques de Melo de Estímulo à Memória da Mídia – 2017.
- BARBOSA, A. A imprensa alternativa como resistência à indústria jornalística resultante do processo de neocolonização. **Punto Cero**, Cochabamba , v. 15, n. 20, p. 67-75, 2010.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRITO, L; BUZALAF, M.N. *O Sol* e o jornalismo alternativo: rompimento de paradigmas na imprensa brasileira. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro. 4 a 7/9/2015.
- BRITTES, Juçara Gorski (Org.). **Imprensa Capixaba**: Aspectos Históricos da Imprensa Capixaba. Vitória: EDUFES, 2010.
- BECKER, D; CARVALHO, G. Jornalismo alternativo na era digital: o caso da Agência Pública. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). In: **VI Encontro**

Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo. Nov. 2016.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política (Obras escolhidas)**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BITTENCOURT, G. **Historiografia Capixaba & Imprensa no Espírito Santo**. Vitória: Edit, 1998.

BOLÃO, C. **Jornalismo online**: reflexões a partir da economia política da comunicação. CLACSO, El Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (biblioteca virtual). Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/sel/05bol.pdf> . Acesso em: 20. set. 2020.

BONONE, L. **Construção de método para pesquisas de Frame analysis**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, v.13, nº2, 2016.

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**: seguido de A influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Tradução Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRAGA, A; AGUIAR, L; BERGAMASCHI, M. O chão de fábrica da notícia: contribuições para uma economia política da práxis jornalística. In: **Intercom – RBCC**, São Paulo, v.37, n.1, p. 111-132, jan./jun. 2014.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial no Brasil**: uma leitura crítica. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

CHAGAS, H. OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Por que a mídia técnica?** Edição 784, 10.fev.2014. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/por-que-a-midia-tecnica/> . Acesso em: 26.set.2020.

CHARADEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução Ângela S. M. Correa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, M. S. **Ideologia e Educação**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016, Scielo.

CHRISTOFOLETTI, R. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

CARVALHO, E.D.M. **Financiamento da mídia no Brasil na Era PT**. Revista E-Compós, v. 23, 1 abr. 2020.

CARVALHO, J. **Amordaçados**: uma história da censura e de seus personagens [livro eletrônico]. Barueri: Manole, 2013.

CARVALHO, G; BONA; N. **Jornalismo alternativo**: aproximações exploratórias em busca

do conceito. In: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo. Nov, 2017.

CARRARO, R. **A Crise do Jornalismo e o Discurso sobre a Crise: Múltiplos Ângulos Possíveis de Abordagem para uma Compreensão Ampla das Mudanças em Curso.** In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo, 2016.

CASSOL, D.B. **Brasil de Fato: a imprensa popular alternativa em tempos de crise.** Dissertação (mestrado) Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Rio Grande do Sul: São Leopoldo, 2010.

CRESPO, R.A. Versus: um espaço da América Latina na imprensa alternativa (1975- 1979). **Revista Matrizes**, São Paulo, V.12, Nº 2, maio/ago. 2018.

CNFCP. Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) **Folclore: Rogério Medeiros.** Disponível em: <http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/docmulti.aspx?bib=AcervoFolclore&Pesq=rog%C3%A9rio%20medeiros> . Acesso em: 18. set.2020.

CENTRO KNIGHT PARA JORNALISMO NAS AMERICAS. Centro Knight lança linha do tempo para acompanhar casos de censura judicial no Brasil. Publicado em: 21.fev.2013. Repercutido por SÉCULO DIÁRIO, publicado em 22.fev.2013. **Centro Knight inclui Século Diário na linha do tempo que acompanha censura no Brasil:** o Centro Knight para o jornalismo nas Américas da Universidade do Texas, em Austin, lançou uma linha do tempo “Censura Togada no Brasil”. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/centro-knight-inclui-seculo-diario-na-linha-do-tempo-que-acompanha-censura-no-brasil> . Acesso: em 26.set.2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Comissão da Verdade, Relatório Volume 1, p. 344.

CONGRESSO EM FOCO. **Campanha de intimidação impõe censura ao Século Diário.** Por Rogério Medeiros. Publicado em 24.set.2011. Atualizado em 30.set.2011. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/campanha-de-intimidacao-impoe-censura-ao-seculo-diario/> . Acesso em: 26.set.2020.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Relatório Violações de Direitos Humanos no sistema prisional do Espírito Santo:** a atuação da sociedade civil, maio 2011. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2015/09/SistemaPrisionalES_2011.pdf . Acesso em 26.set.2020.

COSTA, C.T. Um modelo de negócio para o jornalismo digital: como os jornais devem abraçar a tecnologia, as redes sociais, e os serviços de valor adicionado. In: **Relatório Columbia University Graduate School of Journalism.** Abri., mai., jun., 2014.

COUTINHO, C.N. Intelectuais, luta política e hegemonia cultural. In: MORAES, Denis (organizador). **Combates e Utopias:** os intelectuais num mundo em crise. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2004.

COUZEMENCO, F. Século Diário. **Contramestre do Ticumbi preserva nascente do único córrego que sobrevive no Sapê do Norte.** Berto Florentino, guardião de uma das maiores ex-

pressões folclóricas capixabas, é também protetor da nascente do Córrego São Domingos, único a sobreviver ao deserto verde da Aracruz Celulose. Publicado em: 06. nov.2017.

_____. Século Diário. **Meio ambiente:** poucos avanços, muitos retrocessos e estagnações. Em doze temas, ambientalistas relembram os fatos mais relevantes do ano no Espírito Santo. Publicado em: 31. dez. 2018. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/meio-ambiente-poucos-avancos-muitos-retrocessos-e-estagnacoes> . Acesso em: 08. fev.2019.

CUNHA, Ana Rita; FÁVERO, Bruno. **O que se sabe até agora sobre o derramamento de petróleo no Nordeste.** Agência de fact-checking Aos Fatos. Publicado em: 01. nov. 2019.

DIAS, D.B.F. **O Paraíso demoníaco:** a censura inquisitorial na América a partir do veto as Crônicas da Companhia de Jesus, contexto e motivos. Dissertação de mestrado. Escola de Comunicação e Artes: Universidade de São Paulo, 2015.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas:** métodos e técnicas. São Paulo: Prentice-Hall, 2004.

DINES, A. **O Papel do Jornal e a Profissão de Jornalista.** 9 ed. São Paulo: Summus, 2009.

ENTMAN, E. **Frame analysis.** An essay on the organization of experience. Cambridge: Harvard University, 1993.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalismo Brasileiros.** 4 ago. 2007.

FERNANDES, V. O. Panorama da mídia alternativa no Brasil e na América Latina. In: **9º Encontro (ALCAR).** Ouro Preto, UFOP, 2013.

FÍGARO, R. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia.** Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, Universidade de São Paulo, 2018.

_____. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista/** Roseli Fígaro, Claudia Nonato, Rafael Grohmann; organização: Roseli Fígaro; prefácio de José Marques de Melo. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

_____. **Jornalismo e Trabalho de Jornalistas:** desafios para as novas gerações no século XXI. Revista Parágrafo, v. 2, nº2, 2014.

FÍGARO, Roseli; FILHO, Fernando Felício Pachi; NONATO, Claudia. Relações de Comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia. **Revista Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero**, nº41, Jan-Jun. 2018.

FÍGARO, R.; NONATO, C. Novos “arranjos econômicos” alternativos para a produção jornalística. **Revista Contemporânea | comunicação e cultura.** v.15, n.01, p.47-63, jan-abr 2017.

FIGUEIREDO, B. Exposição: o olhar de Rogério Medeiros sobre os povos do Espírito Santo.

Jornal A Gazeta. 27 jun.2019.

FISHER, G. Imigrantes de língua alemã e as visões do paraíso da elite capixaba (1847-1862). **Revista Espaço Plural**, vol. 9, nº19, 2008.

FILHO, Adilson Vaz Cabral; SCHNEIDER, Marco. O legado de Stuart Hall e a Comunicação Comunitária. **Matrizes**, São Paulo, v.10, nº 3, p. 107-124, set/dez. 2016.

FREEDOM HOUSE. ***Freedom on the Net 2013***: a Global Assesment of Internet and Digital Media. October 3, 2013 (Page 148). Disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/resources/FOTN%202013_Full%20Report_0.pdf. Acesso em: 26.set.2020.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade**: e outros escritos. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Educação e Mudança**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

G1 ES, com informações da TV Gazeta. Após 9 anos, Justiça do ES condena 8 por desvio de dinheiro público: caso da empresa Marval foi denunciado pelo Ministério Público estadual. Empresa tinha contrato com prefeitura. Condenação cabe recurso. Publicado em: 11 jan. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2012/01/apos-9-anos-justica-do-es-condena-8-por-desvio-de-dinheiro-publico.html>. Acesso em: 20.set.2020.

G1 ES. Justiça ordena prisão de Gratz por desvio de dinheiro da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. G1 ES. 21. out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/10/21/justica-ordena-prisao-de-gratz-por-esquema-de-corrupcao-no-es.ghtml>. Acesso em: 20.set.2020.

GALILEI. Redação. **É oficial, o Rio Doce está completamente morto**. Análise laboratorial detectou até mercúrio nas águas do rio mais importante de Minas Gerais – danos ambientais são irreversíveis. *Revista Galilei*. 13. nov. 2015.

GARCIA, M.A. Unindo Gerações. In: **Um trabalhador da notícia**: textos de Perseu Abramo. Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

GLORIA, R; STRELOW, A. Coojornal como objeto de pesquisa: mapeamento dos estudos realizados sobre o jornal. In: **ALCAR, XI Encontro Nacional de História da Mídia**. São Paulo, 2017.

GUIMARAES, C. Comunicação Alternativa a quê? Notas sobre contra-hegemonia no campo da comunicação. In: **Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação XXVI Encontro Anual da Compós**, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

GROHMANN, R. O trabalho do Jornalista como sintoma da lógica dos conglomerados.

Revista Alterjor. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP). Ano 4, vol.2, ed. 8, Jul-Dez, 2013.

_____. **O trabalho do jornalista a partir dos processos comunicacionais e produtivos:** dimensões teóricas em cenário de flexibilização e tensionamentos identitários. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*(UFSC), v. 13, nº 1, 2016.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 4º edição, 1982.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Luiz Werneck Viana. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa; tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAESBAERT, R. Definindo território para entender a desterritorialização. *In:* HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização, do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, S. **Cultura e representação.** Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira.-Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 9ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

HASSE, G. Um caso raro de sobrevivência virtual. **Observatório da Imprensa.** São Paulo. 27. jul. 2010 (edição 600). Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/um-caso-raro-de-sobrevivencia-virtual/> . Acesso em: 26.set.2020.

HAUBRICH, A. **Mídias Alternativas:** a palavra da rebeldia. Florianópolis: Insular, 2017.

IANNI, O. **O Príncipe eletrônico.** Perspectivas (São Paulo), v.22, p.11-29, 1999.

IJUIM, J.K. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 31-43, jul.-dez. 2009.

ITO, L.D.L. Modelos de negócio para o jornalismo digital: do paywall ao crowdfunding. *In:* **SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo ECA/USP.** São Paulo. Nov. 2017.

JAMESON, F. **Pós-Modernidade e Sociedade do Consumo.** Tradução de Vinicius Dantas. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.º12, pp. 16-26, jun. 85.

MORAES JUNIOR, E. Mutações no jornalismo: o interesse público e novas formas de “newsmaking”. **Revista Alterjor.** Ano 08, v.2, ed. 16. Jul-Dez. 2017.

SOUSA JUNIOR, J.G de. Prefácio. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUÍ, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

KELLNER, D. **A cultura da mídia** - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo, Editora Página Aberta: Scritta Editorial, 1991.

KUNCZIK, M. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LEMONS, A. **Mídia locativa e territórios informacionais**. Disponível em: <https://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/midia_locativa.pdf>. Acesso em: 26.set.2020.

LIMA, Venício Artur de. **Cultura do Silêncio e democracia no Brasil**: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

_____. **Mídia**: teoria e política. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano** (1926-1937). São Paulo: Boitempo.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 6ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LOPES, Fernanda Lima. Jornalismo: uma profissão em crise? **Revista Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 58-72, jan.-jun. 2011.

MANNA, N; JACOME, P.; FERREIRA, T. Recontextualizações do –ismo: disputas em torno do “jornalismo em crise”. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia. v.24, nº3, 2017.

MARQUES-DE-MELO, J. Economia Política da Comunicação no Brasil de 1923- 2008 - Precusores, pioneiros, baluartes e vanguardistas. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação - INTERCOM**, v.32, n.1, p. 15-31, 2009.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de Cartógrafo**: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. Tradução: Fidelina Gonzáles. Coleção Comunicação Contemporânea 3. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: Denis de Moraes (org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MARTINUZZO, J.A. Prólogo: Territorialidade: o que é isso? In: MARTINUZZO, José, TESSAROLO (orgs.); Ariane Barbosa...[et al]. **Comunicação e Territorialidades: as pesquisas inaugurais do primeiro Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Espírito Santo**. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de

Comunicação Social, 2016.

_____. **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MATTELART, A; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Loyola, 1999.

MATTOS, S. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo.** São Paulo: Paulus, 2005.

MEDEIROS, R; CALADO, S. “**Um Novo Espírito Santo**”: onde a corrupção veste toga. Sobre textos de Renata Oliveira e Nerter Samora, repórteres de Século Diário. Editora Capital Cultural, 2010.

MEDEIROS, Gilberto. **Últimas notícias: histórias do Webjornalismo no século 20.** Vila Velha: Praia Editora, 2015.

MEDEIROS, Manaíra. **Entrevista** registrada concedida via email à Priscila Bueker Sarmento em setembro de 2019. Vitória, 27 set. 2019. [A entrevista encontra-se na íntegra no apêndice A desta dissertação]

MEDEIROS, Rogério. Academia do Jornalismo. In: **A Escolinha.** O Diário da Rua Sete: 40 versões de uma paixão. 1ª ed., Vitória, 1998. Projeto, coordenação e edição: Antonio de Pádua Gurgel.

_____. **Maldição Ecológica.** Rio de Janeiro: ASB, 1983.

_____. Cyro Medeiros: a história de um desbravador. **Blog Projeto Pip-Nuk** (reprodução). 18. nov. 2012. Reproduzido do Século Diário na seção Arquivo - Reportagens Especiais.

MEDINA, C.A. **Profissão jornalista: responsabilidade social.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MERLIN, N. “O neoliberalismo é uma forma de totalitarismo”: a psicanalista Nora Merlin e o novo paradigma político. Por Oscar Ranzani, publicado originalmente no Página/12. Tradução de Victor Farinelli. **Carta Maior:** o portal da esquerda. 09. ago.2019.

MIÈGE, B. As indústrias culturais e mediáticas: uma abordagem sócio-econômica (traduzido). **Revista Matrizes,** São Paulo, v.1, n. 1, out. 2007.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais-RBCS.** vol. 32, nº 94, jun. 2017.

MIGUEL, L.P. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MILENA, L. A difícil vida da oposição no Espírito Santo: Rogério Medeiros, diretor do Século Diário, denuncia campanha de intimidação e censura. **Portal GGN,** o Jornal de todos os Brasis,

Luis Nassif. 21.fev.2017. Disponível em: <http://jornalgggn.com.br/tag/blogs/rogerio-medeiros> . Acesso em: 27.dez. 2017.

MONTEIRO, C.; ALMEIDA JUNIOR, O. Intelectual orgânico como mediador da informação: algumas considerações acerca de um diálogo possível. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 92-105, 4 out. 2017.

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

_____. **O concreto e o virtual: Mídia, Cultura e Tecnologia**. Rio de Janeiro: DP &A, 2001.

_____. **Crítica da Mídia e Hegemonia Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2016.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos, jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOURA, T.M. **Ditadura eu vivi: depoimentos de jornalistas capixabas no período de 1964 a 1985**.

MUSSO, P. A filosofia da rede. In: PARENTE, André (Org.). **Tramas da Rede**. Porto Alegre: Sulinas, 2004. p. 17-38.

NASSIF, Lourdes. JORNAL GGN. **Cerco judicial: jornal Século Diário, de Vitória (ES), é alvo de assédio processual**. 23.ago.2016. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/midia/cerco-judicial-jornal-seculo-diario-de-vitoria-es-e-alvo-de-assedio-processual/> . Acesso em: 26.set.2020.

NETTO, M; MEDEIROS, R. **Memórias de uma Guerra Suja**. Cláudio Guerra em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Editora Topbooks, 2012.

NEVEU, É. As Notícias sem Jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror? **Brazilian Journalism Research**, v.6, n.1, 2010.

_____. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NONATO, C. **Jornalistas, blogueiros, migrantes da comunicação: em busca de novos arranjos econômicos para o trabalho jornalístico com maior autonomia e liberdade de expressão**. Tese apresentada a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo- ECA USP, 2015.

NONATO, C; BULLA; O; FÍGARO, R. **O silêncio como prescrição para o trabalho do jornalista**. Revista ALCEU - v. 17 - n.33- jul./dez. 2016.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Por ‘SD’. Caderno da Cidadania: STF suspende censura ao “SD”. Edição 811. 12. ago.2014. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/educacao-e-cidadania/caderno-da-cidadania/ed811-stf-suspende-censura-ao-seculo-diario/> . Acesso em: 26.set.2020.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Por Século Diário.Stenka do Amaral Calado (1940-2012): o adeus a um guerreiro da notícia. Edição 691, 24 abr. 2012. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/ed691-o-adeus-de-um-guerreiro-da-noticia/> . Acesso em: 27. dez. 2017.

OTRE, M.A.C. Quarenta anos de pesquisa sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil: análise da produção discente na Pós-graduação stricto sensu em Comunicação. **Revista Comunicação e Sociedade**, C&S – São Bernardo do Campo, v. 37, n. 3, p. 5-41, set./dez. 2015.

OLIVEIRA, D. Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia. **Signo pensam**. Bogotá, v. 30, n. 58, p. 52-63, 2011.

_____. **Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta**. São Paulo. SBPJor, 2009.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: São Paulo, Editora da Unicamp, 2007.

PACHI F, F.F; SOUZA, R.B.R; MOLIANI, J.A. Comunicação, imprensa e jornalismo alternativos: cartografia dos usos conceituais na produção acadêmica brasileira recente. *In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. PENSACOM BRASIL. São Paulo, SP. 12 e 13 de dezembro de 2016.

PAGANOTTI, I. **Ecos do silêncio**: liberdade de expressão e reflexos da censura no Brasil pós-abertura democrática. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2015.

PATRICIO, E; BATISTA, R. Elementos de identidade jornalística em autonarrativas de grupos de produção de jornalismo independente em plataformas digitais. *In: SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo*. 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. ECA/USP, São Paulo. nov. 2017.

PEREIRA, F.H. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil**: identidade, práticas e transformações no mundo social. 2008. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de Brasília. Brasília, 469 p., 2008.

PEREIRA, F.H; ADGUIRNI, Z.L. O Jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Revista Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan./jun. 2011.

PERUZZO, C.M.K. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

_____. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005.

PINTO, L.F. O JP morreu. Viva o JP. **Blog Lúcio Flávio Pinto**: a agenda amazônica de um jornalismo de combate. Publicado em: 21. dez.2018. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2018/12/21/o-jp-morreu-viva-o-jp/> . Acesso em: 24.

mar.2019.

PONTES, F. S. O conceito de ideologia na teoria do jornalismo de Adelmo Genro Filho. **Galáxia** (São Paulo, Online), n. 32, p. 151-162, ago. 2016.

POSSEBON, A. Comunicação Alternativa: uma reflexão sobre o jornalismo para além da grande mídia. **Revista Alterjor**. Grupo de Estudos Alterjor. Jornalismo Popular e Alternativo. Ano 02. Vol. 02 Ed. 04.Jul.-Dez. 2011.

PRATTI, L.P. Perfil social, recrutamento e trajetórias políticas: uma análise dos representantes do legislativo estadual capixaba, 1986-2010. Universidade Federal do Espírito Santo: Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Naturais, 2013.

PROMAF/ES. Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Fazenda. **Projeto de Modernização e Administração Fazendária**. 1998. Jornalismo: Rogério Medeiros.

QUINTARELLI, S. **Instruções para um mundo imaterial**. Tradução: Marcela Couto. Editora Elefante, 2019.

RABELO, J. **Entrevista** gravada concedida à Priscila Bueker Sarmento sobre banco de dados do Jornal Século Diário. Vitória, segundo semestre de 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice B desta dissertação]

RANGEL, J. Século Diário: o alto preço de se fazer jornalismo independente no ES. **Diário de um Jornalista, por Jackson Rangel Vieira**. 18. jan.2018. Disponível em: <https://jacksonrangelvieira.com/2018/01/18/seculo-diario-o-alto-preco-de-fazer-jornalismo-independente-no-es/> . Acesso em: 26.set.2020.

REBOUÇAS, J. E. Estudos e práticas da economia (e da) política de comunicações na América Latina. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 2, n.5, p. 65-89, 2005.

REIS, R. Percursos do Jornalismo no Espírito Santo. In: **Correio da Victoria, primeiro jornal capixaba: reminiscências de um lugar**. 1º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Mídia Brasileira: 2 séculos de história. GT1 Historia da Mídia Impressa, 2003.

RESENDE, L.G. **Mídia, ditadura e contra-hegemonia**, a ação do jornal Posição no Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 173 p. 2006.

REVISTA SÉCULO. **Grupo Buaiz**: a cara do Espírito Santo. Reportagem de Hely Edson J. Barroso, fotos: Ricardo Medeiros. Vitória, ES, Ano I, nº3, maio 2000, pg 30-32.

_____. **Banco aprova a licitação**: quando apenas a verdade não é uma boa notícia. Informe Publicitário do Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória, ES, Ano II, nº14, abril 2001.

_____. **Você tem muitos motivos para ler A Gazeta**. Vitória, ES, Ano I, nº 9, Nov. 2000, pg.55.

RIBEIRO JÚNIOR, H.. **Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito**

Santo: as políticas penitenciárias e de segurança pública do governo de Paulo Hartung (2003-2010). Vitória: Causa, 2012.

RIBEIRO, A.P.G. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. **Revista Contracampo**, v. 32, n. 2, ed. abril- julho ano 2015. Niterói: Contracampo, 2015. Págs: 73-90.

ROGERS, R. O fim do virtual: os métodos digitais. **Revista Lumina**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Juiz de Fora, v.10, n. 3, 2016.

ROMANCINI, R; LAGO, C. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis, Insular: 2007. ROTHBERG, D. Enquadramento e metodologia de crítica de mídia. In: 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, **Anais**. Aracaju: 2007.

ROXO, M; GROHMANN, R; MARQUES, A. Lugares de Enunciação e Disputas de Sentido em Relação ao Trabalho Jornalístico em Arranjos Alternativos às Corporações de Mídia. In: SBPJor. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo ECA/USP. São Paulo: Nov. 2017.

RSF. Um jornalista da Folha de São Paulo alvo do ódio de um antigo policial militar no Facebook. Repórter sem fronteiras. 20.jul.2012. Atualizado em 16.out.2016. Disponível em: <https://rsf.org/es/node/23178> . Acesso em: 26.set.2020.

SAQUET, M.A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAMPAIO, R.C; FONTES, G. S; FERRACIOLI, P. **Molduras de uma tragédia anunciada:** enquadramentos do desastre de Mariana. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 55-72, Dec, 2017.

SANTAELLA, L. **Cultura e artes do pós-humano:** da cultura das mídias a cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, G; AGUIAR, S. **Breve história do pensamento latino-americano sobre a mídia alternativa**, dos anos 1970 ao final do século XX. XI Encontro Nacional de História da Mídia (ALCAR 2017).

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização:** do pensamento único a consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, Pedro Lucas Oliveira dos. **Imprensa Alternativa:** discutindo o conceito. *Revista Alterjor*, v. 8, n. 2, p. 81-100, 17 dez. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. In: **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SCALZO, M. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SCHIFFLER, M.F; NASCIMENTO, J.L. Cantares Ticumbis: resistência e memória na literatura oral de comunidades quilombolas. In: **I Congresso Nacional Africanidades e**

Brasilidades. Universidade Federal de Espírito Santo. Vitória: 26 a 29 de jun. de 2012.

SECULO DIÁRIO. **A função do jornalismo social (Editorial).** Publicado em 14. jul. 2015. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/colunas/a-funcao-do-jornalismo-social>. Acesso em: 26.set.2020.

. **Cerco judicial contra o Jornal Século Diário** (carta aberta). Disponível em: <http://www.seculodiario.com.br/ckfinder/userfiles/files/texto.pdf>. Acesso em 05. jan. 2018.

_____. Editorial. **Casa de ferreiro...:** na ANJ, Café Lindemberg faz discursos inflamados em defesa da “liberdade de imprensa”, já em “casa”.

23. ago. 2014. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/colunas/casa-de-ferreiro-1>. Acesso em: 20.set.2020.

SEIXAS, N.S.A; CASTRO, A.O. Imprensa e poder na Amazônia: a guerra discursiva do paraense O Liberal com seus adversários. **Revista Comunicação Midiática (Online)**, v. 9, p. 101-119, 2014.

SHOEMAKER, P. J.; VOS, T. P. **Teoria do gatekeeping:** seleção e construção da notícia. Porto Alegre: Editora Penso, 2011. 216p.

SINDIJORNALISTAS-ES. Sindicato dos Jornalistas profissionais no Estado do Espírito Santo. **História:** Uma história de resistência, união e luta iniciada na década de 1952 por um grupo de jornalistas capixabas. Disponível em: <http://www.sindijornalistases.org.br/institucional/historia/>. Acesso em: 20. Set.2020.

SILVA, Lauane Laura da. Comunicação alternativa: apontamentos sobre o Varadouro – Jornal das Selvas. In: **IV Encontro Regional Norte de História da Mídia**. 19 e 20/05. Rio Branco: 2016.

SILVA, Mariana. Situando experiências de jornalismo alternativo no Brasil a partir da teoria dos campos sociais de Bourdieu. In: **6º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul**: 2016.

SOARES, M. **Representações, jornalismo e a esfera publica democrática.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOUZA, Danielle Azevedo. A internet como suporte jornalístico em Aracaju: adaptação dos jornais impressos à nova realidade tecnológica e econômica da mídia. Eptic. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. vol. VIII, n. 2, mai.– ago. 2006.

SOUZA, Julia Duarte de. **Políticas culturais na cidade de Vitória (1990-2008).** Dissertação (mestrado) –Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, – Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. O trabalho do jornalista e suas contradições: uma ontologia da crise. **Revista MATRIZES**: V.11 - Nº 3 set./dez. 2017, São Paulo.

_____. Ontologia do Jornalismo: trabalho do conhecimento e práxis noticiosa em tempos de crise. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós- Graduação em Comunicação**. E-Compós, Brasília, v.20, n.3, set-dez. 2017.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VELOSO, M.S.FV. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia**: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007). Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

WANDERLEY, L; MANSUR, M; MILANEZ, B; PINTO, R. Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socioambientais. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 68, n. 3, p. 30-35, Sept. 2016.

WELLE, Deutsche. Brumadinho, depois da lama as doenças. Contaminações em Brumadinho podem ocorrer por contato direto, consumo de água e até pelo ar, expondo moradores a série de enfermidades. **Carta Capital**. 06. fev.2019.

ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set.-dez.2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Entrevista Manaíra Medeiros (editora e diretora de Redação Século Diário). Concedida via email, recebida dia 27/09/2019.

Perguntas:

❖ Nome completo, idade, escolaridade, formação (jornalista por formação? Tempo de profissão? Se formou onde? Quando? Mora atualmente em qual município?), estado civil, já teve passagem como jornalista em outros jornais ou órgãos de imprensa como assessorias de comunicação/ imprensa ou ONG'S? Se sim, quais?

Manaíra Santos Medeiros, 38 anos, graduada em Jornalismo (Faesa), pós-graduada em Educação e Gestão Ambiental (Faculdade Saberes) e mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local (Emescam). Formada em 2003, pós-graduada em 2015 e mestra em 2013. Moro em Vitória, solteira, dois filhos. Iniciei no próprio Século Diário, como estagiária de Cultura. Pouco tempo depois, tive curiosidade de experimentar assessoria de imprensa. Fui chamada para trabalhar no complexo de lazer Multiplace Mais, em Guarapari, e passei uma temporada de verão por lá, fazendo assessoria (não me recordo o ano, mas era nova ainda). Anos depois, já mais experiente e fixada no Século, como repórter de Meio Ambiente, Política e diretora de Redação, produzi a revista do CREA- ES durante dois anos, fui correspondente do Portal Terra nas eleições de 2008, e participei de alguns livros e exposições, também como jornalista.

Pergunta: Em primeiro lugar, uma curiosidade: Por que o nome “Século Diário”? Há alguma razão específica dentro do jornalismo, histórico ou da vivência e visão de mundo dos diretores fundadores? De onde ou como surgiu a ideia?

Manaíra Medeiros: O projeto/sonho do meu pai, Rogério Medeiros, de escrever somente sobre o Espírito Santo, conseguiu ser executado em 2000, na mudança do século, portanto o nome Revista Século, que reunia reportagens especiais sobre bandeiras que se perpetuaram no jornal

online, como o Meio Ambiente. O custo, porém, era muito alto. Foi quando ele e o Stenka do Amaral Calado, na época também o Nena B, resolveram optar pela internet, mesmo naquela época sendo um universo ainda completamente desconhecido. O projeto começou como www.capixabaon.com.br. Mas depois resolveram separar, e então Rogério e Stenka criaram o Século Diário, nome inspirado na Revista, porém com edições diárias e online.

Pergunta: O Século foi teu primeiro trabalho jornalístico? Já havia passado pela grande mídia tradicional antes? Se sim, regional ou nacional? Quais jornais? Em quais empresas passou? Era trabalhador assalariado nestas empresas? Ou *freelancer*? É *freelancer* também atualmente? Se sim, qual tua média de remuneração como *freela*? Já chegou a trabalhar no Século, nestes quase 20 anos, conjugando-o com outros trabalhos simultaneamente? Se sim, quais? Onde? O Século exige exclusividade dos jornalistas, colunistas, repórteres? Ou não? Ou exige comprometimento com a linha editorial e o trabalho desenvolvido etc.? Como se dá essa relação profissional de confiança entre diretoria e chefia e repórteres? É algo mais informal?

Manaíra Medeiros: O Século foi minha escola no jornalismo desde a faculdade. Nunca trabalhei na imprensa tradicional e nem me enquadraria nesse formato. Minhas experiências foram as citadas acima, por períodos mais curtos. Não sou *freelancer*, sou a sócia proprietária do jornal, porém não temos lucro, então recebo salário normal. Todas as minhas experiências, a não ser o estágio no Multiplace Mais, foram conjugados com o Século Diário. Nós não exigimos exclusividade, única condição é não trabalhar em locais/pautas antagônicas às bandeiras do jornal. A relação é leve, porém com comprometimento. Os jornalistas têm liberdade para buscar suas pautas e apresentar a produção diária. Trocamos ideais e sugestões.

Pergunta: Se sim, você ficou quantos anos neste jornal (is) dominante (s) da mídia tradicional? E no Século, trabalhou ao todo quantos anos? Está desde o início? Se trabalhou em ambos, no tradicional e no independente alternativo, quais as diferenças que você sente e percebe entre os dois tipos de jornalismo: do Século e as grandes empresas de comunicação regionais capixabas, em termos de estrutura de trabalho, de produção noticiosa, de liberdade de expressão e pensamento para vocês, jornalistas?

Manaíra Medeiros: Trabalho no Século desde o início, mas meu envolvimento foi aumentando gradativamente. Comecei em Cultura, mas me encontrei mesmo, primeiro, na editoria de Meio Ambiente. Depois passei a editar o jornal e, por último, me envolvi com política. Acredito que

a diferença é autonomia, liberdade e coragem. Fazer jornalismo independente e combativo não é fácil, mas sai da esfera apenas de ser repórter, vejo *Século Diário* como uma trincheira de luta. Sobre estrutura, sabemos das nossas limitações e gostaríamos de ter perna para fazer muito mais, principalmente no interior. Mas é um problema de difícil resolução, pois exige muitos investimentos.

Pergunta: Sobre tua trajetória de vida, acadêmica e profissional, fique à vontade para relacioná-la com o trabalho desempenhado no jornal. Qual o teu cargo dentro do *Século* atualmente? Quais são tuas principais atividades como Diretora de Redação e como repórter durante a rotina de trabalho? Você escreve para quais editorias? Escreve regularmente ou esporadicamente? Em quais dias? Se na de Meio Ambiente, há quantos anos você atua na área de meio ambiente do jornal (se atuar hoje)? Neste período de quase 20 anos do *Século*, quais foram os jornalistas que passaram pela editoria de Meio ambiente, se recorda? Há algum requisito de perfil e identidade do jornalista para fazer parte da cobertura em Meio Ambiente? O que o profissional de Meio Ambiente precisa ter e/ou buscar para tornar-se um ótimo repórter no *Século*?

Manaíra Medeiros: Atualmente sou colunista de política de *Século Diário*, da coluna Socioeconômicas, editora e responsável pela Redação. Minha coluna sempre foi diária, de segunda a sexta. Recentemente, porém, reduzi um dia da semana, pois tenho acumulado muitas funções e uso este dia para organizar as edições do final de semana. Nossa rotina envolve leituras obrigatória dos jornais locais e alguns nacionais, TV Assembleia, acompanhamento dos sites de órgãos públicos, incluindo Justiça. Na configuração anterior do jornal, com a equipe maior, eu conseguia me programar para umas especiais na área ambiental e cobria férias sempre do repórter da editoria – há alguns anos a Fernanda Couzemenco. Hoje, por enquanto, isso está mais difícil de ser feito. Todos os jornalistas produzem uma média de duas matérias diárias. Quando passei a editar o jornal, acumulava Meio Ambiente (não me lembro o ano exato), depois vi necessidade de “formar” outras pessoas para a editoria e eu era responsável por ensinar, editar e acompanhar. O precursor, no jornal, dessa editoria foi Ubervalter Coimbra. Como sempre foi uma área muito prioritária para *Século Diário*, por muitos anos tivemos dois repórteres em Meio Ambiente. Inicialmente ele, depois nós dois. Entrou depois Flávia Bernardes, Any Cometti e Fernanda Couzemenco. Nunca pensamos exatamente em um perfil, até porque é uma editoria, dentro da visão de *Século*, que inevitavelmente o jornalista terá que ser “formado”. Inicialmente, afinidade com a área. Mas para ser bom, o jornalista de Meio Ambiente precisa, acima de tudo, ter visão crítica e desconfiar sempre das boas intenções do grande empresariado.

Caso contrário, fica fácil ser envolvido pelos discursos atraentes e hegemônicos de geração de empregos e desenvolvimento econômico, que dominam as propagandas e a grande imprensa. Século Diário tem como lema dar voz às minorias, às comunidades impactadas, aos povos tradicionais.

Pergunta: Quais são os repórteres responsáveis por cada editoria no Século? Ou todos escrevem em todas as editorias? Ou vão trocando de experiências nas editorias por um tempo, tipo “rodízio”? Como é feita essa divisão de tarefas, por experiência profissional, praticidade do repórter, afinidade com as temáticas ou outro? E quanto à rotina produtiva na editoria de Meio ambiente: é diferente do restante do jornal? Como são definidas as pautas? Quais são os repórteres responsáveis pela editoria atualmente? A atualização é feita diariamente (semana, diário, em tempo real)? Quais são as temáticas privilegiadas pela editoria? Quais são as principais fontes/ temáticas associadas? Há um horário específico regular para atualização na plataforma? Qual?

Manaíra Medeiros: Os repórteres cobrem editoriais específicas, por experiência ou afinidade mesmo. No entanto, não é uma regra matemática. Em alguns casos ou matérias, um cobre a área do outro. Existe uma conversa neste caso, também. Com a equipe reduzida, há também acúmulos de editorias.

Fernanda Couzemenco – Meio Ambiente, Direitos, Sindicato

Jussara Baptista – Saúde, Educação, Justiça, Segurança Roberto Junquillo – Política, Justiça

Vitor Taveira – Cultura, Direitos, Cidades, Meio Ambiente

(a primeira em cada caso é a principal dos repórteres, porém, escrevem esses outros assuntos com frequência considerável)

A rotina da editoria de Meio Ambiente é a mesma do restante do jornal. A Fernanda Couzemenco é responsável por ela há alguns anos, sob minha orientação inicialmente, hoje não mais necessária, apenas trocamos ideias e opiniões. Ela tem muita experiência com a área, escrevia para a Revista Século, trabalhou muitos anos no projeto Tamar. Depois que o Vitor Taveira entrou no jornal (mais recente, em 2018), ele também acabou assumindo algumas matérias naturalmente, já que atua em movimentos sociais da área e tem muita vivência com os temas e comunidades acompanhadas por Século Diário. A produção de matérias é diária,

mantendo essa média de duas por dia. Acompanhamos alguns temas há muito tempo, como os grandes projetos poluidores, poluição do ar, monoculturas, índios, quilombolas, MST, MPA, portos e, nos últimos anos, os crimes da Samarco/Vale-BHP... as fontes são, geralmente, entidades da sociedade civil, sem terras, pequenos produtores rurais, atingidos pelos crimes.

Não há horário regular. As matérias entram a qualquer tempo.

Pergunta: Recordo-me que o Rogério me disse que você é especialista na área de meio ambiente, muito bacana. Por curiosidade, qual a importância das correntes e autores estudados na tua formação para a práxis do teu trabalho como jornalista da editoria ou no jornal como um todo? Há algum autor ou corrente ou teoria que você se identifique mais quanto ao desenvolvimento da sua forma de escrita e visão de mundo interpretativa? Se sim, cite-as e explique. Se não diretamente, fale um pouco desta importância da área acadêmica teórica ambiental agregando à tua prática profissional (coisa que acredito poucos tem aqui nos jornais do ES) etc.

Manaíra Medeiros: Não saberia dizer um autor específico. Acredito que minha visão de mundo vem primeiro da minha vivência com meus pais, vítimas da ditadura, e que sempre circularam por áreas de minorias. Depois dessa relação com fontes. Minha especialização reafirmou minha afinidade com a área, mas o que mexeu comigo mesmo foi o mestrado, pois me apresentou um universo que eu desconhecia. Eu não sabia que havia tanta gente afirmando e pesquisando tudo que a gente dizia no jornal, numa luta isolada no Espírito Santo. E tive oportunidade de ter alguns professores dos quais eu já conhecia o trabalho em campo, junto aos movimentos sociais. Me aprofundar nesses temas fortaleceu essa luta, reforçou minha visão crítica e complementou informações importantes, além de abrir campo para explorar a questão ambiental com novos recortes.

Sobre a forma de escrever, minha influência e inspiração é toda do Século Diário mesmo. Pela vivência e ensinamentos do meu pai e do falecido Stenka.

Pergunta: Você participa de algum movimento social popular ou organizado da sociedade civil como os de representação popular que o Século aborda em suas pautas? Se sim, quais e há quanto tempo? É sindicalizada (Sindjornalistas, Fenaj, etc.) ou filiada a alguma associação vinculada à profissão de Jornalista? Se sim, há quanto tempo? Acha importante essa

participação do jornalista na luta como classe trabalhadora ou de luta genuína junto aos movimentos sociais populares e organizações da sociedade civil?

Manaíra Medeiros: Não participo de nenhum movimento popular organizado. Não sou sindicalizada, nunca fui. Reconheço a importância do sindicato, mas por muito tempo não me senti representada por ele, principalmente diante da perseguição judicial sofrida por *Século Diário*. Recentemente, me interessei por me filiar à Fenaj, mas ainda não a providenciei. Acho importante toda luta de categorias, moradores, bairros, segmentos. No caso do jornalista, não poderia pensar diferente. Acredito que cada ator social precisa se envolver politicamente com os assuntos que envolvem diretamente sua vida e comunidade, seja no trabalho ou por meio desses espaços. No meu caso, acredito que atuo com mais liberdade no meu papel de jornalista acompanhando movimentos desta natureza, sem, porém, integrar os seus quadros.

Pergunta: Como é a rotina diária de produção da editoria de Meio Ambiente (horários e atividades rotineiras), pautas (como são escolhidas as temáticas de prioridade dentro das problemáticas de meio ambiente? É coletiva? Fica a cargo de cada repórter?), apuração (como se dá? por telefone, pessoalmente, suítes?), *deadline* (horário final de postagem no site nas edições diárias? tempo de escrever uma matéria?), publicação das matérias (o repórter é o mesmo que publica ou há um editor em meio ambiente ou são a mesma pessoa?), acompanhamento do número de leitores de cada reportagem (índice de visualização das matérias, como vocês verificam? Através de algum programa, etc.)?

Manaíra Medeiros: Os repórteres da área específica são os responsáveis por pensar as pautas. Como já cobrem os mesmos temas há muito tempo, mantêm contato constante também com as fontes. Também fazemos diariamente rondas em sites importantes, sempre na perspectiva de regionalizar situações nacionais, já que *Século* é um jornal regional. Os horários variam, de acordo com a demanda. Os repórteres costumam me dizer o que estão produzindo no dia. As matérias tanto são apuradas por telefone quanto pessoalmente, e também fazemos suítes. Não há horário definido para entrega de matérias, já que as atualizações ocorrem a todo tempo. Mas há uma preocupação de enviar o quanto antes, dentro do horário comercial, já que temos muitos leitores de órgãos públicos.

Finalizada a matéria, o repórter a salva no sistema do jornal. Eu faço o *copy* e coloco a matéria

no ar. Nesse mesmo sistema há os relatórios de acesso de cada matéria, coluna, editorial que entra no ar. Mas eu faço acompanhamento em tempo real, também no *Google Analytics*.

Pergunta: Dentre as temáticas retratadas na editoria de meio ambiente, principalmente, quais são que se destacam na questão da visibilidade do leitor (audiência)? Quais são mais procuradas e acessadas? Por exemplo, em relação à denúncia das poluidoras ou do desmatamento, etc.? Há alguma que queira destacar? Você sabe qual matéria de Meio Ambiente teve o maior pico de audiência (leitores únicos acessando) recentemente e/ou nestes quase 20 anos de Jornal? Se sim, qual?

Manaíra Medeiros: Não saberia dizer isso exatamente, porque varia muito. Há temas super importantes para a questão ambiental que não despertam tanto interesse dos eleitores, acredito que resultado da própria mentalidade da população, mesmo. A indignação é muito seletiva ou acontece quando se tem impactos imediatos. Recentemente, o descaso em relação aos atingidos pelo crime de Mariana tem tido boa repercussão. No passado, me lembro de coberturas emblemáticas, como a tentativa de reintegração de posse do território indígena em favor da Aracruz Celulose (Fibria), com resistência dos Tupinikim e Guarani, da prisão de quilombolas, e da espionagem da Vale. Também sempre tiveram repercussão as relações de poder entre governo e a classe empresarial, por meio da ES em Ação, e das poluidoras em geral, Vale, Arcelor, Samarco.

Pergunta: Quanto ao *slogan* “Ninguém é indiferente ao fato”, explique-o? De onde surgiu? Qual o contexto? O que, para você, significa ter “orientação editorial independente”? Em relação ao quê e como se dá essa independência? De que ou de quem? Que características do conteúdo editorial demonstram a independência do jornalismo praticado pelo Século Diário? Qual a diferenciação do Século editorialmente, seu ponto-chave, que, conforme percebo, garante longevidade e respeitabilidade ao Jornal? Fique à vontade para explanação.

Manaíra Medeiros: O *slogan* foi criado, se bem me lembro, na primeira modernização do *layout* do jornal. Na verdade, ele apenas tornou marca o que sempre norteou a atividade jornalística do Século Diário, de ser fiel aos fatos, independentemente de que esteja envolvido nele. Essa máxima só é possível se você defende um jornalismo independente. Século Diário acredita na mídia técnica, em que as publicidades não interfiram na linha editorial do jornal. Na prática, porém, isso exige uma nova mentalidade, inclusive das próprias empresas de

comunicação. A relação dos veículos com quem injeta algum tipo de publicidade no Espírito Santo é muito promíscua, envolve contrapartidas, o que, inevitavelmente, prejudica a divulgação do fato. O diferencial de *Século Diário*, para mim, é a não censura e o respeito aos fatos, além de firmar posição em bandeiras de lutas.

Pergunta: Quanto ao Meio Ambiente especificamente: o que você considera interpretar os fatos onde são abordados temas importantíssimos como o desmatamento, o pó preto, o uso de agrotóxicos, a desertificação verde etc.? O que você considera essencial no *Século* quanto às abordagens nas matérias em relação à editoria de Meio Ambiente, em comparação à mídia dominante regional (*Gazeta*, por exemplo)? O que significa, neste sentido, orientação editorial independente? Os anunciantes (quais?), por exemplo, interferem ou alguma vez já tentaram interferir na orientação editorial do jornal em relação à editoria de Meio Ambiente (já houve casos severos de censura)? Citar, se possível, os casos mais emblemáticos (como aconteceu, do que se tratava, como o jornal reagiu, etc.).

Manaíra Medeiros: Interpretar os fatos tem relação com análise do contexto que marca a chegada dos grandes projetos ao estado, das relações políticas e de poder perpetuadas por décadas com o poder público, e marcar posição. *Século Diário* tem lado, e este lado é das comunidades atingidas, minorias, impactadas. A mídia tradicional realiza um jornalismo declaratório. Apresenta todas as versões possíveis e impossíveis e deixa com o leitor o papel de juiz. Mesmo quando critica, por exemplo, as poluidoras, em casos evidentes de responsabilização, o faz com muitos dedos e resposta da empresa em tamanho idêntico ou maior do que a própria matéria. Na área ambiental, não tivemos casos de censura. Não aceitamos publicidade de poluidoras e órgãos públicos são informados claramente da nossa linha editorial. Não cabe qualquer negociação em relação a essa área.

Pergunta: Há algum critério de seleção dos repórteres pelo Jornal, por exemplo, em relação à escrita, a participar de movimentos sociais, a ser de esquerda (progressista)? Vocês contratam estagiários? Só contratam jornalistas por formação ou há algum de outra área, por exemplo? E na editoria de Meio Ambiente, isso acontece? Se você pudesse traçar um perfil do jornalista do *Século*, qual seria? E, em especial, do jornalista que cobre o Meio Ambiente, qual seria? O que você pensa do papel do jornalista militante? O *Século* pratica um jornalismo militante, em consonância com a história de luta de seus próprios diretores fundadores? Você acha que a correlação da história de luta pelo Meio Ambiente (povos originários e contra as

multinacionais) do Rogério, por exemplo, representa e muito também a luta do jornal nesta área atual da editoria? Na tua opinião, o Século desempenha com competência este papel de contrapoder político estadual e econômico, a favor dos movimentos sociais populares, da preservação do meio ambiente, da luta trabalhadora? Em que sentido? Fique à vontade.

Manaíra Medeiros: O critério é compartilhar da linha editorial e, claro, saber escrever. Embora a maioria tenha uma tendência à esquerda, há posicionamentos políticos diferentes, como já tivemos também, por incrível que pareça, profissionais mais à direita. Tivemos algumas experiências com estagiários, mas preferimos jornalistas formados. O jornalista de Século Diário é combatente, acredita no jornalismo como ferramenta de luta e de transformação social. As bandeiras levantadas pelo jornal têm relação, sim, com a história de seus fundadores e, principalmente, do Rogério, na área ambiental, pelo conhecimento e trabalho realizado anteriormente e respeito que tem entre esses povos impactados. Tenho convicção de que o jornal representa muito bem esse papel, contribuiu com várias lutas importantes e ainda contribui. Para muitos, é o único espaço de voz, em especial comunidades sistematicamente criminalizadas pela mídia e sociedade, hoje mais ainda, devido ao cenário político do País.

Pergunta: O Século lhe permite desenvolver teu trabalho com o olhar fixo nos valores do jornalismo com foco na cidadania? Como especialista na área, você percebe que há uma invisibilidade e um silenciamento da mídia dominante regional em relação às pautas de luta pelo Meio Ambiente quanto a luta dos povos oprimidos e das classes subalternas? Se sim, por quê? Considera que esta “não tomada de posição”, em nome da suposta “neutralidade” da mídia dominante talvez seja para privilegiar (ou defender os interesses) de grandes empresas poluidoras que, curiosamente, geram receita para aqueles jornais? E no Século, esta situação como se dá? É diferente? Explique essa luta diária pela independência editorial que diferencia o trabalho do Jornal.

Manaíra Medeiros: Falei um pouco sobre isso lá em cima. Conseguimos desenvolver um trabalho social e, sem dúvidas, há uma invisibilidade e distanciamento. As poluidoras patrocinam eventos, cadernos especiais, integram sistema de poder que também envolve os grandes veículos de comunicação. Muitas vezes, só entram numa pauta ambiental quando não há mais como evitar e, mesmo assim, com o cuidado de defender as empresas. O Século não tem vida fácil, nem nunca teve, exatamente por lutar em favor de sua independência. Fazer jornalismo independente é árduo, mas não teria sentido não fazê-lo. Como não teria sentido,

também, fazer o que os demais veículos fazem.

Pergunta: Nestes quase 20 anos de Século, você se considera “jornalista em pé” ou “jornalista sentado” no Século Diário? Ou seja, saía para cobrir pautas na rua, buscando a notícia, enfrentando os percalços e entrevistando fontes face a face ou ficava mais tempo na redação, apurando e fechando matérias por internet e/ou telefone, etc.? Ou ambas as coisas simultaneamente? OBS: Explicar, se possível, como se deu estas transformações, porque sabemos que a parte econômica – falta de recursos – pode influenciar (como era antes e como é hoje, como foi se modificando neste tempo a forma de trabalho, causas e consequências) desta rotina de apuração/ produção.

Manaíra Medeiros: Século Diário sempre teve equipe pequena, o que prejudica o “jornalista em pé”. Assim como também a falta de estrutura, no sentido de não ter deslocamento tão facilitado. No passado, com a equipe um pouco maior, era possível organizar as saídas melhor, um cobrindo buraco do outro, para garantir a edição diária. Hoje, tem sido mais difícil. Mas, certamente, é um desejo de todos da equipe poder ser mais um “jornalista em pé”.

Pergunta: Pelo que pude perceber, o Stenka Calado foi um dos ferinos editorialistas do Século, antes de seu falecimento. Você chegou a ter contato direto de trabalho com ele e o José Maria Batista além do Rogério, óbvio? Afinal, havia ou sempre houve e continua tendo agora para essa equipe nova a transferência de saberes profissionais de uma geração para outra, em relação aos jornalistas experientes aos recém-chegados no Jornal? Você aprendeu muito com os antigos? Também tenta passar tua experiência para esta nova safra de jornalistas que entra no Século? De que forma, como? Nos conte suas experiências (imagino que ricas) neste sentido.

Manaíra Medeiros: Eu aprendi muito com Stenka sobre texto e fui sua aprendiz em *copy*. Era sua substituta na edição, inicialmente, e depois assumi seu lugar junto com outro editor, que chegou no jornal mais tarde. A equipe passada praticamente inteira teve os três como professor, Rogério, Stenka e José Maria. A presença de Ubervalter Coimbra também foi muito enriquecedora para todos nós. A equipe nova, a não ser a Fernanda Couzemenco, passou a viver o jornal desde 2018. Precisei passar minha experiência para que o jornal mantivesse sua linha e preservasse sua memória. Não foi tão fácil, porque tinha um jornal que andava sozinho. Mas é uma equipe comprometida e que acredita no jornalismo independente. Com o tempo, as coisas foram se encaixando.

Pergunta: Pelo que pude ter em mãos, as edições da Revista Século tinham um conteúdo bem sofisticado quanto ao Meio Ambiente, uma ótima abordagem de forma crítica. Você considera a Revista Século um outro produto diferente do *site*? Ou da mesma forma que o Meio Ambiente era abordado lá, é abordado atualmente? Há alguma diferenciação que possa traçar entre ambos? Quais? O site como plataforma digital foi criado com esse intuito (de ser diferente ou de ser parecido?), em relação a temáticas, equipe na época, público, periodicidade, etc.? Podemos dizer que a Revista Século e o Século Diário são dois produtos distintos ou há mais semelhanças que diferenças entre eles? A editoria de meio ambiente sempre existiu desde a concepção do jornal no site, após a revista Século? Ou foi depois que se estabeleceu exclusivamente como editoria? Explique esse período de transição do produto revista para o *site*.

Manaíra Medeiros: A Revista Século reunia reportagens feitas *in loco*, fruto de dias de trabalho, com muitas entrevistas e produção fotográfica. Era um material muito elaborado e rico. A forma como o meio ambiente era abordado é a mesma no sentido das bandeiras e visão crítica, mas o formato é diferente. A internet exige textos mais curtos e dinâmicos, embora não seja totalmente descartado matérias mais longas, com alguns artifícios de quebra de texto (blocos e intertítulos, por exemplo) para tornar a leitura mais fácil. Inicialmente, o jornal online manteve uma edição de final de semana mais próxima do formato revista, mantendo essas reportagens mais elaboradas. Também havia “Selos” com conteúdos mais buscados do jornal, entre eles algumas reportagens emblemáticas da revista. Com o tempo, porém, o *layout* foi acompanhando a evolução da internet e precisou se tornar mais dinâmico. A editoria de Meio Ambiente sempre existiu, sempre foi carro-chefe do jornal.

Pergunta: Por curiosidade, houve em algum momento nestes quase 20 anos de existência algum manual físico de normas e regras jornalísticas na redação do Século Diário de como os jornalistas deviam se portar nas redes sociais, por exemplo? Se não físico, mas havia ou há neste sentido alguma orientação pessoal de trato com os demais colegas da imprensa, em coletivas, ou com fontes, etc.? Ou alguma “norma” ética mesmo que seja implícita ao trabalho jornalístico que você queira destacar nas relações profissionais internas e externas do Século? Quais? Explique.

Manaíra Medeiros: Jamais. Nenhuma regra em nenhuma área. Respeito absoluto à fonte, isso é inviolável para nós.

Pergunta: Sobre a informação de uma mudança gráfica (não sei exatamente em qual ano, 2016, 2017 ou 2018) que teria causado perda de dados no arquivo jornalístico do site. O que aconteceu exatamente? Houve perda de dados, matérias jornalísticas importantes? De que data até qual data? Sabe nos informar se foi restaurado esse arquivo para o leitor ou o jornal tem esse material guardado ainda? Você acha que o fato pode afetar a memória jornalística do Século? Ou é algo que já foi sanado? Como? Há alguma vontade ou projeto do Jornal em fazer um arquivo específico virtual ou algo neste sentido, já que possui matérias históricas muito importantes como as das masmorras e sobre o sistema prisional, por exemplo, dentre outras? Conte-nos.

Manaíra Medeiros: Tivemos perdas em duas mudanças de transferência de banco. Mas na última, de 2018, uma grande parte do banco não foi transferida ainda. Isso não está perdido definitivamente, mas parte dele precisa ser transferido manualmente. Não me recordo a data específica do período fora do ar. No caso da parte que precisa ser manual, não temos previsão, pois representa contratar alguém, e no momento não podemos fazê-lo. Os demais períodos estão sendo resolvidos, gradativamente. Século Diário tem um banco muito importante, qualquer perda de conteúdo é muito significativa para a história do jornal. Em princípio, não temos nenhum projeto nesse sentido, de arquivo virtual específico.

Pergunta: No Século, os jornalistas tem total autonomia e liberdade para sugerir pautas? No caso, tem liberdade para escrever e postar no site, mesmo que em momentos específicos? Ou passa antes pelo crivo de alguém? Do editor, chefe de reportagem ou diretor? Quem controla nesse sentido a produção de notícia em todas as editorias e especificamente na editoria de Meio Ambiente? Quais os critérios de relevância percebidos por você (proximidade, novidade, tamanho, relevância social, dentre outros) ou já delimitados pelo Jornal (ou pelos diretores, quais?) utilizados para seleção dos acontecimentos que viram notícia? Quem “tria” (na editoria de Meio Ambiente e nas outras editorias) os assuntos da sugestão de pauta até a postagem da notícia no site? Vocês costumam ter sugestões de pautas dos leitores do Jornal? Fique à vontade para nos contar todo esse processo de produção noticiosa.

Manaíra Medeiros: Total autonomia e liberdade para sugerir pautas. Liberdade para escrever, não para postar. Eu edito todo o conteúdo que entrar no ar. A figura do editor é essencial para saber tudo que está no ar e avaliar questões inclusive juridicamente. Na minha falta é a Fernanda, estou treinando-a para isso. Critérios de relevância, proximidade. Século Diário é regional. Novidade. E bandeiras históricas de luta. A matéria no destaque, em determinado caso,

pode não ser a mais acessada, mas se é muito importante para o que *Século Diário* acredita, ela pode ser posicionada na posição um. Recebemos, sim, sugestões de pauta, pelo *WhatsApp* e email. Muitas viram matérias.

Pergunta: Como se dá a escolha das imagens fotojornalísticas para ilustrar as reportagens da editoria de Meio Ambiente? Há algum critério que vocês definem com o fotojornalista ou ele tem total liberdade para escolher e postar de acordo com a afinidade com a matéria? Por exemplo, o critério do valor humano, a estética a valorizar a representação a favor das minorias e povos originários, etc.? Há troca de ideias entre editores/ chefia e fotojornalista e liberdade na escolha? Afinal, para você, a editoria de Meio Ambiente se tornou hoje o carro-chefe do Jornal? Sim ou não? Por quê?

Manaíra Medeiros: Nosso fotógrafo, Leonardo Sá, tem muita afinidade com todos os temas e total liberdade. Ele seleciona uma quantidade de fotos, sugere a capa, e o repórter ou editor insere nas matérias. Sempre há troca de ideias, é saudável e enriquecedor. Meio Ambiente sempre foi um carro-chefe. Continuará sendo. É pauta prioritária de *Século Diário*.

Pergunta: Sobre o conteúdo da editoria de meio ambiente, em relação às temáticas/ agendas (lutas e causas socioambientais), como a das comunidades tradicionais dos quilombolas, indígenas, camponeses, pescadores tradicionais e marisqueiros, contra o pó preto emitido pelas poluidores do Complexo Tubarão, Vale e Arcellor, contra a desertificação causada pela Aracruz Celulose e Suzano, pela inclusão da agroecologia nas políticas públicas, pela reforma agrária, educação no campo, sobre todas estas temáticas, há alguma que o Jornal classificaria como mais urgente ou importante, ou mais “afinada” com o propósito do *Século*? Ou todas tem o mesmo peso de consideração para escolha de pautas, apuração e visibilidade narrativa na diagramação do jornal, por exemplo? Há alguma que queira comentar, em específico? Alguma especificidade em relação à apuração de alguma temática? À vontade.

Manaíra Medeiros: Todas citadas têm o mesmo peso para *Século Diário*. Todas urgentes e muito necessárias. Não saberia diferenciá-las nesse sentido.

Pergunta: No caso das fontes, percebemos que o *Século* prioriza as da sociedade civil como intelectuais e movimentos sociais populares em detrimento das oficiais e governamentais, até pela posição editorial do jornal, acredito. Você considera este um fator primordial que torna o

Século diferenciado quanto à cobertura em Meio Ambiente, a favor dos povos oprimidos, excluídos, marginalizados, das classes subalternas? Vocês têm total autonomia em relação às fontes? Como é esta relação?

Manaíra Medeiros: O discurso oficial realmente não é nossa prioridade. E tem a ver com a questão que citei anteriormente, do jornalismo declaratório e de diversas versões. Ao dar voz aos povos criminalizados, Século oferece um olhar essencial às questões ambientais do Estado. Não quer dizer que jamais escutamos os órgãos oficiais, às vezes é até necessário. Mas nosso compromisso é com as minorias. Temos total autonomia em relação às fontes. Estabelecemos uma relação de confiança. Às vezes, como em toda relação, é preciso impor limites, mas somos no geral muito respeitados por elas.

Pergunta: Você considera, como especialista em meio ambiente, que a área é bem ou mal retratada pelos jornais tradicionais da mídia dominante capixaba, visto que pelo que percebemos só o Século tem esta editoria específica? Considera que quando os assuntos relacionados ao Meio Ambiente aparecem nestes grandes jornais as minorias étnicas, por exemplo, não são retratadas devidamente ou são vistas de forma estereotipada, por exemplo? Considera o Século uma alternativa crítica a este discurso de criminalização dos movimentos sociais nestes tempos obscuros? Por quê? Fique à vontade.

Manaíra Medeiros: Acho que ela é mal retratada, pois oferece análises superficiais e comprometidas. As pautas ambientais da mídia tradicional são previsíveis, como, por exemplo, poluição do ar em época no verão, ou algum acontecimento em que “entram” somente por pressão popular. Não há um acompanhamento sistemático e profundo. As minorias não tem o devido espaço. Para rebater o que elas falam, há outros tantos entrevistados. Vira uma guerra declaratória. Os jornais tentam vender uma tese de que são imparciais, não tem lado, mas não só tem, como fazem isso de maneira obscura. A criminalização é tão forte e crescente nos tempos atuais, que nós sofremos bombardeio nas redes sociais por falar de demandas dos índios, MST, e etc. Diante de um cenário desse, não se pode paralisar. É preciso reagir e falar mais ainda.

Pergunta: Como acompanho o jornal, vi que, após Mariana e Brumadinho, o Século passou a contar com cobertura exclusiva dos desdobramentos do crime da Samarco/ Vale-BHP no Espírito Santo e Minas Gerais. A ideia desta cobertura foi tua? Ou da própria equipe ou do

Rogério? Vocês receberam ou tem recebido alguma represália em relação a este importante posicionamento? Alguma retaliação ou censura que acaba por atingir economicamente o Jornal? Seja destas multinacionais, política, dos Poderes vigentes, etc.? Essa cobertura é atualizada diariamente, semanalmente ou esporadicamente, quando há fatos novos na investigação? Qual a importância para você, como jornalista, de manter um conteúdo exclusivo de extrema importância, quando pelo que percebemos a mídia dominante regional já “esqueceu” do tema, em favorecimento a outros? Reside aí também o valor social da notícia do Século, em não deixar silenciar estas *denúncias*? Em dar visibilidade e acompanhá-las continuamente? Dê tua opinião.

Manaíra Medeiros: Nós acompanhamos o crime de Mariana desde o início, inclusive indo às cidades atingidas no Estado, antes mesmo da lama chegar, para retratar esses tristes momentos. Eu fiz essa primeira cobertura, resultado de um diálogo na própria redação, entre a equipe e o Rogério. Não tinha como não cobrir isso. Com poucos recursos, articulamos hospedagem e fomos. Dali pra frente, o assunto virou mais uma bandeira prioritária de Século Diário. A cobertura ocorre de acordo com a demanda, desdobramentos e fatos novos. O que é extremamente importante, porque enquanto as empresas gastam muito dinheiro para vender uma imagem falsa de sua responsabilidade socioambiental, há muitas famílias completamente desassistidas, doentes e passando fome. A omissão da mídia faz o jogo das empresas, contribuindo que o caso, mesmo com tamanha gravidade, caia no esquecimento. O crime de Brumadinho não tem o mesmo destaque, para nós, do caso de Mariana, pois defendemos mesmo a marca da regionalização. Os efeitos em Brumadinho ficaram em Minas Gerais. Nós o divulgamos como uma extensão do primeiro crime, uma tragédia anunciada, resultado de uma atuação irresponsável e criminosa da Vale, há décadas. Mas não é acompanhado por Século constantemente, como Mariana. Enquanto restar um ou vários atingidos desrespeitados em seus direitos, a missão de Século Diário não pode acabar.

Pergunta: Em relação principalmente ao Meio Ambiente, você considera o Século instrumento de resistência e ativismo na esfera de defesa dos Direitos Humanos? O Século, para você, contribui para a diversidade de vozes? Contribui como? Por meio das pautas e das agendas? Das fontes? Da abordagem? Do lugar social? Dos modelos narrativos? Pela representação a favor da luta dos movimentos sociais populares e povos originários e contra o poder econômico? Ou por todos estes quesitos especificamente? Na tua opinião, o Século produz um jornalismo investigativo? É diferenciado em relação à mídia dominante regional? O Século

exerce o jornalismo que fiscaliza os outros três Poderes, por exemplo? Fique à vontade para opinar.

Manaíra Medeiros: Século é um instrumento de voz aos que não tem voz e de resistência. Defende bandeiras dos direitos humanos em todas as áreas, inclusive LGBTI, que também tem acompanhamento sistemático. Ao dar visibilidade a todas essas lutas de segmentos criminalizados, tem papel também de ativista, de trincheira de luta. Como eu disse antes, muitas vezes são pautas que podem nos tirar leitor, que tem pouca repercussão em questão de acessos, mas o jornal tem seus próprios compromissos e não pode exclusivamente se guiar pela visão mercadológica da comunicação e abrir mão do seu papel social, pois assim perderia a razão de sua existência. Século Diário tem interesse em tudo que envolve dinheiro público e cargo público, portanto, fiscalizar os poderes também é seu papel. A vida pessoal de qualquer político ou agente público não nos interessa.

Pergunta: Quais as características das rotinas produtivas de jornalismo que o Século Diário segue que concretizariam a produção de um jornalismo independente/Qual o nível de independência de cada uma das rotinas - *colocar os números do ladinho abaixo* (0 – 5 / 0 – Inexistente; 1 – Muito baixo; 2 – Baixo; 3 – Mediano; 4 – Alto; 5 – Muito alto)

- a) No planejamento - 5
- b) Na apuração e checagem - 5
- c) Na redação - 5
- d) Na edição - 5
- e) No planejamento/*design* gráfico - 4
- f) Na veiculação - 5
- g) Descreva as rotinas (ou como se dá objetivamente) cada uma das etapas anteriores

Manaíra Medeiros: Não sei se entendi direito essa. As fases acho que falei em perguntas anteriores. Caso contrário, só me perguntar. Coloquei 4 no *design* gráfico porque é de responsabilidade de uma empresa fora do jornal.

Pergunta: Em minhas apurações iniciais e como leitora do Jornal, percebo que o Século é muito respeitado pelos colegas jornalistas, pela imprensa tradicional dominante, inclusive. Por último, então, de forma bem objetiva: o que é ser jornalista para você? O que é ser jornalista do Século

Diário para você? Como tem sido esta jornada com quase duas décadas de existência *e resistência*? O jornalista, para você, é só um mediador ou é alguém que media, mas de forma crítica, ao leitor sobre sua realidade consciente de sua função social? E o que é ter liberdade em ser jornalista crítica dentro de uma empresa jornalística com todos os problemas enfrentados pelo Século? Você acha que deveriam existir mais “Séculos” no ES, mais iniciativas alternativas à mídia dominante e independente dentro do cenário comunicacional capixaba? Seria algo saudável para a democracia?

Manaíra Medeiros: Ser jornalista, para mim, é exercer minha função social e contribuir para um mundo mais justo e de respeito às pessoas, sem distinção. É, também, poder contar histórias, provocar empatia nas pessoas, aproximá-las. Ser jornalista do Século Diário é lutar pelo que acredito, de forma dura e responsável. É resistir, crescer, cair e levantar. Nossa trajetória nunca foi fácil, muitos processos judiciais em que já se chega às audiências com condenação prévia, muita injustiça, muito desrespeito. E também muitas dificuldades financeiras. Já nos vimos diante de situações extremas, de quase fechar o jornal, e ainda resistimos. Até quando, não podemos saber. Mexer com os poderosos do Estado já causou danos a todos nós. Emocionais, financeiros. Acredito, porém, que o motivo é maior. A recompensa também. Sigamos...

Pergunta: Há algo que queira acrescentar sobre a produção editorial do Jornal como um todo e, em específico, sobre a história e produção e especificidades importantes da editoria de Meio Ambiente nestes quase 20 anos de existência? Fique à vontade.

Manaíra Medeiros: Acho que escrevi tanto. Rs.

(328 não lidos) - pbueker21

https://mail.yahoo.com/b/search/keyword=Sx_0J5smTYQJk_Bx8cCtB.tVICWTbkmY35cH0Q---~A&accountIds=1/mes

328
813

Re: Perguntas Produção Editorial Século Diário (Pe pbueker21@yahoo.../Entrada
squisa Priscila Bueker-UFES)

MM 27 de set. de 2019 às 23:22
Imprimir Mensagem bruta

Manaira Medeiros <medeirosmanaira@gmail.com>
Para: Priscila Bueker Sarmento <pbueker21@yahoo.com.br>

1 Arquivo 95.5kB

DOC 96kB

RespostasPr...
Baixar

Olá, Priscila

Seguem as respostas. Não consegui corrigir, dá um desconto em possíveis errinhos (rs).

Espero ter ajudado. Estou à disposição.

Desculpe a demora.

Abraços!

Conte a vida recon pelos

APÊNDICE B

Entrevista ex-editor José Rabelo especificamente sobre perda de banco de dados.
Conversa pessoal, gravada e transcrita aqui de forma contínua (2º semestre de 2019).

Pergunta: De acordo com Geraldo Hasse, em *Um caso raro de sobrevivência virtual* (Observatório da Imprensa), foi com a sua entrada como editor geral, em 2007, que o formato estético do jornal se estabiliza. Soubemos que houve perda de dados. Poderia nos explicar?

José Rabelo: Não, porque assim, na verdade na migração, como fica mudando de plataforma, de banco de dados, eles perderam algumas coisas... essas matérias existem, algumas por exemplo, você acha muita coisa que outros veículos publicaram... você acha assim no crédito “Século Diário” o nome do repórter mas publicado em outro veículo. Vou te explicar essa história rapidamente, porque é muita coisa... quando eu entrei no Século Diário em 2007, como vinha de uma redação maior nesta área de tecnologia, quando cheguei lá e pensei “os caras não tem banco de dados, os caras tão fazendo jornal em HTML”, pra mim é loucura isso, você tá fazendo uma imagem sobreposta e arquivando. Aí cheguei para o Rogério, como ele é uma pessoa completamente analógica, eu falei para ele... ele não entendia disso, é difícil até para eu explicar para ele na época... eu cheguei para o Rogério, você explicar para uma pessoa idosa, com essa visão analógica... eu disse “Rogério vocês precisam ter um banco de dados urgente”, ele não entendeu muito bem... por causa do conteúdo que você tem aí pra trás. Se perder, e porque não se faz assim, você tem que ter um banco de dados, essas matérias tem que estar no banco de dados, tem que ter uma busca, vocês estão fazendo em HTML, não existe isso... fora o espaço no servidor e tal, imagem”... Tipo, não “alimentam” mais aquilo, não tinha cabimento mais aquilo, aquilo ali é no começo, já tinha passado aquilo há muito tempo.

Pergunta: Qual foi o *insight* no processo de criação do banco de dados no Século Diário?

José Rabelo: Eu trabalhava desde 2002 já com banco de dados. Não tinha isso mais. Aí cheguei e disse pra ele... ele chegou e disse “ah ver o que precisa fazer”, daí eu peguei uma empresa tal, fui atrás de uma empresa aqui, achei... cheguei para esse cara da empresa, falei que eu queria,

eles pegaram e desenvolveram, demorou e tal... aí fiz um banco de dados, fiz um... eles não tinham, fiz um gerente de conteúdo que eles não tinham, você precisa de ter um gerente de conteúdo que é uma ferramenta para facilitar a vida de quem vai fazer conteúdo... então o cara produzir conteúdo num ambiente parecido com o *word* só que com umas janelinhas lá que vão permitir que você faça algumas outras coisas também, é *word* com umas interfaces, vamos dizer assim... que é você importar imagem, pôr na matéria, que é você formatar; é um *software*, mas é um gerente de conteúdo exatamente. Aí eu fiz o gerente que eles não tinham, para eles fazerem a matéria no *word*, quando você pensa no banco de dados, você já pensa no gerente de conteúdo que é uma coisa que anda junto. Aí propus um gerente de conteúdo, até porque em uma empresa onde trabalhei em São Paulo quem fazia nosso gerente de conteúdo era uma empresa muito boa que era a mesma que fazia para a *Veja*. Então, como os caras tinham dinheiro, eles contrataram uma empresa, então eu tinha noção do que era um bom ambiente de gerente de conteúdo, aproveitei e trouxe, entendeu? Montei, desenhei esse gerente de conteúdo com o cara da empresa. O cara desenvolveu, tá, beleza. Aí eu falei “ô Rogério, tem que mudar a cara do jornal, o jornal está ultrapassado, tal...” teve muita resistência, porque é normal, né? Depois ele aceitou e tal... eles faziam atualização até 2007, é 2008... eles demoraram para aceitar essa mudança que eu propus. Eu falei assim ó “jornal na internet, ele tem que ser atualizado de acordo com a demanda, né...”, porque, de fato, se você pegar o comecinho da internet, em 2000... tinha muita gente que fazia conteúdo? Na internet que era assim... ah, atualização semanal, era normal... tinha gente que fazia atualização mensal, depende da proposta do site... atualização da edição, os caras mudavam a edição... Quando os jornais passaram a ser digitais, então você faz o quê, a primeira coisa que é instintiva, você pega o conceito... não existia conceito nessa parte digital... não existia!

Pergunta: Por sua experiência na mídia tradicional de São Paulo, como foi essa transição?

José Rabelo: Foi o IG o primeiro jornalístico, o Bol era um serviço de email acoplado ao UOL eu acho... era o IG o primeiro de conteúdo, eu acho... mas era assim, a questão é que no começo, os jornais “a gente precisa entrar nisso aí”, aí eles começaram a pegar conteúdo analógico e digitalizar, você entrava nos jornais no começo era assim, até que vieram o IG, o UOL e começaram a fazer conteúdo para a internet, fazer aquela cara já, naquela época bem nos primórdios..embora que você achava muita coisa que era do analógico que tava digitalizada também... a transposição. Então essa coisa de atualização naquele tempo fazia todo o sentido de ninguém pensar como pensa hoje, por quê? Pensa bem que nem eu na época tinha internet

discada, discada... sabe o que é internet discada, né? Internet discada eu tinha, por exemplo, uma conta na UOL pra você ter uma ideia, você fazia pacote de quantas horas por mês, você ia acessar a internet, para você ter uma ideia o pacote básico tinha 10h por mês, calcula... o cara calculava, o cara estimava que você ia entrar no mês pra internet pra tudo, 10h. Qual que era o sentido de você atuar num site de conteúdo a partir dos fatos? Nenhum, porque a questão não é ficar entrando como deixa ligado o computador atualizando, no "*refresh* lá", entendeu? Ninguém ficava, internet era paga por minuto... você tava que nem, ligava lá o negócio, começava a contar.. (falo da massificação do acesso à internet) Mas isso demorou, isso demorou, não foi assim de imediato... era cara a internet, muito cara, então justificava que no começo, na virada, principalmente quando começaram as primeiras experiências, acho que o IG e UOL, 94 ou 95, os primeiros de conteúdos jornalísticos na internet de forma mais profissional, e até o final da década de 1990, isso tudo foi muito precário ainda. Na virada de 2000, alguns centros mais avançados começaram a andar um pouco mais rápidos... São Paulo, Rio de Janeiro e tal... mas os outros estados nem tanto, entendeu? Ninguém ficava, internet era paga por minuto... você tava que nem, ligava lá o negócio, começava a contar. A massificação do acesso à internet demorou, isso demorou, não foi assim de imediato.

Pergunta: Em qual ano foi instalado o banco de dados do Século Diário?

José Rabelo: Logo quando eu entrei em 2007 eu já falei com Rogério para iniciar o banco de dados, já comecei a trabalhar nisso já... é que isso não é feito fácil, demora um pouco... mas assim que consegui já comecei a fazer banco de dados profissional. Aí no final de 2008 ou início de 2009... é, 2008 já tinha banco de dados. Só que aí o que aconteceu? Essa coisa do conteúdo, você tinha um conteúdo em HTML que não tinha como você migrar, porque é imagem... Então como você faz com esse conteúdo anterior? O único jeito de você pegar esse conteúdo é você redigitar, é complicado... ou pegar as coisas e redigitar, ou pegar arquivos que você tem... então o que aconteceu? Eu falei, isso custa caro... era muita coisa, eu falei: pega esse conteúdo digitalizado (do início de 2000 a 2007?), tudo tava em HTML, aí eu disse: por enquanto guarda, deixa guardado, faz os *backups* que tem direito, tudo... porque, de qualquer maneira, você tinha o conteúdo ali, tava em HTML, mas existia pra ver se depois teria uma forma de tentar converter aquele HTML, pelo menos os textos, né. Que imagem você ia perder, mas texto você poderia tentar de alguma maneira extrair... isso não é muito fácil, não..

Pergunta: Como foi feita a migração do banco de dados?

José Rabelo: Aí eu peguei, fiz a migração, quando mais tempo demorar pra migrar pro banco mais tempo você vai ter problema com os arquivos, aí fiz essa primeira migração, essa migração funcionou... esse primeiro banco que a gente fez funcionou até 2012. Então, foi fazendo uma migração... quando faz a migração às vezes muda a linguagem, se é uma ou se é outra linguagem... Aí a gente fez essa migração, depois a gente fez outra... quando a gente fez a segunda migração foi mais fácil que estava em banco, acho que foi 2012, a gente fez mais uma mudança, mudou *layout*, mudou banco. Aí quando eu estava saindo de lá eu estava fazendo o processo naquele ano de 2017, eu tava acertando a migração e revolucionando o *layout* mais uma vez por uma outra empresa, uma outra empresa entrou para fazer um banco mas... essa última empresa não sei o nome essa empresa não sei, ela estava entrando com uma parceria, não sei como está hoje... mas quando eu estava conversando com eles eu até estava fazendo uma proposta de *layout*, eu comecei desenhar o *layout* novo com eles. Não sei como que está lá... então, minha dificuldade porque estas migrações, elas sempre implicam em alguma perda, e o que você tem que fazer? Quando eu saí de lá, antes de eu sair de lá, eu me preocupei muito com essa coisa do acerto... pedi um investimento, uma linha dinheiro com o jornal e falei “Rogério, bota um dinheiro nisso, faz um investimento nisso pra gente pagar uma pessoa pra fazer a migração do conteúdo que é duro que era fazer na mão HTML, pegar os arquivos HTML fazer na mão, puxar...” É, meio que trabalho, né, braçal, para copiar os textos, não redigitar, mas pelo menos copiar os textos do HTML e jogar para um editor de texto e cadastrar no banco de dados. Isso começou, depois o jornal passou por uns apertos financeiros e depois parou... aí, sabe, não foi contínuo, então migrou alguns anos, depois ficou uma parte para trás, não sei como está hoje, mas eu lembro que essa empresa que entrou, quando comecei a conversar com eles, eles também acharam muito importante recuperar os conteúdos, né... e eles falaram que iam trabalhar para isso. Não sei como está hoje, mas eles tem esses conteúdos, eles tem, se você chegar lá suas pesquisas... você pedir os conteúdos, eles tem os *backups*.

ANEXOS

ANEXO A

Registro SDC Serviços de Comunicação EIRELI- Base de Dados Receita Federal Consulta em 16/09/2020

← → ↻ https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp 🔍 ☆ ☰

BRASIL **Serviços** **Simplifique!** **Participe** **Acessar**

REDEIM **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 05.048.485/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/05/2002
NOME EMPRESARIAL SDC SERVICOS DE COMUNICACAO EIRELI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SEculo DIARIO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 63.91-7-00 - Agências de notícias 74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 58.13-1-00 - Edição de revistas 73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 231-3 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)		
LOGRADOURO R TACIANO ABAURRE	NUMERO 225	COMPLEMENTO SALA 307
CEP 29.050-470	BAIRRO/DISTRITO ENSEADA DO SUA	MUNICÍPIO VITORIA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ADFIN@SEculODIARIO.COM		TELEFONE (27) 3325.3944
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.
Emitido no dia **16/09/2020** às **06:51:47** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)
[VOLTAR](#)
[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

Registro SDC Serviços de Comunicação EIRELI- Base de Dados Receita Federal Consulta em 16/09/2020

← → ↻ https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_qsa.asp ☆ ☰

BRASIL Serviços Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação

 COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	05.048.485/0001-07
NOME EMPRESARIAL:	SDC SERVICOS DE COMUNICACAO EIRELI
CAPITAL SOCIAL:	R\$80.000,00 (Oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	SERGIO MARINHO DE MEDEIROS NETO
Qualificação:	65-Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 16/09/2020 às 07:05 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR  IMPRIMIR

 [Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)

ANEXO A

Registro Junta Comercial do Espírito Santo - L.A Comunicação ME Consulta em 15/09/2020

← → ↻ <https://www.jucees.es.gov.br/consultaempresas/> 🔍 ☆ ☰



PÁGINA INICIAL | CONTATOS | FALE CONOSCO | OUVIDORIA | INSTRUÇÕES DE SERVIÇOS E RESOLUÇÕES

Horário de atendimento: Segunda a Sexta-feira, das 9:00h às 17:00h.

Tamanho do Texto

 Contraste
 🔍

INSTITUCIONAL | CONTATO | LEGISLAÇÃO | LICITAÇÕES | SERVIÇOS | LINKS | ACESSO À INFORMAÇÃO

CONSULTA EMPRESAS

Consulta Empresas - JUCEES

Geral | **Atividade** | Filiais | Histórico | Livros | Sócios

Nome Empresarial	CNPJ
DANIELA CASTRO SODRE	30700036000149

Endereço	CEP
AVENIDA GOVERNADOR BLEY, 186, CENTRO, VITÓRIA, ES  Complemento: SALA 610;	29010150

NIRE Atual	NIRE Anterior
32102508786	

Porte	Início da Atividade	Término da Atividade
Microempresa	14/06/2018	

Arquivamento do Ato Constitutivo	Situação	Capital Social
14/06/2018	REGISTRO ATIVO	5.000,00

Esta consulta não é válida como certidão da Junta Comercial.

[Nova Consulta](#)

Registro Junta Comercial do Espírito Santo - L.A Comunicação ME Consulta em 15/09/2020

← → ↻ <https://www.jucees.es.gov.br/consultaempresas/> 🔍 ☆ ☰

Consulta Empresas - JUCEES

Geral Atividade Filiais Histórico Livros Sócios

Nome Empresarial

DANIELA CASTRO SODRE

CNPJ

30700036000149

Atividade Econômica Principal

Código da Atividade	Descrição da Atividade
7311400	AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE

Esta consulta não é válida como certidão da Junta Comercial.

Nova Consulta

← → ↻ <https://www.jucees.es.gov.br/consultaempresas/> 🔍 ☆ ☰

Consulta Empresas - JUCEES

Geral Atividade Filiais Histórico Livros **Sócios**

Nome Empresarial

DANIELA CASTRO SODRE

CNPJ

30700036000149

Dados dos Sócios

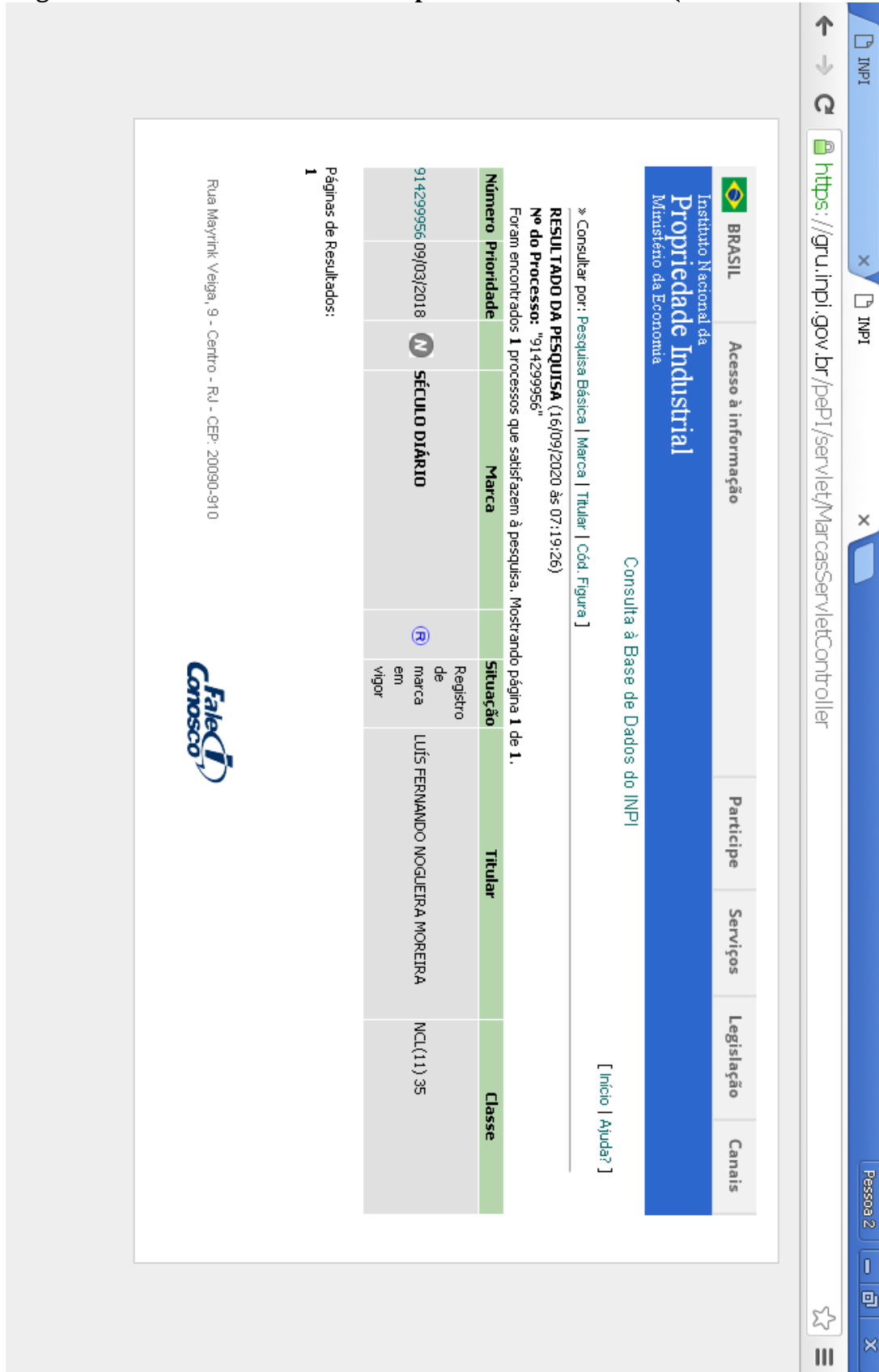
Nome	Cargo
DANIELA CASTRO SODRE	EMPRESARIO

Esta consulta não é válida como certidão da Junta Comercial.

Nova Consulta

ANEXO A

Registro Marca Século Diário - Base pública de Dados INPI (Consulta em 15/09/2020)



The screenshot shows a web browser window with the URL <https://gru.inpi.gov.br/pepi/servlet/MarcasServletController>. The page header includes the INPI logo and navigation links: **BRASIL**, **Acesso à informação**, **Participe**, **Serviços**, **Legislação**, and **Canais**. The main content area is titled "Consulta à Base de Dados do INPI" and displays search results for the trademark "SÉCULO DIÁRIO".

» Consultar por: Pesquisa Básica | Marca | Titular | Cód. Figura]

RESULTADO DA PESQUISA (16/09/2020 às 07:19:26)
Nº do Processo: "914299956"
 Foram encontrados **1** processos que satisfazem à pesquisa. Mostrando página **1** de **1**.

Número	Prioridade	Marca	Situação	Registro de marca em vigor	Titular	Classe
914299956	09/03/2018	SÉCULO DIÁRIO			LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA	NCL(11) 35

Páginas de Resultados:
1

Rua Marink Veiga, 9 - Centro - RJ - CEP: 20090-910

Falei
Canosco

Registro Marca Século Diário - Base pública de Dados INPI (Consulta em 15/09/2020)

INPI x INPI x Pessoa 2

← → ↻ <https://gru.inpi.gov.br/pePI/servlet/MarcasServletController?Action=detail&CodPedido=3694890> ☆ ☰

BRASIL

Acesso à informação
Participe
Serviços
Legislação
Canais

Instituto Nacional da
Propriedade Industrial
Ministério da Economia

Consulta à Base de Dados do INPI

[Início | Ajuda?]

» Consultar por: No Processo | Marca | Titular | Cód. Figura] 1/0

Marca

Nº do Processo: **914299956**
Marca: SÉCULO DIÁRIO
Situação: Registro de marca em vigor
Apresentação: Nominativa
Natureza: De Serviço

Classificação de Produtos / Serviços

Classe de Nice	Situação da Classe	Especificação
NCL(11) 35	Vide Situação do Processo	Propaganda, publicidade, publicidade on line em redes de com...

Titulares

	Nome
Titular(1):	LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA

Representante Legal

	Nome
Procurador:	NÃO DEFINIDO

Datas

Data de Depósito	Data de Concessão	Data de Vigência
09/03/2018	12/03/2019	12/03/2029

Prazos para prorrogação de registro de marca

	Prazo Ordinário	Prazo Extraordinário
Início	13/03/2028	13/03/2029
Fim	12/03/2029	12/09/2029

Petições ?

Pgo	Protocolo	Data	Img	Serviço	Cliente	Delivery	Data
✓	800190053619	11/02/2019	-	372	LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA		-
✓	850180064385	09/03/2018	-	394	LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA		-

Publicações ?

RPI	Data RPI	Despacho	Img	Complemento do Despacho
2514	12/03/2019	Concessão de registro	-	
2509	05/02/2019	Deferimento do pedido	-	
2465	03/04/2018	Publicação de pedido de registro para oposição (exame formal concluído)	-	

Dados atualizados até 15/09/2020 - Nº da Revista: 2593

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro - RJ - CEP: 20090-910

ANEXO B

Edição comemorativa Revista Sécúlo: O ES em Revista (Circulação 2000-2002)

Sécúlo
Ano 3

A vigésima quinta hora

Com esta edição, de nº 25, SÉCULO inicia a caminhada do seu terceiro ano de vida fiel aos princípios que notearam sua criação

O Espírito Santo é mesmo um lugar de contrastes. Aqui o caranguejo, a polenta, o frango com quibabô, o angu, o churrutê e a moqueca capixaba cultivam harmoniosa convivência. A intolerância racial foi barrada para sempre amém no baile do nosso caldeamento cultural. O coração capixaba é irmão de sangue do mundo.

Aqui o nativo e o turista podem desfrutar-se, em menos de uma hora, do litoral à montanha, possibilidade presente em raríssimas partes do mundo, o que contudo ainda não foi capaz de fazer com que as nossas autoridades envergassem nisso o nosso potencial para o turismo, a indústria que mais cresce no mundo. Mais um contraste, mas isso é outro papo. O

capixaba que prefira na capa de SÉCULO é capaz de pidiar uma Economia que há mais de 20 anos insiste em crescer mais que a média do país, mas é o mesmo sujeito que anda a 40 por hora na faixa da esquerda e ainda é capaz de indignar-se, fazer sinal obscuro para o motorista de táxi, incitando-o à transgressão de ultrapassar pela direita.

Por aqui, às cidades e sua gente são devidos mas também há pessoas céticas, que há lugar para todos na terra do Espírito Santo.

SÉCULO, com suas seções criteriosamente planejadas para espelhar um país capixaba de set, veio para ver e mostrar esses contrastes que nos fazem únicos. Ao longo desses dois anos, tem estado nos espelhando enquanto namoramos nosso belo umbugo, mas também tem colocado conjuntamente o dedo na ferida da nossa desenfreada violência urbana, da nossa infância abandonada, das prioridades políticas equivocadas e da crueldade da banda podre de uma elite que na busca de manter-se no poder não recua diante de nada.

SÉCULO entra a toda nesta edição em seu terceiro ano de existência como parecira da sociedade capixaba na busca de soluções para seus problemas mais angustiantes. E seu suporte mais eficaz tem sobrepujado o mérito de não ser fruto de experimentos de aprendizagem de felicitos. Muito ao contrário, nossa credibilidade e nosso diferencial: residem, por mais um contraste explícito, no resgate quem diria?, da velha e boa reportagem.

Faz tempo que desmontamos a síndrome feroz do balalaio de caranguejos que insistia em detonar as premissas editoriais da maioria dos novos veículos de comunicação que ousavam brotar no Estado. Fazemos Espírito por espírito, e por isso todos os nossos grandes artigos e dinâmicas do setor são retratados com a competência de quem é do ramo e fala porque sabe e porque viu.

Já o nosso Capixaba de sucesso tem garantido em SÉCULO um destacado espaço de inspiração e soba que locais para mostrar o quanto nos orgulhamos dos feitos de todos nós. Sabemos que De história e folclore se fazem as mais belas fantasias do nosso imaginário. Por isso, nossos *Fatos e lendas do sertão*, as reflexões do nosso *Live* pensar e do nosso impagável humor também estão presentes em todas as edições. Uma *Crônica* certeira de fazer jornalismo de primeira noticia nossos passos.

A casa é SUA

Março de 2000, faz 120 dias que o Espírito Santo acompanha, chocado, a tragédia em que se debate a família da adolescente Isabela Negri Casanelli, 15 anos, violentada e assassinada. Seu corpo tranzou aparecera em Porto Velho, Caracica, numa manha de segunda-feira, com ferimentos no rosto, sinais de estrangulamento, marcas de mordidas, aturadamento de cômio e facadas.

Com esse espírito, começamos por revolver uma ferida ainda viva: os estagios causados à qualidade de vida do capixaba por uma política de desenvolvimento que trouxe para o Estado os chamados grandes projetos, como Tubarão, CST, Aacruz Celulose. Grandes levas de migrantes foram atiradas pela farda oferta temporária

O crime bárbaro que chocou a comunidade capixaba e está até hoje impune, como tantos outros importantes casos sem solução em que os únicos punidos são as vítimas e suas famílias, estabeleceu potem um divisor de águas na imprensa capixaba: a manchete *O monstro continua impune* marcou a chegada de SÉCULO ao mercado editorial capixaba. Lá dentro, a matéria *Com o olho em potôres* conta uma história de dor e abandono e denuncia trapalhadas políticas, de tático de influências e pigo de cena. Para muito além do conformismo que marca o noticiário político pasteurizado dos jornais diários, em que pouco se avança além do Boletim de Ocorrência (BO) da polícia, está reintroduzida no Estado a reportagem investigativa, de sanados menória.

A elegância do slogan *O Espírito Santo em revista* não deixa dúvidas quanto à essência do projeto editorial que sustenta a publicação recém-nascida. Os mais expressivos valores capixabas, seus ícones, mais sedimentados no inconsciente coletivo da população do Estado do Espírito Santo serão revisitados, resgatados detalhados.

Com esse espírito, começamos por revolver uma ferida ainda viva: os estagios causados à qualidade de vida do capixaba por uma política de desenvolvimento que trouxe para o Estado os chamados grandes projetos, como Tubarão, CST, Aacruz Celulose. Grandes levas de migrantes foram atiradas pela farda oferta temporária

Século

Ano 3

de emprego. Concluídas as obras, ficaram o desmembramento do Instituto da periferia. Como marca da inserção, os índices de violência urbana subiram a níveis estratosféricos. A prostituição e o tráfico de drogas, acompanhando o crescimento desordenado, trouxeram consigo os esquadrões de extermínio e o crime organizado.

A forma detalhada, dissecada e multiplicada com que o assunto foi oferecido ao leitor não era casual. Antes, anunciava um estilo que veio para ficar. Est lá, na declaração de princípios de SÉCULO. Preservar o direito de manifestar o nosso próprio pensamento, sempre que julgamos necessário, de maneira clara e transparente que permita ao leitor distinguir entre o que é informação e o que é opinião.

Capixaba de SUCESSO

Não é de hoje que pessoas e empresas capixabas fazem sucesso pelo Brasil. Mas o crescimento da nossa auto-estima andou por muito tempo em descompasso com o resultado de tantas ações bem-sucedidas. O professor, escritor e folclorista Renato Pacheco lembra, na estreia de SÉCULO, figuras ilustres que saíram no passado e cujos nomes deverão ter espaço calvo no pódio do orgulho capixaba ao longo deste século XXI.

Na ilha de Páchoa, ele próprio um dos grandes nomes da nossa cultura,

se ainda em 1888, quando o patriarca Domênio Chepepe embarcou na Itália, nas ondas do sonho de "fazer a América". Mais de 100 anos depois, membros da terceira geração dos Chepepe comemoram a performance do Grupo Aquila Branca, que controla 24 empresas e emprega em torno de 5 mil pessoas. Com uma frota de mais de 2 mil veículos, atua em seis estados no transporte de passageiros e em 10 no de cargas.

A trajetória vitoriosa de Américo Buarz, que de uma pequena fábrica de sacos de papel evoluiu para um império cujo faturamento anual chega a US\$ 250 milhões, também foi contada ao leitor de SÉCULO. Assim como a bela história da Caliman Agrícola, sinônimo de manejo papaya, e da família Meyerfreund fundadora de um dos nossos mais importantes licores, a Chocoboles. Canto, recém-vendida para a multinacional Nestlé, e a Rede Gazeta, que a partir de um jornal de classificados fundado por Thiers Veloso chegou pelas mãos dos Underberg, a condição de império das comunicações.

Mas SÉCULO também contou para você as histórias de sucesso de Herculio Pirão, o mago da moqueca, a experiência didático-pedagógica do Colégio Leonardo Da Vinci, a da nossa poetriz Elisa Lucinda, a mulher capixaba que projetou a poesia nacional do limbo para a ribalta, criando um novo mercado para a poesia decantada, ou falada, como da prefeita. E também gingou com a arte do Mestre Capixaba, que tem

espalhado a capoeira pelos Estados Unidos, pela África, Europa e Ásia. Na mesa de Elida Maria Rigotti provamos das mais bem-sucedidas receitas culinárias capixabas. Com a trindade Mônica Queiroz, aprendemos como se faz um campeão de ginástica, e levamos ao leitor uma aula de sucesso ministrada pelo empresário e escritor Lucas Izdon, dentro da série Capixaba de Sucesso. Uma entrevista para se pregar na parede. Coisa para emprestado nenhum perder. Com a exclusividade SÉCULO pra você.

Compromisso cumprido

SÉCULO vem cumprindo ao pé da letra o compromisso assumido com seus leitores e anunciantes. Toma-se cada dia mais a voz solicitada e culta do Espírito Santo, mas também uma voz forte e combativa, como anunciava o informe publicitário que as agências de publicidade recebiam nos dias que antecedem o lançamento da revista.

Essim, como víhamos uma época de intensa expectativa causada pela descoberta de petróleo em nosso mar, fomos a campo para mostrar que o eldorado não era tão dourado assim. *O petróleo e deles nós o mar é nosso*, reportagem de Marilza Bigio publicada na edição número 4, mostrou a desilusão dos nossos vizinhos do Estado do Rio.

Cano, defender a qualidade de vida do capixaba e a preservação do meio ambiente são prioridades

absolutas de nosso projeto. Portanto, o tempo inteiro voltamos nossa atenção para temas com o passivo ambiental da Arcruz Celulose e seus ecualipis, para a agonia do rio Itapemirim, Louvamos a importância do trabalho do Projeto Iamar, nos admiramos com a tenacidade do biólogo o autocracia João Gasparini em defender a Natureza do Espírito Santo, nos enchemos de tristeza junto com você ao constatar a agonia da atividade pesqueira descontrolada e predatória. E nos rendemos à beleza do Peneiro, bela sentinela da entrada do Porto de Vitória, de pé fincada em terras canela-verdes.

Mas cumpria também denunciar as práticas da banda podre da elite capixaba, capaz de amarrar esquadrões de extermínio e de empregar assassinos. Como se fez com a colonista Maria Nite, abalada a tiro em plena luz do dia quando saía de uma academia na Praia do Canto. Era figura potente. Sua voz foi calada para sempre pela brutalidade e pela inofensividade dos que se acham acima da lei.

Um tema mais ameno o imigrante europeu tem merecido de SÉCULO um reconhecimento pela sua luta, pelo conhecimento, pela firme determinação, pela definitiva participação no caldeamento cultural capixaba. E também temos acompanhado as migrações internas, os pomeranos e outros capixabas em Rondônia e no Acre, os filhos de outros Estados que aqui aportam em busca de vida melhor ou de destituir de nossos encantos na condição de tinsas.

Nossas tradições culturais, a história de nossos personagens mais marcantes são destaque em nossos edições. Do amor de Roberto Kautsky pelas orquídeas e bromélias até a sanha assassina de Rainor Greco, o maior assassino de árvores que o mundo conheceu. Da luta de Augusto Ruschi pela vida à estrondosa contribuição do Coronel Bimbin para a paz dos cemitérios 8 mil cruzes, tudo é matéria para os leitores de nossos repórteres e articulistas e para as lentes de nossos fotógrafos.

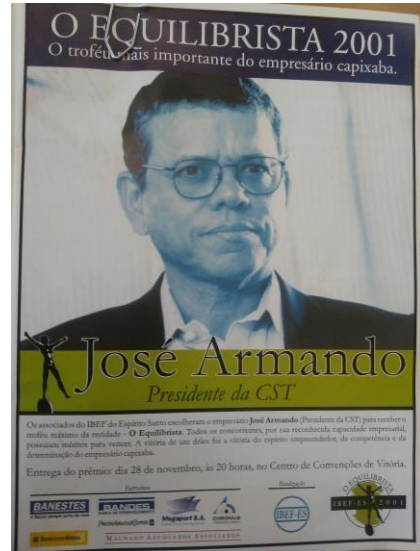
Estamos atentos à dinâmica da nossa cultura, ao folclore, às artes capixabas. O congo, o rei-de-bol, o itumbi, a folia, a devoção a São Benedito, o zen-budismo capixaba. Acompanhamos nossa música, venha ela do violão magdo de Maurício de Oliveira ou da lira já imortalizada do rei Roberto Carlos, ou breje ainda das novas gerações de músicos capixabas que a indústria fonográfica começa a descobrir, como Maninhal, Casaca e as bandas de rock pesado do movimento underground. Nossos cantores e cantoras, os compositores capixabas, todas as estéticas, todas as manifestações culturais e artísticas do Espírito Santo têm lugar calvo em SÉCULO.

Muitos outros importantes histórias virão. A parceria se solidifica. A credibilidade também. Para merecer o seu respeito, caro leitor e caro leitor, SÉCULO responde pelo que publica.

Epidio Morgado
(Especial para SÉCULO)



Revista Sécúlo



Publicidade sobre prêmios da Samarco (Edição n°23, Jan. 2002) e sobre o Prêmio o Equilibrista 2001 (empresariado capixaba), Ed. n°21, nov. 2001.

Expediente Revista Sécúlo



Seção (editoria) 'Mídia na Mira' Ed.n°9 (nov.2000); Ed. n°3 (maio 2000).

Reportagem Revista Século



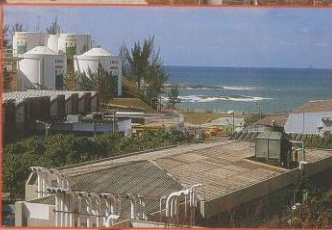
DELÍRIO **globalizante**

O petróleo é deles

Mas o mar é nosso!

Marilza Bigio
Fotos: Tom Boechat

O ES não pode deixar se repetir aqui os erros que cometeram os exploradores do petróleo no RJ. Eles tomaram dos cidadãos macaenses o mar, construíram um porto em sua melhor praiinha, empurraram os pobres para o mangue - que é a fonte de vida do mar -, acabando com a pesca e os outrora abundantes caranguejos. Os campistas tiveram roubadas suas lagoas. E nas duas cidades as pratas estão ameaçadas. Agora, a possível exploração do petróleo aqui cria delírios desenvolvimentistas. E mais miséria, produto final da exploração das riquezas, aporta no litoral capixaba.



Além dos estragos que atingiram violentamente os manguezais, a paisagem ficou também o visco ampla do mar que se tinha antigamente

Vejam o que eles fizeram com nossos vizinhos

O Espírito Santo se anima com a novidade da possível prospecção de petróleo em sua costa sul - parte da Plataforma de Roncador, descoberta em 1996, com reservas de óleo estimadas em 2 bilhões de barris de petróleo. Iniciase por aqui o mesmo delírio de projetos desenvolvimentistas que redutiu as outrora belas e ricas cidades fluminenses de Campos (economia baseada na cana-de-açúcar, com 21 usinas moendo entre os anos 60/70) e Macaé (economia baseada no turismo, parte da Costa do Sol, dona de praias belíssimas nessa época). O que aconteceu nas duas cidades, nossas vizinhas, a partir da exploração da Bacia de Campos pela Petrobras, ao longo de 22 anos de produção ininterrupta, pode ser um alerta para que o povo capixaba não permita a repetição dos mesmos erros. Foram omissões e descuidos que transformaram Campos e Macaé na 20ª região mais pobre do Brasil, a segunda mais miserável do Estado do Rio de Janeiro - mesmo estando entre as primeiras em renda per capita do RJ e recebendo um total aproximado de 18 milhões de reais/mês em royalties do petróleo.

Em Campos, a presença mais visível da Petrobras está nas placas das Hortas Comunitárias, pequenos e poucos terrenos tratados e plantados pelos moradores dos bairros com sementes doadas pela empresa. Parece que nem essa coisa tão simples e barata consegue funcionar: como esperar que gente que precisa e corre atrás o tempo todo tenha tempo/condições/motivação para cuidar de hortas? É mais um dos paliativos assistencialistas que proliferam, fruto de decisões políticas des- de que o petróleo chegou.

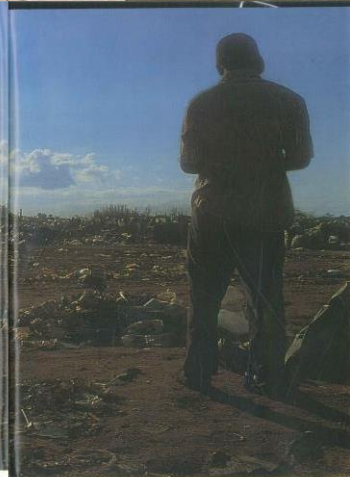
O vereador Antônio Carlos Rangel, PT, com toda uma vida ligada ao Sindipetro (o sindicato dos trabalhadores da Petrobras), resume a história. "A Petrobras iniciou estudos

geológicos por aqui em '74, em pleno "milagre brasileiro", e pôs em operação o primeiro campo, de Enxova, em '78. Logo depois vieram Garoupa, Nazaré do Il e o Pinguim. A empresa chegou com tudo, precisando de mão de obra técnica, levou todos os alunos da nossa Escola Técnica Federal, trouxe engenheiros, foi um "boom" de altos salários - um bota-fina da cana-de-açúcar ganhava cerca de 500 reais, digamos, e um trabalhador não técnico já ganhava o triplo, sendo que o técnico ia a dois, três mil reais de hoje".

Muitos técnicos, como o próprio Rangel, que estava indo para a Acoita, em Minas Gerais - voltaram para Campos. Instalou-se a felicidade. Campos estava de novo no caminho da prosperidade. Tinha sido uma espécie de

"tecnocracia dos olhos" do Imperador d. Pedro II, sendo a primeira cidade do Brasil a receber luz elétrica, por causa disso. Tinha excelente Teatro Municipal, um certo orgulho pela imponência dos casarões dos usineiros - os beneficiários do primeiro ciclo de desenvolvimento da região. Com a chegada da era petróleo, e com os salários que a Petrobras pagava, principalmente aos jovens, houve um impulso enorme. Os jovens casaram, compra-

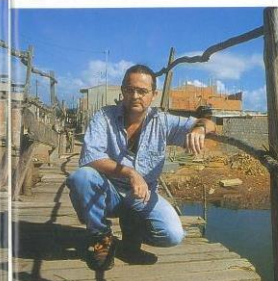
Vagner Moreira
Ambientalista se impressionou com o rapidez da devastação



ram imóveis, construíram. O comércio se dinamizou, a circulação de moeda foi fantástica. Nada a ver ainda com os royalties, que só começaram a chegar aos cofres da cidade em '90. Era a expectativa de desenvolvimento gerando desenvolvimento.

Com os royalties, a situação deveria ficar sópa no mel. Mas não foi assim. Da década de 80 para cá, a produção pulou de 400 mil barris/dia para os cerca de 1 milhão de barris/dia de hoje. E continua crescendo. Os royalties, que somavam cerca de R\$ 300 mil a R\$400 mil, a partir de '97 tiveram aumento substancial com novas regras para sua distribuição, e hoje estão em cerca de R\$6 milhões/mês, mas chegam a até R\$10 milhões, pelo menos, com uma compensação trimestral negociada recentemente a nível federal. Rangel participou das negociações e dá conta de que quando o orçamento de Campos para 2000 foi elaborado, os royalties representaram 28% da receita. Hoje, ele calcula que já estão em 33 a 35%.

SÉCULO pergunta: É muito dinheiro são R\$120 milhões por ano! Por que não acontecem as coisas, então, e os mangues estão invadidos, as pessoas continuam no sofrimento, não há investimentos e empregos, o lixo é igualzinho ao de qualquer cidade sem petróleo e sem esperança desse país esquisito?



Antônio Carlos Rangel
Vereador petista viveu os primeiros tempos da exploração petrolífera



Novos estragos na mira do Feama

Os danos ambientais são não são maiores porque há ação efetiva de Feama. É o que conta René Justini, homem forte da entidade local. Entre 80 e 90, houve muito vazamento de óleo na região devido ao uso de membranas para obstruir os navios que estavam da plataforma. As bocas estavam magoadas e dois quilômetros das náuticas, a maré jogando muito, e o vento forte levavam ao rompimento dos motores. Foram diversos acidentes. A Feama licenciou a Petrobras, fez o monitoramento das manchas e fiscalizou o melhoramento dos processos. Hoje as náuticas-base carregam os navios carqueiros, reduzindo os acidentes. Em outra ocasião, a Feama observou que o "flut" - aquela máquina que sai estendendo e que é resíduo/resíduo de gás queimando - tinha aumentado muito. São os gases tóxicos do petróleo, e a Feama alertou e obrigou, observando que o volume de "flut" diminuísse, assim, se que a empresa melhorou o aproveitamento/utilização do gás natural. Pena que não tenha sido sempre assim, e lá houve espaço para muitos pequenos desastres ecológicos, com o lançamento de lástros de navios e poucos quilômetros da costa.

Pobres mais pobres

O desemprego e a miséria foram arrastando as famílias pobres para cada vez mais longe, nas favelas de terra que margeiam o rio Paraíba do Sul, cartão postal da cidade. Mariene Monteiro de Souza Machado, 30 anos, vive num casarão desses, com o marido Rogério Machado, trabalhador da União Sepacur - uma das duas poucas em funcionamento. Ele ganha desde abril o super-salário mínimo brasileiro: R\$ 151,00. Os filhos José, 4 anos, e Maxwell, 2, brincam junto à lama do rio, perto do vilão de esgoto, sem escola, felizes ainda porque nem percebem a ironia: seu barracão na Vila Bonfim nº 6, Parque Aldeia, é vizinho da poderosa Furnas - com suas instalações bem equipadas, limpez, gramados, seu lago limpíssimo, e os carros dos funcionários mais bem colocados na tal da conhecida pirâmide social. Um dia, José e Maxwell vão começar a perceber a ironia dessa vizinhança.

O que não aconteceu

É com o vereador Rangel, o respectado ecologista da Feema (Fundação Estadual do Meio Ambiente) René Justini, e com as conversas de mesa de bar - onde jornalistas, advogados, gente que ama a cidade expõe com calor seus pontos de vista e lembranças de fato -, que se pode recompor a história desses 22 anos de exploração do homem pelo petróleo em Campos.

Para início de conversa, Campos foi um tanto "garfada", como se diz no futebol - na sua costa de rochas. A maior parte referente a Roncador foi para Macaé - o que não tornou a sua história diferente das das campistas (veja matéria adjacente). O então prefeito Garotinho (o PDT está no poder aqui há 12 anos) correu atrás, mas a divisão ainda está em estudos.

Quem entretanto realmente com os dividendos do petróleo foram fornecedores e empreiteiros que serviam à Prefeitura, além dos empresários da construção civil, em certas ocasiões (no momento, é senor que amarga estagnação, assim como o comércio).

Os projetos originais da Petrobras para Campos incluíam a construção de um polo petroquímico, que nunca saiu do papel. Não há esboços da empresa por aqui. Sua presença está em alto mar, nas plataformas fixas de exploração, invisíveis desde a cidade. Além das placas nas montanhas, apenas o oleoduto que passa por Quissamã - longe também dos olhos campistas - mostra o logotipo verde-amarelo da empresa. Ah, lá está também em um horrendo monumento colocado bem ao lado do monumento ao Lindo Goytacaz, orgulho da raça e marca registrada da cidade, que a Petrobras queria tirar dali para colocá-lo seu com destaque e sorriso.

O "boom" dos anos 70/80 trouxe uma surrealista invasão dupla de pessoas e riquezas, pelos ricos e pelos pobres. Uma área é bem urbanizada e tem o metro quadrado mais caro da cidade. Na outra, a sujeira, o esgoto a céu aberto, as crianças brincando entre casules de terra e o grau extremo de pobreza e de abandono pelo poder público.

O governo federal autorizou a dragagem das lagoas que cercavam a cidade, mudando uma importante fonte de renda: a pesca. Com a vinda do petróleo, as usinas de açúcar - que já amargavam tempos de decadência porque subsidiadas e ajudadas pela União e Banco do Brasil eram emboladas pelos usinzeiros e gastos em viagens à Europa e outras mondanias fecharam de vez. Em 1981, das 21 usinas (hoje há cinco em funcionamento), e cada uma dava emprego a cerca de 7 mil pessoas. Toda essa gente, ou foi embora ou se espalhou pelo país. Nenhum resto do petróleo foi usado para melhorar essas condições. Houve um paliativo, na época de Collor: foi aterrada uma imensa área alagada e imprópria, que antes havia sido destinada para distrito industrial, para que nela se construíssem cerca de 200 casas de "pau-á-pique" - 22 metros quadrados. É o bairro da Collin, cuja casa na maioria apresentam problemas estruturais graves.

O petróleo inibiu as outras atividades econômicas, e o distrito industrial nunca chegou a ser o que se previa. Ali entraram algumas tentativas de paliativos. Uma delas é recente, exemplo de coisa mal pensada e planejada. Há meses, inaugurada pelo governador Garotinho - que baixou ICMS e deu todas as facilidades para sua construção - nasceu uma fábrica de sacos no município. A fábrica dá apenas 70 empregos diretos - e é difícil calcular se há algum indireto. A região não é produtora de frutas, que sim de ser "terra pontada" - de outros municípios e principalmente do Espírito Santo. Em apenas cinco dias, a fábrica é capaz de produzir toda a produção, o que a tornaria ociosa 25 dias/mês. Uma operação difícil de imaginar, quanto mais de resolver.

Um cartão postal com as manchas da devastação

Em Macaé, ao contrário, a Petrobras está por toda parte. Perto, esconderijos, helipontos, as instalações da companhia praticamente sufocam a cidade, tiram a sua visão do mar. Roubaram já há tempo as turmas e crianças das escolas suas praças centrais, seu cartão postal antigo. "A transformação em Macaé foi violenta", define René. "Era uma região de Mata Atlântica estranhada com áreas alagadas, como o Pantanal de Mato Grosso. A primeira fase de destruição veio com o alagamento das lagoas (90% delas) para plantações de cana". Com o petróleo, a devastação foi maior e mais rápida, como conta o ambientalista Vogner Moreira, um dos participantes da ONG Raí - Rede Ambiental de Informação e Ação. Aos 40 anos, ele tem pelo menos 20 de luta pela ecologia e pelas comunidades carentes em Macaé. Vogner arranja e reporta gente pela cidade, mostrando as consequências do modelo de implantação adotado pela Petrobras.

"A ocupação desordenada do solo, pelas pessoas empolgadas em empregos terciarizados pela Petrobras, uma população em crescimento que invade as áreas de mangueiras, continua um adiantamento. Com o desmonte da era Fernando Henrique, pobres venderam suas posses sobre as áreas invadidas aos especuladores, que se apressaram em lucrar depois de serem a propagação de infra-

estrutura que multiplicaram o valor das propriedades. E foram ocupando cada vez mais áreas de mangue, esgotando as contas bancárias dos grileiros - que promovem a invasão, passam tráfego, marcam terrenos e os vendem baratos, tudo sem serem incomodados pelo poder público. Os adversários dos grileiros são exatamente gente como Vogner e outros ambientalistas, que pelo menos denunciam e dificultam ao máximo a sua ação.

A Petrobras se interpõe entre o novo e o seu mar. Vogner conta que as famílias vinham pescar nas praias hoje ocupadas por enormes galpões e tanques. Era lazer, era alimento, era fonte de renda que hoje virou lembrança para os mais velhos.

O cartão postal mais antigo da cidade, onde se avista da praia junto às lagoas invadidas de lixo e entulho, tem uma pedra onde se mergulhava e da pracinha era possível vigiar as crianças na areia, tudo isso acabou. Nas áreas alagadas, plantaram, esta é a paisagem atual. Ali está localizada o porto da Petrobras, que com a sua construção modificou todo o sistema de maré e de águas das praias adjacentes.

Apesar disso, a inoperabilidade do alar em dois momentos muito semelhantes de desrespeito às forças da natureza, em Macaé. Ao norte, na Praia da Barra, um bairro que vive de pescadores, grileiros invadem cada vez mais áreas de restinga. Restinga é aquela vegetação espessa, a única cobertura da areia, e que serve de sustentação, evitando que o mar arraste a areia para o fundo. Sem essa proteção, o mar avança formando "dentadas" nas praias - que com o tempo acabam por destruir mais a força das águas, áreas para chegar às as casas ali construídas. Isso é um perigo para a cidade. Curioso é que na praia não, na praia de Camipá e de Cavatim, a mesma coisa aconteceu e ainda acontece. Embora construída sobre fundações muito mais fortes, essas pedras não foram construídas e os danos terão com certeza o mesmo destino das casinhas da praia da Barra. A resposta da natureza é a mesma: cascalheiras e marés.

Em Macaé, como em Campos, não se sabe exatamente o que é feito com os royalties do petróleo. Esses dividendos podem ter, por lei, seis destinos: irrigação, saneamento, tratamento de água, proteção ambiental, calçamento e pavimentação de ruas e rodovias; cultura. Bem, nem vamos falar de cultura, porque nas duas cidades isso é fazer amigos sem seus Teatros Municipais, com espetáculos espessos e caros. Os outros destinos dos royalties, se investem são cumpridos, na década de 90, claro, que não estranharam diante desse quadro aqui delineado.

Para Vogner, o impacto de uma chegada da Petrobras, com plataformas de exploração, no Espírito Santo, não deveria ser tão grande como em Campos e Macaé. Primeiro, porque ali já se instalaram indústrias de grande porte e já ficaram o cenário anti-ecológico que se conhece. Citam-se na Grande Vitória osativos necessários os nos capitalistas para receber e

Petrobras sem tantos sonhos e delírios, mas com um pé firme na realidade. O que o preocupa é a provável desagregação da empresa - a segunda maior empresa petrolífera da América Latina, só ultrapassada pela PDVSA venezuelana. Ele é o vereador Rangel preocupado-se por que nem momento de globalização, em que grandes conglomerados se fundem, a British Petroleum acaba de comprar a Amoco, a Esso comprou a Mobil e as megapetrolíferas, que vão do poço ao posto, são apre-

secundadas como o futuro da virilidade petrolífera, o Brasil candidato para trader e que restará a Petrobras, vendendo a BR Distribuidora, como um primeiro passo para privatizar a própria estatal, uma das mais bem sucedidas do mundo. "Ja pensou quando essas questões tiverem que ser debatidas com proprietários estrangeiros, poderosos, mas bem aparelhados juridicamente e sem nem um resquício de compromisso com a sociedade brasileira, quanto mais com as comunidades locais?" este é o alerta.

Sem agrotóxicos, com respeito

O futuro vem de dentro da comunidade, vem de dentro da comunidade, vem de dentro da comunidade.

Em uma comunidade de 10 mil habitantes, a comunidade de São João do Rio Preto, no Rio de Janeiro, há 10 anos que não usa agrotóxicos. A comunidade é formada por 10 famílias, com 100 habitantes. A comunidade é formada por 10 famílias, com 100 habitantes. A comunidade é formada por 10 famílias, com 100 habitantes.

Em uma comunidade de 10 mil habitantes, a comunidade de São João do Rio Preto, no Rio de Janeiro, há 10 anos que não usa agrotóxicos. A comunidade é formada por 10 famílias, com 100 habitantes. A comunidade é formada por 10 famílias, com 100 habitantes. A comunidade é formada por 10 famílias, com 100 habitantes.

Prática comprova

Prática comprova que é possível produzir alimentos sem agrotóxicos. A comunidade de São João do Rio Preto, no Rio de Janeiro, há 10 anos que não usa agrotóxicos. A comunidade é formada por 10 famílias, com 100 habitantes. A comunidade é formada por 10 famílias, com 100 habitantes. A comunidade é formada por 10 famílias, com 100 habitantes.

Prática comprova que é possível produzir alimentos sem agrotóxicos. A comunidade de São João do Rio Preto, no Rio de Janeiro, há 10 anos que não usa agrotóxicos. A comunidade é formada por 10 famílias, com 100 habitantes. A comunidade é formada por 10 famílias, com 100 habitantes. A comunidade é formada por 10 famílias, com 100 habitantes.

[illegible]

A história da devastação do Espírito Santo – aqui narrada com a coragem, traços marcantes da personalidade do repórter Medeiros – é mais que uma denúncia de caráter regional, uma revolta, perdido nos limites do deserto de uma terra arrasada, condições de ecoar. É uma advertência, uma gravíssima advertência dirigida a todos os setores responsáveis pela preservação do meio ambiente, pela qualidade da vida. Numa palavra: é um basta. Um basta à impunidade, à omissão, à covardia e à insensatez.

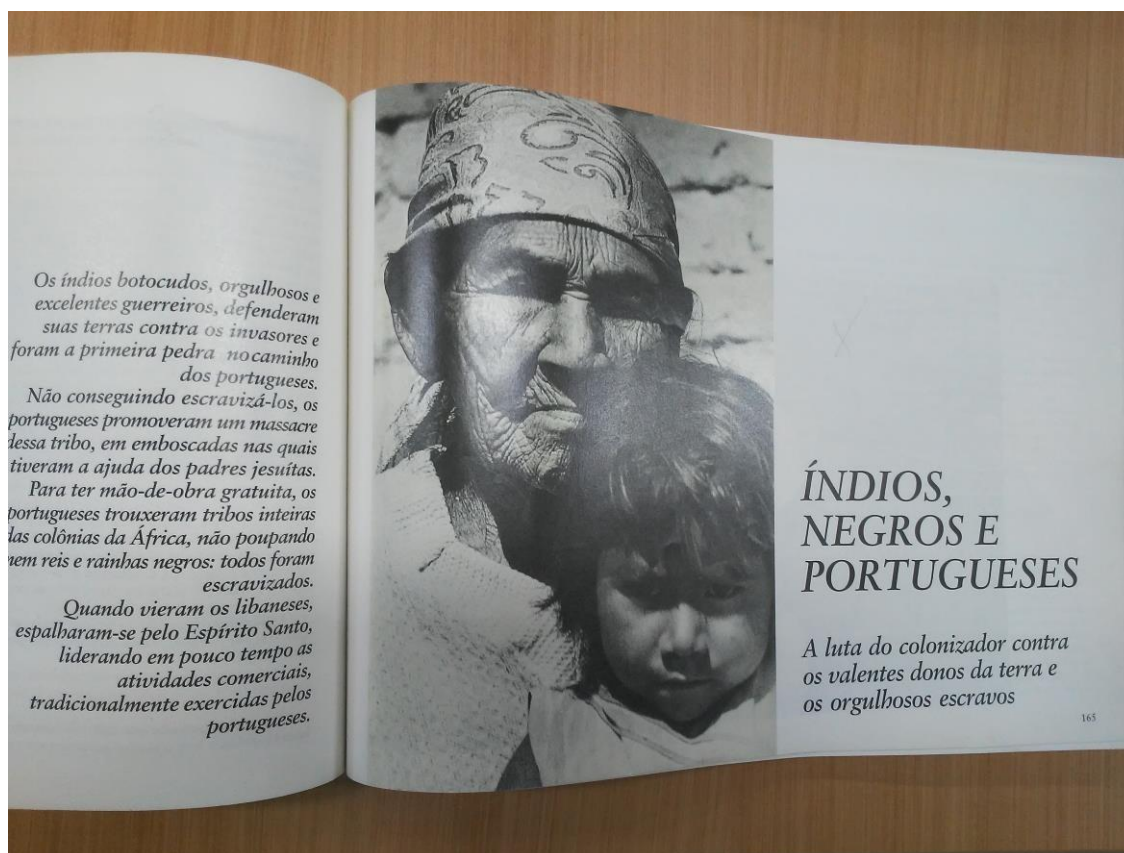
A onda de crimes que Rogério testemunhou, pesquisou e, agora, com impressionante riqueza de detalhes, traz ao conhecimento de todos, não se esfumou nas areias do litoral capixaba. Como uma praga, ela avança em direção à Floresta Amazônica, sempre e cada vez mais destrutiva. É preciso detê-la. E já porque, depois de devastar o território capixaba e grande parte da Bahia – onde só restam hoje pequenas matas, desfalcadas dos seus mais importantes exemplares –, o exército de predadores da nossa Floresta Atlântica (que se estende de Santa Catarina a Pernambuco) marcha inexoravelmente sobre o maior patrimônio natural do homem, o chamado pulmão do mundo que é a Floresta Amazônica. São 300 mil homens em ação, armados de sofisticados instrumentos de destruição e comandados por Rainor Grecco, que se orgulha de ser o maior assassino de árvores do planeta. Não se trata, portanto, de combater criminosos comuns; trata-se de deter o mais poderoso contingente de inimigos da humanidade.

SIB/UFES

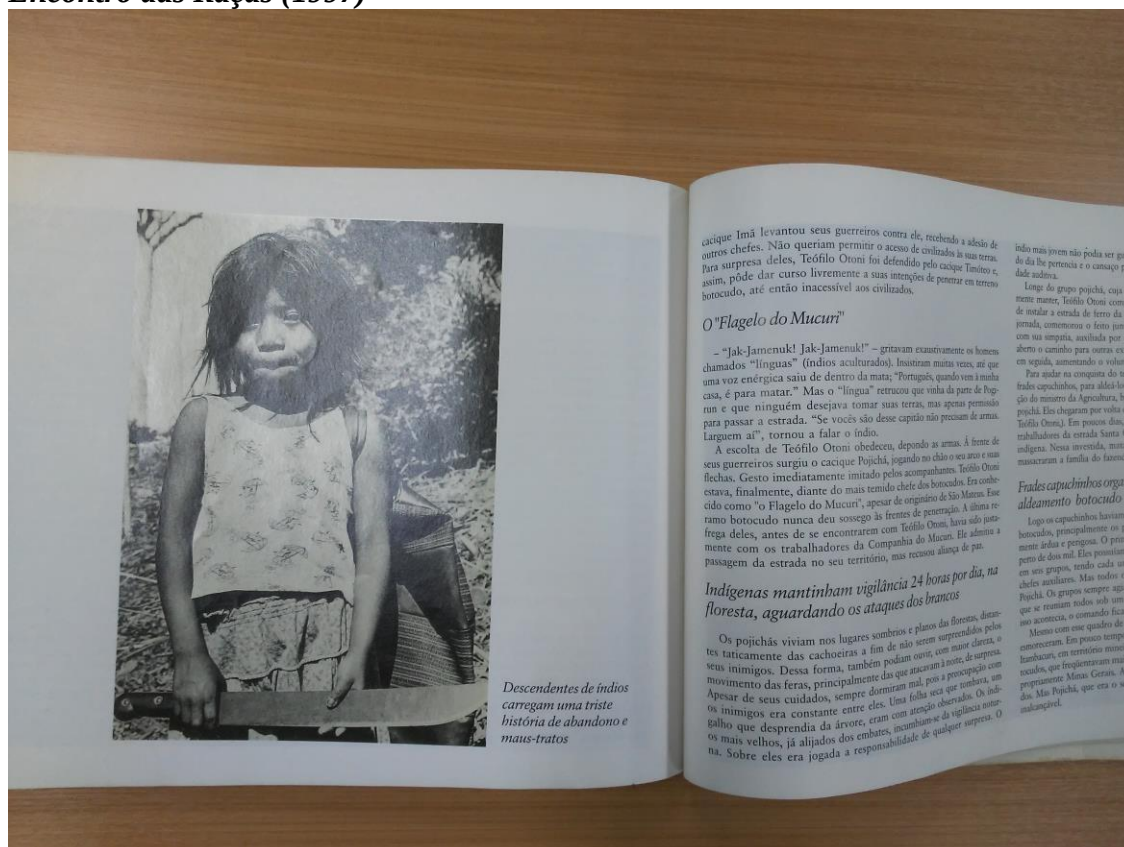


Espírito
Santo
Maldição
Ecológica

Contracapa do livro Maldição Ecológica (1983)



Encontro das Raças (1997)





Devota de São Benedito, em São Mateus

A pena de morte vigorou durante todo o tempo da escravidão, atingindo negros revoltosos

O sistema escravista no Espírito Santo, como no resto do País, baseava-se, segundo a historiadora Vilma Paraiso Ferreira Almada, em "Escravidismo funcional", na capacidade de extrair-se o excedente de trabalho escravo para a coação extra-econômica possibilitada pela posse permanente do escravo. A ideologia escravista, de acordo com a historiadora, surge com base na superioridade do senhor, o que implica, dialeticamente, na inferioridade do escravo.

Ainda são palavras suas: "Assim desumanizada, a sociedade escravista não escravo apenas a objetivação de um capital que se destinava à escravidão como propriedade do senhor. O mesmo ocorria com a população do Espírito Santo, para a qual o escravo também não passava de um objeto, de uma coisa que se podia legalmente comprar, vender, alugar, avaliar, emprestar, doar, penhorar, arrendar, desenvolver."

Quanto aos escravos, eles não podiam nada. Eram obrigados a respeitar os brancos, que os castigavam severamente por seus erros. Para proteger a violência do proprietário, o Império chegou ao disparate de instituir uma lei estabelecendo a pena de morte não somente para os escravos que tivessem matado seus senhores, mas também para aqueles que os tivessem ferido, sem matado seus senhores, mas também parentes de seu proprietário, entendendo também a proteção aos demais parentes de seu proprietário. Para Vilma, essa situação dizia respeito ao sistema escravista apoiando-se na submissão absoluta e na obediência sem limites do negro ao senhor.

Histórias incríveis nos anúncios de jornais

A pena de morte não ficou somente no papel. No Espírito Santo ela foi usada contra dois escravos que, em 1858, mataram seu proprietário no Sítio Alegre, região de Rio Novo. Foi aplicada pelo juiz de direito João da Costa Lima e Castro, que lavrou nos autos os réus, os pretos Eugênio e Francisco, escravos de Manoel José de Matos, incurso no artigo I da lei de julho de 1835, os condeno a pena de morte.

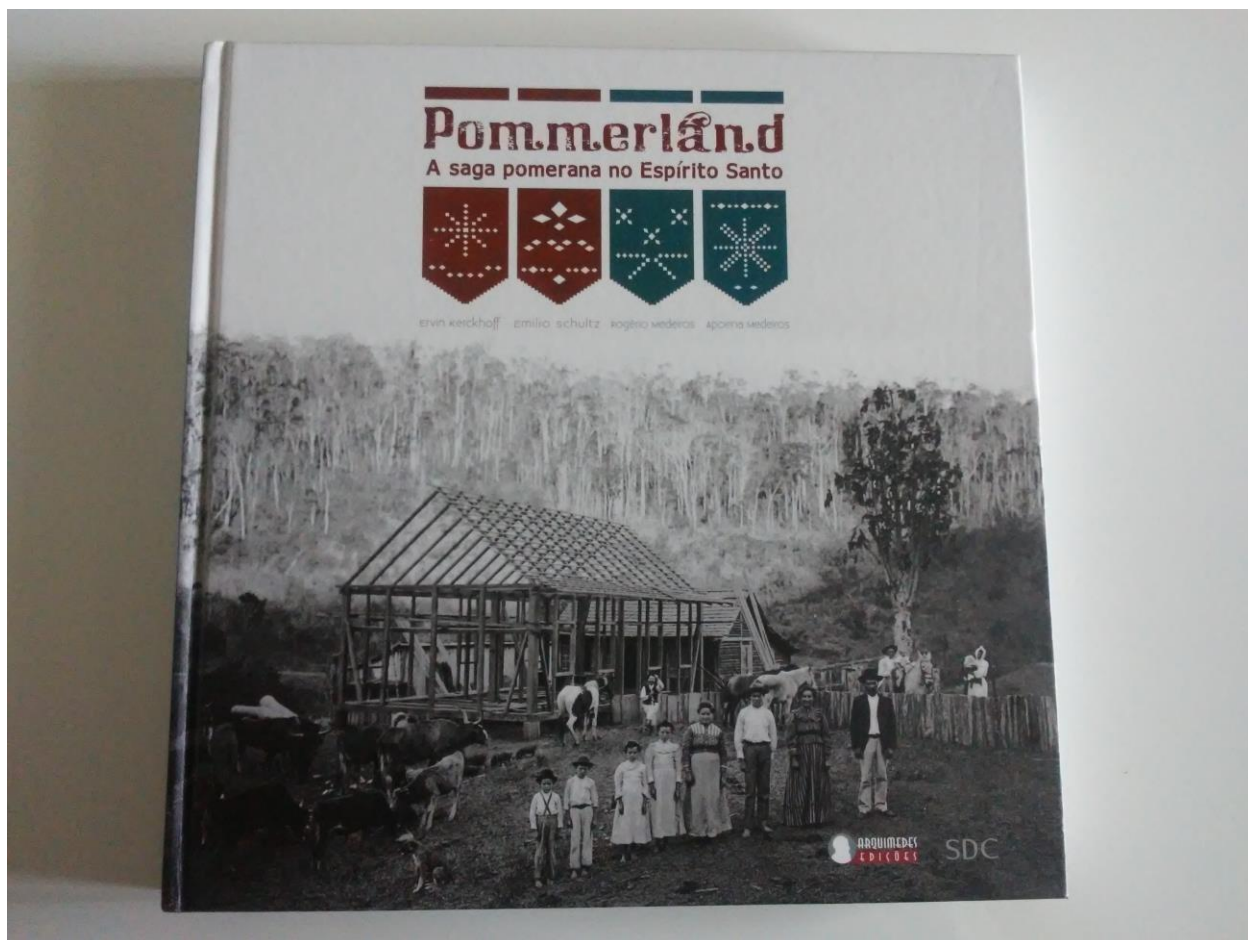
Os castigos eram gerados aos negros do Espírito Santo, até a Independência

formavam o maior contingente populacional do Estado: 12.100 escravos numa população de 24.000 habitantes. Somente a partir de 1856 é que essa população viria a ser suplantada pelos não-escravos, ou seja, os cidadãos livres. O motivo foi a enorme corrente migratória que partiu da Europa para o Brasil, localizando-se parte dela no Espírito Santo. Em 1870, passaram a ser 52.931 habitantes, dos quais 37.127 já eram alemães, italianos, suíços, holandeses, austríacos, tiroleiros etc. Havia ainda cerca de 15.804 escravos.

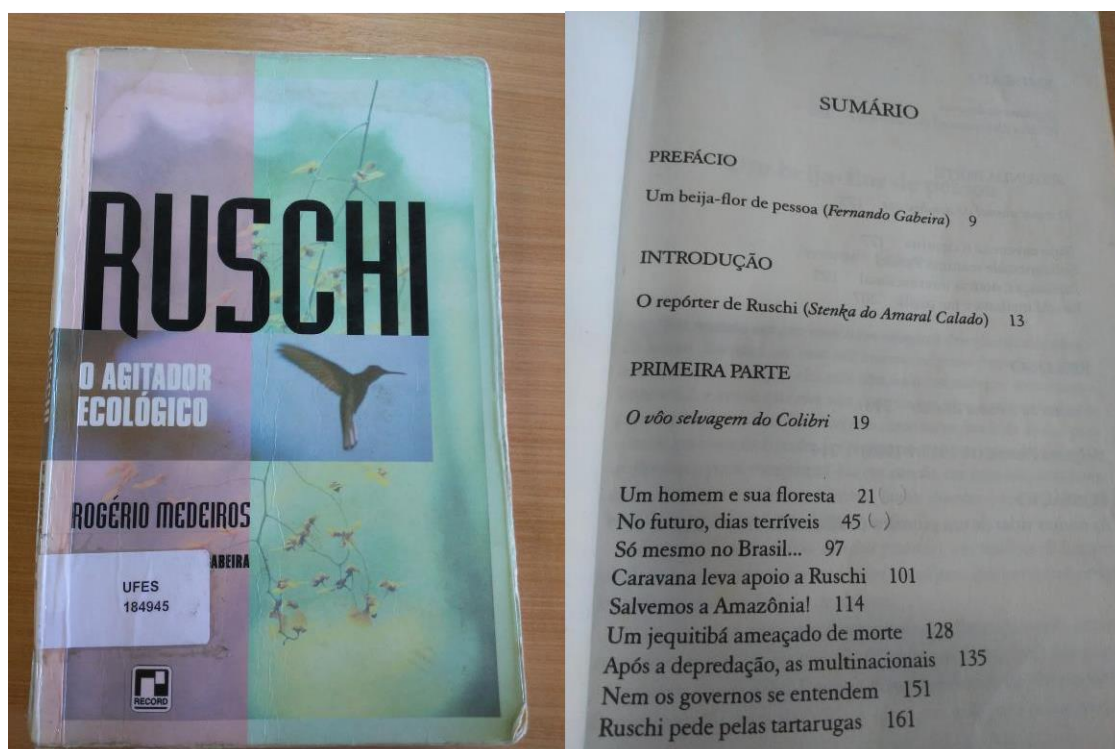
Sobre a vida dos escravos no Espírito Santo, o escritor e historiador Renato Pacheco escreveu longo relato no qual contempla todas as suas etapas. Atribui aos padres as melhores notícias sobre eles. São reclamações que repetem os de Anchieta ("O escravo do pecador não se converte à doutrina ou à missa") ou o de Vieira, que em 1657 censura os senhores que obrigam os escravos a trabalhar aos domingos em vez de os deixarem ir à missa.

D. Pedro Maria Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, anota em seu diário, referente a 1/1/1887, que, estando no Alegre, "o arraial está animado como nunca, e há muita gente, os negros são numerosos e é a cor preta a dominante".

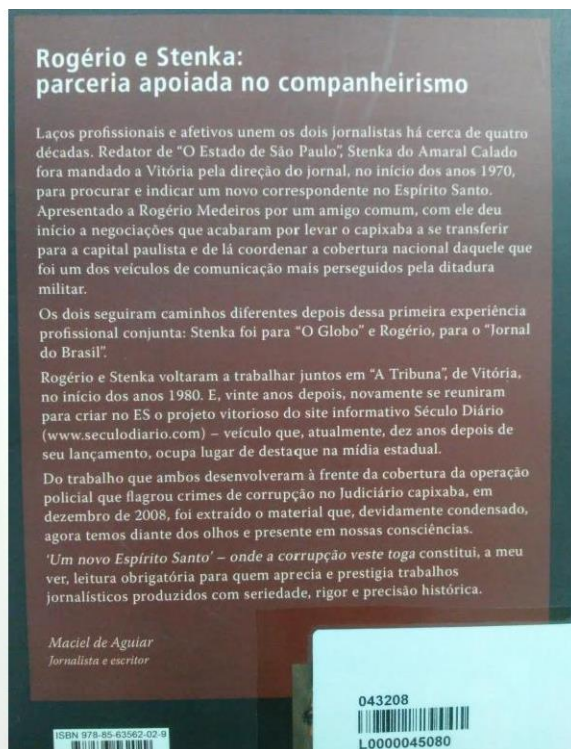
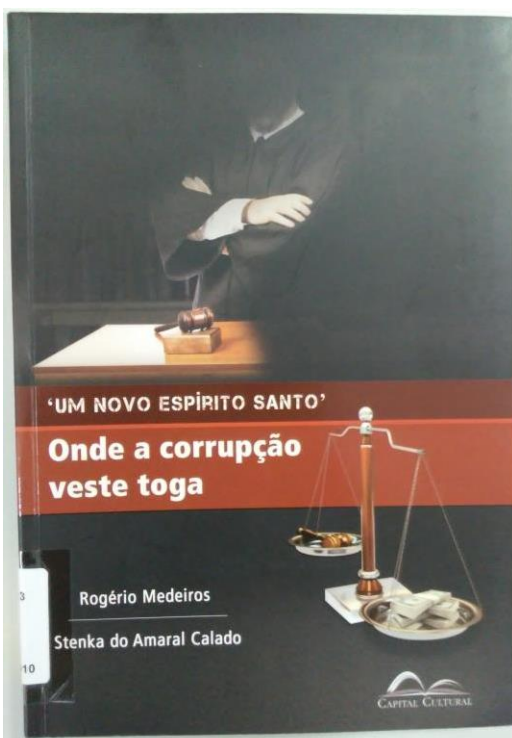
Já dias depois, escreve: "Fui para a matriz para dizer missa e foi como um rasgo de Divina Providência. Encontrei no meio do caminho mulheres escravas que me disseram, chorando, que os senhores tinham dado ordem para elas se retirarem para a fazenda, e que por isso tinham saído da matriz onde tinham estado à espera de confissão. Uma delas, de mais idade, disse que tinha se levantado da cama para vir para o arraial confessar-se, mas voltava sem nada ter feito". No sermão, o bispo suplicou em favor dos escravos e apontando-os, disse: "Aqueles são os meus amigos".



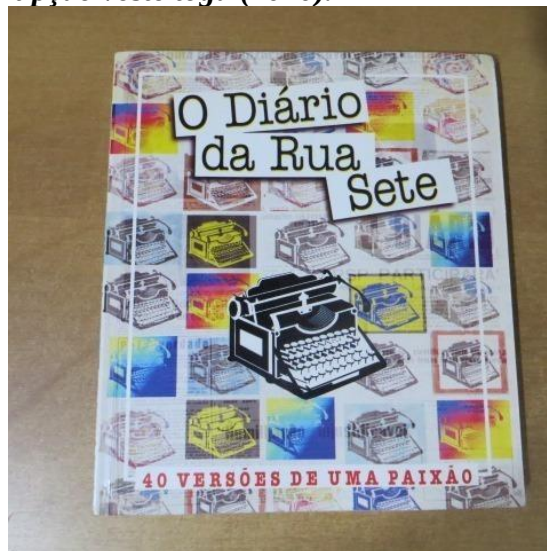
Pommerland (2012)



Ruschi: o agitador ecológico (1995)



Um novo Espírito Santo: onde a corrupção veste toga (2010).



Memórias de uma Guerra Suja (2012).
O Diário da Rua Sete: 40 versões de uma paixão, 1998.



A Festa do Ticumbi, Conceição da Barra, ES. Coordenação de Folclore (Sub-reitoria comunitária UFES, folheto 4).

Rogério Medeiros (para a Revista Século)

Se eu quiser falar com Deus...

Rogério Medeiros

Quando setembro chegou, ele estará novamente subindo o Capão, para conversar com Nhanderu Mira (o Deus da Montanha), na quinta tentativa, pois nas quatro anteriores ele fracassou por causa da presença macia de brancos.

Mas dessa vez ele está cheio de esperança porque o seu grupo reza todas as noites no templo erguido na sua aldeia, a Teloa Porã, que fica de frente para o mar, na enseada de Santa Cruz, no município de Aracruz.

Ele só deixa o templo, que eles chamam de Opu, quando a estrela matutina aparece, indicando o fim da cerimônia religiosa. Encarregado por sua avó, a xanã Tatantin Yva Rete, para buscar com o Deus da Montanha, orientação para levar o seu povo à Ter-

ra Sem Malés, o pagé Tupã Kwari, que em guarani quer dizer o Deus do Sol, está convencido de que terá êxito desta vez.

Para os guaranis, Tupã Kwari é um ser privilegiado por ficar com essa incumbência de Tatantin Yva Rete. Tatantin é considerada uma das mais importantes guias religiosas do povo Guarani. Ela partiu, na companhia do seu marido, o pagé Kxari

Takedy, da localidade de Guania, no Rio Grande do Sul, para buscar a Terra Sem Malés, junto ao litoral. O marido de Tatantin deixou a caminhada em rio Silveira, no Estado de São Paulo. Adoeceu e morreu nessa localidade paulista.

Mas Tatantin chegou até no Espírito Santo, onde estão aldeados esse grupo guarani desde os anos 70, convencida que havia chegado à terra prometida, pelas características da região de Santa Cruz, em Aracruz.

Vinte e tantos anos depois, a própria Tatantin se deu conta que havia fracassado: a Terra

Sem Malés não estava no litoral capixaba: ela morreu aos 114 anos deixando de usufruir do privilégio de se encontrar que é reservado aos xanãs que cumprem a sua missão: ela foi enterrada no cemitério de Santa Cruz, como uma cidadã comum.

Setembro é época do arapunt quando começa o ano novo dos guaranis e quando também os beija-flores estão em festa. Para os guaranis, os beija-flores são guardiões das divindades de seus xanãs. E é nessa atmosfera cheia de energias que Tupã Kwari vai tentar, mais uma vez, se encontrar com o Deus das Montanhas.

Segundo explicou, pelo ritual, tem que subir com ele apenas três índios da sua tribo, mas movidos a um só pensamento. Enquanto a montanha ficam os xanãs de outras tribos, formando a corrente energética

para criar o clima propício ao seu encontro com o Deus da Montanha.

Como são considerados seres divinos pelas demais nações indígenas, a formação de um pagé guarani se inicia muito cedo. A de Tupã Kwari foi aos 12 anos, quando ele começou a desfrutar da

companhia da sua avó

Tatantin, cujo o principal conselho era amar o próximo. E tem que amar primeiro as crianças, pois são quem dão força ao espírito.

Os sinais da escolha estão no furo que se faz no beijo e o cabimbo (uma outra forma de comunicação com os espíritos) que recebe para usar dentro do Opu. E seguir um caminho do bem para se encantar mais tarde quando estiver velho. No caso dos guaranis, assumir o compromisso, quando chamado, para guiar o seu povo à Terra Sem Malés. No cotidiano da aldeia eles são os seus curandeiros.

A vida, entretanto, dos pajés, é seguir Nhanderu (Deus) para ver o que ele vai revelar. E esse diálogo com ele se dá somente através dos sonhos. Tem ainda que viver sem malícia e seguir sempre a orientação de Nhanderu.

Assim são os guaranis, cujo o destino está reservado outro mundo para viver - estão só de passagem pela terra. ■

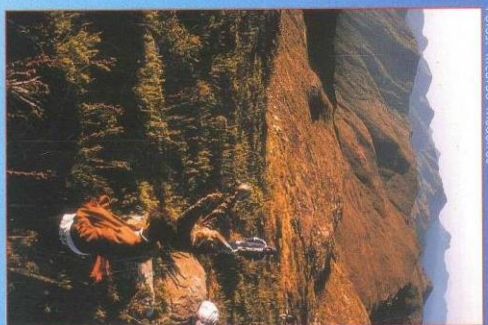


Foto: Rogério Medeiros



Tupã Kwari, um ser privilegiado pela missão que recebeu de sua avó Tatantin - amar o próximo